

**TOMO II**

**VOLUME 1**

**A PESQUISA BNM**

**(OS INSTRUMENTOS DE PESQUISA E A FONTE)**

**PROJETO " BRASIL : NUNCA MAIS "**

**ARQUIDIOCESE DE SAO PAULO**

**1985**



A 5-33-2

T O M O    I I

Volume 1

A PESQUISA BNM

(OS INSTRUMENTOS DE PESQUISA E A FONTE)

Este é um dos 12 volumes do "Projeto A" que contém as conclusões da pesquisa BRASIL: NUNCA MAIS. As 6.891 páginas do "Projeto A" estão resumidas no "Projeto B" (o livro Brasil: Nunca Mais) e foram reproduzidas 25 vezes em "off-set", formando 25 coleções de 12 volumes cada, a fim de serem doadas a entidades de direitos humanos, pesquisa e documentação para uso particular e não comercial.

Projeto "Brasil: Nunca Mais"

*Arquidiocese de São Paulo*

1985

*[Faint handwritten notes]*

*[Faint handwritten notes]*

802/87

FAC. DIR. U. S. P  
BIBLIOTÉCA CENTRAL

T O M O II, Volume 1A PESQUISA BNM

(OS INSTRUMENTOS DE PESQUISA E A FONTE)

I. O tema e a fonte .....	1
II. O universo documental .....	5
III. Os instrumentos de análise .....	8
A. Questionário 1 .....	8
1. O processo como unidade de análise .....	8
2. O indivíduo como unidade de análise .....	14
a. denunciados, indiciados, testemunhas e declarantes .....	14
b. elementos ligados à repressão .....	14
B. Questionário 2 .....	25
IV. Anexos .....	27
1. Ficha de identificação dos processos .....	29
2. Questionário 1: folha de caracterização geral .....	30
3. Quadro de distribuição das auditorias .....	31
4. Etapas do processo .....	32
5. Questionário 1: folha de caracterização dos denunciados .....	33
6. Questionário 1: folha de caracterização dos indiciados, declarantes e testemunhas .....	36
7. Questionário 1: folha de caracterização de elementos ligados à repressão .....	37
8. Questionário 2 .....	38
V. Quadros .....	43
1. Identificação dos processos nos arquivos de origem: relação geral a partir do arquivo BNM .....	45
2. Identificação dos processos nos arquivos de origem: relação geral a partir dos arquivos das auditorias militares .....	67
3. Identificação dos processos nos arquivos de origem: relação geral a partir do arquivo do Superior Tribunal Militar (STM) .....	78
4. Identificação dos processos nos arquivos de origem: relação geral a partir do arquivo do Supremo Tribunal Federal (STF) .....	83
5. Relação dos processos incompletos no arquivo BNM .....	85
6. Relação de processos políticos não localizados para a pesquisa BNM .....	89
7. Histórico de cada processo .....	114
8. Classificação geral dos processos .....	227
9. Processos quanto à sua natureza .....	245
10. Distribuição cronológica e geográfica dos processos quanto à sua natureza .....	246
11. Distribuição cronológica e geográfica dos processos de organizações e/ou partidos; índice remissivo .....	250

Quadros

12. Distribuição cronológica e geográfica dos processos por setores .	258
13. Distribuição cronológica e geográfica dos processos por atividades .....	262
14. Dependências de inquérito .....	264
15. Distribuição dos processos por arma: Exército, Marinha e Aeronáutica .....	315
16. Duração dos processos como um todo .....	316
17. Duração dos inquéritos .....	317
18. Duração dos intervalos entre fim do inquérito e denúncia .....	318
19. Duração dos intervalos entre denúncia e julgamento .....	319
20. Duração dos intervalos entre julgamento e leitura da sentença da auditoria .....	320
21. Duração dos intervalos entre leitura da sentença na auditoria e julgamento no Superior Tribunal Militar (STM) .....	321
22. Duração dos intervalos entre julgamento no STM e apresentação de recurso ordinário .....	322
23. Duração dos intervalos entre apresentação de recurso ordinário e julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) .....	323
24. Distribuição da população atingida por processo .....	324
25. Volume da população atingida .....	338
26. Caracterização geral da população atingida, por sexo (denunciados + indiciados + testemunhas + declarantes) .....	339
27. Caracterização geral da população atingida, por faixa etária (denunciados + indiciados + testemunhas + declarantes) .....	340
28. Caracterização geral da população atingida, por naturalidade (denunciados) .....	341
29. Caracterização geral da população atingida, por naturalidade (indiciados + testemunhas + declarantes) .....	342
30. Caracterização geral da população atingida, por residência (denunciados) .....	343
31. Caracterização geral da população atingida, por residência (indiciados + testemunhas + declarantes) .....	344
32. Caracterização geral da população atingida, por grau de instrução (denunciados + indiciados + testemunhas + declarantes) .....	345
33. População atingida quanto à prisão (denunciados + indiciados + testemunhas + declarantes) .....	346
34. População atingida quanto à prisão (denunciados) .....	347
35. População atingida quanto à prisão (indiciados) .....	348
36. População atingida quanto à prisão (testemunhas) .....	349
37. População atingida quanto à prisão (declarantes) .....	350
38. População atingida quanto ao órgão responsável pela prisão (denunciados) .....	351
39. População atingida quanto ao órgão responsável pela prisão (indiciados) .....	352
40. População atingida quanto ao órgão responsável pela prisão (testemunhas) .....	353
41. População atingida quanto ao órgão responsável pela prisão (declarantes) .....	354

Quadros

42. População atingida quanto ao momento da prisão (denunciados) ....	355
43. População atingida quanto ao momento da prisão (indiciados) .....	356
44. População atingida quanto ao momento da prisão (testemunhas) ....	357
45. População atingida quanto ao momento da prisão (declarantes) ....	358
46. População atingida quanto às circunstâncias da prisão (denunciados) .....	359
47. População atingida quanto às circunstâncias da prisão (indiciados + testemunhas + declarantes) ... ..	360
48. População atingida quanto ao tempo de prisão (denunciados) .....	361
49. População atingida quanto ao tempo de prisão (indiciados + testemunhas + declarantes) .....	362
50. População atingida quanto ao mandado de prisão (denunciados) ....	363
51. População atingida quando ao mandado de prisão (indiciados) .....	364
52. População atingida quanto ao mandado de prisão (testemunhas) ....	365
53. População atingida quanto ao mandado de prisão (declarantes) ....	366
54. População atingida quanto à comunicação da prisão à autoridade judiciária (denunciados) .....	367
55. População atingida quanto à comunicação da prisão à autoridade judiciária (indiciados) .....	368
56. População atingida quanto à comunicação da prisão à autoridade judiciária (testemunhas) .....	369
57. População atingida quanto à comunicação da prisão à autoridade judiciária (declarantes) .....	370
58. Razões da exclusão do IPM (indiciados + testemunhas + declarantes)	371
59. População atingida quanto à acusação (denunciados) .....	372
60. População atingida quanto a antecedentes (denunciados) .....	373
61. População atingida quanto à revelia (denunciados) .....	374
62. População atingida quanto ao comportamento no depoimento policial (denunciados) .....	375
63. População atingida quanto ao comportamento no depoimento judicial (denunciados) .....	376
64. População atingida quanto à denúncia de tortura (denunciados + indiciados + testemunhas + declarantes) .....	377
65. População atingida quanto à decretação de prisão preventiva (denunciados) ... ..	378
66. População atingida quanto à revogação da prisão preventiva (denunciados) .....	379
67. População atingida quanto ao enquadramento inicial: leis (denunciados) .....	380
68. População atingida quanto ao enquadramento inicial: Lei 1.802 de 5 de janeiro de 1953 (denunciados) .....	381
69. População atingida quanto ao enquadramento inicial: Decreto-lei 314 de 13 de março de 1967 (denunciados) .....	382
70. População atingida quanto ao enquadramento inicial: Decreto-lei 510 de 20 de março de 1969 (denunciados) .....	383
71. População atingida quanto ao enquadramento inicial: Decreto-lei 898 de 29 de setembro de 1969 (denunciados) .....	384

Quadros

72. População atingida quanto ao enquadramento inicial: Decreto-lei 1.001 de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar - CPM) (denunciados) .....	385
73. Razões preliminares ou de mérito do Ministério Público ....	386
74. Razões preliminares ou de mérito da defesa .....	387
75. Sentenças absolutórias e condenatórias .....	388
76. Sentenças condenatórias a nível de auditoria: leis .....	389
77. Sentenças condenatórias a nível de auditoria: Lei 1.802 de 5 de janeiro de 1953 .....	390
78. Sentenças condenatórias a nível de auditoria: Decreto-lei 314 de 13 de março de 1967 .....	391
79. Sentenças condenatórias a nível de auditoria: Decreto-lei 510 de 20 de março de 1969 .....	392
80. Sentenças condenatórias a nível de auditoria: Decreto-lei 898 de 29 de setembro de 1969 .....	393
81. Sentenças condenatórias a nível de auditoria: Decreto-lei 1.001 de 21 de outubro de 1969 (CPM) .....	394
82. Sentenças condenatórias a nível de auditoria: volume das penas ao longo do tempo .....	395
83. Sentenças condenatórias a nível de auditoria: penas acessórias ..	396
84. Sentenças condenatórias a nível de STM: leis .....	397
85. Sentenças condenatórias a nível de STM: Lei 1.802 de 5 de janeiro de 1953 .....	398
86. Sentenças condenatórias a nível de STM: Decreto-lei 314 de 13 de março de 1967 .....	399
87. Sentenças condenatórias a nível de STM: Decreto-lei 510 de 20 de março de 1969 .....	400
88. Sentenças condenatórias a nível de STM: Decreto-lei 898 de 29 de setembro de 1969 .....	401
89. Sentenças condenatórias a nível de STM: Decreto-lei 1.001 de 21 de outubro de 1969 (CPM) .....	402
90. Sentenças condenatórias a nível de STM: volume das penas .....	403
91. Sentenças condenatórias a nível de STM: penas acessórias .....	404
92. Sentenças condenatórias a nível de STF: leis .....	405
93. Sentenças condenatórias a nível de STF: Lei 1.802 .....	406
94. Sentenças condenatórias a nível de STF: Decreto-lei 314 .....	407
95. Sentenças condenatórias a nível de STF: Decreto-lei 510 .....	408
96. Sentenças condenatórias a nível de STF: Decreto-lei 898 .....	409
97. Sentenças condenatórias a nível de STF: volume das penas .....	410
98. Sentenças condenatórias a nível de STF: penas acessórias .....	411
VI. Índice dos outros quadros .....	412



## I. O TEMA E A FONTE

Proclamando-se uma "autêntica revolução", o movimento de abril de 1964 procurou estabelecer, desde o início, as bases de uma nova legalidade. O preâmbulo do Ato Institucional de 9 de abril afirmava: "...a revolução vitoriosa, como o Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerte ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas, sem que nisso seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória".

Foi elaborado um corpo normativo que, aos poucos, deixou de fundamentar-se com exclusividade na justiça ordinária, apoiando-se na chamada legalidade revolucionária ou de emergência. A segurança jurídica - que advém, no estado de direito, do conjunto de normas gerais destinadas a eliminar o arbítrio da esfera do poder - cedeu lugar a medidas que restringiram, cada vez mais, a ordem constitucional.

Alteraram-se os mecanismos básicos do processo político. A estrutura do poder foi redefinida, com o fortalecimento e a hipertrofia do Executivo (vale dizer, dos militares), em detrimento do Legislativo e do Judiciário. Desenvolveram-se, no interior das Forças Armadas, organismos incumbidos de combater, em nome da segurança nacional, os opositores do regime. A nova ordem, ao mesmo tempo em que comportava a aplicação de normas jurídicas formalmente explicitadas na legislação em vigor, permitia o exercício clandestino do aparato de força do Estado.

Este trabalho pretende recuperar as regras do sistema jurídico que vigorou no país a partir de 1964, elegendo como fonte básica os autos dos processos instaurados nesse período excepcional para apuração dos crimes de natureza política.

Antes de justificar o tema e o núcleo documental escolhido para o seu estudo, vale lembrar que a história brasileira dos últimos vinte anos vem sendo objeto de sucessivas avaliações. Algumas delas procuraram dar conta de um amplo conjunto de fatos, na tentativa de compreender as origens do regime e seu significado; outras, menos ambiciosas mas igualmente importantes, realizaram estudos monográficos sobre o comportamento de determinados setores e instituições no período (estudantes, sindicatos, Igreja, organizações e partidos) ou sobre questões específicas como as torturas, a ideologia da segurança nacional, o militarismo.

Qualquer que seja a ótica pela qual examine o período em apre

ço, o pesquisador se defronta com o problema das fontes. Conta ele, de início, com a vantagem de trabalhar com um tempo que lhe é próximo, de dispor de testemunhas que participaram diretamente dos acontecimentos e de poder produzir, com as técnicas da chamada "história oral", um conjunto documental de primeira ordem. Conta também com a imprensa periódica de grande e médio porte, registro cotidiano dos acontecimentos e da opinião de diversos segmentos da sociedade, e com publicações especializadas que divulgam a legislação promulgada e o debate parlamentar, além daquelas que reúnem textos sobre os mais diversos assuntos. Se o acesso a tais fontes é relativamente simples, o mesmo não se pode dizer de um vasto material que ficou restrito aos arquivos dos órgãos de segurança e da Justiça Militar. Referimo-nos aos processos que investigaram os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, mais tarde definidos como crimes contra a Segurança Nacional (Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967).

O processo judicial nada mais é do que uma seqüência ordenada de fatos e atos, previstos por lei, para que se investigue, esclareça e solucione uma determinada pendência. Começa quando o juiz recebe a denúncia de um crime e termina no momento em que a sentença definitiva se torna irrecorrível. Os processos que apuram os crimes de natureza política não escapam a esta definição de caráter geral.

Antecedendo a fase do processo propriamente dito, isto é, aquela que se desenvolve no âmbito do poder judiciário, há a etapa preliminar do inquérito policial. Os inquéritos são instaurados, depois da notícia do crime, em organismos da polícia civil ou em dependências militares (quando recebem a denominação de inquéritos policiais militares). Reúnem-se então, com caráter de instrução provisória, as provas capazes de fornecer ao órgão judiciário de acusação, o Ministério Público, os elementos necessários à propositura da ação penal. Tais provas resultam de interrogatórios a que são submetidos os indiciados, de depoimentos de testemunhas, de buscas e apreensões e de outras provas técnicas como perícias, vistorias e reconstituição dos eventos considerados criminosos. A autoridade policial encarregada do inquérito apresenta, ao final da investigação, um relatório do que foi apurado, indicando quem deve ser processado e qual lei deve ser aplicada.

Com base no inquérito, um promotor ou um procurador militar oferecem a denúncia. O órgão judicial de acusação, se entender que não há crime a punir, pode pedir o arquivamento do inquérito. Pode acontecer também que o Ministério Público ofereça denúncia mas seja

ela rejeitada pelo juiz. Desde outubro de 1965, com a decretação do Ato Instituição nº 2, todos os processos políticos tiveram curso na Justiça Militar, de tal sorte que ao juiz auditor competia decidir sobre a aceitação ou rejeição da denúncia. Os órgãos julgadores, isto é, os Conselhos de Justiça, eram compostos também por quatro militares.

Aceita a denúncia, inicia-se uma outra fase probatória: a da investigação criminal ou de formação da culpa. Trata-se agora de determinar o valor dos indícios e provas para caracterização do crime. O acusado é novamente ouvido, principalmente para se saber se confirma ou nega a acusação. São também ouvidas testemunhas de acusação e de defesa. Há ainda a possibilidade de juntar documentos aos autos, bem como a de realizar provas técnicas. Nessa fase, enfim, devem ser produzidas todas as provas da existência ou inexistência do crime. Tanto a acusação como a defesa dispõem de momentos próprios para apresentação das razões da inocência ou culpabilidade do acusado.

Depois disso vem a sentença, condenando ou absolvendo. Dessa decisão pode haver recurso, tanto do Ministério Público quanto da defesa, primeiro para o STM - Superior Tribunal Militar - e depois para o STF - Supremo Tribunal Federal.

O processo permite, como todo texto, uma infinidade de aproximações: não apenas a que dele extrai a informação isolada e precisa, capaz de localizar um fato específico no espaço e no tempo, mas também a que lhe devolve o significado mais geral de instrumento de administração da justiça, capaz de definir os princípios e regras jurídicas que norteiam a instituição.

O valor referencial de certas partes ou de certas informações do processo permite que se lhes dê tratamento diversificado. É o que ocorre, por exemplo, com a presença de abundante material apreendido, anexado aos autos na qualidade de prova incriminadora de delito contra a segurança nacional: livros, jornais, revistas, folhas volantes, apostilas. Dentro de cada processo e em relação a cada um dos denunciados que nele figuram as provas adquirem um peso relativo. Desmembrados dos processos, tais textos formam um outro conjunto significativo - único no seu gênero, provavelmente, pela quantidade e variedade de peças - que possibilita a reconstrução, mais que qualquer outra fonte, da história das organizações, partidos, setores e entidades que se opuseram ao regime.

Mas não é só com o material apreendido que se pode realizar

esta dupla leitura. Microcosmo onde se consubstanciam as regras mais gerais de aplicação da justiça, cada processo é também a possibilidade de recuperar a história individual dos denunciados e de particularizar o grau de envolvimento daqueles que atuaram, de forma direta ou indireta, junto aos órgãos de repressão.

Apesar do zelo implacável dos funcionários do sistema, os autos falam também por aquilo que deixam de registrar, obrigando-nos a ver na negativa a afirmação, na aprovação o assentimento, na omissão o compromisso.

Longe de exaurir todas as possibilidades de leitura que a fonte suscita, o presente trabalho sugere alguns caminhos férteis para análise. A exploração sistemática do material pretendeu, antes de mais nada, revelar uma face pouco estudada do sistema implantado no país a partir de 1964, levantando dados para uma reflexão sobre o comportamento da justiça num momento específico da história brasileira.

Se é possível ver o jurídico como totalidade relativamente autônoma cuja eficácia particular se revela através dos autos de processo examinados (daí o enfoque monográfico do tema e o tratamento descritivo e mensurativo dos dados), é preciso não perder de vista que a administração da justiça, por sua vez, deve ser entendida como setor ou ramificação de um sistema objetivo, o Estado. Só assim é que podemos vê-la como prática constitutiva de um regime, ou seja, do conjunto de normas, valores e procedimentos que regulam o exercício do poder e as linhas básicas de utilização dos recursos produtivos da sociedade. Recuperar a lógica da administração da justiça é, em certa medida, recuperar a própria lógica do Estado.

## II. O UNIVERSO DOCUMENTAL

A pesquisa procurou reunir o maior número possível dos chamados processos de natureza política instaurados no período.

O ponto de partida para a localização de tais processos foi a jurisprudência do Superior Tribunal Militar, publicada inicialmente no Diário Oficial do Estado da Guanabara e depois no Diário da Justiça. Os acórdãos são aí transcritos na íntegra, precedidos da identificação do processo pelo número de apelação e da respectiva ementa. A leitura dos acórdãos permitiu isolar um núcleo importante de informações, algumas delas constantes (número de apelação, local da Auditoria, dispositivos legais infringidos, data do acórdão, nome do apelante) e outras nem sempre explícitas (natureza do processo, ação que lhe deu origem, organização envolvida). Apesar das dificuldades<sup>(1)</sup>, o material possibilitou uma primeira aproximação com o universo documental.

Uma vez identificados e localizados, os processos foram submetidos a reprodução xerográfica, passando a integrar o arquivo que se convencionou chamar BNM.

Cada processo reproduzido constitui uma unidade de arquivamento. Sua identificação foi formalizada em ficha (ver anexo 1), que compreende o registro de dados não só sobre o arquivo formado pela pesquisa (BNM), mas também sobre os arquivos-matrizes (fonte).

O campo reservado para o arquivo BNM retrata o arranjo dado ao acervo do projeto, no qual os processos foram ordenados à medida que eram reproduzidos. Receberam um número de entrada e foram acondicionados em caixas-arquivo. Embora sua divisão original em volumes fosse mantida, o processo passou a ocupar um espaço que não mais correspondia à forma de origem; este dado foi registrado no quadro reservado para volumes, entre o número do processo como um todo e o do total de páginas que o compõem. Posteriormente, acrescentou-se a essas informações o número do rolo de microfilme que reproduziu o processo.

Já o campo destinado ao arquivo-fonte registra todos os elementos que possibilitam a busca do processo nos arquivos das diversas

---

(1) A menção do dispositivo legal infringido nem sempre é uma indicação segura da natureza do processo, como poderia parecer à primeira vista; ocorre que as leis de segurança nacional puniram também "crimes" não políticos (contrabando, assaltos comuns), assim como os "crimes" políticos cometidos por militares tiveram por vezes enquadramento no Código Penal Militar.

instâncias da justiça militar. A caracterização do processo envolve o número de volumes, apensos e anexos em que se subdivide; o local da dependência do inquérito; a data da portaria de abertura do inquérito; a organização ou setor da sociedade atingidos; a especificação da Auditoria, seguida do número do processo nessa fase; o número da apelação ao Superior Tribunal Militar; o número do recurso ao Supremo Tribunal Federal, quando havia; o nome dos réus que encabeçavam as listas em cada uma das três fases; e finalmente um histórico do próprio processo. O espaço em branco ao lado dos números de processo, apelação e recurso comporta outras formas jurídicas, como o recurso em sentido estrito e a representação (na etapa da Auditoria); e a correição parcial, o recurso em sentido estrito, o habeas corpus, a petição, a representação e a reclamação (na etapa do Superior Tribunal Militar e do Supremo Tribunal Federal).

A tarefa de identificação, bastante minuciosa, procurou garantir o acesso a diversos acervos, onde os critérios de busca, pouco ou nada sistematizados, oferecem uma gama variada de alternativas, que vai do número do recurso ao nome do apelante.

O quadro nº 1, "Identificação dos processos nos arquivos de origem", permite visualizar o conjunto dos 707 processos recuperados, na seqüência de tombo. Os quadros seguintes nada mais são do que um desdobramento do primeiro, com a relação geral dos processos a partir dos arquivos das Auditorias (quadro nº 2), do arquivo do Superior Tribunal Militar (quadro nº 3) e do arquivo do Supremo Tribunal Federal (quadro nº 4).

O histórico de cada processo aparece relacionado de forma sumária no quadro nº 7. Na mesma seqüência de tombo, a "Classificação geral dos processos" (quadro nº 8) registra o local, a data e a organização ou partido, o setor da sociedade ou a atividade que deram origem à instauração do processo. A natureza dos processos, de acordo com estas três modalidades de classificação, aparece sintetizada no quadro nº 9.

Para que se pudesse visualizar a distribuição cronológica e geográfica dos processos quanto à sua natureza foi elaborado o quadro nº 10. Esta mesma distribuição, sob a forma de índice remissivo, foi aplicada a cada organização ou partido (quadro nº 11), setor (quadro nº 12) e atividade (quadro nº 13).

Para garantir a preservação dos processos, foram eles reproduzidos através da microfilmagem. O negativo de segurança, do qual se

extraiu cópia para manipulação durante a pesquisa, ficou depositado fora do país.

Nem todos os processos que integram o arquivo BNM foram localizados na mesma fonte e uma pequena parcela dos obtidos estava incompleta. Além disso, um pequeno grupo de processos que puderam ser obtidos completos só chegou ao acervo do Projeto BNM quando já estava encerrada a etapa de aplicação do questionário que forneceu dados ao computador. Isto posto, entre os 707 processos completos reunidos como fonte da pesquisa, os de número 315, 467, 553, 568, 574, 637, 698, 703, 704, 705, 706 e 707 foram regularmente classificados mas não tiveram seus dados incluídos no tratamento de informática.

Para efeitos estatísticos, portanto, o universo documental se reduz de 707 para 695.

### III. OS INSTRUMENTOS DE ANÁLISE

Para extrair dos processos os dados necessários à análise do tema foram concebidos dois instrumentos de observação.

#### A. Questionário 1

O primeiro deles, que se convencionou chamar Q 1 (Questionário 1), corresponde a pesquisa de tipo censitário, com questões fechadas para recolher respostas-padrão de todos os processos que compõem o universo documental.

O instrumento dá dois tipos de tratamento aos dados: um que toma como unidade de análise o próprio processo, e outro que focaliza cada indivíduo dentro dele. Em ambos os casos foi introduzido o uso do computador, quer pelo seu volume, quer pela natureza das relações que se pretendia estabelecer entre elas.

#### 1. O processo como unidade de análise

O processo, enquanto unidade de análise, vem identificado na folha de "Caracterização geral" (ver anexo 2), onde figuram os elementos que o distinguem dentro do próprio universo documental (BNM, isto é, número no arquivo BNM) e que definem sua natureza em termos gerais (organização / setor / atividade).

A classificação levou em conta três níveis.

O primeiro nível é reservado aos processos que foram abertos para apurar as atividades de organizações e partidos. O questionário explicita, por meio de códigos que vão de 1 a 19, aquelas organizações e partidos cuja representatividade no arquivo é maior; no espaço reservado para outros, cabe o registro dos de menor frequência, codificados de 20 a 42. As organizações e partidos, que em alguns processos aparecem combinados (registrando-se os códigos correspondentes, nesse caso, no item "conjunto"), formam o seguinte quadro:



<u>CÓDIGO</u>	<u>SIGLA</u>	<u>ORGANIZAÇÕES E PARTIDOS</u>
7	MOLIPO	Movimento de Libertação Popular
8	MR-8 / DI-GB	Movimento Revolucionário 8 de Outubro / Dissidência da Guanabara (do Partido Comunista Brasileiro)
9	PCB	Partido Comunista Brasileiro
10	PC do B	Partido Comunista do Brasil
11	PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
12	PCR	Partido Comunista Revolucionário
13	POC	Partido Operário Comunista
14	POLOP	Organização Revolucionária Marxista Política Operária
15	PORT	Partido Operário Revolucionário (Trotskista)
16	PRT	Partido Revolucionário dos Trabalhadores
17	VAR	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
18	VPR	Vanguarda Popular Revolucionária
19	Grupos 11	Grupos de Onze Companheiros (Comandos Nacionalistas)
20	CSR	Comitê de Solidariedade Revolucionária
21	DI-DF	Dissidência de Brasília (do Partido Comunista Brasileiro)
22	DVP	Dissidência da VAR-Palmares (Grupo Unidade)
23	FALN	Forças Armadas de Libertação Nacional
24	FAP	Frente Armada Popular
25	FLNe	Frente de Libertação do Nordeste
26	MAR	Movimento de Ação Revolucionária
27	MEL	Movimento Estudantil Libertário
28	MEP	Movimento pela Emancipação do Proletariado
29	MR-26	Movimento Revolucionário 26 de Março
30	MR-21	Movimento Revolucionário 21 de Abril
31	M3G	Marx, Mao, Marighella e Guevara
32	MRM/OP-COR	Movimento Revolucionário Marxista / Organização Partidária-Classe Operária Revolucionária
33	MRP	Movimento Revolucionário Paraguaio

<u>CÓDIGO</u>	<u>SIGLA</u>	<u>ORGANIZAÇÕES E PARTIDOS</u>
34	RAN	Resistência Armada Nacional
35	REDE	Resistência Democrática
36	TACAPE	Grupo Tacape
37	FLN	Frente de Libertação Nacional
38	MCR	Movimento Comunista Revolucionário
39	MRT	Movimento Revolucionário Tiradentes
40		Organização sem indentificação
41	MNR	Movimento Nacional Revolucionário
42	UC	União dos Comunistas

O segundo nível de classificação abrange os processos que, não incidindo diretamente sobre organizações e partidos, voltaram-se para as atividades de determinados setores da sociedade que se opuseram ao regime, de acordo com o quadro:

<u>CÓDIGO</u>	<u>SETORES</u>	
1	Estudantes	estudantes secundaristas e universitários, em suas diversas entidades.
2	Religiosos	padres e leigos ligados à Igreja e seus <u>mo</u> vimentos.
3	Políticos	políticos em geral: prefeitos, vereadores, deputados, etc.
4	Militares	membros das Forças Armadas e auxiliares.
5	Sindicalistas	movimentos de categorias profissionais, <u>sin</u> dicatos rurais e urbanos.
6	Jornalistas	processos contra jornalistas

Para os processos que não correspondem nem à atuação de organizações e partidos, nem à de setores da sociedade, previu-se um terceiro nível de classificação, que abrange atividades diversas:

<u>CÓDIGO</u>	<u>ATIVIDADES</u>	
1	Crítica à autoridade	ofensas e críticas às autoridades constituídas.
2	propaganda	atividades de propaganda "subversiva", com a veiculação de idéias políticas através de discursos, conferências, discussões em lugar público; pichação de palavras-de-ordem em muros e paredes; autoria, impressão, distribuição e transporte de livros, jornais, folhas volantes, filmes, etc.
3	IPM-S	Inquérito Policial Militar da "subversão", típico de 1964, muitas vezes intitulado IPM do Partido Comunista; apurava atividades mistas (sindical, estudantil, militar, etc), com o caráter de "devassa" regional.

Além de classificar o processo quanto ao seu objetivo, a folha de caracterização geral localiza a dependência onde transcorreu o inquérito policial e o julgamento a nível de auditoria. Nesse último caso, identifica-se a vara criminal dos processos anteriores ao Ato Institucional nº 2, quando a competência de julgamento de crimes políticos passou a área militar, devendo-se registrar para os demais processos o número de Auditoria, o da Circunscrição Judicial Militar (ver anexo 3, com o quadro das auditorias existentes) e a arma (Exército, Marinha ou Aeronáutica).

Para efeitos de análise, foram anotadas as datas de: 1) início do inquérito (portaria de abertura do inquérito ou, na sua ausência, da primeira providência policial: flagrante ou boletim de ocorrên

cia); 2) fim do inquérito (relatório final ou última providência policial); 3) oferecimento da denúncia; 4) julgamento na Auditoria; 5) leitura da sentença; 6) julgamento no Superior Tribunal Militar; 7) recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal; e 8) julgamento no Supremo Tribunal Federal. Diferentemente combinadas, estas datas configuram as sucessivas etapas do processo, conforme se vê no anexo 4.

Com os dados extraídos da folha de caracterização geral do processo foi possível a construção dos seguintes quadros:

- nº 8. Classificação geral dos processos.
  - na seqüência numérica de tomo, os processos são localizados no espaço (sigla da unidade da Federação onde se realizou o inquérito) e no tempo (data da abertura do inquérito), e classificados quanto ao objeto (organizações/partidos, setores e atividades).
- nº 9. Processos quanto à natureza.
  - volume de processos de cada uma das três categorias (organizações/partidos, setores e atividades).
- nº 10. Distribuição geográfica e cronológica dos processos quanto à sua natureza.
  - volume de processos de cada uma das três categorias (organizações/partidos, setores e atividades) por local (sigla da unidade da Federação onde se realizou o inquérito) e por ano (data da abertura do inquérito).
- nº 11. Distribuição cronológica e geográfica dos processos de organizações e partidos.
  - trata-se de um desdobramento do quadro nº 8, com a seleção dos processos de organizações e partidos; a entrada é feita pela sigla da entidade, e subsidiariamente, em ordem cronológica, são indicados os locais e os números de identificação dos processos; as organizações e partidos vêm dispostos em ordem alfabética, ficando para o fim o registro dos processos de ações conjuntas.
- nº 12. Distribuição cronológica e geográfica dos processos de setores.
  - trata-se de um desdobramento do quadro 8, com a seleção dos processos de setores e as mesmas características do quadro nº 11.
- nº 13. Distribuição cronológica e geográfica dos processos de atividades.
  - trata-se de um desdobramento do quadro nº 8, com a seleção

dos processos de atividades e as mesmas características do quadro nº 11.

- nº 14. Dependências de inquérito.
  - relação exaustiva das dependências onde transcorreram os inquéritos policiais, por Estado e cidade, com o volume dos processos instaurados; a periodização, tomando por base a data da abertura do inquérito, foi aplicada aos dados de localização.
- nº 15. Distribuição dos processos por arma.
  - indica o volume e a distribuição dos processos, nas Auditorias militares, entre os Conselhos de Justiça do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.
- nº 16. Duração dos processos como um todo.
  - o tempo de duração do processo como um todo, ou seja, o espaço compreendido entre a data de início do inquérito e o julgamento no Supremo Tribunal Federal, é computado a partir de uma tabela que prevê os patamares de menos de 30, 60, 90, 120, 180, 365, 730, 1095, 1825, 2920 e acima de 2920 dias.
- nº 17. Duração dos inquéritos.
  - o tempo de duração do inquérito, ou seja, o espaço compreendido entre o início e o fim do inquérito, é computado a partir de uma tabela que prevê os patamares de menos de 30, 50, 60, 90, 120, 180, 365, 730, 1095, 1825, 2920 e acima de 2920 dias.
- nº 18. Duração dos intervalos entre fim do inquérito e denúncia.
  - o tempo de duração do intervalo entre fim do inquérito e denúncia é computado a partir de uma tabela que prevê os patamares de menos de 30, 60, 90, 120, 180, 365, 730, 1095, 1825, 2920 e acima de 2920 dias.
- nº 19. Duração dos intervalos entre denúncia e julgamento.
  - o tempo de duração do intervalo entre a denúncia e o julgamento na Auditoria é computado a partir de uma tabela que prevê os patamares de menos de 30, 60, 90, 120, 180, 365, 730, 1095, 1825, 2920 e acima de 2920 dias.
- nº 20. Duração dos intervalos entre julgamento e leitura da sentença na Auditoria.
  - o tempo de duração do intervalo entre o julgamento e a leitura da sentença na Auditoria é computado a partir de uma

tabela que prevê os patamares de menos de 30, 60, 90, 120, 180, 365, 730, 1095, 1825, 2920 e acima de 2920 dias.

- nº 21. Duração dos intervalos entre leitura da sentença na Auditoria e julgamento no Superior Tribunal Militar.
  - o tempo de duração do intervalo entre a leitura da sentença na Auditoria e o julgamento no Superior Tribunal Militar é computado a partir de uma tabela que prevê os patamares de menos de 30, 60, 90, 120, 180, 365, 730, 1095, 1825, 2920 e acima de 2920 dias.
- nº 22. Duração dos intervalos entre julgamento no Superior Tribunal Militar e apresentação de recurso ordinário.
  - o tempo de duração do intervalo entre o julgamento no Superior Tribunal Militar e a apresentação de recurso ordinário é computado a partir de uma tabela que prevê os patamares de menos de 30, 60, 90, 120, 180, 365, 730, 1095, 1825, 2920 e acima de 2920 dias.
- nº 23. Duração dos intervalos entre apresentação de recurso ordinário e julgamento no Supremo Tribunal Federal.
  - o tempo de duração do intervalo entre a apresentação de recurso ordinário e o julgamento no Supremo Tribunal Federal é computado a partir de uma tabela que prevê os patamares de menos de 30, 60, 90, 120, 180, 365, 730, 1095, 1825, 2920 e acima de 2920 dias.

## 2. O indivíduo como unidade de análise

### a. denunciados, indiciados, testemunhas e declarantes

A caracterização individual dos elementos atingidos pelos órgãos de repressão foi feita através das folhas de "Denunciados" (anexo nº 5) e de "Indiciados, testemunhas e declarantes" (anexo nº 6), que possuem alguns elementos em comum.

Além do nome por extenso de cada um deles, a identificação é completada pelo registro do sexo, da idade, da naturalidade, do local de residência e do grau de instrução. No caso dos denunciados, a naturalidade e a residência incluíram também a proveniência em termos de Capital / Interior. O grau de instrução foi medido a partir de uma escala que compreende os seguintes níveis: analfabeto, primário incompleto, primário, secundário, colegial, universitário incompleto, universitário, escola profissional, escola militar.

### b. elementos ligados à repressão

A caracterização individual dos elementos ligados à repressão

foi registrada em folha especial (anexo nº 7), onde se transcreveu o nome de cada um por extenso, a data (mês e ano) da informação, o posto e o cargo que ocupava e o órgão de origem, este último dado segundo a tabela:

- |                |                              |
|----------------|------------------------------|
| 1- Aeronáutica | 7- Polícia Civil Estadual    |
| 2- Exército    | 8- Polícia Federal           |
| 3- Marinha     | 9- Polícia Política Estadual |
| 4- Doi-Codi    | 10- Polícia Militar          |
| 5- Cenimar     | 11- Autoridade Judiciária    |
| 6- Cisa        | 12- Outro                    |

O local de atuação foi indicado em seguida, com dados sobre o nome do órgão, a cidade e o Estado.

Ambas as folhas registram ainda dados sobre a prisão. Em primeiro lugar, a existência ou não de prisão. Em caso positivo, o órgão responsável por ela: Aeronáutica, Exército, Marinha, Doi-Codi, Cenimar, Cisa, Polícia Civil Estadual, Polícia Federal, Polícia Política Estadual ou Polícia Militar; o momento da prisão (antes ou depois da abertura do inquérito); as circunstâncias em que ocorreu, ou seja: se em atividade política (comício, panfletagem, ação armada, reunião, etc, com flagrante formalizado ou não), se por informações (prisão feita na residência, em local de trabalho ou estudo, em logradouros e vias públicas), se já estava preso (em função de outro processo) ou se por apresentação (o próprio indivíduo toma a iniciativa de apresentar-se ao órgão policial); o período de duração da prisão; a existência ou não de mandado; e, finalmente, a comunicação da prisão à Auditoria (se imediata ou ilegal).

A folha de caracterização dos "Indiciados, testemunhas e declarantes" limita-se a definir em qual das três categorias se encontra cada indivíduo, e a expor as razões pelas quais foi excluído do inquérito: sem indícios (considerado inocente ou com grau de implicação que não justifica indiciamento, por falta de provas ou de qualificação mais precisa), deslocado (transferido para outro IPM, processo ou regimento disciplinar), menoridade, morte ou por atitudes (transformado em testemunha de acusação ou informante, por cooperação e retratação). As sinala finalmente a presença de denúncia de torturas.

A caracterização dos "Denunciados", por sua vez, procura analisar em profundidade a trajetória de cada indivíduo, em seguida à prisão.

As razões da acusação são registradas a partir das seguintes

categorias: militante de organização ou partido clandestino; simpaticante de organização (apoio, contacto); qualquer outra ligação com a organização; qualquer atividade em partido legal; participação em entidade ou movimento de massa; porte de material; ação violenta ou armada; manifestação de idéias através de meios regulares; manifestação de idéias através de meios não regulares (jornais clandestinos, etc); manifestação de idéias através de meios artísticos; críticas e ofensas a autoridades; afinidade com o regime deposto; e transgressões a regulamentos militares.

Seguem-se as anotações relativas a antecedentes (sem antecedentes; antecedentes policiais; antecedentes policiais e judiciais) e a revelia (não revel; revel; revel temporariamente).

Com a intenção de recuperar a atitude dos denunciados nos depoimentos policiais e judiciais, e configurar a existência de tortura para arrancar confissões, o questionário previu, para ambos os depoimentos, as seguintes modalidades de comportamento: não depôs; assume a acusação totalmente; assume parcialmente; não assume. O registro da existência ou não de denúncia de tortura confere significado especial a estes dados.

Quanto à prisão preventiva, a pesquisa procurou saber em que fase ocorreu sua decretação e sua revogação (fase policial ou fase judicial).

Em seguida à indicação do enquadramento inicial (número da lei e artigo), vêm indicadas as razões preliminares ou de mérito tanto do Ministério Público quanto da defesa, nas três fases do processo: Auditoria, Superior Tribunal Militar e Supremo Tribunal Federal. Os argumentos são os seguintes:

- 1) incompetência: falta de poder da autoridade, do juiz ou do tribunal para tomar conhecimento de causa submetida a sua decisão.
- 2) coisa julgada: julgamento irretratável de uma relação jurídica anteriormente controvertida.
- 3) litispendência: existência de causa pendente, não julgada, ainda em andamento.
- 4) nulidade (ausência de formalidades): ineficácia de ato jurídico por transgressão à regra legal, com a ausência de requisitos formais indispensáveis à sua validade.
- 5) nulidade (coação): ineficácia de ato jurídico por transgressão à regra legal, com a presença de mecanismos de força.
- 6) inépcia da denúncia: ausência das formalidades legais no ato de denúncia de delito perante a autoridades competentes para tomar a iniciativa de sua regressão.



- 7) enquadramento inadequado: caracterização indevida do delito, em termos legais.
- 8) procedência da ação: fundamento legal e oportunidade da propositura de uma ação.
- 9) improcedência da ação: não reconhecimento do ato que se pretende praticar com fundamento jurídico, com base na inexistência de direito ou de princípio legal.
- 10) inexistência de fato: fato cuja materialidade não foi provada ou mostrada.
- 11) fato não constitui infração: fato cuja materialidade não configura violação ou quebra de princípio ou regra instituída em lei.
- 12) insuficiência de provas: falta parcial de elementos que demonstram a existência ou a veracidade daquilo que se alega como fundamento do direito.
- 13) inexistência de provas: ausência de elementos que demonstrem a existência ou a veracidade daquilo que se alega como fundamento do direito.
- 14) causa excludente de criminalidade: inexistência de crime na prática de certos atos, quando se evidenciam motivos como o estado de necessidade, a legítima defesa, o cumprimento do dever ou o exercício regular de um direito.
- 15) extinção da punibilidade: prescrição do direito de punir ou de aplicar uma determinada pena.

O rigor de cada um dos tribunais foi medido através das sentenças; quando condenatórias, registraram-se os itens da lei e as respectivas penas em termos de anos e meses de reclusão. Também as penas acessórias foram contempladas, com a indicação da suspensão de direitos políticos, da cassação e de outras.

As folhas de caracterização individual dos denunciados, de um lado, e dos indiciados, testemunhas e declarantes, de outro, permitiram a montagem dos seguintes quadros:

- nº 99. Relação alfabética dos denunciados.
  - os nomes vêm acompanhados dos números dos processos onde figuram na qualidade de denunciados.
- nº 100. Relação alfabética dos indiciados.
  - os nomes vêm acompanhados dos números dos processos onde figuram na qualidade de indiciados.
- nº 101. Relação alfabética das testemunhas.
  - os nomes vêm acompanhados dos números dos processos onde figuram na qualidade de testemunhas.

- nº 102. Relação alfabética dos declarantes.
  - os nomes vêm acompanhados dos números dos processos onde figuram na qualidade de declarantes.
- nº 24. Distribuição da população atingida por processo.
  - na seqüência de tomo dos processos, vem indicado o volume de denunciados, indiciados, testemunhas e declarantes.
- nº 25. Volume da população atingida.
  - trata-se da síntese do quadro anterior indicando o volume total de cada situação.
- nº 26. Caracterização geral da população atingida (denunciados + indiciados + testemunhas + declarantes) por sexo.
- nº 27. Caracterização geral da população atingida (denunciados + indiciados + testemunhas + declarantes) por faixa etária.
  - as idades foram escalonadas em 10 níveis, a saber: até 18, de 19 a 21, de 22 a 25, de 26 a 30, de 31 a 35, de 36 a 40, de 41 a 45, de 46 a 50, de 51 a 60 e com mais de 60 anos.
- nº 28. Caracterização geral da população atingida (denunciados) por naturalidade.
  - a distribuição geográfica comporta a distinção entre os naturais da Capital e os do Interior.
- nº 29. Caracterização geral da população atingida (indiciados + testemunhas + declarantes) por naturalidade.
- nº 30. Caracterização geral da população atingida (denunciados) por residência.
  - a distribuição geográfica comporta a distinção entre os residentes na Capital e os que moram no Interior.
- nº 31. Caracterização geral da população atingida (indiciados + testemunhas + declarantes) por residência.
- nº 32. Caracterização geral da população atingida (denunciados + indiciados + testemunhas + declarantes) por grau de instrução.
- nº 33. População atingida quanto à prisão.
  - os denunciados + indiciados + testemunhas + declarantes com prisão e sem prisão.
- nº 34. População atingida (denunciados) quanto à prisão.
  - trata-se de desdobramento do quadro anterior.
- nº 35. População atingida (indiciados) quanto à prisão.
  - trata-se de desdobramento do quadro nº 33.

- nº 36. População atingida (testemunhas) quanto à prisão.
  - trata-se de desdobramento do quadro nº 33.
- nº 37. População atingida (declarantes) quanto à prisão.
  - trata-se de desdobramento do quadro nº 33.
- nº 38. População atingida (denunciados) quanto ao órgão responsável pela prisão.
- nº 39. População atingida (indiciados) quanto ao órgão responsável pela prisão.
- nº 40. População atingida (testemunhas) quanto ao órgão responsável pela prisão.
- nº 41. População atingida (declarantes) quanto ao órgão responsável pela prisão.
- nº 42. População atingida (denunciados) quanto ao momento da prisão.
  - as prisões anteriores e posteriores à abertura do IPM.
- nº 43. População atingida (indiciados) quanto ao momento da prisão.
  - as prisões anteriores e posteriores à abertura do IPM.
- nº 44. População atingida (testemunhas) quanto ao momento da prisão.
  - as prisões anteriores e posteriores à abertura do IPM.
- nº 45. População atingida (declarantes) quanto ao momento da prisão.
  - as prisões anteriores e posteriores à abertura do IPM.
- nº 46. População atingida (denunciados) quanto às circunstâncias da prisão.
- nº 47. População atingida (indiciados + testemunhas + declarantes) quanto às circunstâncias da prisão.
- nº 48. População atingida (denunciados) quanto ao tempo de prisão.
  - o tempo de prisão, escalonado em até 30 dias, de 31 a 60, de 61 a 90, de 91 a 120, de 121 a 180, de 181 a 365, de 366 a 730, de 731 a 1095, de 1096 a 1825, de 1826 a 2920 e mais de 2921 dias.
- nº 49. População atingida (indiciados + testemunhas + declarantes) quanto ao tempo de prisão.
  - o tempo de prisão aparece escalonado em até 15 dias, de 16 a 30, de 31 a 45, de 46 a 60, de 61 a 75, de 76 a 90, de 91 a 180, de 181 a 365, de 366 a 730 e mais de 730 dias.
- nº 50. População atingida (denunciados) quanto a mandado de prisão.
  - os denunciados que foram presos com mandado legal, ilegal e os que não consta qualquer referência a mandado.

- nº 51. População atingida (indiciados) quanto a mandado de prisão.
  - os indiciados que foram presos com mandado legal, ilegal e os que não consta qualquer referência de mandado.
- nº 52. População atingida (testemunhas) quanto a mandado de prisão.
  - as testemunhas que foram presas com mandado legal, ilegal e as que não consta qualquer referência a mandado.
- nº 53. População atingida (declarantes) quanto a mandado de prisão.
  - os declarantes que foram presos com mandado legal, ilegal e os que não consta qualquer referência a mandado.
- nº 54. População atingida (denunciados) quanto a comunicação da prisão à Auditoria.
  - os denunciados com comunicação imediata e ilegal.
- nº 55. População atingida (indiciados) quanto a comunicação da prisão à Auditoria.
  - os indiciados com comunicação imediata e ilegal.
- nº 56. População atingida (testemunhas) quanto a comunicação da prisão à Auditoria.
  - as testemunhas com comunicação imediata e ilegal.
- nº 57. População atingida (declarantes) quanto à comunicação da prisão à Auditoria.
  - os declarantes com comunicação imediata e ilegal.
- nº 58. Razões da exclusão do inquérito (indiciados + testemunhas + declarantes).
- nº 59. População atingida (denunciados) quanto à acusação.
  - para este quadro, a coleta de dados considerou, quando pertinente, o registro de até três categorias da acusação por denunciado. No que se refere ao enquadramento legal ver quadro nº 67.
- nº 60. População atingida (denunciados) quanto aos antecedentes.
- nº 61. População atingida (denunciados) quanto à revelia.
- nº 62. População atingida (denunciados) quanto ao comportamento no depoimento policial.
- nº 63. População atingida (denunciados) quanto ao comportamento no depoimento judicial.
- nº 64. População atingida (denunciados, indiciados, testemunhas e declarantes) quanto à denúncia de tortura.

- nº 65. População atingida (denunciados) quanto à decretação de prisão preventiva.
- nº 66. População atingida (denunciados) quanto à revogação de prisão preventiva.
- nº 67. População atingida (denunciados) quanto ao enquadramento inicial: leis.
  - Lei 1802, Decreto-Lei 314, Decreto-Lei 510, Decreto-Lei 898 e CPM e outras. Para este quadro, a coleta de dados considerou, quando pertinente, até seis regras de enquadramento por denunciados. Na observação vale para os quadros nºs 68, 69, 70, 71 e 72.
- nº 68. População atingida (denunciados) quanto ao enquadramento inicial: Lei nº 1802, de 5 de janeiro de 1953.
  - frequência da utilização dos artigos.
- nº 69. População atingida (denunciados) quanto ao enquadramento inicial: Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967.
  - frequência da utilização dos artigos.
- nº 70. População atingida (denunciados) quanto ao enquadramento inicial: Decreto-Lei nº 510, de 20 de março de 1969.
  - frequência da utilização dos artigos.
- nº 71. População atingida (denunciados) quanto ao enquadramento inicial: Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969.
  - frequência da utilização dos artigos.
- nº 72. População atingida (denunciados) quanto ao enquadramento inicial: Decreto-Lei nº 1001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar).
  - frequência da utilização dos artigos.
- nº 73. Razões preliminares ou de mérito do Ministério Público.
  - as razões são dispostas por instância (Auditoria, STM e STF)
- nº 74. Razões preliminares ou de mérito da Defesa.
  - as razões são dispostas por instância (Auditoria, STM e STF).
- nº 75. Sentenças (comportamento das instâncias ao longo do tempo).
  - registro das sentenças absolutórias e condenatórias a níveis de Auditoria, STM e STF e exclusão ou ausência de recurso na Auditoria, os denunciados podem ter sido excluídos das sentenças por reconhecimento de litispendência, coisa julgada, banimento, morte etc. No STM e no STF pode ocorrer

o mesmo ou ainda inexistir recurso, àquelas instâncias.

- nº 76. Sentenças condenatórias a nível de Auditoria: leis.
  - Lei 1802, Decreto-Lei 510, Decreto-Lei 898 e CPM. Para este quadro, a coleta de dados considerou, quando pertinente, a condenação em mais de uma lei.
- nº 77. Sentenças condenatórias a nível de Auditoria: Lei nº 1802, de 5 de janeiro de 1953.
  - para este quadro a coleta de dados considerou, quando pertinente, a condenação em mais de um artigo. Esta observação vale para os quadros nºs 78, 79, 80 e 81.
- nº 78. Sentenças condenatórias a nível de Auditoria: Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967.
- nº 79. Sentenças condenatórias a nível de Auditoria: Decreto-Lei nº 510, de 20 de março de 1969.
- nº 80. Sentenças condenatórias a nível de Auditoria: Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969.
- nº 81. Sentenças condenatórias a nível de Auditoria: Decreto-Lei nº 1001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar).
- nº 82. Sentenças condenatórias a nível de Auditoria: volume das penas ao longo do tempo.
  - as penas (até 12 meses; de 13 a 24; de 25 a 36; de 37 a 48; de 49 a 60; de 61 a 82; de 83 a 120; de 121 a 180; de 181 a 240; de 241 a 360; e de mais de 360 meses).
- nº 83. Sentenças condenatórias a nível de Auditoria: penas acessórias.
- nº 84. Sentenças condenatórias a nível de STM: leis.
  - para este quadro a coleta de dados observou o mesmo critério indicado a nível de Auditoria. Esta observação vale para os quadros nºs 85 a 89.
- nº 85. Sentenças condenatórias a nível de STM: Lei nº 1802.
- nº 86. Sentenças condenatórias a nível de STM: Decreto-Lei nº 314.
- nº 87. Sentenças condenatórias a nível de STM: Decreto-Lei nº 510.
- nº 88. Sentenças condenatórias a nível de STM: Decreto-Lei nº 898.
- nº 89. Sentenças condenatórias a nível de STM: Decreto-Lei nº 1001.
- nº 90. Sentenças condenatórias a nível de STM: volume das penas ao longo do tempo.
  - observados os mesmos patamares indicados no quadro nº 82.

- nº 91. Sentenças condenatórias a nível de STM: penas acessórias.
- nº 92. Sentenças condenatórias a nível de STF: leis.
- nº 93. Sentenças condenatórias a nível de STF: Lei nº 1802.
- nº 94. Sentenças condenatórias a nível de STF: Decreto-Lei nº 314.
- nº 95. Sentenças condenatórias a nível de STF: Decreto-Lei nº 510.
- nº 96. Sentenças condenatórias a nível de STF: Decreto-Lei nº 898.
- nº 97. Sentenças condenatórias a nível de STF: volume das penas ao longo do tempo.
  - observamos os mesmos patamares indicados no quadro nº 82.
- nº 98. Sentenças condenatórias a nível de STF: penas acessórias.

Quanto à função desempenhada, foram selecionados 13 itens:

1) autoridade superior; 2) encarregado de IPM; 3) escrivão de IPM; 5) peritos; 6) médicos legistas; 7) declarante de óbitos; 8) funcionários de presídios; 9) juiz auditor; 10) procurador; 11) membro do Conselho; 12) escrivão da auditoria; 13) membro de órgãos de repressão; 14) colaboradores e informantes; 15) outro; obs.: o nº 4 foi desprezado por questões técnicas).

O tipo de participação, por sua vez, também foi codificado: 1 e 2) envolvido diretamente em tortura; 3) participação burocrática; 4) envolvido diretamente em prisões e cercos; 5) participação em diligências e investigações; 6) membro de escolta; 7) participação em repressão a movimentos de massa; 8) depõe como testemunha de acusação ou informante.

Informações suplementares como número de identificação e outros dados (alcunha, filiação, etc) foram ainda registradas, sobretudo no caso dos elementos diretamente envolvidos com torturas e mortes.

A folha de caracterização permitiu a elaboração de alguns quadros:

- nº 103. Relação alfabética dos elementos envolvidos em torturas.
  - na coluna da esquerda está o nome tal qual registrado no auto processual em que a denúncia foi feita.
  - A ordem alfabética só foi desrespeitada quando grafias diferentes correspondiam, obviamente ao mesmo indivíduo.
  - Foi desenhada uma chave agrupando diferentes designações que se referiam, ao que tudo indica, ao mesmo indivíduo.
  - Na coluna da direita aparece o nome constante em outros autos do mesmo processo, ou em outros processos, havendo elementos de convicção de tratar-se da pessoa indicada (coincidência de local, ano, período, papel desempenhado no inquérito etc)

Nesse cotejamento foram referidas também duas fontes complementares: a carta enviada pelos presos políticos do presídio Romão Gomes, de São Paulo, ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, em 23 de outubro de 1975 (referida como PPRG) e o relatório entregue pelos presos políticos do Rio de Janeiro ao ministro da Justiça Petrônio Portela, em abril de 1979 (PPRJ)

Quando o indivíduo era citado apenas pela sua função (encarregado do IPM, testemunha etc), sem que o denunciante explicitasse seu nome, foi empregado um parêntesis duplo na coluna da esquerda.

- nº 104. Relação alfabética dos elementos envolvidos em prisões e cercos (04) e dos elementos com participação em repressão a movimentos de massa (07).
  - o nome é acompanhado do mês e do ano de referência (indicado como "data"); de dados de qualificação (posto, cargo, alcinha etc. indicado como "posto"); órgão de origem ou área de atuação (indicado como "Fr"); unidade da federação onde se deu a atuação (indicado como UF); função desempenhada (indicado como "Fun"); tipo de participação (indicado como "Esp") e do número do processo em que a informação foi obtida (indicado como "BNM").
- nº 105. Relação alfabética dos elementos com participação em diligências e investigações (05) e dos membros de escolta (06).
  - idem ao nº 104.
- nº 106. Relação alfabética dos elementos que atuaram como médicos legistas (06) e declarantes de óbito (07).
- nº 107. Relação alfabética dos elementos que acharam como encarregados de IPM ("Fun" 02).
  - idem ao nº 104.
- nº 108. Relação alfabética dos elementos que atuaram como escrivão nos IPMs ("Fun" 03).
  - idem ao nº 104.
- nº 109. Relação alfabética de colaboradores e informantes.
- nº 110. Relação alfabética dos membros dos órgãos de repressão.
  - idem nº 104.
- nº 111. Relação alfabética dos membros do Conselho.
  - nº 5. Relação de processos incompletos no arquivo BNM.
  - nº 6. Relação de processos políticos não localizados mas cuja existência é mencionada nos processos examinados.



## B. Questionário 2

O segundo instrumento de observação - Q 2 (Questionário 2) -, com questões abertas, incidiu sobre alguns exemplos intencionalmente selecionados por amostragem. O percentual da amostra foi obtido a partir da estratificação prévia do universo documental, levando em conta o período, o lugar e o tipo (organização / setor / atividade) do processo.

O Q 2 (ver anexo 8) apresenta quesitos sobre o inquérito (motivo alegado e solução para pedido de prorrogação de prazo; fundamentação da abertura de novo inquérito; registro de irregularidades mais sérias; análise do conteúdo do relatório), sobre o processo (razões do não-recebimento da denúncia; comportamento das testemunhas de acusação e defesa; incidentes durante os interrogatórios, durante outras audiências, processuais e durante a sessão de julgamento), sobre o julgamento (atitude das instâncias: Auditoria, Superior Tribunal Militar e Supremo Tribunal Federal) e sobre o teor dos discursos de algumas peças do processo (relatório do inquérito, denúncia, sentença da Auditoria, acórdãos do Superior Tribunal Militar e do Supremo Tribunal Federal).



IV. A N E X O S



ANEXO 1

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DOS PROCESSOS

ARQUIVO BNM

NÚMERO	VOLUMES	PÁGINAS	MICROF. ROLO

ARQUIVO FONTE

VOLUMES	LOCAL	DATA	ORGANIZAÇÃO
AUD	processo		
STM	apelação		
STF	recurso		

RÉUS

histórico



ANEXO 3  
 QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DAS AUDITORIAS

AUDITORIAS			
CJM	LOCAL	Nº/ARMA	ENTRÂNCIA
1ª	Rio de Janeiro (RJ)	1ª Exército 2ª Exército 3ª Exército 1ª Marinha 2ª Marinha 1ª Aeronáutica 2ª Aeronáutica	2ª
2ª	São Paulo (SP)	1ª 2ª 3ª	1ª
3ª	Porto Alegre (RS) Bajé (RS) Santa Maria (RS)	1ª 2ª 3ª	
4ª	Juiz de Fora (MG)		1ª
5ª	Curitiba (PR)		1ª
6ª	Salvador (BA)		1ª
7ª	Recife (PE)		1ª
8ª	Belém (PA)		1ª
9ª	Campo Grande (MS)		1ª
10ª	Fortaleza (CE)		1ª
11ª	Brasília (DF)	Aud. Correição	2ª 3ª

ANEXO 4  
ETAPAS DO PROCESSO

ETAPAS DO PROCESSO		
CÓDIGO Nº	ABRANGÊNCIA	
	DE	ATÉ
1	início do inquérito	juízo no STF
2	início do inquérito	fin do inquérito
3	fin do inquérito	denúncia
4	denúncia	juízo na AUD
5	juízo na AUD	leitura da sentença
6	leitura da sentença	juízo no STM
7	juízo no STM	recurso ordinário
8	recurso ordinário	juízo no STF



ANEXO 5  
QUESTIONÁRIO 1: FOLHA DE CARACTERIZAÇÃO

DOS DENUNCIADOS

NOME

SEXO   IDADE   NATURALIDADE   RESIDÊNCIA

INSTRUÇÃO

NC- NADA CONSTA	CO- COLEGIAL
AN- ANALFABETO	UN- UNIVERSITÁRIO
PI- PRIMÁRIO INCOMPLETO	UI- INIVERSITÁRIO INCOMPLETO
PR- PRIMÁRIO	EP- ESCOLA PROFISSIONAL
SE- SECUNDÁRIO	EM- ESCOLA MILITAR

OCUPAÇÃO

PRISÃO :      1) NADA CONSTA                      2) SEM PRISÃO                      3) COM PRISÃO

<p>ORGÃO RESPONSÁVEL</p> <table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 50%;">0) NADA CONSTA</td> <td style="width: 50%;">6) CISA</td> </tr> <tr> <td>1) AERONÁUTICA</td> <td>7) POLICIA CIVIL EST.</td> </tr> <tr> <td>2) EXÉRCITO</td> <td>8) POLICIA FEDERAL</td> </tr> <tr> <td>3) MARINHA</td> <td>9) POLICIA POLÍTICA ESTADUAL</td> </tr> <tr> <td>4) DOI-CODI</td> <td>10) POLICIA MILITAR</td> </tr> <tr> <td>5) CENIMAR</td> <td></td> </tr> </table>	0) NADA CONSTA	6) CISA	1) AERONÁUTICA	7) POLICIA CIVIL EST.	2) EXÉRCITO	8) POLICIA FEDERAL	3) MARINHA	9) POLICIA POLÍTICA ESTADUAL	4) DOI-CODI	10) POLICIA MILITAR	5) CENIMAR		<p>MOMENTO</p> <p>0) NADA CONSTA</p> <p>1) ANTES ABERTURA IPM</p> <p>2) DEPOIS ABERTURA IPM</p>
0) NADA CONSTA	6) CISA												
1) AERONÁUTICA	7) POLICIA CIVIL EST.												
2) EXÉRCITO	8) POLICIA FEDERAL												
3) MARINHA	9) POLICIA POLÍTICA ESTADUAL												
4) DOI-CODI	10) POLICIA MILITAR												
5) CENIMAR													

CIRCUNSTÂNCIAS

0) NADA CONSTA	3) ESTAVA PRESO
1) EM ATIVIDADE POLITICA	4) APRESENTAÇÃO
2) POR INFORMAÇÕES	

<p>PERÍODOS DE PRISÃO</p> <p>DE <input style="width: 30px; height: 15px;" type="text"/> A <input style="width: 30px; height: 15px;" type="text"/></p> <p>DE <input style="width: 30px; height: 15px;" type="text"/> A <input style="width: 30px; height: 15px;" type="text"/></p> <p>DE <input style="width: 30px; height: 15px;" type="text"/> A <input style="width: 30px; height: 15px;" type="text"/></p>	<p>MANDADO</p> <p>0) NADA CONSTA</p> <p>1) COM MANDADO LEGAL</p> <p>2) COM MANDADO ILEGAL</p>	<p>COMUNICAÇÃO AUDITORIA</p> <p>0) NADA CONSTA</p> <p>1) COMUNICAÇÃO IMEDIATA</p> <p>2) COMUNICAÇÃO ILEGAL</p>
---	---	--

ACUSAÇÃO

0) NADA CONSTA	7) AÇÃO VIOLENTA OU ARMADA
1) MILITANTE ORGANIZAÇÃO	8) MANIFESTAÇÃO DE IDÉIAS (MEIOS REG.)
2) SIMPATIZANTE ORGANIZAÇÃO	9) MANIFESTAÇÃO DE IDÉIAS (MEIOS N° REG.)
3) QUALQUER OUTRA LIGAÇÃO C/ORGANIZAÇÃO	10) MANIFESTAÇÃO DE IDÉIAS (MEIOS ARTIS.)
4) QUALQUER ATIVIDADE EM PARTIDO LEGAL	11) ATAQUE AS AUTORIDADES
5) PART. EM ENTIDADE OU MOV. DE MASSA	12) IDENTIFICAÇÃO COM O REGIME DEPOSTO
6) PORTE DE MATERIAL	13) INDISCIPLINA MILITAR

DEPOIMENTO POLICIAL 1) NÃO DEPÓS 2) ASSUME ACUSAÇÃO 3) ASSUME PARCIAL 4) NÃO ASSUME	DEPOIMENTO JUDICIAL 1) NÃO DEPÓS 2) ASSUME TOTAL 3) ASSUME PARCIAL 4) NÃO ASSUME	TORTURA 0) NADA CONSTA 1) EXISTE DENÚNCIA
---	--	---

PREVENTIVA - DECRETAÇÃO 1) SEM DECRETAÇÃO 2) DECRETADA NA FASE POLICIAL 3) DECRETADA NA FASE JUDICIAL	PREVENTIVA - REVOGAÇÃO 1) SEM REVOGAÇÃO 2) REVOGADA NA FASE POLICIAL 3) REVOGADA NA FASE JUDICIAL
--	--

ENQUADRAMENTO INICIAL

LEI  ARTIGO  PARÁGRAFO  ALÍNEA  INCISO

RAZÕES	MINISTÉRIO PÚBLICO			DEFESA		
	AUD	STM	STF	AUD	STM	STF
PRELIMINARES						
1) INCOMPETÊNCIA						
2) COISA JULGADA						
3) LITISPENDÊNCIA						
4) NULIDADE (AUSÊNCIA FORMALIDADES)						
5) NULIDADE (COAÇÃO)						
6) INÉPCIA DA DENÚNCIA						
7) ENQUADRAMENTO INADEQUADO						

MÉRITO	AUD	STM	STF	AUD	STM	STF
	8) PROCEDÊNCIA DA AÇÃO					
9) IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO						
10) INEXISTÊNCIA DE FATO						
11) FATO NÃO CONSTITUE INFRAÇÃO						
12) INSUFICIÊNCIA DE PROVAS						
13) INEXISTÊNCIA DE PROVAS						
14) CAUSA EXCLUDENTE CRIMINALIDADE						
15) EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE						

SENTENÇA	ABS.	COND.	LEI	ARTIGO	PARÁG.	ALINEA	INCISO	ANOS	MESES
AUD			<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
			<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
STM			<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
			<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
STF			<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
			<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
AUD	PENA ACESSÓRIA 1) SUSPENSÃO DIREITO POLITICO 2) CASSAÇÃO 3) OUTRA								
STM	PENA ACESSÓRIA 1) SUSPENSÃO DIREITO POLITICO 2) CASSAÇÃO 3) OUTRA								
STF	PENA ACESSÓRIA 1) SUSPENSÃO DIREITO POLITICO 2) CASSAÇÃO 3) OUTRA								









JULGAMENTO

ATITUDE DAS DUAS INSTÂNCIAS

(1a.) Auditoria:

(2a.) STM:

(2a.) STF:



Incidentes durante os interrogatórios (perguntas do Juiz e dos militares)

Incidentes durante outras audiências:

Incidentes processuais:

Incidentes durante a sessão de julgamento:

REGISTRO DO DISCURSO

Relatório Inquérito:

Denúncia:

Sentença Auditoria:

Acórdão STM:

Acórdão STF:

V. Q U A D R O S



QUADRO 1  
IDENTIFICAÇÃO DOS PROCESSOS NOS ARQUIVOS  
DE ORIGEM: RELAÇÃO GERAL A PARTIR DO  
ARQUIVO BNM

BNM	AUD	RM/CJM	AUD PROCESSO	STM APELAÇÃO	STF RECURSO	VOLUMES
1		7ª	65/69	37.722	1.113	2
2		11ª	160/72	39.833		2
3		4ª	84/67	39.424	1.323	5
			12/69			
		11ª	19/70			
4	2ª	1ª	7423/64	38.192		2
5		11ª	59/70	39.278		2
6	2ª	1ª	7470/64	34.582		4
7	2ª	2ª	189/69	38.555	1.140	2
					1.306	
8	2ª	2ª	245/64	37.846		12
9	2ª	2ª	207/69-A	39.111	1.163	7
10	1ª	2ª	231/69	38.406		2
11	2ª	2ª	34/70	38.673		2
12		11ª	181/72	40.510	1.333	5+1 anexo + 1 apenso
13	2ª	2ª	343/65	recurso cri- minal 4.280		4
14		11ª	179/72	40.762		4
15		4ª	37/69	39.655	1.299	6 + 1 apenso
		11ª	37/70			
16		4ª	38/69	38.684		10
		11ª	6/70			
17	2ª	1ª	7477	39.018	1.369	7 + 1 apenso
18		11ª	155/72	39.618	1.270	5 + 3 anexos
19	2ª	2ª	211/63	34.098		6
20	2ª	2ª	39/72	40.195		3
21	2ª	2ª	87/72	40.014		3
22	3ª	1ª	12/70	40.221	1.263	3 + 3 apensos
23	2ª	1ª	7509	38.475		9 + 2 apensos
24		4ª	50/67	36.494		6
25	3ª	1ª	1574	36.149	1.084	5 + 1 apenso
26	2ª	2ª	60/75	41.623		12
27	2ª/A	1ª	1520	39.306		2
28				ação origi- nária nº 29		10
29	1ª/M	1ª	41/68	38.715		5 + 3 apensos
30	2ª/M	1ª	29/70-C	40.278		6 + 1 anexo

BNM	AUD	RM/CJM	AUD PROCESSO	STM APELAÇÃO	STF RECURSO	VOLUMES
	2ª/M	1ª	11/70-C			
	2ª/M	1ª	679/69			
	1ª/M	1ª	122/69			
	1ª/M	1ª	116/69			
	2ª/E	1ª	66/69			
31	2ª/M	1ª	235/64-C	38.671		9 + 5 apensos
32	3ª	1ª	1650/65	35.808		2 + 2 apensos + 1 anexo
33	2ª	1ª	20/70	39.156		7 + 1 apenso
34	1ª/M	1ª	8216/65	37.821		6 + 1 apenso
35		11ª	287/75	41.547		3
36	2ª/A	1ª	1651	40.163		2
37	1ª	2ª	148/69	38.031		1
38	3ª	2ª	82/74	41.253		7
39		11ª	222/73	41.163		3
40	1ª	2ª	764/72	39.956	1.244	9 + 1 apenso
41		6ª	13/72	40.660	1.313	3 + 2 anexos
42	2ª	2ª	162/70	39.789	1.297	18
43	1ª	2ª	1235/76	41.808		15
44	2ª/M	1ª	677/69-C	39.932		2 + 1 anexo
45	1ª/M	1ª	8255	35.080		4
46		7ª	99/64	37.215		16
47	3ª	1ª	18/71	39.544	1.387-5	4 + 1 anexo
48	1ª/M	1ª	8180	36.084		3
49		6ª	20/68	37.153		1
50		7ª	146/65	37.144		2
51		7ª	60/72	39.571		1
52		6ª	48/71	39.824	1.305	2
			6/78		1.227	
53		4ª	38/70	39.151		2 * 1 apenso
54		4ª	16/72	40.188		5 + 7 anexos + 2 apensos
55	1ª	2ª	580/72	39.791	1.245	15
56	2ª/M	1ª	659/69-C	39.778		2
57	3ª	1ª	1/72	40.441		2 + 2 anexos + 1 apenso
		11ª	173/71			
58	1ª	2ª	303/70	38.220		1

BNM	AUD	RM/CJM	AUD PROCESSO	STM APELAÇÃO	STF RECURSO	VOLUMES
59		6ª	43/73	40.600	1.278	1 + 1 apenso
60		7ª	29/73	40.397		1
61		6ª	14/71	39.954	1.228	2
62		5ª	297/66	37.231		5 + 1 anexo
63	3ª	2ª	72/74	40.590		1 + 1 apenso
64	1ª	3ª	78/65	37.054		2
65	2ª	2ª	198/69	39.132	1.189	9
66	1ª	3ª	.84/70	40.898		14
67	2ª	2ª	86/70	38.692	1.343	1
68	2ª	2ª	100/72	40.577	1.324	10
69		5ª	489/69	38.152	1.161	1
70	2ª	2ª	112/71	39.948	1.296-8	6
71		6ª	28/69	38.760		2 + 3 apensos
			36/69anex			
72	1ª	2ª	703/72	39.644	1.320	9 + 1 apenso
73		4ª	82/67	38.263		4
74	1ª/A	1ª	56/71	40.170	1.267	3
75	1ª/A	1ª	6/73	41.229	1.372-7	7 + 1 anexo
76	2ª/M	1ª	27/70-C	39.757		6 + 4 apensos
77		7ª	11/70	38.373		2
78	2ª/M	1ª	56/70-C	41.098	1.335-2	1 + 1 apenso
79	2ª	2ª	135/71	40.472		5 + 4 apensos
			90/72			
80	1ª/A	1ª	12/74	41.629	1.380-8	2
	2ª/M	1ª	10/72-C			
81	2ª/E	1ª	53/72	40.228		1 + 1 apenso
82		10ª	40/72	41.662		6 + 11 anexos
83	2ª/A	1ª	1564	39.262		2
84	1ª	2ª	632/71	39.652	1.247	2
85	3ª	3ª	278/65	36.653		2
86	1ª/M	1ª	8653/66	41.296		2
			8157/64			
		5ª	401/66			
		5ª	198/64			
87	3ª	2ª	104/74	41.672		2

BNM	AUD	RM/CJM	AUD PROCESSO	STM APELAÇÃO	STF RECURSO	VOLUMES
88	2ª	2ª	19/73	40.127		1
89	1ª/A	1ª	28	37.575		1
90		11ª	295/75	41.320		1
91		6ª	6/71	40.656	1.321	4 + 5 apensos
92		10ª	44/72	40.748		2 + 7 anexos
93	1ª/M	1ª	70/69	38.495	1.222	9 + 26 anexos + 3 apensos
94	1ª	3ª	34/70	40.186		8
			51/70			
			68/70			
95	1ª	2ª	366/70	39.093	1.180	15 + 1 anexo
96		5ª	611/71	39.619		2 + 2 apensos
97	2ª	2ª	16/70	39.276	1.187	4
98	2ª	2ª	43/71	39.085	1.190	2
99		8ª	232/70	39.296		2 + 1 apenso
100	2ª	2ª	207/69	41.728	1.396-4	26 + 7 apensos
			173/70			
101		4ª	18/76	41.739	1.399-9	6 + 6 anexos + 1 apenso
102	2ª	2ª	85/70	39.581	1.224	8 + 1 apenso
			46/71			
103	1ª/M	1ª	85	40.554		3
104	2ª	2ª	39/68	39.177		1 + 1 apenso
			114/69-C			
105	2ª	2ª	6/70	39.756	1.217	4 + 2 apensos
106	2ª	2ª	146/70	39.100	1.211	3
107		8ª	162/70	39.366		1
108		8ª	399/72	39.593		3 + 1 anexo
109		6ª	21/69	39.086		2 + 1 apenso
110	3ª/E	1ª	64/70	39.220		1
	1ª/A	1ª	19/70			
111	1ª	3ª	5/72	39.611		1
112	2ª/A	1ª	1542	39.770		2
113		8ª	304/66	36.814		3 + 1 apenso
114		7ª	39/65	36.716	1.409-0	8 + 1 apenso
115		4ª	27/69	38.795	1.188	3 + 1 apenso
116	2ª	1ª	7478	38.779		6 + 1 anexo



BNM	AUD	RM/CJM	AUD PROCESSO	STM APELAÇÃO	STF RECURSO	VOLUMES
117		4ª	12/71	39.096	1.172	1
118		7ª	30/71	39.155		4 + 2 apensos
119		4ª	44/70	39.173		3 + 3 apensos
120		7ª	79/65	35.719		3
121		7ª	91/70	39.193		5 + 3 apensos
122		4ª	1/66	36.988		2
123	1ª	3ª	55/70	39.488		3 + 1 apenso
124		7ª	81/71	39.203		2 + 1 apenso
125		5ª	551/70	38.882		1
126	2ª/E	1ª	32/69	39.019		1
127	1ª	3ª	40/70	39.626		2
128	2ª	2ª	41/70	39.359		1
129		7ª	47/64	34.871		1
130	1ª	2ª	592/71	39.474		1
131	3ª	1ª	1572/64	34.779		1
132		9ª	62	35.552		2
133		4ª	13/65	36.515		1
			58/66			
134		7ª	25/66	36.509		1
135	1ª/M	1ª	8463	39.520		3 + 2 apensos
136		4ª	7/71	39.342		3 + 1 anexo
137	1ª	1ª	58/69	39.149		3
138	1ª/M	1ª	8187	36.478		3
139		5ª	406/66	36.896		3
140	1ª/A	1ª	27/63	34.795		10
141		7ª	27/66	36.582		1
142	2ª	2ª	285/64	35.145		10
143		4ª	15/70	39.213	1.265	12 + 9 anexos
144	2ª	2ª	269/64	39.067		12 + 2 anexos
145		4ª	27/64	34.955		4
146	3ª	3ª	2317/70	38.997		3
147		4ª	24/70	39.187	1.250	3 + 4 anexos
148	3ª/E	1ª	44/70	38.938		1
149	1ª/M	1ª	8341	35.730		19 + 4 apensos
	1ª/M	1ª	8167			

BNM	AUD	RM/CJM	AUD PROCESSO	STM APELAÇÃO	STF RECURSO	VOLUMES
	2ª/M	1ª	270/64			
150		4ª	26/70	39.174	1.309	5 + 3 anexos + 3 apensos
151		5ª	230/64	36.517		4
152		10ª	11/64	35.309		2
153		8ª	260/71	39.250		3 + 2 apensos
154	1ª/M	1ª	146/71	39.505		1
155	1ª	1ª	39/70	38.478	1.162	2
156		7ª	61/72	39.721		3
157		11ª	186/72	40.707	1.329	6
158		4ª	73/69	39.394		5 + 3 anexos
159	2ª	2ª	258/64	35.179		5
160		7ª	46/70	38.605		4
161		10ª	6/69	40.564		3
162	1ª	2ª	446/71	39.049	1.157	4
163		5ª	505/69	39.436		3 + 1 anexo
164		10ª	11/65	35.065		3
165	2ª	2ª	65/68	39.066		1
166	2ª/A	1ª	1683/73	40.469		2
167	3ª	3ª	396/64	35.265		1
168		10ª	1/71	38.886	1.144	2
169		5ª	618/72	39.853		3
170		7ª	58/72	39.612		1
171	2ª	2ª	110/72	39.858		1
172	2ª/A	1ª	1611	39.473		2
173	2ª	2ª	76/67	41.094		6
174	2ª	2ª	64/72	39.692		1
175		5ª	531/70	38.948	1.169	3 + 1 apenso
176		10ª	63/70	39.854		4
177		4ª	37/70	39.489	1.274	10 + 9 anexos
178	1ª	3ª	20/71	39.769	1.303	7 + 2 apensos
179		7ª	95/70	38.975		8 + 3 apensos
180	2ª	2ª	132/71	40.233	1.404-9	11 + 2 apensos
181		4ª	20/73	40.398		1
182		5ª	574/71	39.627		3
183	2ª/M	1ª	180/71-C	39.667		3 + 1 apenso

BNM	AUD	RM/CJM	AUD PROCESSO	STM APELAÇÃO	STF RECURSO	VOLUMES
184		11ª	38/70	39.196	1.319	5
			39/70			
185		10ª	19/66	39.057		3 + 4 anexos
			13/65			
186	1ª/E	1ª	46/70	38.991	1.177	6 + 3 apensos
187	2ª/M	1ª	648/69	39.710	1.235	5
188		6ª	49/72	40.036		2
189	3ª	2ª	38/74	41.499		5
190	1ª/E	1ª	94/71-S	39.896		2
191	1ª/A	1ª	4	39.936		2
192		6ª	11/71	40.113	1.310	4 + 2 apensos
193		11ª	44/70	38.840		4 + 1 anexo
194		10ª	61/70	38.853	1.229	2 + 1 apenso
195	3ª/E	1ª	20/69	38.805		4 + 2 apensos
196		10ª	41/72	40.146		1
197	3ª	2ª	11/73	40.455	1.400-6	6 + 2 anexos
198		4ª	25/72	40.162		5 + 2 anexos
199		6ª	70/73	40.689	1.398-1	3 + 1 apenso
200		10ª	64/70	38.857	1.410-3	5
201	1ª/M	1ª	12	40.074		5
202	2ª	2ª	205/69	38.838	1.174	3
203	1ª	2ª	858/73	40.050		1
204	2ª	2ª	29/73	40.119		2
205	1ª/A	1ª	43/69	39.281	1.213	10
206	3ª	1ª	69/69	38.108		2
207	2ª	2ª	362/65	38.466		2
208	2ª/E	1ª	79/70	40.273		2 + 1 apenso
209	2ª	2ª	23/73	40.509	1.280	4
210	2ª/M	1ª	179/64-C	35.316		3
211	1ª	1ª	51/65	35.166		1
212		6ª	19/71	40.566		2
213		6ª	69/73	40.936		1
214	1ª	2ª	871/73	40.259		3
215		10ª	8/70	41.031	1.315	4
			57/72			

BNM	AUD	RM/CJM	AUD PROCESSO	STM APELAÇÃO	STF RECURSO	VOLUMES
216	1ª	3ª	36/70	39.327		1
217		4ª	32/70	38.903		2
218	1ª	3ª	15/71	40.185	1.271	10
219	1ª	3ª	50/70	39.475		4 + 1 apenso
220		5ª	251/64	37.880		8
221	2ª	2ª	57/68	38.081	1.160	5 + 5 apensos
222		4ª	189/65	35.966		1
223		7ª	19/71	38.858		1 + 3 anexos
224	1ª	2ª	793/72	40.016	1.239	4
225		4ª	1/65	35.339		2
226		7ª	19/66	37.254		1
227	1ª/E	1ª	42/69	38.768	1.182	2
228		7ª	38/70	38.217		1
229	2ª	2ª	101/69	38.546		3 + 1 apenso
230		7ª	90/70	38.870		1
231		5ª	512/69	38.610		2
232	1ª	2ª	526/71	39.215	1.201	6
233	1ª/E	1ª	25/69	38.494		5 + 3 apensos
234		8ª	152/69	38.180		1
235	2ª	1ª	11/69	37.894		1
236		8ª	46/67	36.705		2 + 2 apensos
237		7ª	104/64	36.395		2 + 1 anexo
238		5ª	384/66	36.906		2
239		4ª	179/65	36.499		4
240		5ª	391/66	37.307		2
241	2ª	1ª	18/69	38.988		1
242		4ª	52/70	38.919		1
243		5ª	549/70	38.956		1
244	2ª	2ª	140/70	38.707	1.199	1
245		5ª		38.949		1
246		11ª	8/70	38.510		1
		4ª	64/69			
247		4ª	68/69	38.958		3
248		4ª	5/71	39.135		3 + 1 anexo
249		5ª	477/69	37.214		3 + 2 apensos

BNM	AUD	RM/CJM	AUD PROCESSO	STM APELAÇÃO	STF RECURSO	VOLUMES
250		10ª	11/66	37.765		2
251		7ª	64/68	37.213		3
252	2ª	2ª	35/71	39.069	1.171	2
253	1ª/E	1ª	24/69	39.353		4 + 1 apenso
254	1ª	2ª	780/72	39.754		5
255	2ª	2ª	271/64	36.204		27 + 6 apensos
256	3ª	1ª	1553/64	34.885		3
257		10ª	25/65	35.407		1
258	1ª	1ª	39/71	39.512		1
259	2ª	2ª	300/65	35.544		2
260		5ª	618/72	39.853		3
261		2ª	394/65	35.501		1
262	2ª	2ª	357/65	35.529		3 + 2 anexos
263	1ª/M	1ª	8608	38.923		2
264	2ª/A	1ª	1396	39.175		3 + 6 apensos
265	2ª	1ª	7563	38.966		9 + 3 apensos
266		7ª	88/64	35.970		38 + 4 anexos
267	1ª/E	1ª	50/70	38.416		1
268		6ª	28/70	38.395		1
269		4ª	11/70	38.577		1 + 1 apenso
270		5ª	588/70	38.998		1
271		6ª	40/70	38.915	1.154	2
272		7ª	67/70	38.560		1
273		11ª	1/70	38.769		1
274		4ª	53/66	36.849		1
275		7ª	16/65	35.062		1
276	3ª	1ª	1583	34.903		1
277		11ª	77/70	38.887		1
278		7ª	55/70	38.334		
279	2ª	1ª	7735	39.236		61 + 1 anexo
280	3ª	1ª	1589/65	35.684		1
281	3ª	3ª	2257/69	38.743		1
282		5ª	616/72	39.984		4
283	2ª	2ª	367/65	38.437		7
284	1ª	3ª	11/65	38.521		3 + 4 apensos

BNM	AUD	RM/CJM	AUD PROCESSO	STM APELAÇÃO	STF RECURSO	VOLUMES
285	2ª	1ª	7748/67	37.188		1
286	2ª	2ª	366/65	39.055		5
287	1ª	3ª	4/67	37.788		2
288	3ª	3ª	286/64	35.459		2
289	2ª/A	1ª	1557/70	39.235	1.186	2 + 1 apenso
290	1ª	3ª	88/65	36.464		2 + 1 apenso
291	1ª	3ª	233/69	37.314		1
292		5ª	272/64	36.848		2
293	1ª/A	1ª	25/72	39.905		2
294	2ª	2ª	215/69	39.766	1.248	12
			209/69			
			72/71			
295	1ª/M	1ª	119/70	39.917	1.226	5 + 1 apenso
	1ª/E	1ª	66/69			
296	2ª/A	1ª	1475/71	39.404		2
297	1ª/A	1ª	30/65	36.196		2
298		5ª	239/64	37.239		3
299	2ª	2ª	32/70	38.693	1.139	2 + 1 anexo
300		4ª	19/72	39.957		3 + 1 anexo
301	1ª	3ª	12/70	39.101		1
302	2ª	1ª	7741/67	38.350		5
	1ª/A	1ª	34/65			
303	1ª	1ª	58/65	37.913		7 + 1 apenso
304	1ª	2ª	445/70	38.729		3
305	1ª	2ª	467/70	38.716		3 + 3 anexos
306	1ª/A	1ª	16/71	39.244		1
307		6ª	22/69	38.735		1 + 2 apensos
308		4ª	44/65	35.275		1
309	1ª	1ª	47/71	39.913		1
310		6ª	50/71	39.357		1
311	1ª	1ª	55/71	39.704		3 + 1 apenso
312		5ª	381/66	36.924		2
313		11ª	41/70	39.083		2 + 1 anexo
314		4ª	6/69	38.365		2
315	2ª/A	1ª	1337/67	37.690		4

BNM	AUD	RM/CJM	AUD PROCESSO	STM APELAÇÃO	STF RECURSO	VOLUMES
316	2ª/A	1ª	1337/67	37.690		4
317	3ª/E	1ª	33/72	39.959		3 + 1 apenso
318	1ª	3ª	14/69	38.237		1
319	1ª/A	1ª	15	35.106		2
320	1ª/M	1ª	90	38.377		3
321		10ª	44/69	38.778		1
322		11ª	85/70	38.897		2
323		7ª	36/64	34.770		1
324	1ª	2ª	506/70	38.688		1
	2ª	2ª	63/70			
325	3ª	3ª	27/68	38.028		2
326		4ª	5/69	37.532		2 + 1 apenso
327		7ª	87/65	36.745		1
328		10ª	19/71	39.671		1 + 1 apenso
329		7ª	42/70	38.216		1
330		5ª	314/66	36.498		2
331	2ª	2ª	67/68-A	37.359	1.138	1
332	2ª	2ª	111/71	39.466	1.191	2 + 1 apenso
333	2ª	2ª	379/65	35.406		1
334		4ª	5/67	37.808		3
335		7ª	76/65	36.455		1
336	1ª	1ª	23/69	37.481		1 + 1 apenso
337		4ª	8/71	39.324		1
338	1ª/A	1ª	6	39.513		2 + 2 anexos
339		5ª	587/71	39.260		1
340		10ª	4/69	39.313		2 + 1 anexo
341	2ª	2ª	117/71	39.414		1
342	1ª/E	1ª	67/70-T	39.501		2
343		10ª	3/71	39.312		1
344	2ª	2ª	100/71	39.506		1
345		10ª	20/71	39.761		1
346	2ª/A	1ª	1612/71	39.739		2 + 1 apenso
347	2ª/M	1ª	69/70-C	39.885	1.234	2 + 1 apenso
348	3ª/E	1ª	19/72	39.663		1
349		10ª	7/66	39.491		3

BNM	AUD	RM/CJM	AUD PROCESSO	STM APELAÇÃO	STF RECURSO	VOLUMES
350		7ª	30/69	39.559	1.258	1
351		11ª	137/71	39.598		1
352		7ª	40/72	39.527	1.198	2 + 1 apenso
353	1ª	2ª	773/72	39.843	1.225	1
354		11ª	21/70	39.314		2 + 3 anexos
		4ª	39/69			
355	2ª/E	1ª	33/71	39.605		3
	1ª/A		24/70			
356	2ª/E	1ª	35	39.665		2 + 1 apenso
357	1ª/E	1ª	17/71	39.191		1 + 1 anexo
358		7ª	119/71	39.323		2 + 1 anexo
359	3ª/E	1ª	95/71	39.311		1
360	1ª	3ª	8/71	39.467	1.181	2
361	2ª/E	1ª	85/71	39.810		2
362		7ª	105/65	39.157	1.179	1
363		6ª	22/70	39.277		1 + 1 apenso
364	2ª/M	1ª	258/71-C	39.499		1
365	2ª	2ª	121/70	39.847		1 + 1 apenso
366	2ª/E	1ª	48/69	39.780		1
367		6ª	31/71	39.873		1
368		5ª	629/72	39.678		1 + 1 apenso
369		8ª	259	39.239		2
370		7ª	105/71	39.120		1
371		6ª	8/70	39.285		1
372		4ª	20/72	39.901		3
373	1ª	2ª	659/71	39.152		2
374		11ª	115/71	39.346		2
375		10ª	6/70	39.348	1.214	1
376		6ª	22/73	40.950		1 + 2 apensos
377		7ª	101/70	38.895		1
378		6ª	29/69	38.413		1
379		6ª	71/72	40.567	2 + 1 anexo	
380		7ª	96/70	39.044		1
381		5ª	533/70	39.106		2
382	1ª	1ª	59/65	36.394		5



BNM	AUD	RM/CJM	AUD PROCESSO	STM APELAÇÃO	STF RECURSO	VOLUMES
383	1ª	2ª	857/73	40.098		3
384	1ª	3ª	27/71	39.730		4 + 1 apenso
385		5ª	382/66	36.458		2
386		5ª	590/71	39.078		1
387		10ª	9/69	38.871		1 + 1 apenso
388		6ª	17/64	34.721		1
389		7ª	39/71	38.726		1
390		5ª	274/67	37.842		7 + 2 apensos
391		5ª	288/65	37.724	1.257	14 + 3 anexos
392	2ª	2ª	6/71	40.236	1.275-5	6
393		6ª	77/65	38.599		8 + 1 apenso
394		6ª	5/66	37.899		10
395		8ª	76/74	40.982		2
396		5ª	525/70	38.859		2
397		5ª	369/66	38.922	1.153	2
398		7ª	97/65	35.590		4
399	1ª	2ª	759/72	39.548		1
400	2ª/A	1ª	1515	39.048		3
401		4ª	37/68	37.399		1 + 1 apenso
402	3ª	3ª	2403/71	39.733		1
403	1ª	3ª	28/71	40.522		4
404		6ª	6/70	38.683		1 + 1 anexo
			1/70			
405		8ª	224	38.791		2
406	1ª	3ª	85/70	39.471		3
407	3ª/E	1ª	17/74	40.675		1 + 1 apenso
408		4ª	45/68	40.613		1
409	3ª	2ª	1/73	40.571		1
410	2ª	2ª	59/72	40.533		1
411	2ª/E	1ª	18/72	40.500		1
412		11ª	189/72	40.616		4 + 1 apenso
413	2ª/M	1ª	13/72-C	40.245		5 + 1 anexo
	1ª/A		29/71			
414	1ª/E	1ª	56/69-S	40.189		6
415	3ª	2ª	13/73	40.258		2

BNM	AUD	RM/CJM	AUD PROCESSO	STM APELAÇÃO	STF RECURSO	VOLUMES
416	2ª/A	1ª	1444	40.021		1 + 3 apensos
417		11ª	177/72	40.159		2
418		7ª	9/74	40.743		2
419	2ª	2ª	35/75	41.134		4
420		7ª	105/72	40.216		1
421		4ª	29/73	40.628		2
422	1ª	2ª	1069/75	41.059		1
423	1ª	3ª	5/75	41.805		3
424	3ª	2ª	7/73	40.424		2
425		10ª	25/72	40.033		1
426	2ª/M	1ª	431/76-C	41.768		1 + 3 anexos
427	3ª	2ª	138/75	41.241		1
428	1ª/M	1ª	107/70-B	40.376		2
429		4ª	51/68	38.048		8 + 2 anexos
430	2ª	2ª	52/68	40.154		1
431		6ª	38/71	40.484		1
432	1ª/M	1ª	36/72	40.047		2
	1ª/E	1ª	30/71-S			
433	1ª/M	1ª	55	40.141		2
434		7ª	66/73	40.612		1
435	1ª/M	1ª	29/72	40.062		2
436	2ª	2ª	197/69	40.468		1
437	1ª	3ª	76/65	36.403		1
438	2ª/M	1ª	66/72-C	40.579		2
439	1ª	1ª	10/71	39.567		1
440	2ª	2ª	48/68	39.808		3
441		4ª	14/71	39.222		1
442	1ª/M	1ª	8455	37.233		2
443		4ª	41/69	38.082		1 + 1 apenso
444	3ª	1ª	54/69	38.060		1 + 1 apenso
445		7ª	58/64	35.739		5
446	1ª	2ª	292/70	38.315		1
447	1ª	3ª	9/70	39.309		1
448	1ª	2ª	829/73	39.947		2
449	2ª	1ª	5/69	37.761		2 + 1 anexo

BNM	AUD	RM/CJM	AUD PROCESSO	STM APELAÇÃO	STF RECURSO	VOLUMES
450	1ª/M	1ª	107/70-A	40.303		2
451	2ª	1ª	112/72	40.326		1
452		4ª	70/69	39.105		2
453	1ª	3ª	26/70	39.070		1
454	1ª	2ª	551/71	38.777		2
455	1ª	1ª	6/70	38.926		2
456	3ª	1ª	71/69	38.841		2 + 2 apensos
457	2ª/A	1ª	1696	40.266		2
458	2ª	2ª	45/73	40.104		2
459	2ª	2ª	48/70	39.039		1
460	2ª	1ª	7737/69	38.666		2
461		10ª	23/72	40.289		2
462		5ª	492/69	39.107		1
463		7ª	99/71	39.188		1
464		5ª	578/71	39.077		1
465	1ª/M	1ª	8057	34.156		1
466		7ª	69/65	35.589		1
467	2ª	2ª	11/74			processo incompleto
468	1ª/A	1ª	10	35.452		2
469	1ª	2ª	1002/74	40.678		1
470	1ª	3ª	10/70	39.788		2 + 1 apenso
471	1ª/A	1ª	93/66	36.527		1
		7ª	84/66			
		8ª	273/66			
472	3ª	1ª	1546/64	35.562		2
473	1ª	1ª	27/69	38.275		3 + 1 apenso
474	2ª	2ª	416/66	36.840		1
475	3ª	3ª	2635/73	40.407		1
476	1ª	2ª	487/71	38.757		1 + 2 apensos
477	3ª	1ª	50/68	37.224		1
478	1ª	3ª	26/64	39.014		1
479	1ª	3ª	56/70	38.755		1
480	1ª	2ª	423/70	38.628		1
481	2ª/M	1ª	46/70-C	38.645		1
482		4ª	42/70	38.706		1

BNM	AUD	RM/CJM	AUD PROCESSO	STM APELAÇÃO	STF RECURSO	VOLUMES
483	2ª/E	1ª	58/69	40.249		2 + 5 apensos
	1ª/E		81/70			
	2ª/M		628/69			
	3ª/E		40/69			
484	2ª	2ª	132/69	39.025		1
485		7ª	103/71	39.079	1.173	1
486	2ª	2ª	51/68-C	39.068	1.147	1
487		11ª	106/71	39.012		2
488	2ª	2ª	468/66	39.054		7 + 1 apenso
489	2ª	2ª	118/69	39.051		1
490	2ª/E	1ª	105/70	39.050		1
491	1ª	2ª	1309/78	42.428		8
492	3ª/E	1ª	51/69	38.307	1.164	1 + 3 apensos
493	1ª/M	1ª	8162	35.125		4
494	1ª/M	1ª	8591	37.574		4
495		5ª	390/66	38.183		2
496		4ª	193/65	35.679		2 + 1 anexo
497	3ª	1ª	1556/64	35.360		1
498	3ª	1ª	1555/64	35.414		1
499		4ª	53/68	37.435		1
500	3ª	1ª	1581/64	35.332		1
501	1ª	3ª	70/66	38.148		8
502	2ª	2ª	267/64	35.759		8
503	2ª	3ª	5/67	36.452		1
504	3ª	1ª	1557/64	35.415		1
505		5ª	300/65	36.513		2
506	1ª/M	1ª	8266	37.116		3
507		7ª	81/69	38.084		2 + 1 anexo + 1 apenso
508	1ª/M	1ª	8172	35.768		4
509	1ª	1ª	49/68	37.140		1
510	1ª	2ª	236/70	38.286	1.397-2	2 + 2 apensos
511	3ª	1ª	1550/64	35.222		2
512		5ª	444/67	37.002		13 + 3 apensos
513		5ª	398/66	38.218		8
	1ª	3ª	398/66			

BNM	AUD	RM/CJM	AUD PROCESSO	STM APELAÇÃO	STF RECURSO	VOLUMES
514		4ª	24/64	35.212	1.085	12
515		4ª	43/65-CP	35.826		1
516	1ª	2ª	168/69	38.191	1.141	1
517		4ª	178/65	36.087		1
518		7ª	68/69	37.856		1
519	3ª	3ª	2254/69	37.935		1
520	3ª	1ª	1575/64	35.223		2
521		11ª	197/73	40.399		2
522	2ª	1ª	33/70	38.954		1
523	3ª/E	1ª	77/71	39.525		1
524	1ª	1ª	89/71-T	39.576		1
525	2ª	2ª	61/72	39.511	1.197	1
526	3ª/E	1ª	23/73	40.495		3
527	2ª	2ª	41/68	37.662		1
528		4ª	25/64	recurso cri- minal 5.309		1
529	2ª	2ª	18/71	38.650		1
530	2ª	2ª	150/70	40.953		2
531	2ª	2ª	2/76	41.252	1.342	2
532	1ª/A	1ª	28/72	40.638		2
533	2ª/A	1ª	1526	39.154		2
534	1ª	3ª	18/72	39.935		1
535		10ª	22/68	39.204		1
536	1ª	2ª	573/71	38.794		1
537	1ª/A	1ª	53/70	39.116	1.148	2
538	3ª	2ª	9/73	40.271		1
	2ª	2ª	141/69			
539	2ª/A	1ª	1656/72	39.888		2
540		10ª	32/69	40.125		1
541	2ª	2ª	77/72	40.116		1
542		10ª	24/72	40.070		1
543		11ª	167/72	40.090		2
544	1ª/A	1ª	7/70	39.995	1.383-2	2
545	1ª	3ª	24/72	40.479		2
546		7ª	118/73	41.282		2
547		10ª	67/71	40.627		1

BNM	AUD	RM/CJM	AUD PROCESSO	STM APELAÇÃO	STF RECURSO	VOLUMES
548		10ª	52/70	39.760		2
549		6ª	1/74	40.719		1
550	1ª	2ª	995/74	40.813		1
551		5ª	745/75	41.949		20
552	3ª/E	1ª	11/75	41.198		1
553	1a./M	1a.	42/68			1
554	1ª	2ª	291/70	39.361		1
555		10ª	23/71	39.053		1
556		10ª	15/71	39.910		1
557		4ª	8/74	40.831		2
558	2ª/A	1ª	1693	40.077		2
559	2ª/A	1ª	1684	40.203	1.249	2
560		5ª	554/70	38.640		1
561		7ª	133/70	38.473		1
562	1ª	3ª	89/66	38.685		6
563	2ª/A	1ª	1599	39.295		2
564		8ª	406	40.464		2
565	2ª	2ª	4/70	40.476		1
566		10ª	4/71	39.793	1.246	2
567	3ª/E	1ª	72/72	40.043		1
568	2ª	2ª	3/76			processo incompleto
569	1ª	3ª	59/70	39.983		3
570	1ª/A	1ª	21/70	39.115		2 + 1 apenso
571		4ª	18/71	38.983	1.200	1
572	1ª/M	1ª	5	40.714		2
573		10ª	5/70	38.541		2
574	2ª	2ª	79/67			processo incompleto
575	1ª/A	1ª	31	38.374		1
576	2ª/M	1ª	671/69-C	39.543		3
577		4ª	43/70	38.474		1
578		7ª	126/65	38.772		1 + 2 anexos
579	1ª/M	1ª	8771	39.662		1 + 4 apensos
580	1ª/M	1ª	104	39.899		2
581	1ª/A	1ª	15/71	39.560		2
582	1ª/E	1ª	120/70-S	39.974	1.268	3 + 1 apenso

BNM	AUD	RM/CJM	AUD PROCESSO	STM APELAÇÃO	STF RECURSO	VOLUMES
583	1ª	3ª	20/70	38.875		1
584	1ª	2ª	257/70	38.046	1.143	2
585		7ª	88/71	38.974		1
586	2ª	2ª	208/69	40.597		1
587	2ª/A	1ª	1633	39.978		2
588	3ª/E	1ª	16/72	39.927		1 + 1 apenso
589	1ª/M	1ª	81/70	39.519		2 + 2 apensos
590		7ª	59/72	39.889		1
591	1ª/A	1ª	17/70	40.107		3
	1ª/M	1ª	133			
592	2ª	2ª	271/64-1	38.451		5
593		4ª	47/69	38.539	1.132	3 + 1 apenso
594		10ª	60/71	39.909	1.233	3
595		4ª	23/71	39.993		5 + 4 apensos
596	1ª	2ª	703/72-A	39.602	1.205	1
597	2ª/E	1ª	56/69	39.287		1
598	1ª/A	1ª	41/71	39.572	1.194	2
599		4ª	25/70	39.258	1.223	4 + 3 anexos
600	2ª	3ª	1/71	39.728		1
601		5ª	600/71	39.588		1
602	2ª	2ª	125/71	39.397		1
603	2ª/E	1ª	62/69	39.479		1
604	2ª	2ª	11/67	37.757	1.109	4
605	1ª	2ª	763/72-A	40.291		5
606		5ª	299/65	37.464	1.111	4
607	3ª	3ª	2365/70	39.164		1
608		7ª	43/72	39.753		2 + 4 apensos
609	2ª/M	1ª	102/70-C	39.848		2 + 1 anexo
610	2ª	2ª	36/68	39.914		1
611	1ª/A	1ª	42/70	39.792		2 + 1 apenso
612		6ª	23/71	39.298	1.204	1 + 1 anexo
613	2ª	2ª	22/67	40.244		1
614	1ª/A	1ª	54/73	39.606		3 + 2 apensos
615		8ª	378	39.483		1
616		5ª	597/71	39.273		1

BNM	AUD	RM/CJM	AUD PROCESSO	STM APELAÇÃO	STF RECURSO	VOLUMES
617		10ª	2/71	39.432	1.260	1 + 1 anexo
618	1ª	2ª	535/71	39.332		2
619	2ª/M	1ª	262/71	42.001		5 + 2 apensos
620		6ª	20/71	39.409		1 + 1 apenso
621		11ª	29/70	38.660		2 + 1 apenso
		4ª	2/69			
622	2ª/M	1ª	91/70-C	39.958		2
623		11ª	76/70	39.356		3
		4ª	60/69			
			89/67			
624	1ª	2ª	582/71	39.547		1
625	1ª/A	1ª	15/70	39.117		2
626	2ª	2ª	5/70	39.134		2 + 1 anexo
627		11ª	185/72	40.458	1.367	3
628		4ª	26/64	34.792		1
629		7ª	76/70	38.561	1.131	2 + 2 apensos
630	2ª	2ª	56/68	38.427		1
631	2ª/A	1ª	1529	39.153	1.176	2
632		7ª	93/70	39.410	1.322-1	3
633	2ª/A	1ª	1500	39.160		2
	1ª	1ª	39/69			
634	1ª	2ª	972/74	40.611		8
635		6ª	51/70	38.590	1.232	2
636	2ª	2ª	196/69	38.442		1 + 1 apenso
637	2ª	2ª	83/68			processo incompleto
638	1ª/A	1ª	17/71	39.716	1.215	2
639	1ª/M	1ª	8258	36.187		5
640	2ª/E	1ª	12/70	39.826		1 + 1 apenso
641		7ª	69/71	39.646		2
642		7ª	4/74	40.728		1
643	2ª	2ª	41/75	41.239	1.406-5	2
644		7ª	51/73	41.000		3
645	1ª/E	1ª	64/69	38.321	1.151	7
646		10ª	9/71	39.911		2
647	3ª	3ª	2356/71	39.456		2



BNM	AUD	RM/CJM	AUD PROCESSO	STM APELAÇÃO	STF RECURSO	VOLUMES
648	1ª	2ª	256/70	38.609		1
649		7ª	70/69	37.942		2
650	2ª/M	1ª	39/72-C	41.333		2
651	1ª/M	1ª	51/72	40.132		2
652	3ª/E	1ª	83/71	39.819		2 + 1 apenso
653	1ª	3ª	21/71	39.684		4 + 1 apenso
654		4ª	26/72	39.857		2
655	3ª	3ª	480/70	38.901		1
656		10ª	26/72	40.459		1
657		4ª	30/68	40.229		1
658	1ª	3ª	31/72	40.401		1
659	2ª/M	1ª	307/71	40.493		1
660		10ª	24/71	40.318		1
661	2ª	2ª	68/72	40.265		1
662	1ª/E	1ª	19/72-T	40.232		2
663	1ª	2ª	763/72	40.260	1.293	7
664	2ª/M	1ª	65/70-C	40.157		2
665	2ª/M	1ª	576/68-C	40.778		6 + 1 apenso
666		10ª	69/71	40.296		2 + 5 anexos
667		10ª	61/72	40.391		1
668	2ª	2ª	111/72	40.320		2 + 1 anexo
669	2ª/A	1ª	1702	40.345		2
670	2ª	2ª	42/73	40.425		3
671		4ª	22/72	40.097		7 + 1 apenso
672	1ª/M	1ª	107/70	40.593		4 + 3 apensos
673	2ª/E	1ª	110/71	40.894		3 + 1 apenso + 1 anexo
674	1ª/A	1ª	40/72	40.640		6
675		7ª	28/73	40.559		2
676		11ª	221/73	40.706		4
677		6ª	46/73	40.899		1 + 1 apenso
678	2ª	2ª	45/74	41.028		2
679	1ª/A	1ª	48/70-A	40.801		2
680	3ª/E	1ª	91/72	40.954	1.362-0	2
681	2ª	2ª	59/71	40.503		6 + 1 anexo
682		11ª	183/72	40.879		4 + 1 apenso + 1 anexo



QUADRO 2  
IDENTIFICAÇÃO DOS PROCESSOS NOS ARQUIVOS  
DE ORIGEM: RELAÇÃO GERAL A PARTIR DOS  
ARQUIVOS DAS AUDITORIAS MILITARES

RM/CJM	AUD	ANO	Nº PROCESSO	BNM	RM/CJM	AUD	ANO	Nº PROCESSO	BNM	
1ª	1ª/A	1963	27	140			1968	1444	416	
			15	319				1969	1396	264
		1965	30	297			1970	1500	633	
			34	302				1515	400	
		1966	10	468			1971	1549	689	
			93	471				1557	289	
		1968	8	698			1972	1475	296	
			28	89				1520	27	
		1969	43	205			1973	1526	533	
			1970	6				338	1529	631
		7		544			1564	83		
		15	625	1599			563			
		17	591	1611			172			
		19	110	1612			346			
		21	570	1542			112			
		24	355	1633			487			
		31	575	1656			539			
		42	611	1684			559			
		48-A	679	1651			36			
		53	537	1683			166			
		1971	15	581			1693	558		
			16	300			1696	457		
		17	638	1702			669			
		29	413	1974			1742	685		
		41	598	1ª			1ª/E	1965	51	211
		56	74					58	303	
		67	688	59			382			
		1972	4	191			1968	49	509	
			25	293			1969	23	336	
		28	532	24				253		
		40	674	25			233			
		1973	6	75			27	473		
			54	614			39	633		
		1974	12	80			42	227		
		1977	19	700			56-S	414		
		1ª	2ª/A	1964			1231	694	58	137
				1967			1337	316	63	645

RM/CJM	AUD	ANO	Nº PROCESSO	BNM	RM/CJM	AUD	ANO	Nº PROCESSO	BNM
		1970	66	295				20	33
			6	455				33	522
			39	155				35	356
			46	186				79	208
			50	267				105	490
			67-T	342				118	173
			81	483			1971	33	355
			120-S	582				85	361
		1971	10	439				110	673
			17	357			1972	8	58
			30-S	432				18	411
			39	258				53	81
			47	309				80	529
			55	311				112	451
			89-T	524			1973	50	701
			94-S	190	1ª	3ª/E	1964	1546	472
		1972	19-T	662				1550	511
1ª	2ª/E	1964	7423	4				1553	256
			7470	6				1555	498
			7477	17				1556	497
			7478	116				1557	504
		1966	7509	23				1572	131
			7563	265				1574	25
		1967	7735	279				1575	520
			7737	460				1581	500
			7741	302			1965	1583	276
			7748	285				1589	280
		1969	5	449				1650	32
			11	235			1968	50	477
			18	241			1969	20	195
			32	126				40	483
			48	366				51	492
			56	597				54	444
			58	483				69	206
			62	603				71	456
			66	30			1970	12	22
		1970	12	640				44	148

RM/CJM	AUD	ANO	Nº PROCESSO	BNM	RM/CJM	AUD	ANO	Nº PROCESSO	BNM			
1ª	1ª/M	1971	64	110	1ª	2ª/M	1971	13	568			
			18	47				81	589			
			77	523				107	672			
			83	652				107 A	450			
			95	359				107 B	428			
		1972	1	57				119	295			
			16	588				55	433			
			19	348				104	580			
			33	317				133	591			
			72	567				146	154			
		1973	91	680				1972	12	201		
			23	526					29	435		
		1974	17	407				1973	36	432		
		1975	11	552			51		651			
		1963	8057	465			85		103			
			8157	86			5		572			
		1964	8162	493			1964		178-C	692		
			8167	149					179-C	210		
			8172	508					201	692		
			8180	48					235-C	31		
			8187	138					250	692		
			8341	149					270	149		
			1965	8216				34	1965	296	692	
				8255				45		1966	407	699
				8258				639			1968	576-C
				8266				506		1969		628
		8455		442			648	187				
		1966	8591	494			1970	659-C	56			
			8653	86				671-C	576			
		1968	8771	579				677-C	44			
			41	29				679	30			
		1969	42	553				1970	11	30		
70	93		27-C	76								
90	320		29-C	30								
1970	116	30	46-C	481								
	122	30	56-C	78								
	8463	135	65-C	664								
	8608	263										

RM/CJM	AUD	ANO	Nº PROCESSO	BNM	RM/CJM	AUD	ANO	Nº PROCESSO	BNM		
2ª	1ª	1971	69-C	347				615	180		
			91-C	622				632	84		
			102-C	609				642	180		
			180-C	183				659	373		
			258-C	364				1972	580	55	
			262	619					703	72	
			307	659					703-A	596	
			1972	10-C				80	759	399	
				13-C				413	763	663	
				39-C				650	763-A	605	
		66-C		438			764	40			
		1976	431-C	426			773	353			
		1969	148	37			780	254			
			168	516			793	224			
		1970	231	10			1973	829	448		
			236	510				857	383		
			256	648				858	203		
			257	584				866	693		
			291	554				871	214		
			292	446				1974	934	684	
			294	100					950	553	
			303	58					972	634	
			342	686					995	550	
			355	100				1002	469		
		366	95	1003			528				
		423	480	1975			1069	422			
		445	304	1976			1235	43			
		467	305	1978			1309	491			
		1971	506	324			2ª	2ª	1963	211	19
			446	162					1964	245	8
			487	476					258	159	
			526	232					267	502	
			535	618					269	144	
			551	454					271	255	
573	536		271-I	592							
582	624		285	142							
592	130		1965	300	259						

RM/CJM	AUD	ANO	Nº PROCESSO	BNM	RM/CJM	AUD	ANO	Nº PROCESSO	BNM
			343	13				208	586
			357	262				209	294
			362	207				215	294
			366	286			1970	4	565
			367	283				5	626
			379	333				6	105
			394	261				7	100
		1966	416	474				10	100
			468	488				16	97
		1967	11	604				32	299
			22	613				34	11
			76	173				36	100
			79	574				38	100
		1968	36	610				41	128
			39	104				48	459
			41	527				51	100
			48	440				63	324
			51-C	486				85	102
			52	430				86	67
			56	630				121	365
			57	221				140	244
			65	165				146	106
			67-A	331				150	530
			83	637				162	42
		1969	94	697			1971	6	392
			101	229				18	529
			114-C	104				35	252
			118	489				43	98
			132	484				46	102
			141	538				59	681
			189	7				72	294
			196	636				100	344
			197	436				111	332
			198	65				112	70
			205	202				117	341
			207	100				125	602
			207-A	9				132	180

RM/CJM	AUD	ANO	Nº PROCESSO	BNM	RM/CJM	AUD	ANO	Nº PROCESSO	BNM
			135	79	3ª	1ª	1964	26	478
			150	180			1965	11	284
		1972	39	20				76	437
			59	410				78	64
			61	525				88	290
			64	174			1966	70	501
			68	661				89	562
			77	541				398	513
			87	21			1967	4	287
			90	79			1969	14	318
			100	68				34	527
			110	171				233	291
			111	668			1970	9	447
		1973	19	88				10	470
			23	209				12	301
			29	204				20	583
			42	670				26	453
			45	458				34	94
			79	706				36	216
		1974	11	467				40	127
			45	678				50	219
		1975	22	703				51	94
			35	419				55	123
			41	643				56	479
			60	26				59	569
		1976	2	531				68	94
			3	568				84	66
2ª	3ª	1973	1	409				85	406
			7	424				8	360
			9	538			1971	15	218
			11	197				20	178
			13	415				21	653
		1974	38	189				27	384
			72	63				28	403
			82	38				5	111
			104	87			1972	6	384
			74	704				8	189
		1975	138	427					
			189	683					



RM/CJM	AUD	ANO	Nº PROCESSO	BNM	RM/CJM	AUD	ANO	Nº PROCESSO	BNM
			18	534				84	3
			24	545				89	620
			31	658			1968	30	657
		1974	13	429				37	401
		1975	5	423				45	402
3ª	2ª	1977	335	698				51	429
		1967	5	503				53	499
		1971	1	600					
3ª	3ª	1964	286	288			1969	2	621
			396	167				5	326
		1965	278	85				6	314
		1968	27	325				12	3
		1969	2254	519				26	695
			2257	281				27	115
		1970	480	655				35	467
			2317	146				37	15
			2365	607				38	16
		1971	2356	647				39	354
			2403	402				41	443
		1973	2635	475				47	593
4ª		1964	24	514				50	687
			25	528				60	623
			26	628				64	246
			27	145				68	247
		1965	1	225				70	452
			13	133				73	158
			43-CP	515			1970	11	269
			44	308				15	143
			178	517				24	147
			179	239				25	599
			189	222				26	150
			193	496				32	217
		1966	1	122				37	177
			53	274				38	53
			58	133				42	482
		1967	5	334				43	577
			50	24				44	119
			82	73				52	242

RM/CJM	AUD	ANO	Nº PROCESSO	BNM	RM/CJM	AUD	ANO	Nº PROCESSO	BNM	
5ª		1971	5	248			1967	274	390	
			7	136				444	512	
			8	337				1969	477	249
			12	117					489	69
			14	441					492	462
			18	571					505	163
			23	595					512	231
		1972	16	54			1970	525	396	
			19	300				529	245	
			20	372				531	175	
			22	671				533	381	
			25	198				549	243	
			26	654				551	125	
			1973	20				181	554	560
		29		421			558	270		
		1974	8	557			569	637		
		1976	18	101			1971	574	182	
		1964	198	86				578	464	
			230	151				587	339	
			239	298				589	574	
			251	220				590	386	
			272	292				597	616	
		1965	288	391				600	601	
			299	606				611	96	
			300	505				1972	616	282
		1966	297	62					618	169
			314	330			618-B	260		
			369	397			629	368		
			381	312			1975	745	551	
			382	385				1964	17	388
384	238		77	393						
385	315		1966	5	394					
390	495		1968	20	49					
391	240		1969	21	109					
398	513			22	307					
401	86	28		71						
406	139	29		378						
					6ª					

RM/CJM	AUD	ANO	Nº PROCESSO	BNM	RM/CJM	AUD	ANO	Nº PROCESSO	BNM
			36	71				69	466
		1970	1	404				76	335
			6	404				79	120
			8	371				87	327
			22	363				97	398
			28	268				105	362
			40	271				126	578
			61	635				146	50
		1971	6	91			1966	19	226
			14	61				25	134
			19	212				27	141
			20	620				84	471
			23	612			1968	64	251
			29	192			1969	30	350
			31	367				65	1
			38	431				68	518
			48	52				70	649
			50	310				81	507
		1972	13	41			1970	11	77
			49	188				38	228
			71	379				42	329
		1973	22	376				46	160
			43	59				55	278
			46	677				67	272
			69	213				76	629
			70	199				90	230
		1974	1	549				91	121
		1978	6	52				93	632
7ª		1964	36	323				95	179
			47	129				96	380
			58	445				101	377
			88	266				133	561
			99	46			1971	19	223
			104	237				30	118
		1965	16	275				39	389
			39	114				69	641
			58	334				81	124

RM/CJM	AUD	ANO	Nº PROCESSO	BNM	RM/CJM	AUD	ANO	Nº PROCESSO	BNM
			88	585				25	257
			99	463			1966	7	349
			103	485				11	250
			105	370				19	185
			119	358			1967	10	691
		1972	40	352			1968	13	690
			43	608				22	535
			58	170			1969	4	340
			59	590				6	161
			60	51				9	387
			61	156				32	540
			105	420				44	321
		1973	28	675			1970	5	573
			29	60				6	375
			51	644				8	215
			66	434				52	548
			118	546				61	194
		1974	3	702				63	176
			4	642				64	200
			9	418			1971	1	168
8ª		1966	273	471				2	617
			304	113				3	343
		1967	46	236				4	566
		1969	152	234				9	646
		1970	162	107				15	556
			224	405				19	328
			232	99				20	345
		1971	259	369				23	555
			260	153				24	660
		1972	378	615				60	594
			399	108				67	547
			406	564				69	666
		1974	76	395			1972	23	461
9ª		1965	62	132				24	542
10ª		1964	11	152				25	424
		1965	11	164				26	656
			13	185				40	82

RM/CJM	AUD	ANO	Nº PROCESSO	BNM	RM/CJM	AUD	ANO	Nº PROCESSO	BNM
11ª		1969 1973 1970	41	196			1975	222	39
	44		92			287		35	
	57		215			295		90	
	61		667						
	43		705						
	19		696						
	1		273						
	6		16						
	8		246						
	19		3						
	21		354						
	29		621						
	37		15						
	38		184						
	39	184							
	41	313							
	44	193							
	59	5							
	62	707							
	76	623							
	77	277							
	85	322							
	95	491							
	106	487	1971						
	115	374							
	137	351							
	173	57							
155	18	1972							
160	2								
167	543								
177	417								
179	14								
181	12								
183	682								
185	627								
186	157								
189	412								
197	521	1973							
221	676								

QUADRO 3  
 IDENTIFICAÇÃO DOS PROCESSOS NOS ARQUIVOS  
 DE ORIGEM: RELAÇÃO GERAL A PARTIR DO  
 ARQUIVO DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (STM)

APELAÇÃO	BNM	APELAÇÃO	BNM	APELAÇÃO	BNM	APELAÇÃO	BNM
34.098	19	35.544	259	36.582	141	37.532	326
34.156	465	35.552	132	36.653	85	37.534	691
34.582	6	35.562	472	36.705	236	37.574	494
34.721	388	35.589	466	36.716	114	37.575	89
34.770	323	35.590	398	36.743	694	37.662	527
34.779	131	35.679	496	36.745	327	37.690	316
34.792	628	35.684	280	36.814	113	37.722	1
34.795	140	35.719	120	36.840	474	37.724	391
34.871	129	35.730	149	36.848	292	37.726	692
34.885	256	35.739	445	36.849	274	37.757	604
34.903	276	35.759	502	36.896	139	37.761	449
34.955	145	35.768	508	36.906	238	37.765	250
35.062	275	35.808	32	36.924	312	37.788	287
35.065	164	35.826	515	36.988	122	37.808	334
35.080	45	35.966	222	37.002	512	37.821	34
35.106	319	35.970	266	37.054	64	37.842	390
35.125	493	36.084	48	37.116	506	37.846	8
35.145	142	36.087	517	37.140	509	37.856	518
35.166	211	36.149	25	37.144	50	37.880	220
35.179	159	36.187	639	37.153	49	37.894	235
35.212	514	36.196	297	37.188	285	37.899	394
35.222	511	36.204	255	37.213	251	37.913	303
35.223	520	36.394	382	37.214	249	37.935	519
35.265	167	36.395	237	37.215	46	37.942	649
35.275	308	36.403	437	37.221	690	38.028	325
35.309	152	36.452	503	37.224	477	38.031	37
35.316	210	36.455	335	37.231	62	38.046	584
35.332	500	36.458	385	37.233	442	38.048	429
35.339	225	36.464	290	37.239	298	38.060	444
35.360	497	36.478	138	37.254	226	38.081	221
35.406	333	36.494	24	37.299	315	38.082	443
35.407	257	36.498	330	37.307	240	38.084	507
35.414	498	36.499	239	37.314	291	38.108	206
35.415	504	36.509	134	37.359	331	38.148	501
35.452	468	36.513	505	37.399	401	38.152	69
35.459	288	36.515	133	37.435	499	38.180	234
35.501	261	36.517	151	37.464	606	38.183	495
35.529	262	36.527	471	37.481	336	38.191	516

APELAÇÃO	BNM	APELAÇÃO	BNM	APELAÇÃO	BNM	APELAÇÃO	BNM
38.192	4	38.539	593	38.768	227	38.958	247
38.211	687	38.541	573	38.769	273	38.966	265
38.216	329	38.546	229	38.772	578	38.974	585
38.217	228	38.548	703	38.777	454	38.975	179
38.218	513	38.555	7	38.778	321	38.983	571
38.220	58	38.560	272	38.779	116	38.988	241
38.231	686	38.561	629	38.791	405	38.991	186
38.237	318	38.577	269	38.794	536	38.997	146
38.263	73	38.590	635	38.795	115	38.998	270
38.275	473	38.599	393	38.805	195	39.012	487
38.286	510	38.605	160	38.810	699	39.015	478
38.307	492	38.609	648	38.838	202	39.018	17
38.315	446	38.610	231	38.840	193	39.019	126
38.321	645	38.628	480	38.841	456	39.025	484
38.334	278	38.640	560	38.853	194	39.039	459
38.343	695	38.645	481	38.857	200	39.044	380
38.350	302	38.650	529	38.858	223	39.048	400
38.365	314	38.660	621	38.859	396	39.049	162
38.373	77	38.666	460	38.870	230	39.050	490
38.374	575	38.671	31	38.871	387	39.051	489
38.377	320	38.673	11	38.875	583	39.053	555
38.395	268	38.683	404	38.882	125	39.054	488
38.406	10	38.684	16	38.886	168	39.055	286
38.413	378	38.685	562	38.887	277	39.057	185
38.416	267	38.688	324	38.895	377	39.066	165
38.427	630	38.692	67	38.897	322	39.067	144
38.437	283	38.693	299	38.901	655	39.068	486
38.442	636	38.706	482	38.903	217	39.069	252
38.451	592	38.707	244	38.915	271	39.070	453
38.466	207	38.715	29	38.919	242	39.077	464
38.473	561	38.716	305	38.922	397	39.078	386
38.474	577	38.726	389	38.923	263	39.079	485
38.475	23	38.729	304	38.926	455	39.083	313
38.478	155	38.735	307	38.938	148	39.085	98
38.494	233	38.743	281	38.948	175	39.086	109
38.495	93	38.751	697	38.949	245	39.093	95
38.510	246	38.755	479	38.954	522	39.096	117
38.521	284	38.757	476	38.956	243	39.100	106

<b>APELAÇÃO</b>	<b>BNM</b>	<b>APELAÇÃO</b>	<b>BNM</b>	<b>APELAÇÃO</b>	<b>BNM</b>	<b>APELAÇÃO</b>	<b>BNM</b>
39.101	301	39.236	279	39.397	602	39.571	51
39.105	452	39.239	369	39.404	296	39.572	598
39.106	381	39.244	306	39.409	620	39.576	524
39.107	462	39.250	153	39.410	632	39.581	102
39.111	9	39.258	599	39.414	341	39.588	601
39.115	570	39.259	689	39.424	3	39.593	108
39.116	537	39.260	339	39.432	617	39.598	351
39.117	625	39.262	83	39.436	163	39.602	596
39.120	370	39.273	616	39.456	647	39.605	355
39.132	65	39.276	97	39.466	332	39.606	614
39.134	626	39.277	363	39.467	360	39.611	111
39.135	248	39.278	5	39.471	406	39.612	170
39.149	137	39.281	205	39.473	172	39.618	18
39.151	53	39.285	371	39.474	130	39.619	96
39.152	373	39.287	597	39.475	219	39.626	127
39.153	631	39.295	563	39.479	603	39.627	182
39.154	533	39.296	99	39.483	615	39.644	72
39.155	118	39.298	612	39.488	123	39.646	641
39.156	33	39.306	27	39.489	177	39.652	84
39.157	362	39.309	447	39.491	349	39.655	15
39.160	633	39.311	359	39.499	364	39.662	579
39.164	607	39.312	343	39.501	342	39.663	348
39.173	119	39.313	340	39.505	154	39.665	356
39.174	150	39.314	354	39.506	344	39.667	183
39.175	264	39.323	358	39.511	525	39.671	328
39.177	104	39.324	337	39.512	158	39.678	368
39.187	147	39.327	216	39.513	338	39.684	653
39.188	463	39.332	618	39.519	589	39.692	174
39.191	357	39.342	136	39.520	135	39.704	311
39.193	121	39.346	374	39.525	523	39.710	187
39.196	184	39.348	375	39.527	352	39.716	638
39.203	124	39.353	253	39.543	576	39.721	156
39.204	535	39.356	623	39.544	47	39.728	600
39.213	143	39.357	310	39.547	624	39.730	384
39.215	232	39.359	128	39.548	399	39.733	402
39.220	110	39.361	554	39.559	350	39.739	346
39.222	441	39.366	107	39.560	581	39.753	608
39.235	289	39.394	158	39.567	439	39.754	254



APELAÇÃO	BNM	APELAÇÃO	BNM	APELAÇÃO	BNM	APELAÇÃO	BNM
39.756	105	39.913	309	40.113	192	40.291	605
39.757	76	39.914	610	40.116	541	40.296	666
39.760	548	39.917	295	40.119	204	40.303	450
39.761	345	39.927	588	40.125	540	40.316	420
39.766	294	39.932	44	40.127	88	40.318	660
39.769	178	39.935	534	40.132	651	40.320	668
39.770	112	39.936	191	40.141	433	40.326	451
39.778	56	39.947	448	40.146	196	40.345	669
39.780	366	39.948	70	40.154	430	40.376	428
39.788	470	39.954	61	40.157	664	40.391	667
39.789	42	39.956	40	40.159	417	40.397	60
39.791	55	39.957	300	40.162	198	40.398	181
39.792	611	39.958	622	40.163	36	40.399	521
39.793	566	39.959	317	40.170	74	40.401	658
39.808	440	39.974	582	40.185	218	40.407	475
39.810	361	39.978	587	40.186	94	40.424	424
39.819	652	39.983	569	40.188	54	40.425	670
39.824	52	39.984	282	40.189	414	40.441	57
39.826	640	39.993	595	40.195	20	40.455	197
39.833	2	39.995	544	40.203	559	40.458	627
39.843	353	40.007	688	40.221	22	40.459	656
39.847	365	40.014	21	40.228	81	40.464	564
39.848	609	40.016	224	40.229	657	40.468	436
39.853	169/260	40.021	416	40.232	662	40.469	166
39.854	176	40.033	425	40.233	180	40.472	79
39.857	654	40.036	188	40.236	392	40.476	565
39.858	171	40.043	567	40.244	613	40.479	545
39.873	367	40.047	432	40.245	413	40.484	431
39.885	347	40.050	203	40.249	483	40.493	659
39.888	539	40.062	435	40.258	415	40.495	526
39.889	590	40.070	542	40.259	214	40.500	411
39.896	190	40.074	201	40.260	663	40.503	681
39.899	580	40.077	558	40.265	661	40.509	209
39.901	372	40.090	543	40.266	457	40.510	12
39.905	293	40.097	671	40.271	538	40.522	403
39.909	594	40.098	383	40.273	208	40.533	410
39.910	556	40.104	458	40.278	30	40.554	103
39.911	646	40.107	591	40.289	461	40.559	675

APELAÇÃO	BNM	APELAÇÃO	BNM	APELAÇÃO	BNM	APELAÇÃO	BNM
40.564	161	40.879	682	41.805	423		
40.566	212	40.894	673	41.808	43		
40.567	379	40.898	66	41.845	701		
40.571	409	40.899	677	41.923	683		
40.577	68	40.912	693	41.930	698		
40.579	438	40.936	213	41.949	551		
40.590	63	40.950	376	42.001	619		
40.593	672	40.953	530	42.308	700		
40.597	586	40.954	680	42.426	707		
40.600	59	40.982	395	42.428	491		
40.611	634	41.000	644				
40.612	434	41.028	678				
40.613	408	41.031	215				
40.616	412	41.059	422				
40.617	684	41.060	704				
		41.094	173				
40.627	547	41.098	78				
40.628	421	41.134	419				
40.638	532	41.163	39				
40.640	674	41.198	552				
40.656	91	41.229	75				
40.660	41	41.239	643				
40.675	407	41.241	427				
40.678	469	41.252	531				
40.689	199	41.253	38				
40.706	676	41.282	546				
40.707	157	41.296	86				
40.714	572	41.320	90				
40.719	549	41.333	650				
40.727	702	41.499	189				
40.728	642	41.547	35				
40.743	418	41.623	26				
40.748	92	41.629	80				
40.762	14	41.662	82				
40.778	665	41.672	87				
40.801	679	41.728	100				
40.813	550	41.739	101				
40.831	557	41.749	696				
40.848	685	41.768	426				

QUADRO 4  
 IDENTIFICAÇÃO DOS PROCESSOS NOS ARQUIVOS  
 DE ORIGEM: RELAÇÃO GERAL A PARTIR DO  
 ARQUIVO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF)

Nº RECURSO	Nº BNM	Nº RECURSO	Nº BNM	Nº RECURSO	Nº BNM
1084	25	1174	202	1226	295
1085	514	1176	631	1227	52
1093	315	1177	186	1228	61
1109	604	1179	362	1229	194
1111	606	1180	95	1232	635
1113	1	1181	360	1233	594
1131	629	1182	227	1234	347
1132	593	1186	289	1235	187
1138	331	1187	97	1239	224
1139	299	1188	115	1242	558
1140	7	1189	65	1244	40
1141	516	1190	98	1245	55
1143	584	1191	332	1246	566
1144	168	1194	598	1247	84
1147	486	1197	525	1248	294
1148	537	1198	352	1249	559
1151	645	1199	244	1250	147
1152	686	1200	571	1257	391
1153	397	1201	232	1258	350
1154	271	1204	612	1260	617
1157	162	1205	596	1263	22
1160	221	1211	106	1265	143
1161	69	1213	205	1267	74
1162	155	1214	375	1268	582
1163	9	1215-1	638	1270	18
1164	492	1217	105	1271	218
1169	175	1222	93	1274	177
1171	252	1223	599	1275-5	392
1172	117	1224	102	1278	59
1173	485	1225	353	1280	209

Nº RECURSO	Nº BNM	Nº RECURSO	Nº BNM	Nº RECURSO	Nº BNM
1293	663	1322-1	632	1380-8	80
1296-8	70	1323	3	1383-2	544
1297	42	1324	68	1387-5	47
1299	15	1329	157	1396-4	100
1303	178	1332-8	687	1397-2	510
1305	52	1333	12	1398-1	199
1306	7	1335-2	78	1399-9	101
1309	150	1337	684	1400-6	197
1310	192	1342	531	1404-9	180
1313	41	1343	67	1406-5	643
1315	215	1362-0	680	1409-0	114
1319	184	1367	627	1410-3	200
1320	72	1369	17		
1321	91	1372-7	75		

PROCESSOS BNM INCOMPLETOSQUADRO 5  
RELAÇÃO DE PROCESSOS  
INCOMPLETOS NO ARQUIVO BNM

BNM	DADOS
708	Réu: Padre François Jacques Jentel. Auditoria da 9a. CJM (Cam <u>po Grande</u> ). Apelação no STM nº 39.965
709	Réus: Rodolfo Guilherme Peano, Marco Antonio Tavares Coelho e outros. PCB/São Paulo/1975. Processo Nº 25/75 da 2a. Audito <u>ria da 2a. CJM</u>
710	Processo do CRUSP. Réus: Jeová Assis Gomes, Clodoaldo Rodri <u>gues Nunes, José Cláudio Barriguelli e outros.</u> Processo Nº 203/69 da 2a. Auditoria da 2a. CJM. IPM, e denúncia (v.9º BNM 429)
711	Inquérito sobre o Movimento Popular de Libertação.
712	Réus José Carlos Gianinni, Maria Augusta Tomás, Pedro Rocha Fi <u>lhor e outros.</u> MOLIPO/São Paulo/1972. Processo nº 88/72 da 2a. Auditoria da 2a. CJM. Apelação no STM nº 40.883. Refere se ao incêndio de um ônibus na Vila Brasilândia, com morte de um policial. A denúncia desse processo está no BNM 706, no volume 1º, pág 67.
713	Processo nº 15/68 da Auditoria da 4a. Região Militar. Réu: Luís Marcos Magalhães Gomes. A sentença desse processo está no BNM 703, pág 174
714	Processo nº 85/65 da 1a. Auditoria da 3a. RM (Porto Alegre). Réus: Alfredo Ribeiro Daudt e outros. Apelação no STM nº 38.274. Sentença e acórdão do STM no BNM 216, pag 226 e 245
715	Processo 37/67 da Auditoria da 4a. Região Militar. Denúncia está no BNM 623, volume 1º, pág 508
716	Processo 784/72 da 1a. Auditoria da 2a. CJM. PCB/São Paulo Réus: Amauri Danhone, Anita Leocádia Prestes, Lúcio etc Sentença no 11º volume do BNM 568
717	Réus Oswaldo Peralva, Rui de Andrade Rocha e José Redento. Sentença na pág 383 do BNM 366
718	Apelação 38.140. Réu tenente E.B. José Wilson da Silva, que também é réu no BNM 478 (deserção)
719	Réu Luís Travassos, Catarina Meloni etc. Processo 77/67 da 2a Auditoria da 2a. RM (sobre congresso da UEE). Denúncia está no vol 9º do BNM 429
720	Luís Travassos, Wladimir Palmeira, José Dirceu de Oliveira e Silva, Carlos Takaoka etc. Processo N\$ 82/67 da 2a. Auditoria da 2a. RM. Sobre o 29º Congresso da UNE. Denúncia está no 9º volume do BNM 429
721	Luís Travassos e José Dirceu de Oliveira e Silva. Passeatas em São Paulo. Processo nº 61/68 da 2a. Auditoria da 2a. RM. Denúncia no vol 9º do BNM 429
722	Luís Travassos, José Dirceu de Oliveira e Silva, Waldimir Palmeira. Congresso de Ibiúna. Processo nº 64/68 da 2a. Auditoria da 2a. RM. Denúncia está no vol. 9º do BNM 429

BNM	DADOS
723	Réu: Dermi Azevedo. Auditoria da 7a. RM. Movimento Estudantil de Natal. Sentença à pág. 655, vol 39, BNM 467
724	Ação originária nº 30. Oficiais da Marinha de patentes e levadas. Cópia no vol 29 BNM 263
725	Processo 680/71 da 1a. Auditoria de São Paulo - Réu: João Batista de Souza. Sentença no Apenso da Caixa 2 do BNM 105
726	Proc. 327/65 - 2a. Auditoria de São Paulo . Réu: Virgílio Gomes da Silva. Denúncia no Apenso nº 5 BNM 100.
727	Proc. 186/65 da Auditoria de Minas Gerais. Réus: José Alexandre + 37. Denúncia no vol. 60 do BNM 279
728	Proc. 190/65 - Réus: Jofre de Almeida e outros. Denúncia no vol. 60 do BNM 279. Da Auditoria de Minas Gerais
729	Proc. 91/66 - Réu: José Maria Rabelo. Denúncia no vol. 60 do BNM 279. Da Auditoria de Minas Gerais.
730	Proc. 50/66 da Auditoria de Minas Gerais. Réu: Octacílio C. Borges. Sentença no vol. 59 BNM 101.
731	Proc. 9/66 da Auditoria de Minas Gerais. Réu: Alfredo Dias Sobrinho. Denúncia no vol. 60 do BNM 279
732	Proc. 42/66 da Auditoria de Minas Gerais. Réu: Matias Schoeffler. Denúncia no vol. 60 do BNM 279
733	Proc. 42/67 da Auditoria de Minas Gerais. Réus: Teotônio dos Santos, Rui Mauro Marini etc. Denúncia no vol. 60 do BNM 279
734	Proc. 191/66 da Auditoria de Minas Gerais. Réu: Moacir Vasconcelos. Denúncia no vol. 60 do BNM 279
735	Proc. 8/66 da Auditoria de Minas Gerais. Réu: Ubirajara P. Brito. Denúncia no vol. 60 do BNM 279

- 
- 736 Proc. 68/66 da Auditoria de Juiz de Fora. Réu: Randolpho Fernandes de Lima. Denúncia no vol. 60 do BNM 279
- 
- 737 Proc. 59/67 da Auditoria de Minas Gerais. Réu: Waldemar Jorge. Denúncia no vol. 60 do BNM 279
- 
- 738 Réu: Roberto Razuk. Auditoria de Campo Grande (9a). Sentença no Apenso 2 do BNM 76
- 
- 739 Proc. 117/73 da Auditoria de Recife (7a). Réus: José Emilson Ribeiro da Silva, Eduardo José de Almeida etc (PCR). Denúncia no BNM 702
- 
- 740 Proc. 62/70 da Auditoria de Fortaleza (10a.). Apelação do STM nº 38.852. Réus: Fabiane Cunha, Ronaldo Dutra Machado, Francisco Willan Montenegro Medeiros etc. Denúncia e Sentença no vol 49 do BNM 200
- 
- 741 Proc. 305/65 da Auditoria de Belém (8a.). Réus: Adelino Nogueira Cerqueira e Benedito Wilfredo Monteiro. Extratos da denúncia no vol 60 BNM 279
- 
- 742 Proc. 351/66 da Auditoria de Belém. Réus: Seráfico Assis Carvalho, Humberto Lucena Lopes, Almerinda Palha Freire. Extratos da denúncia no vol. 60 BNM 279
- 
- 743 Proc. 1/70 da 1a. Auditoria da 1a. CJM (Rio). Réu: Lino Sã Pereira. Denúncia no vol. 2 do BNM 295
- 
- 744 Inquérito da Polícia Federal da Guanabara, concluído em 28 de maio de 1973. Indiciado: Roberto Martins da Silva, do Sindicato dos Bancários. 2a. Auditoria da Marinha
- 
- 745 Inquérito contra o padre Alvaro Regazzi e os ex-deputados estaduais Dailson Laranja e José Ignácio Ferreira, cassados com o Ato Institucional nº 5. Espírito Santo. Arquivado em 12/12/69 por decisão do STM (Rec. Crim. 4412). 2a. Auditoria da 1a. Região Militar
-

BNM

DADOS

- 
- 746 Inquérito contra o bispo D. Waldir Calheiros, Monsenhor Ma  
noel Theophilo Barreto Vianna e mais 15 padres, de Barra  
Mansa, Rio de Janeiro. Instaurado em 16/9/69. Encarregada  
do: coronel Moacyr Pereira. Concluído em 8/11/69 e arqui-  
vado em 1971.
- 
- 747 Proc. 1963 da 3a. Auditoria do Rio Grande do Sul. Réu: Le  
onel Brizola. Denúncia no vol. 60 do BNM 279
- 
- 748 Proc. 2027 da 3a. Aud. do Rio Grande do Sul. Réu: Leonel  
Brizola. Denúncia no vol. 60 BNM 279
- 
- 749 Proc. 2028 da 3a. Aud. do Rio Grande do Sul. Réu: Leonel  
Brizola. Denúncia no vol 60 BNM 279
- 
- 750 Proc. 2029 da 3a. Aud. do Rio Grande do Sul. Réu: Leonel  
Brizola. Denúncia no vol. 60 BNM 279
- 
- 751 Proc. 2030 da 3a. Aud. do Rio Grande do Sul. Réu: Leonel  
Brizola. Denúncia no vol. 60 BNM 279
- 
- 752 Proc. 2031 da 3a. Aud. do Rio Grande do Sul. Réu: Leonel  
Brizola. Denúncia no vol. 60 BNM 279
- 
- 753 Proc. 2032 da 3a. Aud. do Rio Grande do Sul. Réu: Leonel  
Brizola. Denúncia no vol 60 BNM 279
- 
- 754 Proc. 2033 da 3a. Aud. do Rio Grande do Sul. Réu: Leonel  
Brizola. Denúncia no vol. 60 BNM 279
- 
- 755 Proc. 2034 da 3a. Aud. do Rio Grande do Sul. Réu: Leonel  
Brizola. Denúncia no vol 60 BNM 279
- 
- 756 Proc. 2035 da 3a. Aud. do Rio Grande do Sul. Réu: Leonel  
Brizola. Denúncia no vol 60 BNM 279
- 
- 757 Proc. 34/70 da Auditoria de Recife. Réus: Luciano de Almeida  
da e outros. Acórdão do STM (38186) no vol 4 BNM 121
- 
- Ver ainda outras denúncias no vol. 1º do BNM 123 e no vol.  
5º do BNM 501.



1a. Auditoria - 1a. R.M.

- 57/66 - Adir Moisés Luiz, Joel Rufino dos Santos, Alberto Passos Guimarães, Hércules Correa e outros.
- 47/67 - Jaime Walwitz Cardoso.
- 61/69 - Pedro França Viegas, Edvaldo Celestino da Silva, Jarbas Silva Marques e outros.
- 40/70 - Antonio Prestes de Paula - Sentença lida em 2/8/71.
- 66/72 - Hélio da Silva, Flávio Augusto Neves Leão Sales, Carlos Alberto Sales e outros. Em 24/4/73 é reconhecida litispendência em favor da 1a. Aud. da Aeronáutica.
- 21/77 - Sônia Eliana Lafoz, Jesus Paredes Soto.  
Aplicada Anistia em 30/8/79.
- 51/66 - Aparício Alves Amaral e outros. Art. 9 e 10 Lei 1802
- 48/68 - Sérgio Souza Bahia. Condenado em 30/6/69, art. 38 DL 314
- 41/71 - Timothy W. Ross e Paulo Roberto Jabour.
- 75/71 - Nelson Rodrigues e Sérgio Landulfo Furtado (remetido à 3a. Aud. Ex.)
- 73/72 - James Allen Luz, Norma Sá Pereira, etc-Em 21/3/74, remetido à 1a. Aud. Aeronáutica) - 1a. CSM.
- 1448 - Antonio Rangel Torres Bandeira.
- STM nº 41.063 - Ubirajara Lúcio Rocha da Silva

2a. Auditoria - la. R.M.

- 7593/66 - Darcy Câmara e outros. Art. 2 Lei 1802 - STM 38519
- 7564/66 - Alcino Silvestre Salazar e outros. Art. 12/1802.  
Prescrição em 17/12/70.
- 7807 - Carlos Vinhais. Art. 25/314. Sentença lida em 6/3/69.
- 7774/68 - Orlando H. Alves Carvalho. Art. 25/314-STM 37.161.
- 7572 - Maurício Grabois, Lincol Oest. Condenação lida em  
27/12/68.
- 59/69 - Márcio Gonçalves Barbosa e outros. Art.43/898.  
STM 38.733.
- 49/69 - Paterson Gomes Figueiredo + 7. Art. 13 Lei 1.802.
- 54/70 - Cid Queiroz Benjamin, Alexandre Lira de Oliveira e  
outros.
- 7/70 - Josias Alt. Art. 36/898. Absolvido em 2/2/71.
- 74/72 - Aloísio Santos Filho, Fued Saad e outros (PCB).
- 33/75 - Delzir Antonio Mathias, Emy de Oliveira Novais.
- 54/76 - Dinalva Oliveira Teixeira.

3a. Auditoria - 1a. R.M.

- 1558/64 - Floriano Nogueira. Art. 24 Lei 1802.
- 1563/64 - Odário Oliveira Barros. Art. 12 Lei 1802.
- 1569/64 - Antonio Nascimento Silva + 76 réus (Companhia Side  
rúrgica Nacional) L. 1802.
- 1636/65 - Adalberto Teixeira Fernandes e outros. Art. 11, 14,  
17 Lei 1802.
- 1645/65 - Aldir José de Souza e outros. Art. 11 e 12 Lei 1802.
- 1651/65 - Lygia M.Moutinho e outros. Universidade Rural do Bra  
sil.
- 1672/66 - Adilson P.Pimentel. Art. 6, a, Lei 1802.
- 56/68 - Elinor Mendes de Brito, Carlos Alberto Muniz e ou  
tros. Condenação em 24/9/70.
- 43/69 - Maurice Eric Goradeski, Marly Machado, Regina Helena  
C. Covas.
- 21/68 - Marcílio Cesar R.Krieger e outros. Art. 33 e 43 DL 314.
- 32/69 - Flávio Wanderley Lara + 4. Art. 33 e 39 DL 314.  
Absolvido em 16/9/69.
- 56/69
- ou 50/69 - Mury Jorge Lydia. Art. 14/314 e 16/898. Imprensa.
- 44/69
- ou 47/69 - Eurípedes Silva (só). Art. 39 e 42 DL 314.
- 27/69 - Osvaldo Peralta. Imprensa. Absolvido em 16/12/69
- 34/69 - Walmir And. Oliveira. Art. 39 DL 510.
- 48/71 - Lúcia Murat, Cesar Queiroz Benjamin e outros. Decla-  
ração de incompetência em 29/3/73, com remessa para  
a 2a. Auditoria da Marinha em 6.4.73.
- 59/70 - Bruno Dauster Magalhães e Silva.

1a. Auditoria Aeronáutica - Rio

- 41/69 - Adilson F. Silva, Thomas Weiss, Darcy Rodrigues, José Araújo Nóbrega, Reinaldo José de Melo e outros. Arquivado em 2.10.81. Auditoria.
- 12/72 - Hélio da Silva, Irene Madeira de Carvalho. STM 42.391 em 3/7/79.
- 17/74 - Hélio da Silva, Irene Madeira de Carvalho, Carlos Alberto Sales. (juntado ao 12/72, por conexão) STM 41.570.

SEM CERTEZA

- 30/69 - Jayme Navas Costa. Absolvição lida em 10/11/69.

2a. Auditoria Aeronáutica - Rio

- 1395 - Abelardo Jurema - Competência atribuída à 2a. Aud. da 1a. R.M.
- 1479 - Tatiana Lins e Silva Conceição e outros, Art.39/314.
- 1858 - Sérgio Magalhães Gomes JAGUARIBE.
- 1626 - Viriato Xavier de Melo Filho (sô). Art. 28/898. Absolvido em 21/11/72.
- 1546 - Mury Jorge Lydia. Imprensa. Art. 16 e 34 DL 898.
- 1496 - Anézio Dias Freitas. Art. 21, 25, 36 DL 314. Absolvido em 4/2/71.
- 1485 - Fernando Dilton F. Castro. Art. 33, 39 e 41 DL 510.
- 1256 - Álvaro Costa Ventura Filho. Art. 18 Lei 1802.
- 1784/75 - Anísio Bertuci, Antonio Eurico de Queiroz, Dácio Lopes da Silva.
- 1313 - Adão Pereira Nunes, Alípio Cristiano de Freitas.
- 1260 - Dagoberto Rodrigues - competência atribuída à 2a. Aud. do Exército.

1a. Auditoria Marinha - Rio

- 8771 - Daguzan Cardoso.
- 8166/64 - José Anselmo dos Santos. Deserção.
- 8615/66 - Apolônio Araújo, José Arimatêia. Art. 36/314.
- 8226A - José Lelis Costa e outros. (Sind. dos Metalúrgicos)
- 15/68 - José Luiz Homem Costa e Élio Bento Miranda da Cunha.
- 40/68 - Marcos Antonio Costa Medeiros. DL 314. Movimento Estudantil.
- 47/68 - Elias Fajardo Fonseca e outros. Movimento Estudantil.
- 36/68 - Niomar Moniz Sodré Bitencourt, Antonio Callado e Osvaldo Peralva.
- 14/68 - Aloísio dos Santos Filho.
- 37/68 - Arthur Carlos Rocha Muller. Art. 38/314.
- 68/69 - Clarice Chonchol, Lizst Benjamin Vieira.
- 73/69 - Dulthavio Coelho Júnior e outros (Avelino Leôncio, Ubiratan Vatutin etc).
- 83/69 - Ivan Ferreira Lima. Absolvido em 27/8/69.
- 36/69 - Darci Ribeiro, Emanuel Nicoll.
- 61/69 - Adelzito Bezerra Cordeiro. Condenados 14 anos, art. 28/898, em 27/1/1971.
- 20/70 - Cristóvão Silva Ribeiro, Wellington Moreira Diniz, Darci Rodrigues e outros.
- 23/70 - Ubiratan Vatutin Borges Kertzsch.
- 123/70 - Aluísio Ferreira Palmar. Reconhecida litispendência em 29/3/79.
- 56/ - Wanda Cozetti Marinho + 4.
- 73/ - Jorge Medeiros do Vale
- 98/72 - Paulo Roberto Jabour, Nelson Rodrigues, Sérgio Landulfo Furtado, etc.
- 123/ - Valentim Ferreira.
- 97/73 - Nelson Rodrigues, Sérgio Landulfo Furtado etc (incluir o 60/73).
- 36/73 - Nelson Rodrigues e Sérgio Landulfo Furtado.

1a. Auditoria Marinha - Rio (Continuação fls. 2)

- 121/70 - Caio Salomé Souza Oliveira e Nelson Rodrigues.
- 8501 - Waldir Curvelo.
- 8512 - Pedro Coutinho Filho.
- 8130 - Pedro Mairynk Filho e Irineu José Brito.
- 8507 - Hermes Caires de Brito.

2a. Auditoria Marinha - Rio

- 453 - Vinicius Caldeira Brandt.
- 260/64 - José Jurandir Silva e outros. Absolvição em 29/7/65.
- 353/65 - Aldo Arantes, Tito Alencar Lima (UNE). Prescrição em 29/4/75). (54 volumes e 7 apensos).
- 446/66 - Emílio Bonfante Demaria e outros.
- 635/69 - José Roberto Monteiro, Antonio P. Matos e outros.
- 657/69 - Joaquim Fernando Lapoente. Art. 38/314. Condenação em 11/2/71.
- 654/69 - Iraê Batista e outro. Movimento Estudantil.
- 23/70 - Aylton Adalberto Mortati, Lauriberto, Maria Augusta, Rui Berbet e outros. Seqüestro de avião. Condenação em 27/7/72.
- 19/70 - Luiz de Melo, Marluce de Carvalho Silva e outros.
- 252/70 - Antonio Ivo de Carvalho (ou 252/71).
- 63/70 - Adair Gonçalves Reis, Raul de Carvalho, Bruno Dauster STM 41.653 (PCBR).
- 87/70 - Artur Jader Cunha Neves e outros (Mário Pedrosa).
- 159/71 - Luís Carlos Prestes, Armando Ziller e outros.
- 171/71 - Luís Carlos Prestes e outros.
- 317/71 - Carlos Alberto Soares.
- 310/71 - Marcos Dantas Loureiro.
- 55/72 - Mariano Joaquim da Silva. Art. 14/898. Condenado em 26/10/73.
- 191/73 - Reinaldo Guarani Simões e Luís Carlos Guimarães. STM nº 41.628.
- 65/72 - Hélio da Silva, James Allen Luz, Irene Madeira de Carvalho.
- 586/78 - Hélio Fernandes. Imprensa.
- 581/78 - Maria Nazaré Cunha da Rocha.
- 148/73 - Alexandree Lyra de Oliveira, Lúcia Murat etc.
- 584/68 - Wladimir Gracindo Soares Palmeira STM nº 37.477.
- 65/72 - Maria Auxiliadora Lara Barcelos.



1a. Auditoria - 2a. CJM - São Paulo

- 775 - Osvaldo Lourenço (greve em Santos) STM nº 37.910  
Absolvido em 23/3/70.
- 852 - Osvaldo Lourenço (greve em Guarujá). Denunciado em  
18/2/65.
- 643/71 - Mário de Freitas Gonçalves - comício na PUC/SP.
- 633/71 - Mário de Freitas Gonçalves - assalto a um PM/SP.
- 173/69 - Mário de Freitas Gonçalves - panfletagem em São Mi-  
guel (SP).
- 1269/77 - Branislav Kontic - STM nº 41.836.
- 351/70 - Silvio Pregnoleto e Cyleia R.C. Pregnoleto.
- 331/70 - Irineu Demarchi, Márcio Tomás Bastos etc.
- 768/68 - Nestor Veras (Junqueirópolis).

Número desconhecido

Paulo José da Silva Krischke; Padre Antonio Alberto Soligo; Ida  
Kremer; Friedrich Clemens August Schrage. Condenação em 15/10/70  
- A.P.

2a. Auditoria - São Paulo

- 139/69 - VPR: Pedro Lobo, Antonio Carlos Madeira, José Mariane Ferreira Alves, Granville, Carlos Botazzo, Antonio R. Espinoza. STM nº 41.761.
- 149/69 - VPR: Diógenes José C. Oliveira, Dulce de Souza (Maia).
- 163/69 - VPR: Antonio Nogueira Silva Filho, Onofre Pinto, Dulce de Souza (Maia).
- 187/69 - VPR: Wilson Egídio Fava, Pedro Lobo, Onofre Pinto.
- 163/69 - Hermes Camargo Batista (VPR).
- 154/70 - PCB: Antonio Brito Lopes. Arquivado em 27/4/71.
- 52/71 - Renata Ferraz Guerra de Andrade.
- 8/72 - Farid Helou (requerida litispendência em favor de processo na Aud. 11a. CJM).
- 1/74 - Irene Madeira de Carvalho. Condenada em 20/2/74 a 6 meses, art. 14 DL 898 (Rosa e Virg.)
- 12/75 - Alcídio Boano, Elias Moreira Borges, Cláudio José Ribeiro etc. (PCB)
- 275/65 - Manoel Siqueira e Pedro Pomar.
- 113/69 - Paulo Rosa e Fábio Antonio Munhoz. STM nº 37.579.
- 42/68 - Marcelo Augusto e Bernardino Ribeiro de Figueiredo.
- 49/70 - João Adolfo Castro da Costa Pinto.
- 87/70 - Eliana Tadei Belini sô. Condenada em 30/3/71 a 2 anos art. 14 DL 898.
- 67/68 - IBIUNA. Arquivado em 15/12/72.
- 373/65 - José Serra. Condenado à 3 anos.
- 466/64 - ~~Angelo~~ Arroio e Lincoln Cordeiro Oest.
- 57/67 - Daniel Ferraz Cunha e outros. Absolvição em 18/8/70.
- 466/64 - Colil Chaad e outros.
- 281/64 - Calil Chaad e outros.
- 282/64 - Luís Tenório de Lima.
- 271/64 - Joaquim Câmara Ferreira.
- 360/65 - Oswaldo Pacheco da Silva e outros.
- 361/65 - Cláudio José Ribeiro.

2a. Auditoria-São Paulo (continuação fls. 2)

- 368/65 - Vitor Galati, Ricardo Zaratini e outros. STM nº 38.433
- 391/65 - Reinaldo Virmond Machado e outros.  
Condenação em 5/4/71 - art.36 DL 314.
- 722/66 - Geraldo Castro da Silva (PCB). Arquivado em 16.1.67.
- 747/66 - Antonio Funari Filho e outros. (UEE) STM nº 37.190.
- 43/67
- ou 46/67 - Rafael de Falco Neto. STM nº 38.410.
- 38/68 - Wanderley Caixe (panfletagem com "O Berro")
- 72/68 - Clóvis Rodrigues da Mata (Movimento Estudantil)  
STM nº 37.754.
- 50/68 - Humberto Kaoru Kinjô
- 54/68 - Catarina Meloni
- 62/68 - Antonio Guilherme Ribeiro RIBAS sô (UBES)-STM 37.677.
- 89/69 - Davi Lerer - Rec. Criminal 4451.
- 82/69
- ou 1968 - José Mentor Guilherme Melo Neto
- 206/69 - Carlos Marighella, Dulce Maia, João Leonardo etc.
- 50/77 - Lourenço Diáferia. STM nº 42.197.
- STM nº 40.223. Sob Alves dos Santos.

3a. Auditoria - São Paulo

335/77 - Edson da Silva Coelho. STM nº 41.930.

62/74 - Norma Sá Pereira, Jesus Paredes Soto etc (MR-8).  
STM nº 41.140

1a. Auditoria - 3a. CJM

19/68 - Júlio Cesar Schneider Marques.

36/69 - Luís André Fávero e Dagoberto Seabre (UEES).

2a. Auditoria - 3a. CJM

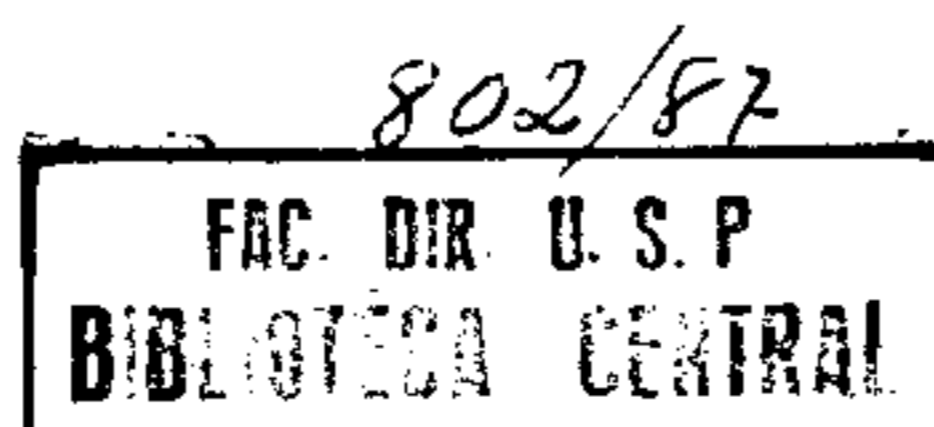
18/67 - Arthur Pereira da Silva e outros (PCB).

19/67 - Augusto Maia Barreto e outros (PCB).

3a. Auditoria - 3a. CJM

12/77 - Paulo Roberto Zinkoski.

2122 - Clóvis Moraes Rodrigues.



4a. CJM

- 28/64 - Roberto Margonari e Wania Santaiana - STM nº 37.616
- 38/64 - Antonio Roberto Berteli e outros. Art. 2 Lei 1802.  
STM - HC em 31/8/67 Inépcia denúncia.
- 47/64 - Simon Schwartzmann e outros. Art. 2 Lei 1802.
- 50/64 - Leopoldo Nonato Oliveira. Art. 2 Lei 1802.
- 5/65 - Gabriel Procópio Loures e outros (vereadores em São João Nepomuceno). Art. 2 Lei 1802.
- 14/65 - Cesário Matias Almeida e outros.
- 20/65 - Ivan Alves Vieira e outros. Grupo de Onze em Medina. Auditoria se declara incompetente em 22/6/64 e remete para a Justiça Comum.
- 2/65 - Heber Maranhão Rodrigues. LSN
- 180/65 - Geraldo Antonio Pinto e outros.
- 187/65 - Realino Oliveira Olinto Campos. Lei 1802. Sindical em Barbacena. Absolvição em 27/4/67.
- 6/66 - Horacy Ferreira Dias e outros. Tipo IPMs.
- 41/66 - Walter Oliveira Garrocho e outros. LSN.
- 20/66 - José Pedro Costa e outros.
- 23/66 - Dilmar Lima Stodutto e outros. STM nº 37.411.
- 21/66 - Carlos Alberto Rezende Oliveira. Lei 1802.
- 36/66 - Mizael C. Teixeira. DCT.
- 49/66 - Carício Oliveira e outros (funcionalismo público).
- 47/66 - Adão Fagundes Aquino. Art. 11, 14 e 19 Lei 1802.
- 70/66 - Wilquinton X. Bonfim. Lei 1802.
- 87/66 - Nelson Elias Sabat.
- 95/66 - Ivanildo F. Santos. Absolvido em 24/7/69.
- 119/66 - Benito Caparelli. Absolvido em 15/9/69.
- 134/66 - Peralva M. Delgado e outros.
- 174/66 - Geraldo I. Nascimento e Alaor M. Melo. Absolvidos em 12/11/69. (Denúncia no volume 60 BNM 279)
- 186/66 - Paterson Gomes Figueiredo e outros. Condenação lida em 17/7/70. LSN.

4a. CJM (continuação fls. 2)

- 83/66 - Félix Silva Porto e outro. G. 11 de Ipameri (GO)  
Absolvição em 13/4/1967.
- 30/66 - Geraldo Borges Campos e Braz Alves Vieira. Lei 1802
- 86/66 - Luiz Edmundo Germano Alvarenga e outros. Absolvição  
em 19/9/68.
- 87/67 - Silvio D.G. Almeida, Vinicius Caldeira Brandt, Aldo  
Arantes, Herbert de Souza.
- 101/67 - Jorge Batista.
- 107/67 - Marcantonio Dela Corte e Juarez F. Maia.
- 2/67 - Adelino Cassis, Salvador Lossaco e outros.
- 97/67 - José Jarbas S. Cerqueira (palestra). Condenado em  
18/7/68, art. 36/314.
- 15/68 - Luís Carlos C. Monteiro, Eleonora. Cong. UNE/BH.  
STM nº 38.049.
- 44/68 - Vadil Rodrigues. Condenado em 11/12/69, art. 38 DL 314
- 49/68 - Eliane Canedo Guimarães Santos.
- 14/68 - Jorge Batista, Eliane Canedo Guimarães Santos.
- 50/68 - José Rodrigues Costa. Condenado em 12/11/69, art.38  
DL 314.
- 59/68 - Carlos Vilan Piñon mais 2. Condenação em 14/10/69,  
art. 23 DL 314.
- 66/68 - José Carvalho Filho. Art. 25 DL 314.
- 87/68 - Ageu Heringer Lisboa, Carmela Pezuti.
- 129/68 - Nilmário Miranda.
- 57/68 - Olga D'Arc Pimentel. LSN. Movimento Estudantil. Absol-  
vição lida em 26/6/69.
- 43/68 - Honestino Monteiro Guimarães. Condenado em 11/11/69,  
art. 38 DL 314.
- 52/68 - Ênio Seabra e outros - Trancado - HC do STM
- 56/68 - Doralina Rodrigues Carvalho, condenada em 21/7/69,  
art. 38/314.
- 53/64 - James Allen Luz etc (HC no STF)
- 14/66 - Edson de Oliveira Fantini, Antonio Joaquim Machado.

4a. CJM (continuação fls. 3)

- 29/66 - José Francisco Neres (HC no STF).
- 24/69 - Jaime de Almeida. Absolvido em 23/11/70. STM manteve em 29/3/71 (nº 38.379).
- 53/69 - Gilney Amorim, Mario Galhardo Zanconatto. STM nº 38.403
- 58/69 - Gilney Amorim, Arnaldo Fortes Drumond. Condenação em 14/7/70 (STM nº 38.098).
- 59/69 - Gilney Amorim, José Adão Pinto, Lúcio Dias Nogueira. STM nº 38.301.
- 48/69 - Antonio Carlos Bicalho Lana, Arnaldo F. Drumond, Gilney Amorim, etc. Condenação em 16/12/70. STM nº 38.522.
- 49/69 - Antonio José de Oliveira, Maria Imaculada Diniz. STM nº 38.342.
- 7/69 - Délio Fantini, Antonio José Oliveira. STM nº 38.176.
- 23/69 - Evaldo A. Silva, James Allen Luz. Condenação em 22/1/70 art. 41/314.
- 51/69 - Hêlcio Pereira Fortes e outros. Condenação em 17/11/70. STM nº 38.484.
- 16/69 - Marcantonio Dela Corte e outros. Condenação lida em 12/3/70.
- 63/69 - Abeil Castro de Oliveira e Silva (irmão do Zé Dirceu). Absolvido em 14/4/70. STM nº 37.949.
- 34/69 - Marco Antonio Correia Lima e outros.
- 30/69 - João Simplicio Lopes Martins. Condenado em 28/8/69. art. 29/314.
- 22/69 - Clóvis Bezerra de Almeida. LSN e CPM. Verificar se foi para a lla..
- 36/70 - Jorge Raimundo Nahas.
- 19/70 - Júlio Antonio Bitencourt de Almeida. CPM. (Colina).
- 27/70 - Luís Fernando B. Oliveira, Márcia Melhem etc. Absolvição em 3/12/70.
- 14/70 - Amintas Pinheiro Santos. LSN.
- 22/70 - Ari Vieira Carvalho. Absolvição em 4/9/70.
- 34/70 - Mário Assis Cordeiro. Crime de imprensa. Absolvição (prescrição) em 23/11/70.



4a. CJM (continuação fls. 4)

- 1/70 - Martinho Mendes. Absolvido em 1/6/70.
- 3/70 - Adão Fagundes de Aquino. Condenado em 27/8/70, art. 39/314.
- 20/70 - Alexandre L. Almeida Barros Neto e Rosa Alves Costa. Condenação em 26/10/70, art. 43/898.
- 28/70 - José Rogério Abreu Oliveira. Condenado em 13/1/71, art. 33/314.
- 152/66 - Waldemar das Dores. Art. 10 e 11 Lei 1802.
- 12/72 - Arnaldo Cardoso Rocha e outro. Condenação lida em 14/12/72. STM nº 39.693.
- 23/70 - Júlio Antonio Bitencourt de Almeida.

5a. CJM - Paraná

- 224/64 - Leônidas S. Dias + 10. Art. 11/1802. STM nº 37.300.
- 226/64 - Antonio Rosin + 22. Art. 24/1802 (UNE etc).
- 249/64 - Adão Lopes, Fúlvio Zocolli e outros. Grupo de 11 em Joaçaba (SC).
- 254/64 - Evilázio N. Caon e Paulo Stuart Whright. art. 133 e 134 CPM e art. 21 DL 314. STM nº 37.710.
- 260/64 - Vitor Pedro Boscato e outros. Grupos de Onze.
- 269/64 - Luís Jacinto Salvadori e Alcebíades D. Schimidt. Art. 24/1802. "G-11".
- 275/64 - Stefano Lipiets. Grupo de Onze. Absolvido em 15/9/66.
- 296/64 - Livino João Gonçalves (só). Tipo IPMS, PC, etc.
- 247/64  
ou 244/64-Aliatar Silva
- 292/64 - Walmor Oliveira e outros. Greve nas docas de Imbituba.
- 293/64 - Germano Norberto Rudner e outros. Grupos de Onze.
- 294/64 - Miguel Pan e outros. Sindical, ferroviários. Condenação e absolvição em 14/2/67.
- 301/65 - Luiz Carlos Rocco e outros. Grupos de Onze.
- 322/66 - Agliberto Vieira de Azevedo (só).
- 325/66 - Hahor Cardoso e outros. IPMS em Itajaí (SC).
- 330/66 - Joaquim B. Ribeiro e outros. Grupo de Onze em Telêmaco Borba.
- 335/66 - Darcy Ribeiro, Jefferson Cardim, Leonel Brizola, Max da Costa Santos, Vera Idiart. STM nº 36.270.
- 350/66 - José Barbosa Filho + 8. Art. 24/1802.
- 376/66 - José Mania. Absolvido em 5/9/67.
- 377/66 - Manoel Alberto Azevedo Coelho.
- 378/66 - Jaime Henrique de Oliveira e outros.
- 375/66 - Maria Bertha C. Herrera. Movimento Estudantil. Art.9 Lei 1802. Absolvida em 16/7/68.
- 380/66 - Sebastião Castanhar e outros. Tipo IPMS, PC etc.
- 383/66 - João Antonio Claro. Vereador. Absolvido em 7/11/67.

5a. CJM - Paraná (continuação fls. 2)

- 386/66 - Antonio Azevedo.
- 392/66 - Natanael Ferreira.
- 490/69 - Alaor Souza Figueiredo e Paulino Vieira. Lei 1802.
- 491/69 - Aluizio Ferreira Palmar. (MR-8?).
- 509/69 - Luís Carlos Gonçalves, Sérgio J. Grando. DCE de Florianópolis.
- 536/70 - José Reis Garcia, Joaquim Pires Cerveira, Elcídio G. Rodeiro, Waldir Oliveira. (fuga do Jefferson Cardim).  
Condenação em 25/3/71.
- 634/72 - Santo Zanchett e Alcides Zanchett. Art. 28 e 39 DL 898.  
Meeiros em Matelândia.
- 464/ - Vitor Luiz Papandreu. Auxílio à fuga do Jefferson Cardim.
- 465/ - Carlos Frederico Marés de Souza Filho (réu também em processo PCBR).
- 514/ - Dirlei Catarina de Luca, Roberto M. Cascaes. Condenação em 30/11/70.
- 352/66 - Marino Fortes de Barros.
- 261/64 - Grupos de Onze. Ado Vanio de Aquino Faraco, Aldo Pedro Dietrich, Jorge João Feliciano e Raimundo Verdieri.  
art. 24/1802.
- 232/64 - Nésio Jacques Pereira. art. 24/1802.

6a. CJM - Bahia

- 26/64 - Geraldo S.Maia e outros. Sõ não foi excluído do proces  
so o réu Padre Alípio Cristiano de Freitas.
- 60/65 - Everardo P. Castro, art. 2/1802. STM nº 37.931.
- 17/66 - Wladimir Pomar e Sebastião S. Carvalho. Lei 1802.
- 16/68 - José Alberto B. Ramos, Hélio Pitanga. Art. 9 e 11 Lei  
1802. STM nº 38.261.
- 1/69 - Solange Silvant Rodrigues Lima. STM nº 37.547.
- 20/69 - Nemésio G. Silva e Chantal Russi. STM nº 37.983.
- 6/69 - Walter L. Cunha, Aderbal Caetano de Burgos e outros  
STM nº 37.875.
- 13/70 - Filemon Neto Matos, arts.21, 33, 36, 37 e 38 DL 314.  
STM nº 38.412.
- 56/74 - Adalberto dos Santos.
- 33/65 - Agonalto Pacheco Silva + 3. LSN.
- 12/65 - Benedito Pereira da Silva + 8. Lei 1802.
- 13/66 - Luiz Alves Silva + 4. Lei 1802.
- 11/66 - Washington José Souza e outro. Lei 1802.
- 12/66 - José Augusto Ornelas Cruz e outros. Lei 1802.
- 6/66 - Manoel Moreira do Nascimento + 12. art. 21 Lei 1802.
- 66/67 - Pedro Castro Silva e Carlos Alberto Oliveira Santos.LSN.
- 61/67 - Paulo Fernando Moraes Farias e outros. LSN.
- 59/67 - Antonio Oliveira, Agonauto Pacheco + 13. LSN.
- 4/69 - José Fernando Souza. art. 39/314 (imprensa).

7a. Circunscrição J.M.

- 132/78 - Réus: Edval Nunes da Silva (CAJÁ), Edmilson Freire Maciel nº Apelação no STM nº 42.424.
- 81/64 - Réus: Paulo Reglus Neves Freire, Bruno Costa Albuquerque Maranhão e outros.
- 73/65 - Ré: Adalgisa Rodrigues Cavalcanti.
- 4/66 - Réus: Abelardo Andrade Caminha Barros, Marcos Correia Lins, Antonio Othon Pires Rolim e outros.
- 19/67 - Réus: Célia Maria Uchoa Leite e outros.  
nº Apelação no STM nº 36.242.
- 59/70 - Réus: Maurício Anísio de Araújo, Rholine Sonde Cavalcanti, Perly Cipriano, Luciano de Almeida.
- 15/70 - Réus: Francisco de Assis Barreto da Rocha, Luciano Almeida, Marcelo Mário de Mello, Grivaldo Tenório, Bruno Maranhão e outros.  
nº Apelação no STM nº 38.750.  
nº Recurso STM nº 5.228.
- 39/70 - Réus: Samuel Firmino de Oliveira, Roline Sonde Cavalcanti, Perly Cipriano e outros.
- 41/70 - Réus: Samuel Firmino de Oliveira, Perly Cipriano, José Pedro da Silva. nº Apelação no STM nº 38.141.
- 114/72 - Réu: Francisco de Assis Barreto da Rocha.
- 42/72 - Réus: Leonardo Mário Aguiar Barreto, José Calixtrato Cardoso Filho, Aluísio Valério. nº Apelação STM 39.689.
- 80/66 - Réu: Cândido Pinto de Melo. A denúncia é de 8/8/66.  
Réu condenado em 28/4/67.
- 1/68 - Réu: Francisco de Assis Barreto da Rocha. A denúncia é de 20/2/69. Réu condenado em 29/1/70.
- 37/70 - Réus: Roline Sonde Cavalcanti, Carlos Alberto Soares, Alberto Vinicius Melo do Nascimento, João Maurício Baltar. A denúncia é de 30/4/70. Roline é condenado à prisão perpétua em 9/12/70.
- 82/65 - Réus: Augusto Alves da Silva, Eliseu Inácio da Costa.
- 93/65 - Réu: Noel Bernardo Oliveira.
- 63/65 - Réu: Antonio F.L.Melo. Processo cessa com Habeas-corpus do STM.

7a. Circunscrição J.M. (continuação fls. 2)

- 118/65 - Réu: José Silva G. Sobrinho.
- 129/66 - Réu: Fernando Alves Oliveira. Condenado em 7/4/67.
- 34/73 - Réu: Antonio Fernandes Andrade.
- 76/66 - Réu: Benedito Feirosa.
- 77/65 - Ré: Dêa (ou Léa) Maria Dourado Matos.
- 140/65 - Réu: Gilvan Pio Hassi - I.A.P.I. - Processo cessa com HC no STM.
- 145/65 - Réus: Natánias R.V.Sohsten, Ulrich Hoffman, Marize B. P. Hoffman e outros.
- 75/65 - Réus: Cícero Targino Dantas e outros sete.
- 3/66 - Réus: Joel Sampaio Arruda Câmara e outros sete Absolvidos em 9/1/69.
- 62/69 - Réu: Cassiano Arruda Câmara. Parece ser jornalista de Natal (Rio Grande do Norte).
- 50/69 - Rés: Eleonora Garcia Cardoso, Flávia Martins Albuquerque. Absolvidas em 11/9/69.
- 71/69 - Réus: Nair Rosário Barbosa e Ivair G. Barreto.
- 75/69 - Réus: Maria Joana dos Santos e Cícero C.Melo.
- 34/69 - Ré: Ana Lúcia G. Barreto.

10a. CJM - Fortaleza

- 7/65 - Tomaz Silva Lima + 14. Lei 1802.
- 36/65 - Valdenilo Balaio da Silva, José Santos Serra e outros. Greve no DCT em 1/4/64.
- 31/66 - Evandro Sá e Francisco J.P.Mendonça. Art. 10 Lei 1802. Pichamento.
- 24/66 - Manoel Arruda Aguiar e outros (Oseas, Frei Tito, Ailton).
- 14/66 - Juarez Nordestino Martins Carvalho. Art. 6 Lei 1802. Declaração de incompetência em 2/8/67.
- 17/67 - Elenaldo Celso Teixeira. STM nº 37.613. Art. 10 Lei 1802. Condenado em 31/3/69. Art. 10 Lei 1802.
- 11/67 - Casemiro de Castro. Art. 15 e 17 Lei 1802.
- 11/69 - José A. Soares e Inocêncio B. Rocha. Art. 38/314.
- 10/69 - Rosalvo Tenório Alencar e Hilário José Santos. Pichamento. Condenação em 3/6/70, art. 14 314.
- 33/70 - Lourival A.Aguiar, Vera Lúcia Stringhini, Erico Dorneles, Paulo Emílio A.Aguiar e outros.
- 28/72 - José Calixtrato Cardoso Filho, Arnaldo Cardoso Rocha, João Mendes e outros.
- 20/65 - Tarcísio Leitão Carvalho e outros. (PCB). Art. 2 e 24 Lei 1802. STM nº 38.482.
- 44/75 - Aníbal Fernandes Bonavides D.Am.
- 18/73 - Benedito Marques Teixeira.
- 12/74 - Agamenon Rodrigues Eufrásio Oliveira, Antonio Eudes Mourão Maia e Ester Barroso Pinheiro.

11a. CJM - Brasília

111/71 - Padre Johannes Albertus Rutger.

113/71 - Honestino Monteiro Guimarães e outros.

159/72 - Aurélio Wander Chaves Bastos.

17/70 - Ataídes Amado ou Ataídes da Silva.



PROCESSOS SEM AUDITORIA CONHECIDA

- Ricardo Zaratini e Dario Canalle - São Paulo - presos no final da década de 70.
- Nelson Chaves (MR-8) - Banido preso no final da década de 70.
- Jefferson Cardin Osório - Processo da "Guerrilha" de Três Passos e Tenente Portela (RS).
  
- Processo sobre a morte do Chandler - São Paulo - (pode ser uns destes já registrados: 206/69; 139/69; 149/69; 163/69 e 187/69 - todos da 2a./2a. CJM).  
(mas pode não ser!)

QUADRO 7  
HISTÓRICO DE CADA PROCESSO

1

Os réus são acusados de pertencerem à AP e atuarem em Pernambuco, em 1969, incitarem à luta de classes e à revolta de trabalhadores do campo, com panfletagem atentatória à segurança nacional, além de distribuírem textos e os jornais Unir e Libertação. O réu Luís Medeiros atirou-se da sala da Delegacia de Segurança Social, em Recife, onde estava sendo torturado, tornando-se irremediavelmente tetraplégico.

2

O processo apura o envolvimento de apenas dois réus, o ex-padre Alípio Cristiano de Freitas e o líder camponês José Porfírio de Souza. Há vários outros indiciados, de duas regiões diferentes: Porto Franco e Tocantinópolis, no Norte de Goiás, Imperatriz (MA) e Trombas (GO). A maioria dos envolvidos compõe-se de trabalhadores rurais. São, em geral, atividades de organização da AP, na região, até 1968 e, a partir daí, a estruturação do PRT (dissidência da AP) na região de Trombas, sob a liderança de Alípio e Porfírio, incluindo armazenamento de armas.

3

O IPM é aberto em Brasília, em fins de 1966, como desdobramento de investigações desenvolvidas no Rio de Janeiro para apurar as atividades do PC do B. Prisões são efetuadas em Goiás e Brasília, atingindo várias pessoas vinculadas a esse partido. O inquérito investiga a estruturação do Comitê Regional de Goiás e do Comitê Metropolitano do Distrito Federal, numerosas reuniões e participação na VI Conferência Nacional do PC do B, realizada em São Paulo, em junho de 1966. Investiga também treinamentos militares e planos de assalto ao Tiro de Guerra de Anápolis.

4

O processo, de um só réu, apura atividades do Padre Alípio Cristiano de Freitas, antes de 1964, em propaganda da reforma agrária, da Revolução Cubana, etc., em várias palestras proferidas pelo Brasil (Nordeste, São Paulo, Rio de Janeiro, Sul).

5

São apuradas as atividades da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília, nomeadamente o seqüestro e interrogatórios de um agente policial, por um grupo de estudantes, no dia 12/7/1968. Há referências a várias atividades e assembléias das entidades estudantis da Universidade de Brasília e suas lideranças.

6

O IPM é de abril de 1964 e partiu da prisão de um grupo de chineses da RPC que se encontravam no Brasil subdivididos em três equipes: 1) jornalistas que chegaram ao Brasil em dezembro de 1961 como correspondentes; 2) grupo que chegou em junho de 1963 para organizar uma exposição; e 3) missão comercial que veio em janeiro de 1964. Todos são acusados de se reunirem com comunistas brasileiros (vários também são réus) para planejar subversão e divulgar propaganda comunista.

7

Apura ações de um grupo da ALN de S. Paulo, que em julho/69 assaltou o Banco Tozan, na Penha, e matou um soldado PM de quem se tentava subtrair a metralhadora, quando disparou sua arma atingindo um dos réus no abdômen. O grupo se evadiu e, na noite do mesmo dia, assaltou e ocupou um hospital em Itapecerica da Serra, obrigando um grupo de médicos a realizar cirurgia no réu baleado.

8

O IPM foi aberto em decorrência da prisão de um sargento no Rio de Janeiro e de um pedido de busca de 29/4/1964 às autoridades de São Paulo, para investigar pessoas a ele ligadas. Apuram-se, então, atividades do partido junto a militares de Quitaúna e outras unidades, meio operário, estudantil, etc. Há referências também a atividades do PORT em outros Estados, inclusive agitação camponesa no Nordeste. As atividades consistem basicamente em proselitismo, reuniões, participação em manifestações nacionalistas, distribuição de impressos e do jornal Frente Operária.

9

Desmembramento de um volumoso processo da ALN, particularizando as atividades de um grupo de religiosos dominicanos e pessoas vinculadas a eles. Apuram-se ações de apoio direto a Carlos Marighella, reuniões e discussão de textos, guarida a perseguidos políticos e facilitação de sua passagem pela fronteira uruguaia, levantamento da região da Belém-Brasília, falsificação de documentos e várias outras atividades de apoio à ALN. O processo-base é o BNM 100, cujo inquérito foi instaurado pelo DOPS paulista, em novembro de 1969.

10

Apuram-se atividades de estudantes e da Prof<sup>a</sup>. Emília Viotti da Costa no Edifício de Geografia e História da Universidade de São Paulo, particularmente durante o ano de 1968. São destacados "meetings" e mani-

festações nas dependências da Faculdade e salas de aula, distribuição de impressos, reuniões das Comissões Paritárias para reforma do ensino, aulas "subversivas", textos contra o regime e incitação à guerra revolucionária e também protestos contra oficiais da PM matriculados na escola.

**11**

Processo contra um grupo reduzido que é acusado de estar estruturando o PCBR em São Paulo. Está incluído entre os 8 réus o conhecido dirigente comunista Jacob Gorender. As atividades limitam-se a reuniões para discussão política, elaboração de textos, contatos com o Rio de Janeiro e presença no movimento estudantil paulista. O inquérito teve início em fevereiro de 1970.

**12**

Apura atividades de um grupo de estudantes de Goiânia (quase todos provenientes de Porto Nacional) que estabeleceram ligação com a ALN de São Paulo. À exceção de três réus que se deslocaram para São Paulo e tiveram envolvimento maior lá, o grupo se limitou a trabalhos de aliciamento, estudo de documentos da ALN e levantamento de área para futuras ações armadas em Goiânia, Anápolis e Norte do Estado. Planejaram também treinamento de tiro. O inquérito teve início em maio de 1972.

**13**

O processo apura atividades de um grupo de estudantes universitários que se reunia em São Paulo no dia 8/3/1965, após congresso estudantil realizado em Campinas, quando a polícia intervém prendendo os membros do grupo. A partir de material apreendido tenta-se, no inquérito e na denúncia, vincular o grupo à AP; mas os depoentes não assumem tal vinculação, reconhecendo apenas suas atividades estudantis e na Juventude Universitária Católica. A denúncia termina sendo rejeitada e o processo não segue adiante.

**14**

O relatório do IPM afirma que sua finalidade era apurar atividades do PRT no Distrito Federal, a partir de prisões ocorridas no Rio de Janeiro; mas como o PRT surgiu de uma dissidência da AP em 1968, apuraram-se também as atividades desta organização. Investigam-se as atividades da AP no Distrito Federal e em Goiás a partir de fins de 1967, quando Alípio Cristiano de Freitas foi enviado pela direção àquela região para reorganizar o partido após as prisões de setembro de 1967 (IPM de Itauçu).

15

Apura atividades do Regional goiano da AP, até 1967, especialmente o proselitismo junto a camponeses do município de Itauçu, onde se iniciam as prisões quando fazendeiros denunciavam reuniões que os trabalhadores vinham realizando. As diligências se estendem a São Paulo e estabelecem-se relações com outros Estados. Há referências à estruturação da AP na área, reuniões de seus organismos, distribuição de documentos políticos, ligação com o Movimento de Educação de Base, formação de Associação de Lavradores, preparação de guerra revolucionária e curso sobre explosivos.

16

Apura atividades do Comitê Metropolitano de Brasília, do PCB, até inícios de 1969, incluindo tanto o grupo dissidente (maioria dos réus) que em fevereiro de 1967, na IV Conferência Metropolitana, havia rompido com a direção do PCB, quanto alguns réus que permaneceram fiéis ao partido, participando então do VI Congresso Nacional. O grupo dissidente chegou a efetuar treinamentos militares, estabelecer ligação com dissidentes de outros Estados, inclusive Marighella, e concretizou pequenas expropriações, especialmente uma de documentos numa repartição pública.

17

Apura atividades "subversivas" do Prefeito da cidade de Cachoeiras de Macacu (PTB), ferroviários e trabalhadores rurais no período imediatamente anterior ao golpe militar, bem como as manifestações contrárias a este em 1/4/1964. Enfatiza a ocupação da Fazenda São José, em novembro de 63, por lavradores que destruíram bens e ameaçaram o fazendeiro com o "paredon". Há referências também a ações sindicais ligadas ao CGT, paralisação da Ferrovia Leopoldina, manifestações de rua, propaganda pró-Cuba.

18

Apura a estruturação e atividades da APML do B em Brasília e Goiás, especialmente no período 1970/71. A atuação se voltava principalmente para o movimento estudantil e funcionamento da UNE, incluindo panfletagem em cidades-satélites e ligações com operários. As atividades partidárias são traduzidas em reuniões, discussão de textos, contribuição financeira, contatos com outros Estados, sustentação das entidades estudantis, distribuição do jornal Libertação, etc.

19

O IPM é de setembro de 1963 e apura as atividades de vários militares e dois dirigentes sindicais metalúrgicos de São Paulo, estes presos quando chegavam ao Quartel de Quitaúna (29 G Can e 49 RI) para fazer contatos e conquistar adesões ao movimento dos sargentos da Aeronáutica de Brasília, que haviam se rebelado em protesto contra uma decisão do

STF negando registro à candidatura de um sargento pelo PTB. Apreendem-se panfletos incitando a rebelião.

20

Apura atividades dos presos políticos do Presídio Tiradentes, que respondiam já a processos por outros motivos. Após um conflito entre os presos foi executada "blitz" numa cela, apreendendo-se livros de esquerda e manuscritos, que são apontados como instrumentos de doutrinação subversiva dos próprios presos. Tais fatos ocorreram em agosto de 1971.

21

Apura atividades do Comitê Estadual e Comitê Municipal do PCB em São Paulo, especialmente no período 1968/71, com ênfase na eleição e atuação do vereador paulistano Ephraim de Campos, do MDB. Há referência a várias reuniões e à distribuição do jornal Voz Operária. Apuram-se responsabilidades individuais de alguns dos réus na direção daqueles Comitês.

22

Apura as atividades gerais de estruturação e funcionamento da ALN no Rio de Janeiro, deixando para processos individualizados as várias ações armadas praticadas pelo grupo desde fins de 68. Aborda a constituição da ALN no Rio, contatos, discussões, aluguel de aparelhos, ligações com São Paulo, com Marighella, guarda de material, etc.

23

Apura atividades de um grupo opositor ao regime militar que se articulava, inicialmente na ajuda a presos e exilados políticos, e depois rumo à preparação de ações armadas contra objetivos que representassem o regime, no final de 1964.

Incluem-se vários ex-militares nas articulações.

Registram-se trabalhos de confecção de explosivos, bem como o planejamento de uma sabotagem com petardos para atingir o governador Carlos Lacerda que estaria voltando, por via férrea, de uma viagem a São Paulo.

24

Apura a implicação dos envolvidos na chamada "Guerrilha de Caparaó", proximidades do Pico das Bandeiras e Manhuaçu, em Minas Gerais.

Na verdade o grupo foi preso quando ainda se implantava na região antes de qualquer combate, com o intuito de desencadear um movimento revolucionário.

~~Apura-se~~ o envolvimento de vários políticos que teriam fomentado o mo-

vimento, inclusive, o ex-governador gaúcho Leonel Brizola.

As ações capituladas são treinamento militar, manutenção de equipamentos, explosivos, marchas, havendo referências vagas à existência de um "Movimento Nacional Revolucionário" que seria a organização política vinculada ao movimento. O inquérito teve início em abril de 1967.

25

O IPM se inicia logo nos primeiros dias de abril de 64 e apura atividades de vários militares que vinculados a outros réus civis desencadearam agitação "subversiva", e "comunista" nos meios militares do Rio de Janeiro, com doutrinação marxista-leninista, publicações, campanhas nacionalistas e por reformas de base etc.

Incluiu alguns intelectuais vinculados à POLOP, embora o processo não se concentre sobre as atividades dessa organização.

26

O processo decorre de um fluxo de prisões que atingiu o PCB em São Paulo no período 74/75, gerando também outras ações penais.

Aqui investiga-se a ação de um grupo de militares da PM, reformados ou não, que constituíram uma base do PCB na Guarda Civil, antes de esta ser fundida com a Polícia Militar. Nos anos seguintes, sua participação constituía-se de reuniões, contribuições financeiras e leitura do Jornal Voz Operária. Focaliza também atividades nas associações gremiais da Polícia Militar, dos subtenentes, sargentos, etc.

27

Apura estritamente o assalto à agência São Cristóvão do Banco da Bahia, executado por um grupo da ALN no dia 15/10/69.

28

O IPM foi instaurado em 3/4/64 e começa com a inquirição do ministro da Marinha deposto 3 dias antes, bem como do que lhe antecederá até uma semana atrás. Apura atividades de oficiais da Marinha que se opuseram ao golpe militar e tentaram permanecer fiéis ao presidente constitucional, assim como dos oficiais que apoiaram as mobilizações da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais nos dias anteriores à deposição de Goulart.

É central, no processo, a figura do Almirante Cândido Aragão, comandante dos Fuzileiros Navais.

29

O processo junta dois grupos aparentemente desconexos. Um é o grupo do ex-sargento João Lucas Alves, morto sob tortura durante a fase de inquérito. Apura-se fundamentalmente a guarda de material militar, aluguel de aparelhos e aliciamento para uma Organização Revolucionária

(extra-autos sabe-se que seria o COLINA). O outro grupo incluído no processo (por uma questão de reconhecimento fotográfico) é o que teria assaltado o carro pagador do IPEG, dia 8/11/68, sob inspiração e comando de Carlos Marighella.

30

Apura as atividades da VAR-Palmares no Rio, desde seu nascimento em junho/69. Inclui o assalto ao cofre de Ana Crapiglioni de onde foram levados 2.400.000 dólares (8/7/69), o assalto ao Banco Aliança e articulações de trabalho na área rural do país. Apura também a montagem de alguns "aparelhos", sendo que num deles foi preso Chael Charles Schreir, morto sob torturas na fase de inquérito. O encarregado do IPM, capitão Lauria, é figura constante de várias listas de torturadores, o mesmo ocorrendo com o coronel Ary Pereira de Carvalho, envolvido no IPM.

31

Apura atividades dos portuários do Rio de Janeiro no período que antecedeu o Golpe de Estado, especialmente greves, assembléias e fortalecimento da União dos Portuários do Brasil, vinculada ao CGT. É feita alusão também ao fato de alguns réus terem recebido armas do Comandante dos Fuzileiros Navais, em 31/3/64, e danificado uma garagem da SURSAN. A própria Polícia Portuária é inculpada como participante nas ações "subversivas".

32

Apura "subversão" no Sindicato dos Comerciantes do Rio, Federação dos Comerciantes do Estado e na Confederação Nacional dos Comerciantes. São investigadas: greves, assembléias, reivindicações, manifestações de apoio ao Governo Goulart, viagem a Cuba etc. O IPM é presidido por um oficial do Exército, cuja unidade não consta nos autos. O único local constante em todos os autos do IPM é a própria sede dos comerciantes. O inquérito foi iniciado em junho de 1964.

33

Apura as atividades do PCBR no Rio de Janeiro, desde sua fundação nos fins de 67 e sua primeira reunião do Comitê Central em julho de 68. Apura-se a estruturação do Partido, composição dos organismos de direção, sustentação financeira, reuniões ampliadas, elaboração dos documentos básicos e seu conteúdo.

34

Apura estruturação da POLOP no Rio de Janeiro logo após o Golpe de 64, mormente a elaboração de documentos de estratégia revolucionária. Boa parte dos réus é constituída de ex-marinheiros. É feita conexão com numerosas atividades anteriores a abril de 64, como as mobilizações de marinheiros, CGT, UNE, Ligas etc. Referem-se também ações da AP e PCB interligados com as atividades dos réus, assim como a fuga de Cabo Ansel-



mo da embaixada do México.

35

Apura reestruturação do PCB em Brasília no período 73/75. Inclui montagem de gráfica comercial onde seria impresso o "Voz Operária". As atividades limitam-se à contribuição financeira, manutenção de contatos com o Comitê Central e leitura de texto. Uma das envolvidas, funcionária do Itamarati, é acusada de passar informações ao PCB.

36

Apura especificamente o assalto contra perua pagadora do Moinho da Luz, executado por um grupo armado do MR-8 do Rio de Janeiro, no dia 23/12/70. Os réus estão implicados simultaneamente em outros inquéritos e processos.

37

Apura panfletagem realizada por 4 moças estudantes (as réus) na porta de um colégio em Santo André, no dia 30/10/68, com dizeres sobre a situação dos estudantes (acordo MEC-USAID) e do povo em geral, terminando em conclamação para a derrubada da ditadura. Foram detidas no ato.

38

Apura atividades de estruturação e aliciamento da AP em São Paulo, especialmente no período 71/73.

Registra-se a existência de grupo da AP na Vila das Belezas, Jardim Primavera e outras vilas da Região de Santo Amaro, na Capital.

Em geral são panfletagens, ligação com operários, ligação com a Igreja, etc. Fala-se da aproximação do grupo com o PC do B. Alguns dos réus eram ligados a Matta Machado, assassinado pela polícia nessa época.

39

Apura estruturação e atividades do Comitê Municipal de Anápolis, do PCB, entre 1966 e 1972. Abarca inúmeras reuniões e participação na Conferência Estadual do PCB em 68, ligação com outros Estados, estruturação de várias "bases" do PCB em Anápolis, curso de capacitação política, viagens a Moscou, etc. Alguns dos réus participaram do VI Congresso do PCB, em São Paulo, em 67.

40

Apura atividades e estruturação do grupo trotskista posadista PORT, em São Paulo, especialmente no período 70/72.

Além da composição dos organismos de direção e de base do PORT, apuram-se contatos internacionais, discussões de textos de Posadas, distribuição do jornal Frente Operária, organização de uma célula metalúrgica e

outra têxtil, atividades no movimento Estudantil, etc . Apreendida, durante as prisões, grande quantidade de material escrito.

41

Apura atividades de militantes da AP e PC do B que agiam conjugadamente no movimento estudantil de Salvador, especialmente no movimento secundarista, de onde provêm a maioria dos réus.

Além da estruturação das bases estudantis das 2 organizações, apura-se a guarda de material militar e textos comunistas, ligação com outros Estados e a reorganização da UBES-União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. O inquérito foi iniciado em agosto de 1971.

42

Apura atividades de mais de 50 réus envolvidos com a organização e ações da VPR em São Paulo desde sua fundação e principalmente após o 1º fluxo de prisões ocorrido no início de 69 (Itapecerica).

Apuram-se várias ações armadas, estruturação de grupos, guarda de material e treinamento de guerrilha no Vale do Ribeira sob direção de Carlos Lamarca. Farto material é apreendido e anexado ao processo.

43

Processo iniciado com a interrupção de uma reunião do Comitê Central do PC do B, em São Paulo, pelas forças de segurança que assassinaram no local Pedro Pomar e Ângelo Arroio, dirigentes do Partido, em dezembro de 76. Apura-se a discussão em curso na reunião interrompida, a composição dos organismos de direção do PC do B, relatos sobre a preparação e a evolução da guerrilha do Araguaia bem como da incorporação da AP ao PC do B etc . Apura ligações internacionais e cursos de guerrilha na China Popular.

44

Apura especificamente o assalto contra a agência Bonsucesso do Banco de Crédito Territorial, executado no dia 25/9/69 por um grupo da ALN do Rio.

45

Processo contra 20 marinheiros acusados de liderarem uma passeata de 200 colegas de farda que se retiraram do Arsenal da Marinha (em prontidão) e tentaram ultrapassar os portões do Ministério para se dirigirem ao Sindicato dos Metalúrgicos para confraternizar com o levante da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. A passeata foi dispersada sem que se conseguisse ultrapassar os portões, ocorrendo disparos e ferimentos. Tais fatos ocorreram no final de março de 1964.

46

Apura conjuntamente as atividades do prefeito de Natal até o golpe de Estado; a "agitação" esquerdista da Prefeitura; a instauração do "QG da Legalidade" no dia 19 de abril, em apoio a Goulart; greves e mobilizações sindicais entre portuários, ferroviários, trabalhadores rurais etc ; movimento estudantil; distribuição de textos comunistas etc,. Todas essas atividades são apresentadas na denúncia como se fossem previamente articuladas e como se todos estivessem a serviço do comunismo.

47

Apura especificamente a ação de seqüestro do embaixador suíço no Brasil, Giovani Enrico Bucher, executado por um grupo da VPR do Rio de Janeiro no dia 7/12/70, terminando dias depois com a liberação do embaixador após a soltura de 70 presos políticos e publicação de manifestos na imprensa. Na operação foi morto um agente de segurança do embaixador (da Polícia Federal).

48

Apura a "fuga" do Cabo Anselmo da embaixada do México, onde se encontrava refugiado, o envolvimento das pessoas que prepararam tal saída, reuniões em que se aventou a possibilidade de reestruturar a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Anselmo foi preso pouco tempo após tal saída. Depoimentos referem alguma participação da AP no episódio. O inquérito foi aberto em junho de 1964.

49

Processo com réu único, apura sua participação destacada em uma manifestação estudantil realizada no dia 4/6/68, em Salvador, quando uma passeata se dirigiu até a sede da Comissão Executiva do Convênio SUDENE/MEC-USAID/GOVERNO DA BAHIA e deprecou suas instalações.

50

Apura "agitação" sindical através das "Ligas Camponesas" em Sirinhaém, Rio Formoso e adjacências, incluindo a participação dos conhecidos líderes Júlio Santana, "Chapéu de Couro", Joca etc . Registram-se passeatas, ocupações de terra e mesmo um tiroteio na delegacia sindical de Sirinhaém após atrito entre ativistas sindicais e oponentes destes, resultando morto um desses últimos (isto ainda no dia 25/3/64) vésperas da deposição de Goulart.

51

Apura atividades de um pequeno grupo do PCR em Natal, especialmente nos anos de 70 e 71. Apuram-se panfletagens pelo voto nulo em 1970, reuniões, leitura de documentos, atuação no movimento estudantil e Clube

dos Jovens, etc. Tanto a denúncia quanto o relatório do inquérito come tem equívoco usando a sigla PCBR.

52

O processo tem réu único e foi reiniciado após uma primeira absolvição no STF. Apura as atividades do MR-8 no sertão baiano, e especialmente os deslocamentos de Lamarca e o cerco que resultou em sua morte. O réu foi ferido e preso num confronto em que restaram mortos seu irmão Otaniel e um companheiro, sendo que seu outro irmão, José Campos Barreto, foi morto ao lado de Lamarca. É acusado de ter ocultado Lamarca em Brotas de Macaúbas e ter ligação com o MR-8.

53

Apura atividades de 4 réus na estruturação e manutenção do Colina em Minas Gerais, sendo que um deles pertencia ao setor de massas, outro ao setor de ampliações e outro ao setor de levantamento de áreas. O IPM foi instaurado a pedido do Cel. Otávio Medeiros, que presidiu outro IPM sobre o Colina, com dezenas de réus, mas não teve tempo para apurar as implicações de um pequeno grupo citado no relatório deste IPM, que teve início em novembro de 1969.

54

Apura a estruturação e atividades da AP no Regional de Minas Gerais no período 69/71. As atividades consistiram na estruturação de várias "células" da AP, reprodução e estudo de seus documentos, distribuição do jornal "Libertação", contribuição financeira, reuniões, panfletagens em áreas industriais, atuação no movimento estudantil, contatos com outras organizações (especialmente o PC do B) etc.

55

Apura a estruturação e atividades do POC em São Paulo, especialmente nos anos 69/70/71. Após mais de uma centena de prisões, restaram denunciados cerca de 70 envolvidos, apurando-se: composição dos vários organismos do POC, elaboração e discussão de documentos políticos, falsificação de documentos de identidade, reuniões, contatos com outras organizações, algumas ações armadas de expropriação (apuradas em outro processo), panfletagens e organização de cédulas no meio operário, presença no Movimento Estudantil, contatos internacionais etc.

56

Apura atividades de estruturação da ALN no Rio de Janeiro, e especialmente o assalto à agência Ramos do Banco do Estado de Minas Gerais, realizado a 29/7/69.

57

Apura atividades de um pequeno grupo vinculado, de início, ao Colina, e

posteriormente à VAR-Palmares, no Rio de Janeiro. Entre os réus é central a figura do padre Gerson da Conceição que trabalhava na conscientização de camponeses em Cachoeiras de Macacu desde 68. Membros desse grupo participaram de treinamento militar em Macacu, planejamentos de assaltos no Rio, guarda de material, discussões, contatos etc .

58

Processo contra um grupo ligado à ALN, em São Paulo, no Bosque da Saúde, que usava o nome "Zumbi". As atividades apuradas remontam ao tempo em que esse grupo pertencia ao PCB, compondo um Comitê Distrital naquele bairro. Com a cisão no PCB, em 1967, o grupo ficou com os dissidentes e um deles foi enviado a Cuba onde permaneceu 1 ano e meio cursando guerrilha, manuseio de explosivos etc,. Os réus são acusados de receberem cursos sobre explosivos, reuniões, guarda de material etc .

59

Processo com um só dos 3 réus preso , apura sua participação no trabalho da Comissão de Organização do PCB na Bahia, entre 72 e 73. Aborda a participação do réu preso em reuniões do PCB e especialmente, num "ativo" nacional de estudantes comunistas. Refere também discussão de documentos do PCB, linha política do VI Congresso, atuação no Movimento Estudantil etc .

60

Processo de réu único, incrimina estudante universitário de Natal devido à propaganda que distribuiu como candidato a vereador nas eleições de 1972, pelo MDB. O panfleto denuncia falta de liberdades e atos anti-democráticos do regime militar. Há referência a ter sido o candidato apoiado pelo PCB.

61

A partir de uma prisão efetuada em novembro de 70, apura atividades de um grupo da AP em Salvador, especialmente a estruturação de uma "célula" no setor operário. Referem-se ligações com a Igreja Católica e também com atividades no meio estudantil. Apuram-se contatos com outros organismos da AP, conteúdo de seus documentos políticos, montagem de aparelhos, panfletagem etc .

62

IPM instaurado logo nos primeiros dias do regime militar apura conjuntamente diversas atividades "subversivas" ocorridas em São Francisco do Sul no Governo Goulart. Registra-se, em especial, mobilização sindical e uma greve geral em dezembro de 63, desencadeada pelos portuários locais (Arrumadores e Estivadores). Apura também formação de "Grupos de Onze", mobilizações no Movimento Estudantil etc .

63

Processo com réu único, apura responsabilidades pelo funcionamento de uma gráfica do Centro Acadêmico Visconde de Cairu, instalada no CRUSP, na qual foi apreendido panfleto em que se denunciava a prisão de estudantes da USP ocorrida naqueles dias de junho de 1974.

64

O IPM apura atividades de pessoas que atuaram no município de Rio Pardo e adjacências formando "Grupos de Onze", bem como manifestações contrárias do golpe militar no próprio dia 19 de abril, incluindo ameaças de manifestantes que pretendiam paralisar e depredar a companhia S.O.M.F. (ferroviários). Apura também sabotagem de uma viatura da Prefeitura posta à disposição das tropas do 8º R.I. que guarneciam o Rio Jacuí.

65

Processo relacionado com o desbaratamento do grupo clandestino FALN, que se estruturava e agia na área de Ribeirão Preto, aliciando cortadores de cana e estudantes, distribuindo o jornal "O BERRO", realizando treinamentos militares e executando expropriação numa pedreira, além de planejar outras ações armadas. São realizadas mais de 100 prisões em vários municípios da região, sendo que a prisão e tortura da Madre Maurina acarretou excomunhão de 2 delegados locais pelo bispo diocesano.

66

Processo com mais de 100 réus, ligados à VPR, VAR, FLN, FBT, M3G e MR-26. Houve vários inquéritos reunindo diferentes inquéritos reunidos juntados quando do relatório. Apura amplo leque de atividades dessas Organizações no Estado, nem sempre exibindo ligações entre si. Levanta a composição dos organismos de cada grupo, posições políticas, jornais e documentos oficiais e inúmeras ações que vão da panfletagem sem armas, até assaltos a banco e a tentativa de seqüestro e ferimento do cônsul norte-americano no Rio Grande do Sul. O período abrangido é, especialmente, 1969/1970.

67

O IPM foi iniciado em Sete Barras e concluído em Santos, focalizando um período específico da chamada "Guerrilha do Vale do Ribeira" em 1970. Trata-se da captura de um caminhão do Exército por 3 membros da VPR (entre os quais Lamarca), que com ele se evadiram para São Paulo. Os militares que ocupavam o caminhão foram presos e um deles, sargento Kondo, foi denunciado e condenado por indisciplina militar, negligência, falta de resistência ao ataque etc.

68

Apura a estruturação e ações executadas pela ALN, em São Paulo, e de

sua dissidência, o MOLIPO, especialmente no período 1971/72. São arroladas 67 ações armadas executadas por uma ou outra das organizações, incluindo distribuição do jornal "Venceremos", pichamentos, atentados a bomba, assalto a bancos, queima de ônibus, propaganda revolucionária, expropriações em firmas particulares etc .

69

O processo resulta de uma das partes em que foi subdividido o chamado "IPM do Norte do Paraná", atingindo as forças políticas contrárias ao novo regime. Neste caso, o IPM apura especialmente as atividades sindicais de um pequeno número de réus que, entre 61 e início de 64, "agitaram" os trabalhadores da construção civil e rurais de Maringá, promovendo greves, recebendo Julião etc . Envolve também atividades de vereadores acusados de agitação esquerdista na Câmara Municipal e de serem comunistas.

70

Apura atividades no meio estudantil da USP, UNICAMP e U.E.E. de um grupo de réus em sua maioria vinculados à ALN, no período 1969/1970 e início de 1971. Inclui ações armadas de propaganda e expropriação na PUC , roubo de mimeógrafo, distribuição de folhetos, pichamentos, reprodução de documentos, montagem de um setor de imprensa etc .

71

O IPM que dá origem ao processo é chamado "Área do Ensino" e apura as responsabilidades de 10 réus acusados de liderarem o movimento estudantil baiano, em diversas faculdades e entidades como Centros Acadêmicos, UEE e UNE, no ano de 1968. São focalizadas várias passeatas, discursos, comícios, depredação de veículos oficiais, distribuição de impressos, exaltação da guerrilha mediante expressão artística etc .

72

Processo que abrange os envolvidos no fluxo de prisões que atingiu a AP ao final de 1970 no ABC paulista e especialmente em Mauá. São incluídos vários dirigentes da AP e apuradas atividades de propaganda no meio operário, formação de células, atuação no movimento estudantil universitário e secundarista, distribuição de impressos e documentos da AP, campanha do voto nulo, panfletagem em áreas de grande concentração, reuniões da direção etc .

73

Apura atividades de um grupo preso em julho de 67 num episódio que foi chamado "Guerrilha de Uberlândia". Trata-se de um grupo que vinha se articulando no Triângulo Mineiro para deflagrar movimento armado na região, em ligação com o jornalista Flávio Tavares. O grupo realizou trei

namentos para confecção de bombas, fez instrução militar, planejou atentados etc . Não chegava a se constituir propriamente numa Organização, embora tenha escolhido a sigla M.R. 21 de Abril.

74

Apura especificamente o assalto contra a Churrascaria Gaúcha, executado por um grupo do MR-8 no dia 13/9/70. Foram expropriados Cr\$ 30.000,00 e distribuídos panfletos assinados pelo MR-8, Comando José Roberto Spiegner. O grupo fez explodir, com bomba, um painel de vidro onde havia os dizeres "Ninguém Segura o Brasil". Estes fatos ocorreram no Rio de Janeiro.

75

Apura a estruturação e ações de uma cisão da VAR, surgida em 1970 com o nome DVP-Grupo Unidade, no Rio de Janeiro, até fins de 1972. A partir desse ano é distribuído o jornal Unidade, dessa Organização. São incluídas ações armadas executadas em 1970 e inclusive, o julgamento e justicamento de um membro da Organização, Geraldo Damasceno, acusado de desvio de bens (armas).

76

Apura a estruturação, composição dos organismos, linha de atuação, infraestrutura e atividades gerais da Dissidência Comunista do Rio de Janeiro, desde seu surgimento, em fins de 1966, até o início de 1970. São referidas inúmeras ações armadas que não são capituladas no presente processo. Apura montagem de aparelhos, reuniões, planejamento de ações, discussões políticas, panfletagens, elaboração do jornal "Resistência" etc .

77

Focaliza um reduzido grupo do PCR, em Água Preta, PE. Fala-se em alicia - mento de camponeses, cursos, treinamento de guerrilhas na China, incên - dio de canaviais, movimento sindical rural em PE. O réu mais importante, preso e morto na prisão, é Amaro Luís de Carvalho, o "Capivara".

78

Processo de réu único, atinge o deputado federal pela Guanabara, Márcio Moreira Alves, cassado em dezembro de 68. Apura suas atividades de par - lamentar oposicionista, indo de seus discursos na tribuna e artigos de jornal, até suas ligações com o Movimento Estudantil e a edição do livro "Torturas e Torturados" acusando autoridades militares de torturas. Refere que, por essas atitudes, foi pedida licença ao Congresso Nacio - nal para processá-lo e que a recusa do Legislativo desencadeou a decre - tação do Ato 5.

79

Apura a estruturação e atividades da OCML-POLOP, surgida em abril



de 70 como cisão do POC, especialmente em São Paulo, mas com presença ' também no Rio e Paraná. Apura composição dos vários organismos e bases, montagem de aparelhos, reuniões, contribuição financeira e distribuição de textos, especialmente o jornal "Política Operária".

80

Apura especificamente o assalto executado contra um carro de uma transportadora de valores -TRANSFORT-, no dia 22/11/71, no Rio de Janeiro, em Madureira, no qual foi morto um dos guardas da firma, feridos outros e expropriados Cr\$ 261.411,00. A ação foi executada por um comando constituido de militantes da VAR-Palmares e do MR-8.

81

Processo de apenas 2 réus, aparentemente sem qualquer vínculo entre si. Um deles é médico, seria ligado à ALN e teria atendido um militante ferido à bala. O outro seria ligado à VAR tendo integrado seu setor de documentação. Nos dois casos a ação se desenvolveu no Rio de Janeiro, onde o inquérito se iniciou em junho de 1972.

82

De 1972, este processo teve início com uma série de cartas que um advogado da Federação dos Trabalhadores Rurais do Ceará enviou ao Comando da 10a. RM, denunciando subversão na entidade e, especialmente, um réu, que é chefe do seu Setor Jurídico, como incitador de violência e de mortes ocorridas em conflitos pela terra em diversos municípios do interior ' cearense.

83

Apura especificamente o assalto executado no dia 21/11/69 contra a Construtora Presidente S/A, por um comando constituído de militantes da ALN e da FLN, no Rio de Janeiro.

84

Apura a estruturação e manutenção, em São Paulo, de uma pequena organização denominada anteriormente Movimento Revolucionário Marxista, e depois Organização Partidária-Classe Operária Revolucionária OPCOR. Os réus são acusados de montarem aparelhos, fazerem reuniões, escreverem documentos etc, referindo-se sua participação em várias ações armadas que deram origem a outra ação penal, também em 1971.

85

Apura, de forma preponderante, a constituição de numerosos "Grupos de Onze" na cidade gaúcha de Palmeira das Missões, no período que antecedeu a derrubada de Goulart, responsabilizando, inclusive, um deputado ' do PTB. Na fase de IPM se investiga também o comportamento "esquerdis - ta" de alguns professores do colégio local.

86

O IPM tem início em 6/4/64 e apura fundamentalmente a tentativa de aliamento de militares para a subversão, através de uma reunião em que um dos réus convidou militares a sua casa para conhecer e conversar com o comunista Emílio Bonfante Demaria, oficial da Marinha Mercante, isso em dezembro de 63. Há referência também à greve dos portuários da cidade, São Francisco do Sul, já apurada em outro processo.

87

O processo tem fundamento na prisão, em Brasília, do réu Venâncio que havia atuado na ALN, em São Paulo, de 69 a 72, participando de inúmeras ações armadas. Há referências também a atividades do MOLIPO. Os demais réus teriam sido localizados a partir dele e, em geral, eram seus elementos de apoio na estruturação de um Setor de Massas da ALN na região do ABC naqueles anos. Além das ações armadas em que aquele réu participou são apuradas reuniões, panfletagens, pichamentos, levantamentos, etc.

88

Processo com um só réu, acusado de manter um "aparelho" do Molipo onde era guardado farto material subversivo, inclusive equipamento para falsificação de documentos. O réu era ligado ao banido Otávio Ângelo. O "aparelho" se situava na Vila Carrão, em São Paulo, e era frequentado por Benetazzo e Cavalcante Reis, membros do Molipo, em 1972.

89

Processo contra 2 jovens presos no dia 20/2/68 quando estariam distribuindo panfletos de apoio à luta do povo do Vietnã e contra o Governo Costa e Silva por planejar o envio de soldados brasileiros àquele país. Isto na lancha "Paquetá", no trajeto Rio-Niterói.

90

Processo contra um só réu, um jovem marceneiro de Jataí que, numa noite de março de 1975, embriagou-se e efetuou pichamentos com os dizeres "Fidel Castro tem Razão" e "Marchai para o Comunismo" em muros, portões e num caminhão estacionado, em ruas daquela cidade.

91

Apura a estruturação e atividades do PCBR em Salvador, envolvendo vários réus como responsáveis pela montagem de aparelhos, participação em reuniões e discussões políticas, contatos através de "pontos" etc. Inclui a participação de alguns réus no assalto ao Banco da Bahia na Liberdade. Há referências à participação de alguns réus no movimento estudantil. Alguns réus estavam ligados a uma outra Organização, chamada "Dissidência".

92

Apura a estruturação e atividades do PCBR em Fortaleza, basicamente durante o ano de 1971. Na realidade, trata-se da tentativa de estruturar o PCBR na área, com atividades bem reduzidas. Praticamente contatos e discussões apenas. Apura-se atividade no Movimento Estudantil e elaboração do jornal "Vanguarda".

93

A peça inicial denuncia 33 pessoas como responsáveis pela constituição, manutenção e atos do primeiro MR-8, desde seu nascimento, em Niterói, em fins de 66, até as prisões de abril de 69, que dão origem ao IPM deste processo. Inclui vários assaltos a banco, montagem de aparelhos, aquisição de um sítio e preparativo para guerrilha rural no Paraná, contatos internacionais para aquisição de armas etc. Um dos réus é o noticiado "Bom Burguês", acusado de desviar para o MR-8 vultosa quantia em dinheiro, do Banco do Brasil, onde trabalhava.

94

O Processo tem mais de uma denúncia e, no fundamental, volta-se para vários assaltos a banco realizados na Grande Porto Alegre, em 1969, por membros de várias Organizações e especialmente o M3G, que aparece como central no processo. Registra-se seu surgimento e composição, planejamento e execução dos assaltos, guarda de material, etc. Nas ações armadas participaram também alguns dos réus que pertencem a outras Organizações: VAR, VPR e FLN.

95

Apura a responsabilidade de cerca de 70 réus na estruturação e atividades da VAR-Palmares em São Paulo, desde seu surgimento, em julho de 69, como fusão do COLINA e VPR. Abrange a composição dos organismos da VAR, direção, setor operário, imprensa etc, assim como a guarda de armamentos, material, dinheiro proveniente de expropriações, montagens de aparelhos, elaboração e discussão de documentos, reuniões, levantamentos, atuação no setor estudantil e operário, panfletagens etc.

96

Abrange as responsabilidades pela estruturação, manutenção e atividades do Comando Regional da AP no Paraná em 69, 70 e 71, especialmente na área de Curitiba. Apura a composição da direção e bases da AP no Estado, codinomes, contribuição financeira, distribuição do jornal "Libertação" e documentos, reuniões, guarda de material etc. A quase totalidade dos envolvidos atuava no movimento estudantil, responsabilizando-se pelo jornal "Opinião".

97

Apura as atividades de um grupo da ALN em Ribeirão Preto, que mantinha

permanente contato com a ALN na capital, entre os anos 67, 68 e 69. Os réus atuaram na arregimentação de camponeses, no movimento estudantil, guarda de material, treinamento militar, confecção de explosivos etc. São referidas várias reuniões e contatos, e uma sabotagem com explosivos de efeito moral na Lojas Americanas daquela cidade.

98

Apura a estruturação e atividades do PRT em São Paulo desde seu surgimento, em 1968. O grupo, numericamente reduzido, estruturou-se como 'partido clandestino, utilizou-se de documentos falsos, fez reuniões, levantamentos, elaborou e discutiu documentos, travou contatos com outras Organizações e executou assalto contra o supermercado Pão de Açúcar, no Brooklin, dia 26 de março de 1970.

99

Os autos registram que a S/2 da 8a. RM, através de infiltração, detectou as atividades de um grupo da ALN em Belém que desenvolvia atividades de preparação de uma área de guerrilha no interior do Estado, perto de Conceição, Marabá e Imperatriz (MA). As prisões atingiram também um militante que chegava de treinamento militar em Cuba e se dirigia 'para tal área. Consta que alguns dos réus tinham contato direto com Marighella e, depois de morto este, com Câmara Ferreira.

100

Processo volumoso, decorrente de inquérito motivador de 2 ou 3 centenas de detenções, apura a responsabilidade de mais de uma centena de réus na criação, estruturação e ações da ALN em São Paulo. Inclui dezenas de ações armadas como assaltos a banco, atentados a bomba, expropriações, treinamentos, falsificação de documentos, montagens de aparelhos etc. O fluxo de prisões desse inquérito foi localizado e morto o fundador da ALN, Marighella. Houve desmembramento do processo para separar o grupo dos dominicanos: BNM nº 9.

101

Apura a estruturação, composição dos organismos e as atividades do PCB em Minas Gerais, especialmente do início dos anos 70 até maio de 1976. Há referência a um Comitê Estadual e Comitês Municipais, distribuição do jornal "Voz Operária", reuniões, cursos sobre marxismo e atuação na campanha de candidatos do MDB. Fala-se também em "Comissão Universitária do PCB", "base dos intelectuais", "base dos médicos" etc.

102

A denúncia considera o processo uma continuação do processo BNM nº 100, que apurou as atividades da ALN em São Paulo até setembro/outubro de 69.

Neste caso apuram-se as atividades de outro grupo de réus (alguns se repetem) nos meses seguintes àquele período. Registram-se ações armadas, reuniões, montagem de aparelhos, falsificação de documentos, composição dos organismos da ALN etc.

103

Apura especificamente uma ação armada executada por um comando da VPR ' no dia 26/1/71 no Rio. A ação consistiu em assalto ao depósito da firma "Armazém Mundial Ltda", no Jacaré, e subtração de mantimentos que foram distribuídos em seguida numa favela chamada "Rato Molhado", em Inhauma, juntamente com panfletos da VPR.

104

A denúncia inicial tem um só réu, José Campos Barreto, acusado de liderar a greve dos metalúrgicos de Osasco em 16 e 17 de julho de 1968. Posteriormente é apensado outro inquérito, proveniente do DOPS, e a aditada denúncia contra outros réus, acusados de participarem e liderarem o mesmo movimento.

105

Apura as atividades de um grupo de estudantes, autônomo, mas vinculado à ALN, que se estruturou em 1969, em São Paulo e executou algumas ações armadas. A prisão do grupo teve início com a tentativa de compra de um gravador com cheque expropriado numa ação armada anterior. Segue-se intenso tiroteio em que morreu um guarda e o militante José Wilson Sabag, sendo preso, ferido, um dos réus.

106

Trata-se de mais um processo vinculado à chamada "Guerrilha do Vale do Ribeira", da VPR. Nesta ação se responsabiliza Lamarca e um grupo de réus por terem seqüestrado, julgado e executado a coronhadas, durante os combates naquela área, o Tenente da PM Alberto Mendes Júnior. O inquérito inicial é feito pela Polícia Militar, mas o principal é do DOPS.

107

Processo contra um só réu, o estudante Humberto Cunha, do 29 ano da Escola de Agronomia da Amazônia, por ter escrito um trabalho sobre mecanização da lavoura no Brasil fazendo propaganda do socialismo. Os professores da cadeira não permitiram que o aluno apresentasse o trabalho em aula, o que fez o réu responder com Carta Aberta aos aludidos professores, divulgada amplamente na escola. O inquérito teve início em novembro de 1969.

108

Processo contra o deputado estadual pelo MDB, Paulo Albuquerque, por ter feito da tribuna, em agosto de 71, denúncias contra atividades do

"Esquadrão da Morte" na área de Belém, que repercutiram amplamente na imprensa. O governador mandou instaurar inquérito para apurar as denúncias, e, com base nas conclusões negativas deste, solicitou ao DPF inquérito contra o deputado. São apenas 2 réus: o deputado e um militar reformado, citado por ele como testemunha dos fatos que denunciara.

109

Apura as responsabilidades de um grupo de réus acusados de liderarem as "agitações estudantis" de 1968 no Estado de Sergipe. São incluídas panfletagens, manifestações, comícios, greves estudantis em solidariedade a estudante preso no Rio, propaganda contra o governo, ligação com a UNE e participação em seu Congresso etc. O IPM tem início logo após a decretação do Ato Institucional nº 5.

110

Processo contra a edição do livro "Fundamentos de Filosofia", do soviético marxista Afanasiev. São 5 réus: 3 responsáveis pela Editorial Vitória Ltda, que lançou a obra traduzida em agosto de 63. O 4º réu é o responsável pela Editora Civilização Brasileira, que reeditou o livro em 1968, e o 5º é o responsável pela impressão dessa reedição.

111

Apura as atividades de um pequeno grupo anarquista de Porto Alegre, que mantinha a gráfica e editora Vértice, onde foram impressos vários livros anarquistas e também o jornal "Autogestão", com o mesmo cunho libertário. O inquérito foi aberto em janeiro de 1971.

112

Apura especificamente o assalto realizado contra o Instituto Felix Pacheco, no Rio, dia 18/11/69, por um grupo da Dissidência Comunista da GB (depois MR-8). Foram subtraídos cédulas de identidade em branco, atestados etc.

113

O IPM é instaurado nos primeiros dias do novo regime e apura as atividades sindicais no Pará durante o regime deposto, e especialmente a constituição e mobilizações do CGT na área, identificado na denúncia como mera fachada do PCB. A maioria dos réus é constituída de marítimos e portuários, havendo também bancário. No caso de um réu inclui também suas ligações com o P.C. e vinculação ao jornal "Novos Rumos".

114

Com 34 réus, o processo apura a estruturação e atividades do PORT em Pernambuco (e adjacência) especialmente no período Goulart e até fins de

1964. Apura-se a composição da direção do PORT e de seus 4 destacamentos básicos: setor operário, setor camponês, setor estudantil e setor militar. Investigam-se reuniões, contribuição financeira, distribuição do jornal "Frente Operária", participação num Congresso do PORT em São Paulo, "agitação" junto às ligas camponesas, quartéis, faculdades etc.

115

O processo tem início com um extenso auto de prisão em flagrante de 29/1/69, quando foram presos vários elementos e estourados aparelhos do COLINA, a partir de uma prisão ocorrida nos dias anteriores. Os réus são acusados de estruturarem e manterem o COLINA, assalto a vários bancos, guarda de material impresso subversivo e de tipo militar, atentados a bomba etc. Alguns foram presos num mesmo aparelho após terem resistido aos agentes de segurança, matado 2 policiais e ferido gravemente um terceiro, tudo isso em Belo Horizonte.

116

Com mais de 60 réus o processo apura a estruturação e atividades do PCB em Barra Mansa, Volta Redonda, Barra do Piraí e Piraí. Por conexão são abordados também atividades sindicais, parlamentares, Grupos de Onze etc. Mas todo o IPM é centrado na vinculação dos envolvidos com o PCB, muitas vezes partindo de sua filiação no tempo da legalidade. Como são apuradas atividades de vários anos atrás, até 1964, são incluídos como réus notórios dirigentes nacionais do PC que, em 64, já estavam no PC do B (Pomar, Grabois etc.).

117

Apura especificamente o assalto ao Supermercado Merci (e o roubo prévio de um auto-táxi), realizado por um grupo da ALN, em Belo Horizonte, no dia 13/6/70. O IPM se utiliza das instalações do DOPS (DVS) embora seja presidido por oficial do 12º R.I..

118

O processo se concentra fundamentalmente nas responsabilidades de um grupo de militantes do PCBR de Pernambuco que, foram presos em 2 aparelhos localizados respectivamente, em Maria Farinha e na Praia de Candeias. Apura-se especialmente a guarda de material militar, armas, croquis, planejamentos de operações etc, sempre em vinculação com a atividade de estruturação do PCBR na área.

119

Apura a estruturação e atividades do Burô Regional de Minas Gerais da Ala Vermelha, incluindo a composição de suas bases e direção. Registram-se, numerosas reuniões, panfletagens na "Cidade Industrial", atuação no Movimento Estudantil, distribuição do jornal "Unidade Operária", contatos

com outros Estados etc . O IPM é conduzido pelo Exército, embora utilizando-se, para os autos, as instalações do DOPS.

120

O processo, que em grande parte repete o apurado no Proc. BNM nº 114, teve início em 1/11/64 quando foram presos vários membros do PORT reunidos numa casa no município de Jaboatão (Grande Recife) e teve sua primeira denúncia na Justiça comum daquela Comarca. Apura a estruturação do Comitê Regional do Nordeste, do PORT, desde 1961, a composição de seus vários organismos, distribuição de jornal, reuniões, participação no 1º Congresso Nacional do Partido Operário Trotskista, em fev/64, em São Paulo etc .

121

O inquérito parte do desbaratamento de 4 "aparelhos" da ALN, em março de 70, apurando a estruturação e ações dessa Organização em Pernambuco, em estreita vinculação com o PCBR. Apuram-se várias ações armadas (em geral objetos de outros processos), montagem de "aparelhos", guarda de material, "pontos", resistência à prisão etc .

122

Apura atividades sindicais dos ferroviários da E.F. Leopoldina em Além Paraíba que lideraram greves e mobilizações nos anos 60 até 31/3/64 e as manifestações contrárias ao Golpe Militar de 1º/4/64, quando teriam promovido greve e atos de sabotagem contra a ferrovia. Por conexão abrange, secundariamente, outras atividades "subversivas" no município .

123

Apura as atividades de um grupo de pessoas que, de meados de 1966 a agosto de 1969, teria formado uma Organização de nome MR-26 de Março e estabelecido vários contatos clandestinos e reuniões, tanto no Rio Grande do Sul quanto junto a exilados. A própria denúncia afirma que o "MR-26 de Março", não tinha estrutura. O grupo fez levantamento para assaltar o Banco do Brasil em Tupanciretan.

124

O inquérito tem início em abril de 71 e o processo apura as atividades e estruturação da VAR Palmares em Pernambuco e Estados vizinhos. Registra-se a constituição do Comitê Regional do Nordeste e Comandos Territoriais da VAR, reuniões, contatos, início de um Congresso, guarda de explosivos e material militar, aliciamento de camponeses remanescentes das Ligas , treinamentos de guerrilha, levantamentos, montagens e manutenção de aparelhos, resistência à prisão etc .

125

O IPM foi instaurado como desdobramento de prisões ocorridas no Rio Gran



de do Sul, atingindo a VAR-Palmares. Apura-se a estruturação de um Comando Territorial da VAR no Paraná, essencialmente na área de Nova Aurora, onde um grupo da VAR vivia em uma fazenda planejada para funcionar como refúgio da Organização e para aliciamento de camponeses na região.

126

Apura especificamente o assalto ao Banco Nacional Brasileiro, agência da Piedade, realizado por um grupo do MAR-Movimento de Ação Revolucionária-no.dia 7/5/69. Apura-se, por conexão, alguma coisa sobre a estruturação e atividades do M.A.R., tudo isso no Rio de Janeiro.

127

Processo contra um sô réu, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores ' Rurais de Torres (RS), por promover reuniões "a portas fechadas" em defesa da reforma agrária, propaganda contra o governo, afirmações, no sentido de que "quem manda é o povo" e por coordenar a Frente Agrária Gaúcha. Estabelecem-se ligações do réu com o MDB e com a igreja local, em cuja ' rádio, proferiu discursos considerados subversivos.

128

O processo tem uma sô ré, professora do Instituto de Educação Padre Manoel da Nóbrega, acusada de propaganda subversiva durante suas aulas, de iniciar suas aulas com o grito de "Viva Cuba" de participar das manifestações estudantes de 1968, combater o Acordo MEC-USAID e a política educacional do governo etc . Outros professores do mesmo Colégio foram indiciados. O inquérito é aberto após uma investigação sumária efetivada pela Comissão Estadual de Investigações ter concluído pela incriminação da professora. Esses fatos ocorreram na capital paulista.

129

Processo contra um sô réu, o trabalhador rural Mariano Sales da Silva , que exercia o cargo de delegado da Liga Camponesa de Timbaúba junto ao Engenho Terra Nova. É acusado de invasões de terra e de opor-se ao Golpe Militar de 19/4/64, ameaçando bloquear estradas e insuflando um grupo de homens armados.

130

Processo contra um sé réu, acusado de ter participado, juntamente com 2 companheiros seus da "REDE", do assalto a 2 funcionários do Banco Nacional do Comércio de São Paulo, que acabavam de recolher dinheiro na Light, em São Bernardo, no dia 9/9/69. Inclui-se na denúncia também o roubo de um auto-táxi utilizado na ação e a distribuição de panfletos com a assinatura da REDE, no ato.

131

Apura a formação de Grupos de Onze Companheiros, ou Comandos Nacionalistas inspirados pelo deputado Leonel Brizola no município do Carmo, Estado do Rio de Janeiro. São apreendidas correspondências com Brizola e documentação referente à estrutura e linha política dos Grupos de Onze, de antes de abril de 1964.

132

Apura atividades de um grupo de exilados paraguaios, vinculados ao PC da quele país ou a outras organizações de oposição ao regime de Stroessner. O grupo vivia em Campo Grande e proximidades, e estaria montando uma área de treinamento de guerrilhas nas proximidades da fronteira, pretendendo por aí introduzir-se em território paraguaio. Foram apreendidas armas e fichas de filiação ao PC Paraguaio, além de documentos políticos e croquis. O IPM foi iniciado a pedido de autoridades paraguaias, em junho de 1965.

133

Processo contra um só réu, o líder do PTB na Câmara Municipal de Candeias (MG) por atividades desenvolvidas entre 1963 e 1964. É acusado de atacar da tribuna as Forças Armadas e ter iniciado a constituição de Grupos de Onze.

134

Processo contra um só réu, faxineiro do IAPI de Timbaúba, acusado de incitamentos contra fazendeiros, pregando a luta de classes. Teria se utilizado de alto-falantes para pregar contra os comerciantes e exploradores, manifestado apoio a Fidel Castro e participado de uma passeata de camponeses, tudo antes de 1/4/64.

135

Apura variadas atividades consideradas subversivas no período que antecedeu a derrubada de Goulart, no município de Campos (RJ). São reunidos no mesmo inquérito fatos diferenciados como incitação à invasão de terras, movimento sindical dos ferroviários, discursos, atividades, parlamentares na Câmara local, vinculação ao Partido Comunista, reuniões etc.

136

Apura atividades consideradas "subversivas" de um grupo de padres e ex-padres da Diocese de Itabira, especialmente nos municípios de Ipatinga, Cel. Fabriciano e Timóteo, em 1968 e 1969. As atividades incriminadas são sermões criticando a falta de independência do país, em 7/9/69, aulas em escolas locais, conversas nos grupos de reflexão da Igreja, dessacralização da Igreja, publicações, reuniões etc. O IPM é originado e presidido por oficiais do Exército, embora utilize sala do DOPS.

137

Apura as atividades de um grupo anarquista que atuava no Rio de Janeiro, em 68 e 69, através do "Movimento Estudantil Libertário" e de uma entidade denominada Centro de Estudos Professor José Oiticica. São acusados de terem ideologia anarquista, pregarem suas idéias verbalmente e mediante publicações, manterem bibliotecas anarquistas, alicia - mento para sua doutrina etc . O IPM aparentemente teve início por motivo de um réu, soldado da Aeronáutica, ter convidado colegas para reuniões do grupo.

138

Apura atividades subversivas, indisciplina e amotinação de um grupo de soldados, cabos e sargentos da Marinha de Guerra, especialmente no âmbito do navio "Bauru". Os réus são acusados de se articularem para transmissão de notícias subversivas a bordo, conversas e reuniões em apoio à "agitação" do período de Goulart e de terem se rebelado contra o golpe de Estado de 19/4/64 sabotando e danificando armas do naval.

139

O processo decorre, como uma de suas parcelas, do chamado "IPM do Norte do Paraná", apurando especificamente as atividades "subversivas" no município de Cambará. Há 4 réus, sendo que o 1º deles, deputado estadual pelo PTB é acusado de agitação subversiva especialmente através de uma rádio de sua propriedade, enquanto outros dois (casal) são incriminados principalmente por terem idealizado e fomentado a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na cidade. Os oficiais encarregados do IPM usam instalações do DOPS e outras. Os fatos apurados são anteriores a abril de 1964.

140

Apura a "Revolta dos Sargentos da Aeronáutica", ocorrida em Brasília nos dias 11 e 12 de setembro de 1963, sob liderança de Antonio Prestes de Paula, tendo como causa uma decisão do STF em favor da inelegibilidade dos sargentos. Quase todos os réus são sargentos e foram incriminados por amotinação, prisão de oficiais e autoridades, incitação à solidariedade das outras Armas, tiroteios, morte de um fuzileiro naval, interdição do aeroporto de Brasília, interrupção da central de comunicações da Aeronáutica etc .

141

Com apenas 2 réus, o processo incrimina o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Timbaúba e o presidente da Liga Camponesa do mesmo local, por incitamento à violência entre classes, ocupação de terras, planejamento de tocaias etc, no período que precedeu abril de 1964.

142

Os réus do processo são, quase todos, membros da diretoria do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, afastados por intervenção quando do golpe militar de 1964. São acusados de agitação sindical, promoção de greves, ligações com o PCB, realização ou participação em congressos operários, viagens à URSS etc .

143

Com 70 réus, o processo apura a formação, estruturação e atividades da Corrente, em Minas Gerais, até o fluxo de prisões que gerou o IPM, no 1º semestre de 1969. São examinadas a composição dos organismos da Corrente, operações armadas e seu planejamento, montagem de aparelhos, reuniões, elaboração de documentos, panfletagens operárias, mobilização dos funcionários da Prefeitura de Belo Horizonte, guarda de material, contatos no interior e em outros Estados etc .

144

Com 3 réus, o processo apura "subversão da ordem", promovida pela Delegacia da SUPRA-Superintendência de Política Agrária- em São Paulo , no período que antecedeu a derrubada de Goulart. São acusados de fomentarem a sindicalização e ocupação de terras no interior do Estado, através do órgão que dirigiam, incitando a luta de classes.

145

Processo contra os dirigentes sindicais bancários de Minas Gerais, incluindo tanto o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários quanto o Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte e a Federação Estadual. São acusados de ligação com o PC, de promoverem greves, estruturarem o CGT na área, viagens à União Soviética, incitamento à luta de classes etc, na fase anterior a abril de 1964.

146

Apura atividades de um grupo inicialmente vinculado ao POC, e depois à VPR que se estruturou em Passo Fundo, estendendo sua ação até Três Passos onde fundou a Sociedade Pesqueira Alto Uruguai, com finalidade de instalar treinamento de guerrilha. Para esse trabalho o grupo recebeu farto material militar, armamento, veículos etc, . O grupo se dedicou a exercícios de tiro, marchas, elaboração de código, escavações para abrigar mantimentos, reconhecimento da área etc, de maio de 1970.

147

Apura a constituição, composição e atividades da Secretaria Regional do POC em Minas Gerais, especialmente em 1969. Trata-se basicamente de reuniões, aliciamentos, contribuições financeiras para o POC, propaganda contra o regime, atuação no Movimento Estudantil etc. As ati-

vidades descritas se deram em Belo Horizonte e Montes Claros.

**148**

Processo contra o cineasta autor do filme "Manhã Cinzenta" que critica o regime militar brasileiro e mostra choques de rua. O filme fora interdito pela censura e, assim mesmo, exibido em festival internacional em Viña del Mar, no Chile. O inquérito foi aberto em novembro de 1969.

**149**

Processo contra mais de 200 marinheiros acusados, em sua maioria, de terem participado de uma sublevação dos marinheiros, amotinados no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, em fins de março de 1964, sob liderança do Cabo Anselmo, da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Um pequeno grupo de réus responde no processo pela liderança dessa organização e outro grupo é inculcado de ter-se amotinado quando enviado para cercar aquele Sindicato.

**150**

Apura a estruturação e atividades da VAR-Palmares em Minas Gerais, desde seu nascimento, em meados de 69, até a prisão do grupo, em fevereiro de 70. Aborda-se a composição dos organismos da VAR na área, reuniões, montagem de aparelhos, guarda de material, distribuição do jornal "União Operária", discussão de documentos, contatos com outros Estados etc.

**151**

Com mais de 30 réus, o processo apura a constituição de 2 Grupos de Onze na cidade de Laguna e outro em Imbituba, ambas no interior catarinense, no período imediatamente anterior ao Golpe Militar de 1/4/64.

**152**

Os réus são acusados de organizarem Grupos de Onze na cidade cearense de Crateús ou de se filiarem a eles no período imediatamente anterior ao Golpe Militar de 1/4/64. Dos 19 acusados apenas um é inculcado por outros fatos, quer seja, propaganda "subversiva" na rádio local. Os Grupos de Onze são apresentados no processo como organização de tipo militar.

**153**

Os réus são acusados de serem membros da ALN ou de estarem ligados a ela, tendo organizado no km 48 da Belém-Brasília uma área de treinamentos de tiro, transportado armas, guardado material militar. Alguns são acusados também de fazerem doutrinação subversiva através do MEB - Movimento de Educação de Base - principalmente em Conceição do Araguaia. O IPM é conduzido pelo Exército, embora sejam utilizadas instalações do DPF, tendo se iniciado em novembro de 1970.

154

Processo contra o jornalista Sebastião Nery por ter assinado, na edição de 12/4/71 da "Tribuna da Imprensa", artigo com comparações consideradas "injuriosas e ofensivas" ao primeiro ministro de Portugal, Marcelo Caetano. Nery comentava afirmação de Caetano de que "Portugal jamais abandonará o controle sobre as províncias da África" comparando-a com afirmações semelhantes de Mussolini acerca da Abissínia, de Hitler sobre a Iugoslávia e de Nixon sobre o Vietnã.

155

Processo contra os 3 sobreviventes do sequestro de um Caravelle no percurso Rio-São Paulo, realizado no dia 1/7/70. O ato foi executado por um grupo de 4 militantes que anteriormente tiveram laços com o MR-8 e ALN (principalmente com esta) mas estavam descontatados na época da operação. Um deles, Eiraldo Palha Freire, morreu quando da invasão do aparelho por forças da Aeronáutica no aeroporto do Galeão, sendo os demais presos em flagrante.

156

Os réus são acusados de serem membros do PCBR em Pernambuco. O inquérito tem início com um acidente de automóvel na estrada do Caruaru, dia 8/3/72, onde teriam morrido Luis Alberto Andrade de Sá e Benevides e sua esposa Miriam Lopes Rodrigues, ligados ao PCBR. O processo aborda a montagem de aparelhos, reuniões, distribuição de texto do PCBR e do jornal "Vanguarda", atuação no Movimento Estudantil, guarda de material, composição dos organismos do Partido, ligações com operários etc .

157

Os réus são acusados de terem estruturado o Comitê Estadual goiano do PCB, em 1966, e integrado seus organismos, atuando desse ano até 1972. Abordam-se inúmeras reuniões do PCB, contribuição financeira, composição dos órgãos dirigentes e bases do Estado, divulgação de textos e jornais do PCB, distribuição de panfletos, montagem de um setor de imprensa etc .

158

Os réus são acusados de terem estruturado em Minas Gerais, o "COLINA" e desencadeado inúmeras ações armadas em 1968 até o dia 29/1/69 quando foram estourado aparelhos da Organização e presos inúmeros militantes. As ações armadas tiveram início em agosto de 68, logo após a fundação do COLINA. Além das ações, aborda-se também a guarda de material, montagem de aparelhos, ligações com o Rio de Janeiro, viagens pelo interior de Minas, levantamentos etc .

159

Trata-se de um grupo aparentemente dissidente do PCB, na região do ABC, que já no período de estabelecimento do regime militar passou a realizar adestramento militar, treinamento de guerrilha no Pico do Jaraguá, cursos de explosivos etc,. Referem-se ligações com uma esquerda comunista no Uruguai. O inquérito foi aberto no DOPS de São Paulo, em julho de 1964.

160

Apura o atentado a bomba contra o presidente da República Costa e Silva, realizado no Aeroporto de Guararapes, no dia 25/7/66, Recife, em que foram feridas 13 pessoas e mortas 2, um almirante e um secretário de Estado. De início o IPM nada apura sobre a autoria do atentado. Só após dezembro de 1968, quando presos em flagrante 2 engenheiros de posse de material militar é lavrada a denúncia contra um deles, sendo o processo de um só réu. Nem na fase de inquérito este admite sua autoria.

161

Os réus são acusados de diversificadas atividades "subversivas" no Pará até 31/3/64. Entre eles se incluem o deputado Benê Monteiro, da SUPRA local, vários funcionários da Petrobrás e sindicalistas do Sindipetro, professores etc,. São acusados de propaganda comunista, agitação operária, estudantil e camponesa, defesa de Cuba, das Reformas de Base, greves etc .

162

Os réus são acusados de integrarem a REDE, Organização que não chegava a contar com uma estruturação orgânica definida. São acusados de várias ações armadas (algumas com homicídio) e quase todos são ex-membros de outras Organizações (VPR, ALN etc.). Outros são acusados apenas como simpatizantes, guarda de material, contatos etc . O inquérito foi iniciado em São Paulo, em maio de 1970.

163

Apura atividades consideradas subversivas da União Paranaense dos Estudantes, especialmente no que se refere à publicação do jornal "Afirmção" e vários outros periódicos e panfletos criticando a política educacional do governo, em solidariedade ao povo do Vietnã. Aborda também as atividades gerais da UPE e suas vinculações com a UNE. O inquérito foi iniciado em outubro de 1967 e concluído apenas 2 anos mais tarde.

164

Os réus são sub-oficiais, sargentos, cabos e soldados da Aeronáutica, em Fortaleza, que se encontraram no Cassino da Base Aérea no dia 19/4/64 e decidiram entrar em formação e se dirigir até o comandante da unidade para pedir uma palavra de esclarecimento sobre os fatos políticos daqueles dias.

165

Os 6 réus são acusados de terem organizado e realizado o Congresso de Ibiúna, da UNE, em 1968. Trata-se, portanto, de um dos vários processos resultantes da prisão de centenas de estudantes, em flagrante, realizando tal encontro.

166

Apura especificamente o assalto realizado por um grupo do MR-8 contra a Garagem Nunes, no dia 6/5/71, no Rio, de onde foram levados 2 automóveis e 4 jogos de placas.

167

Os réus são acusados de terem estimulado e organizado "Grupos de Onze" no município de Espumoso (RS) entre fins de 63 e 31/3/64.

168

Apura especificamente o assalto realizado no dia 10/3/71 à fábrica Coca-Cola de Fortaleza, por um grupo de militantes da ALN.

169

Trata-se de desmembramento do processo BNM 260, da Auditoria da 5a. CJM, contra a AP do Paraná. Com o desmembramento apura-se, neste processo, a implicação de um só dos réus, José Carlos Zanetti, que se encontrava preso na Bahia, o que vinha trazendo emperramento à continuidade do processo contra os demais réus.

170

Os 3 réus são acusados de militarem no PCR, em Natal, tendo participado de várias reuniões, realizado panfletagens, feito aliciamento etc. Apura-se também sua participação em 2 expropriações de mimeógrafo para a produção dos textos e panfletos. O inquérito foi iniciado em abril de 1972.

171

O processo tem uma só ré, presa junto com um dirigente da ALN, José Júlio Araújo, que segundo o inquérito morreu ao tentar fuga numa diligência policial. A ré é acusada de ser militante da ALN, ter vivido em aparelho, ter escrito artigo para jornal da Organização, guardar material, usar identidade falsificada etc.

172

Os réus, cinco, são acusados de pertencerem à ALN, e atuarem, no Rio de Janeiro, vinculados ao Setor de Inteligência ou ao Setor de Massas da Organização. São acusados de guarda de material, distribuição e confecção de textos e do jornal "Ação", contatos de rua, levantamentos para ações armadas etc. O inquérito teve início em janeiro de 1971.



173

Apura envolvimento de 19 réus, quase todos lavradores de Presidente Epitácio (SP), na execução a tiros do fazendeiro José da Conceição Gonçalves (Zé Dico), no dia 24/9/67, na Fazenda Bandeirantes. Apura-se que o principal réu, Edmur Péricles de Carmargo, vinculado a Carlos Marighella e, mais tarde, fundador do "M3G" no Sul, dirigiu-se àquela cidade e criou laços com esse conjunto de trabalhadores, que mantinha conflito com o fazendeiro por questões fundiárias, incitando-os àquela ação.

174

Os réus são acusados pela montagem e manutenção de uma gráfica para a ALN onde era impresso o jornal "Venceremos" e outros textos da Organização. Além disso, mantinham contato com membros da Organização, recebiam artigos etc. Os fatos ocorreram em São Paulo e o inquérito foi aberto em maio de 1972.

175

Os réus são acusados de terem constituído e manterem o Comitê Regional do PCBR no Paraná entre fins de 1968 e 1969. São acusados de atuação subversiva no Movimento Estudantil local, leitura e distribuição de documentos do PCBR e do jornal "Vanguarda", reuniões do Partido, montagem de aparelhos, expropriação de 2 mimeógrafos, contatos com o Comitê Central, do Rio, etc.

176

Os réus são acusados de integrarem a ALN no Ceará, participando de vários levantamentos para ações armadas, reuniões, contato de rua, leitura e distribuição de textos da ALN, guarda de material, montagem de "aparelhos" etc. O inquérito teve início com uma ação armada do grupo, que consistiu no seqüestro e execução de um comerciante na localidade de São Benedito, interior do Estado, em 1970.

177

Os réus, quase todos universitários, são acusados de serem membros da AP em Minas Gerais, agindo principalmente no movimento estudantil. São acusados de comporem os organismos da AP, panfletagens, reuniões, guarda de material, leitura e divulgação de textos da AP, contatos com a AP de outros Estados etc. As atividades apuradas aconteceram principalmente em 1968 e 1969.

178

Os réus são acusados de pertencerem à VPR e ao MCR (dissidência do POC), organizações que realizaram várias ações armadas em conjunto, em Porto Alegre e no interior, durante o ano de 1970. Vários réus são acusados de participação direta nessas operações, e outros de atuação como apoio, guarda de material, levantamentos, estruturação em uma das 2 Organizações etc.

179

Os réus são acusados de estruturarem e manterem o PCBR em Pernambuco, no período 69/70. Apura-se a composição dos organismos do PCBR na área, planejamento e levantamento de ações armadas, curso e confecção de explosivos, reuniões, montagem de "aparelhos", guarda de material, leitura e distribuição de textos do PCBR, ligações com outros regionais etc.

180

Os réus são acusados de participação direta ou indireta em uma série de ações armadas realizadas em São Paulo, em 1971, por um grupo de Organizações que se articularam num organismo que se convencionou chamar "Frente". Entre as ações aqui apuradas, a de maior relevo foi a execução do industrial Boilesen, empresário dirigente do Grupo Ultra, vinculado aos órgãos de repressão. As organizações eram: ALN, VPR, MR-8, POC, MRT MRM e REDE.

181

Os réus são acusados de integrarem a RAN (Resistência Armada Nacional), constituída por ex-integrantes da guerrilha de Caparaó. Praticamente suas atividades se resumiriam a conversas, reuniões, contatos e leitura do jornal "Independência ou Morte". O inquérito foi iniciado em Juiz de Fora, em abril de 1973.

182

Os réus são acusados de terem fundado o POC no Paraná em setembro de 1969 e mantido esse partido em atividades até meados de 1970. Apura-se a composição dos organismos do POC em Curitiba e no Norte do Paraná (Apuçarana), reuniões, leitura e divulgação de textos do POC, e da revista "Política Operária", contribuição financeira e atuação do partido nos movimentos secundarista e universitário.

183

Os réus são acusados de pertencerem ao Comando Nacional da VAR-Palmares ou de cooperarem com seu funcionamento. Apura-se, portanto, principalmente a evolução histórica da VAR, suas concepções políticas, suas crises e divergências internas, seu planejamento estratégico, programa, estatutos, etc. O inquérito foi instaurado pelo CISA, no Rio de Janeiro, em novembro de 1970.

184

Os réus são acusados de constituírem um grupo de ação revolucionária em Brasília e imediações, que mais tarde se vinculou à ALN. Os réus são acusados de várias ações armadas e treinamentos de guerrilha na área durante o ano de 1969.

185

Os réus são acusados de filiação ao PCB, no Piauí. Apura-se a realização de reuniões, formação de células, contribuição financeira, composi-

ção dos organismos do PCB, principalmente por volta de 1964. Por extensão incluem-se atividades "subversivas" da Frente de Mobilização Popular, apoio a João Goulart, resistência ao Golpe Militar etc,. Apura também a formação de Grupos de Onze em Teresina-Piauí.

186

Os réus são acusados de integrarem a VAR no Rio de Janeiro, participando de reuniões, guardando material militar, recebendo e discutindo documentos políticos, falsificando identidades, mantendo contatos de rua fazendo levantamentos etc. O inquérito foi aberto em maio de 1970.

187

Os réus são acusados de integrarem uma espécie de quadrilha liderada por Roberto Emílio Manes, que teria aliciado os filhos para execução de vários assaltos entre fins de 1968 e início de 1969. A motivação do grupo é extremamente confusa, oscilando entre o banditismo e uma genérica inspiração anti-regime. Os autos registram, no entanto, que o líder do grupo teria se vinculado aos preparativos do golpe que depôs Goulart.

188

Os réus são acusados de integrarem a OCML-PO, sendo anteriormente vinculados ao POC. Atuaram em Salvador, especialmente no âmbito da Universidade, onde compuseram grupos de estudos marxistas, células da Organização, distribuição e leitura dos documentos orgânicos etc . O inquérito teve início em abril de 1972.

189

Processo contra um grupo de ex-réus ou ex-militantes da VAR, MR-8 e PCBR que vinha se reunindo em São Paulo em 1973 para articular uma atuação política vinculada a membros do MR-8 no Chile (dissidentes), para onde alguns dos réus tinham viajados. Apuram-se reuniões no Brasil, várias outras com exilados no Chile, impressão de "Companheiro" e "Grupo" com mimeógrafo, guarda de material etc .

190

Os réus são acusados de estarem vinculados ao MR-8, sendo egressos de outras Organizações. Apuram-se contatos mantidos com dirigentes do MR-8, viagens realizadas a serviço da Organização, levantamentos para ações armadas, treinamentos e guarda de material etc . O inquérito foi aberto em outubro de 1971, no Rio de Janeiro.

191

Os réus são acusados de vinculação à POLOP, no Rio de Janeiro, mantendo quase todos um pequeno grau de envolvimento. De concreto apuraram-se apenas reuniões para estudo e planos para estruturar a POLOP em células. O inquérito foi aberto em fevereiro de 1972.

192

Os réus são acusados de integrarem - alguns de terem criado - a seção baiana do MR-8, em estreita vinculação com a direção nacional sediada no Rio. Apura-se a composição dos organismos do MR-8 na área, reuniões, viagens, formação de arquivo da Organização, planejamento de um setor de imprensa, distribuição e discussão do jornal "Avante". O inquérito teve início em março de 1971.

193

Segundo os autos, o IPM teve início quando no 8º Grupo de Artilharia Anti Aérea se instaurou sindicância para apurar furto de munição e equipamentos e se detectou a existência de uma célula de cabos e soldados ligados à VAR. Além disso, apura-se a composição dos organismos do Comando Regional da VAR no DF, reuniões, contatos com outras Organizações, levantamento, instrução militar, aquisição de propriedades rurais para a Organização, distribuição de panfletos, atentado a bomba contra o City Bank etc, durante o ano de 1969

194

Os réus são especificamente acusados de terem assaltado, na condição de integrantes da ALN, uma residência particular, na noite de 3 para 4 de julho de 1970, para expropriação de numerário do morador, que segundo a ALN seria um latifundiário e agiota. Isso ocorreu no Rio de Janeiro.

195

Os réus são acusados de integrarem a OPM-COLINA, nascida em Minas Gerais, e de terem executado algumas ações armadas (especialmente assaltos a bancos) no Rio de Janeiro entre fins de 1968 e início de 1969.

196

Os réus, que em sua maioria são de outros Estados, são acusados de terem mantido entendimentos para estruturação da VAR no Ceará, em 1969. Apura-se basicamente a realização de alguns contatos e reuniões com esse objetivo e o planejamento da instalação de um foco guerrilheiro na Chapada do Araripe.

197

Os réus são acusados de integrarem o PRT em São Paulo, ou de já terem sido filiados a esse partido. Um dos réus é acusado de várias ações armadas, realizadas em 1970, e os demais, de atividades de apoio, atendimento médico, guarda de material, reuniões, leitura de documentos políticos, etc.

198

Os réus são acusados de integrarem o PC do B em Minas Gerais, marcadamente Belo Horizonte, tendo atuado nos setores estudantil, bancário e operário

rio no período 68/71. São acusados de várias panfletagens nesse período. O processo teve início com a prisão em flagrante de uma ré, na véspera do 19/5/71, que teve detonada em sua mãos uma bomba de panfletos que estava prestes a acionar.

**199**

Os réus são acusados de estruturarem e manterem em funcionamento o PC do B na Zona cacauzeira da Bahia no período 70/73. O grupo atuava junto a camponeses, distribuindo o jornal "O Facão" e também junto à pequena-burguesia. Apura-se a composição dos organismos do PC do B na área, distribuição do jornal "Classe Operária", reuniões, montagem de "aparelhos" etc .

**200**

Os réus são acusados especificamente de terem assaltado e seqüestrado o comerciante José Armando Rodrigues, na cidade de São Benedito (CE), em agosto de 1970, tendo fuzilado com com 4 tiros quando se retiravam da região. Todos os réus são acusados de terem realizado ' tal ato na qualidade de integrantes da ALN.

**201**

Os réus são acusados de atividades subversivas no Rio de Janeiro, durante os anos de 1970 e 1971, na condição de integrantes da Fração ' Bolchevique da OCML-PO. Apuram-se reuniões, panfletagens, estrutura - ção de 1 setor estudantil e 1 setor operário, setor de imprensa (mimeô grafo), distribuição dos jornais "Pavio Operário", "Pavio Estudantil" e "Política Operária" etc .

**202**

Os réus são acusados de estarem articulados entre si para uma atuação conjunta no âmbito da USP, em 1969, que consistiu em tentativa de aten tado a bomba no Conjunto das Químicas, montagem de petardos, levanta- mentos para expropriação de armas e mimeógrafo, panfletagens, guarda de material, reuniões, etc . Os autos não elucidam se tal grupo de réus teria vinculação efetiva com alguma Organização, embora fiquem ' evidentes suas concepções de esquerda. Depoimentos fazem fortes refe- rências a ligação com estudantes que foram réus em processos da ALN.

**203**

Os réus são acusados de terem integrado uma rede de apoio da ALN em São Paulo desde 1969, atuando principalmente na retirada de pessoas ' perseguidas do Brasil e na estruturação de um esquema de atendimento' médico clandestino.

204

A denúncia acusa os réus de terem se associado para agir no meio estudantil da Física-USP fazendo propaganda subversiva, estudos de marxismo, reuniões, etc., com uma clara conotação de Organização de esquerda, embora não conste qualquer nome para tal agrupamento político. Documentos fazem referência a ligações anteriores dos réus com membros da ALN, bem como a um projeto de criação de uma FUP-Frente Única Proletária. O inquérito data de abril de 1973.

205

Os 65 réus são acusados de integrarem a AP no Rio de Janeiro, e alguns tendo atividades também em outros Estados. Apura-se a composição dos organismos da AP, sua linha política, várias reuniões, panfletagens, atuação no Movimento de Favelados, setor Operário e Movimento Estudantil, guarda de material, montagem de "aparelhos" etc.

206

O processo decorre de uma série de prisões efetuadas pela Marinha, no Rio de Janeiro, logo após a decretação do Ato Institucional nº 5. Apura-se basicamente a atividade do Comitê Universitário do PCB no Rio, reuniões, preparação e participação no VI Congresso etc. Alguns dos envolvidos, na verdade já estavam vinculados à Corrente dissidente do Partido.

207

Trata-se de uma das 9 partes em que foi desmembrado o processo formado contra mais de uma centena de sindicalistas que atuavam em diversas categorias profissionais da área do porto de Santos até 1964. Os réus são acusados de agitação grevista, apoio às reformas de base, ligações com o CGT etc.

208

Os réus são acusados de estruturarem uma célula do PORT no Rio de Janeiro em 1968, mantendo-a em atividade em 1969 através de reuniões, divulgação do jornal "Frente Operária", guarda de material etc.

209

Os réus, em sua quase totalidade, são acusados de se associarem num denominado "Grupo Independente" que atuava em faixa própria mas próxima à ALN e ao MOLIPO em São Paulo, e foi preso em 1973. A maioria dos réus teria sido ligada a uma das 2 organizações anteriormente. Apuram-se reuniões, guarda de material, montagem de infra-estrutura guerrilheira na área rural, ligações com a ALN e MOLIPO, levantamentos, montagem de "aparelhos" etc.

210

Os réus são acusados de promoverem, no dia 1/10/63, uma assembléia geral extraordinária da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais ' do Brasil, para protestar contra a prisão do presidente e do vice-presidente da entidade, respectivamente "cabo" Anselmo e Avelino Capitani. Tais fatos ocorreram no Rio de Janeiro.

211

Os réus são acusados de variados tipos de ação subversiva em Santo Aleixo e Magé (RJ) de 1961 até o golpe militar de 1964. São apuradas atividades sindicais (têxteis), greve contra o Golpe de Estado, reivindicações de serviços públicos para Santo Aleixo, formação de "Grupos de Onze", atividades de vereador, apoio às Reformas de Base etc . Esse conjunto amplo de atividades é apresentado na denúncia como ação do Partido Comunista.

212

Os réus são acusados de integrarem o PCBR na Bahia, tendo realizado ' panfletagens, reuniões, guarda de material e armamentos, atuação no Movimento Estudantil etc., durante 1970.

213

Os réus são acusados de estarem ligados ao MOLIPO ou ao PC do B, em Salvador, entre 1972 e 1973, mantendo contatos políticos entre si. Apuram-se atividades de ocultação de fugitivos, guarda de material, atuação no Movimento Estudantil, etc .

214

Os réus são acusados de se associarem numa organização intitulada Comitê de Solidariedade Revolucionária, que existiu em São Paulo, de julho ' de 72 até maio de 73, quando os réus foram presos. Apura-se a elaboração de textos com a linha política do grupo, aliciamento, reuniões e apoio aos presos políticos.

215

Junção de dois processos iniciados em São Luís, em 1969 e 1972.

O 1º apura lutas sindicais, mobilizações de lavradores e ocupações de terra na região Maranhense de Pindaré Mirim, sob a liderança de Manoel da Conceição. O 2º processo já aborda os réus como membros da AP, apura a composição dos organismos dessa Organização, reuniões, linha política etc.

216

O réu (único), sargento da Aeronáutica, é acusado de conspirar pela derubada do regime militar, em novembro de 1964, tendo tentado aliciar '

colegas de farda para o que seria uma contra-revolução liderada pelo Cel. Daudt, sob título de "Operação Pintassilgo". O réu teria conspirado na Base Aérea de Canoas.

**217**

Os réus deste processo eram presos políticos em Juiz de Fora, em 1970, ou parentes de presos a quem visitavam. A acusação é de que teria sido instalada uma verdadeira "célula comunista" no presídio, onde havia ' doutrinação subversiva, elaboração de denúncias contra o regime e até mesmo redação de panfletos que eram retirados do presídio através dos familiares.

**218**

A denúncia está baseada, num IPM da VAR, mas inclui alguns réus ligados a outras Organizações, como o POC. São acusados de variadas atividades subversivas que não apresentam necessariamente conexão entre si, o que torna o processo consideravelmente artificial. O inquérito foi aberto em junho de 1970, em Porto Alegre.

**219**

Os réus são acusados de terem fundado a Fração Bolchevique Trotskista, cisão do PORT, em 1968, estruturando um Comitê Central, células, organismos, conferências e estendendo a Organização a São Paulo, Pernambuco e Ceará. Os réus são acusados de agitação no meio estudantil, reuniões, viagens à Europa, aliciamento, elaboração e distribuição do jornal "Voz Proletária" etc. O inquérito foi formado em Porto Alegre, em maio de 1970.

**220**

Os réus são acusados de integrarem o Comitê Municipal do PCB em Blumenau, subordinado ao Comitê Estadual catarinense do PCB, e com jurisdição sobre todo o Vale do Itajaí. Consta que suas atividades foram elucidadas pela infiltração de um agente policial no referido Comitê. Apuram-se reuniões clandestinas, contatos e intercâmbio com a URSS e outros países socialistas, planos insurreicionais etc. Tudo até 31 de Março de 1964.

**221**

Processo contra a quadrilha de Aladino Felix, também conhecido como "Sábado Dinotus", responsável por inúmeros assaltos e atentados terroristas executados em São Paulo em 1968. O líder da quadrilha tinha como motivação um misto de fanatismo religioso, alegando eles com outros planetas e confusas ligações políticas com áreas das Forças Armadas possivelmente de ultra-direita.

**222**

O processo apura "atividades subversivas" em Brasília de Minas (MG) no



período imediatamente anterior à derrubada de João Goulart. Os réus são acusados de formarem "Grupos de Onze", seguirem a orientação de Leonel Brizola, instigarem invasões de terra, apoiarem a criação da Supra e as Reformas de Base etc. Um dos réus era vereador no município.

223

O processo resulta da prisão em flagrante de 4 membros do PCBR que haviam instalado um "aparelho" na Praia do Pium, proximidades de Natal, após terem participado de numerosas ações subversivas em Recife. Foram presos armados durante uma "blitz" num ônibus e no referido "aparelho" foi apreendido material subversivo. O inquérito foi aberto em fevereiro de 1971.

224

Os réus são acusados de serem membros do PC do B em São Paulo, atuando no movimento estudantil, fazendo reuniões do Partido, pichamentos, lendo e divulgando textos do PC do B, marcando "pontos" de rua, guardando material etc,. O inquérito foi aberto em maio de 1972.

225

Os réus são acusados de participarem da "trama subversiva" que pretendia comunizar o Brasil no período de governo João Goulart. Apuram-se como atividades comunistas as mobilizações estudantis, sindicais, parlamentares, religiosas etc, que se voltavam para a defesa de bandeiras nacionalistas ou de esquerda, na área de Minas Gerais.

226

Os réus são acusados de integrarem o PCB no município de Garanhuns, organizando o Comitê local, distribuindo literatura comunista como os jornais "A Hora" e "Novos Rumos", organizando cursos de capacitação política, fazendo reuniões, participando em campanhas eleitorais com candidatos próprios etc. Tudo isso até 31/3/1964.

227

Os réus são acusados especificamente pelo assalto ao carro coletor de valores do Banco Mercantil de Niterói S/A, em Ipanema, no dia 4 de julho de 1969, que teriam realizado na condição de integrantes da "Frente de Trabalho Armado da Dissidência Comunista da Guanabara" (mais tarde MR-8).

228

Os réus são especificamente acusados de terem praticado 2 assaltos sucessivos contra vigilantes noturnos, na noite de 12 para 13 de novembro de 1969, com subtração de suas armas, nos bairros de Casa Amarela e Caxangá, no Recife. Teriam praticado tais expropriações na qualidade de integrantes da ALN.

229

O processo se refere à subtração de armamentos e fuga do Capitão Carlos Lamarca da unidade em que servia - 4ª RI -, juntamente com um sargento, um cabo e um soldado, todos vinculados à VPR, no dia 24 de janeiro de 1969, em Osasco, na Grande São Paulo.

230

Os réus são acusados de estarem estruturando a VAR-Palmares em Pernambuco, recebendo salários e identidade falsa da Organização, mantendo material subversivo sob guarda, contatos com outras Organizações e com membros da VAR de outros Estados, entre 1969 e 1970.

231

Os réus são acusados de serem membros do "MR 26 de Março" em Curitiba, mantendo armamentos privativos das Forças Armadas, realizando panfletagem contra o presidente Costa e Silva em visita à cidade e planejando um assalto contra o Banco do Brasil em Telêmaco Borba (PR). Depoimentos deixam claro que um dos réus era ligado ao PCBR e outro estruturava a FLN. O inquérito foi aberto em abril de 1969.

232

Os réus são acusados de integrarem a VAR em São Paulo, constituindo sua direção e células de base, realizando reuniões, elaborando e distribuindo o jornal "União Operária", fazendo pichamentos e panfletagens, levantamentos, agindo no Setor Estudantil e fazendo aplicações financeiras para proveito da Organização, entre 1969 e 1970.

233

Os réus são acusados de terem fundado e feito funcionar a OPM-Colina no Rio, (após intitular-se "Morena"), fazendo reuniões, treinamentos militares e várias ações armadas, entre 1968 e 1969.

234

Os réus são acusados de integrarem a AP no Pará, sendo alguns seus fundadores já de antes de 1964. Apuram-se reuniões, contatos com outros setores, composição dos organismos da AP na área, especialmente a atuação no movimento estudantil etc, no período que vai até agosto de 1969.

235

Processo contra Hélio Pelegrino, médico e psicanalista do Rio, por alguns artigos que publicou em fins de 1967 e 1968, no "Correio da Manhã", fazendo apologia de Che Guevara, criticando o regime brasileiro etc.

236

Processo contra um grupo de amazonenses liderados por um venezuelano que

os aliciou para uma viagem de barco de Manaus até a Venezuela, onde receberiam treinamento guerrilheiro para voltar ao Brasil e deflagrar a luta. Em setembro de 67 esse grupo, armado, fretou um barco e se deslocava pelo Rio Negro quando decidiu abordar um barco. Nessa abordagem o venezuelano matou o maquinista do barco apresado.

237

Os réus são acusados de integrarem uma rede comunista em Natal e no interior do Rio Grande do Norte, que agiu no período do Golpe Militar de 1964 e antes dele, formando Ligas Camponesas, fazendo agitação estudantil através do Centro Popular de Cultura, mobilização sindical na União Brasileira dos Servidores Postais e Telegráficos, mobilização eleitoral. Um dos réus é acusado de subversão na qualidade de prefeito de Nísia Floresta.

238

Um dos processos resultantes do chamado "IPM Zona Norte do Paraná", apura o envolvimento de 3 irmãos em ações subversivas no município de Andaraí, no período anterior ao Golpe Militar. Teriam feito agitação entre trabalhadores rurais, fundando associações, divulgado propaganda pró-cubana e pró-chinesa, conspirado para formar milícias populares etc .

239

Os réus são acusados de subversão como líderes e ativistas sindicais no município de Cataguazes (MG), onde lideravam trabalhadores têxteis, agrícolas e funcionários públicos, lutando pela Reforma Agrária e reformas de base, estruturando o CGT e a Frente de Mobilização Popular, promovendo greves, atos públicos, passeatas etc . Tudo até a data do Golpe Militar de 1964.

240

Este é mais um dos processos que resultaram do chamado "IPM Zona Norte do Paraná", e apura o envolvimento de 2 réus em atividades subversivas no município de Jaguapitã antes de 31/3/64. Um dos réus é acusado de seguir Brizola e formar Grupos de Onze na área. O outro teria promovido concentração subversiva de trabalhadores rurais da cidade.

241

Os 3 réus são acusados de terem "pichado" as frases "Viva Vietcong" e "Vietcong aponta o caminho" em locais públicos do Rio de Janeiro, dia 15/2/68, sendo presos em seguida.

242

O réu é acusado de ter efetuado vários pichamentos subversivos em locais públicos do município de Inhapim (MG) na madrugada de 23/9/69. As frases:

"Abaixo a Sociedade Porca (Lions)"; "Liberdade?"; "Abaixo a Opressão" etc.

243

O réu é acusado de ter divulgado no jornal "Gazeta Popular", de Campo Mourão (PR), do qual é diretor, responsável e proprietário, no dia 27/9/69, notícia sobre pedido de Habeas-Corpus do preso político Joaquim Pires Cerveira, major reformado, em termos como "Polícia invadiu e saqueou meu lar". A notícia teria injúrias às forças policiais e autoridades responsáveis pela prisão do major.

244

O réu, major reformado do Exército é acusado de estar ligado à VPR, tendo mantido vários contatos com Lamarca e outros dirigentes da VPR, no que seriam contatos para tentar estruturar um Setor de Inteligência sob sua responsabilidade, em São Paulo, onde foi aberto o inquérito, em maio de 1970.

245

Os réus são acusados de propaganda subversiva por diferenciados meios de expressão verbal, em Joaçaba (SC), em 1969. Trata-se de discurso na Rádio Sociedade Catarinense atacando o governador e o regime militar, ataques ao prefeito municipal, palestras e aulas no colégio local, onde eram apresentados temas tais como "Quem era Che Guevara?"; "Cite 5 países socialistas" etc.

246

O réu é acusado de ter promovido panfletagem em Goiânia no dia 24/10/69 com propaganda de guerra revolucionária, ao mesmo tempo em que portava uma lata de tinta "spray" para "pichamentos", sendo preso em flagrante.

247

O réu é acusado de ter atacado e difamado autoridades locais e federais, por seguidas vezes, em logradouros, vias públicas, bares e rodas de Silvianópolis (MG), intitulado-se comunista e atacando o regime militar e a corrupção de autoridades locais, e afirmando inclusive que já levaria denúncias ao presidente da República. O inquérito foi aberto em agosto de 1969.

248

Os réus são especificamente acusados de terem assaltado, na qualidade de integrantes da ALN, uma agência do Banco Nacional de Minas Gerais, em Belo Horizonte, no dia 6/1/71, sendo que na ação teriam matado um menor de 14 anos.

249

Os réus foram presos no dia 17/12/68 na "Chácara do Alemão", em Curitiba

ba, quando estavam reunidos na qualidade de líderes estudantis paranaenses, para debater sobre os acontecimentos de Ibiúna, em outubro, quando fora interrompido o 3º Congresso da UNE. No local teria sido apreendida farta quantidade de escritos subversivos.

250

O IPM que deu origem ao processo intitulou-se "IPM do Banco do Nordeste do Brasil" e apurou atividades subversivas de bancários e líderes sindicais vinculados a esse banco no período anterior a abril de 1964. Um réu agiu em Teresina e os demais em Fortaleza. São acusados de promoverem greves, estarem vinculados ao CGT, apoiarem João Goulart e as Reformas de Base e, de uma forma geral, de estarem vinculados ou a serviço do PC.

251

Os réus foram presos em flagrante, em Recife, no dia 10/12/68, quando se encontravam reunidos num apartamento e estariam planejando as atividades do PCR. No local foram apreendidos vários documentos políticos dessa organização, cujos trechos são transcritos na denúncia, e armamento privativo das Forças Armadas. Como foram apreendidos também documentos do PCBR, tanto a denúncia quanto os autos do inquérito confundem as 2 siglas.

252

Os réus são acusados de integrarem uma "base dos arquitetos" vinculados à ALN, em São Paulo. Os réus são acusados de diversificadas atividades a serviço da ALN, viagens, treinamentos em Cuba, contato com os dirigentes Marighella e Câmara Ferreira, contato com a Coreia do Norte para obtenção de armas, reuniões, etc. Alguns réus teriam executado atentado à bomba contra avião da FAB exposto na Praça 14 Bis, em São Paulo.

253

Os réus são acusados de estarem rearticulando partido político proscrito, apontado genericamente como sendo o PC - na verdade a Dissidência da Guanabará - embora nos autos conste apenas a designação "Grupos de Sustentação", e "estudantes comunistas do Rio" como sendo a utilizada pelos próprios réus. São acusados de atuação subversiva no Movimento Estudantil, montagem de "aparelho" e guarda de material subversivo, resistência armada à prisão, reuniões etc, até maio de 1969, quando se iniciou o inquérito.

254

Os réus são acusados de integrarem a Fração Bolchevique Trotskista, dissidência do PORT, em São Paulo, a partir de 1970, com contatos e ramificações em outros Estados. Apuram-se reuniões do grupo no Brasil e no exterior, elaboração e discussão de textos políticos, impressão e divulga

ção do jornal "Voz Proletária", curso de formação marxista etc .

255

Trata-se do volumoso processo noticiado como "das cadernetas do Prestes". Teve início nos primeiros dias de abril de 1964 e apoia-se fundamentalmente na apreensão de 19 cadernetas manuscritas que seriam da autoria de Luís Carlos Prestes, dirigente máximo do PCB, contendo anotações de centenas de nomes de militantes e dirigentes do Partido, síntese de reuniões e intervenções dos participantes etc, um verdadeiro diário do que teriam sido as atividades do PCB nos últimos 3 anos.

256

Processo contra 12 sargentos e um sub-tenente do 19 Batalhão de Engenharia de Combate, Santa Cruz, Rio de Janeiro, que teriam se insubordinado contra ordens de seus superiores e promovido reuniões subversivas. De concreto a denúncia relata que tais militares estariam seguindo para Areal (RJ) a fim de apoiar o combate contra forças amotinadas (anti-Goulart) em Juiz de Fora, na noite de 31/3/64, quando o capitão que os comandava decidiu aderir ao Golpe de Estado, sendo os réus acusados de não o acompanharem na atitude.

257

O réu é acusado de pertencer ao PCB em Fortaleza, tendo feito aliciamentos, difusão de propaganda pró-cubana e pró-soviética, viagem a Cuba. O réu, sexagenário, teria sido preso em novembro de 1964, sendo apreendido farto material escrito comunista.

258

Os réus são acusados de desacato ao Conselho de Justiça da 1ª Auditoria da Aeronáutica da 1ª CJM em audiência de processo a que respondiam como membros da ALN, quando se recusaram a erguer-se em saudação aos juizes e um dos réus afirmou que se levantava em respeito aos presentes e ao povo brasileiro, não reconhecendo autoridade do Conselho para julgá-los. Isso ocorreu em 30/7/1971.

259

Uma das 9 partes em que foi subdividido o processo formado para apurar atividades subversivas na área do porto de Santos, envolvendo várias mobilizações sindicais das diferentes categorias profissionais da área do porto no período anterior ao Golpe Militar. São acusados de tentarem formar uma república sindicalista, fazer propaganda e divulgar jornais comunistas, promover greves ilegais e políticas etc .

260

Os réus são acusados de estruturarem e manterem em funcionamento a AP

no Paraná, de 1967 a 1971, compondo seu Comitê Regional. Apuram-se várias reuniões clandestinas, aliciamentos, formação dos Setores Operário, Camponês e Estudantil, criação de bases no interior do Estado, distribuição do jornal "Libertação" atuação sindical através de advogado trabalhista, participação em panfletagens, manifestos e assembleias estudantis.

261

Os réus, dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Alimentação de Santa Rosa do Viterbo (SP) são acusados de agitação subversiva até 31/3/64, especialmente através da distribuição de periódicos "pro-comunistas" como "Terra Livre", que divulgaram de 1962 a 1964.

262

Os réus, dirigentes e ativistas do Sindicato dos Carregadores e Ensacadores de Café de Santos, são acusados de promoverem graves ilegais, propaganda da luta de classes, apoio ao CGT, PUA e Forum Sindical, afastamento dos ex-dirigentes sindicais que eram anti-comunistas, solidariedade às greves dos enfermeiros e dos transportes em Santos etc. Tudo isso entre os anos de 1963 e 1964.

263

Processo contra o marinheiro José Anselmo dos Santos (cabo Anselmo), por ter retirado do Serviço de Material Bélico do Corpo de Fuzileiros Navais, 2 fuzis e 1500 cartuchos que seriam utilizados no Departamento de Correios e Telégrafos, na resistência ao Golpe Militar que seria, ali, deflagrada pelo Coronel Dagoberto.

264

Os réus são acusados de estarem filiados à AP entre 1967 e 1968, agindo no Rio de Janeiro (com ramificações em São Paulo e Minas) especialmente na divulgação e discussão de documentos sobre a linha política da Organização, que passava por redirecionamento nessa época. Referem-se várias ligações com a Ação Católica e elementos religiosos.

265

Os réus são acusados de agitação subversiva pró-comunista na fase anterior ao Golpe de 1964, atuando no Departamento de Correios e Telégrafos, seja como dirigentes do órgão, que apoiavam Goulart, Brizola e as Reformas de Base, seja como líderes e ativistas sindicais da União Brasileira dos Servidores Postais e Telegráficos, que promovia greves, seguia a orientação do CGT etc. O IPM foi presidido por oficial do Exército (Infantaria) e funcionou no próprio DCT

266

O processo apura o que seriam atividades "comunistas" e "cripto-comunistas" de todo o esquema político do Governo Arraes, de Pernambuco, deposto em 1/4/64, começando do próprio governador, passando por secretários de Estado, parlamentares, líderes sindicais, dirigentes do PC na área. Todas as atividades são apresentadas, em seu conjunto, como subversão comunista.

267

O réu é acusado de promover e liderar um "comício-relâmpago" no restaurante central da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ilha do Fundão), no dia 21/3/69, quando fez discurso atacando o regime vigente e incitando os estudantes à prática de atos violentos.

268

O réu, quintanista de Medicina, foi preso em flagrante em Salvador, em 4/6/70, quando distribuía panfleto em via pública, com outros estudantes, protestando contra o aumento das passagens e acusando a ditadura militar de reprimir e praticar torturas contra os opositores do regime.

269

O processo apura atividades de um grupo de estudantes, bancários e um padre que são apontados equivocadamente, nos autos, como integrantes do PC do B, visto que nos depoimentos fica clara a vinculação à Ala Vermelha, que resultou de cisão no PC do B. Isto em Belo Horizonte. São acusados de montarem uma gráfica clandestina na paróquia do Divino Espírito Santo, onde imprimiam textos e panfletos subversivos para distribuir entre bancários e estudantes, de guardarem material, fazerem reuniões etc. O inquérito foi aberto em novembro de 1969.

270

O réu, jornalista, é acusado da autoria de artigo que publicou na edição de 30/6/68 no jornal "O Estado", de Florianópolis, contendo críticas ao ministro da Educação, Tarso Dutra.

271

Os 3 réus são acusados de integrarem a VAR e estruturarem seus organismos em Salvador, entre 1969 e 1970. São acusados de reuniões clandestinas, "pontos" de rua, elaboração e discussão de textos políticos, estruturação do Setor Financeiro e Setor de Contatos etc.,.

272

Os réus são acusados de integrarem o PCBR em Pernambuco e, além de



ações armadas apuradas em outros processos, são especificamente acusados de atentado a bomba executado na madrugada de 7/setembro/69 contra o palanque instalado e guardado pelo Exército na Av. Conde de Boa Vista para o desfile militar que se realizaria pela manhã.

273

A ré, estudante de Serviço Social em Goiânia, foi presa em flagrante na agência de correios da Praça Cívica, naquela cidade, dia 18/1/70 quando postava algumas cartas contendo escritos de denúncia contra o regime militar. Foi detida por policiais que estavam vigiando a postalização de correspondência naquela agência, após ter sido apreendida pelo correio de Anápolis cartas de teor assemelhado.

274

Os 2 réus, dirigentes sindicais dos ferroviários de Teófilo Otoni (MG) são acusados de terem promovido greve e interrupção das comunicações na Estrada de Ferro Bahia e Minas, no dia 1/4/64, entre os municípios de Teófilo Otoni e Ladainha, em apoio ao presidente constitucional João Goulart.

275

O réu, militante trotskista, foi preso no QG do 1º Grupamento de Engenharia do IV Exército quando ali procurava localizar um militar que lhe fora indicado por um correligionário, a fim de estabelecer, com ele, um contato político. Em seu poder foi apreendido papel com nomes e patentes de vários militares. Os autos não registra o nome do partido ou grupo a que estaria ligado o réu.

276

O réu, soldado do Exército de 19 anos, foi preso em 25/setembro/64 quando teria se insubordinado contra seus superiores, declarando-se comunista e contrário à disciplina militar. É acusado de pertencer ao PCB e de ter tentado aliciar colegas de farda, em sua unidade, no Rio de Janeiro.

277

O réu, senador por Goiás, é acusado de ter proferido vários discursos da tribuna do Senado, em abril, agosto e novembro de 1968, atacando o regime militar, as autoridades federais e goianas, injuriando e difamando o presidente da República, acusando bandos de policiais que invadem escolas e matam estudantes etc.

278

O réu é acusado de ter liderado uma multidão de 400 ou 500 operários demitidos da Fábrica de Tecidos Tibiri que invadiram e saquearam o

Posto de Vendas da COBAL (Companhia Brasileira de Alimentos), em Santa Rita, interior da Paraíba, no dia 23/5/1970.

279

Os réus são acusados de integrarem e dirigirem o PCB no Rio de Janeiro, até 1964, compondo seu Comitê Estadual, Comitê Regional Marítimo, Fração Parlamentar, Juventude Comunista, etc. Apura-se propaganda pró-soviética e pró-cubana, congressos de solidariedade, viagens, participação em eleições, doutrinação, reuniões, etc. O IPM, presidido pelo coronel Ferdinando de Carvalho, estendeu suas investigações por todo o País, ouvindo quase mil pessoas.

280

Os réus são acusados de estruturarem um "Grupo dos Onze" no município de Cambuci (RJ) no início de 1964.

281

Ambos os réus são vereadores em Santo Ângelo (RS) e processados por discursos proferidos da tribuna da Câmara Municipal em 14 e 28 de abril de 1969 criticando o regime militar e sua política repressiva, enaltecendo o exilado Leonel Brizola etc.

282

Os réus são acusados de integrarem e dirigirem os Comitês Zonais nº 1 (Londrina) e nº 2 (Maringá) do PCBR, em 1969 e 1970, subordinados ao Comitê Regional do Paraná. Apuram-se várias reuniões para discussão da linha política do PCBR e planejamento de atividades, composição dos organismos do Partido, codinomes, contribuição financeira, guarda de material, montagem de "aparelhos", contato com outros Estados etc.

283

Processo base, mais tarde subdividido em outras partes, formado para apurar a "agitação sindical comunista e cripto-comunista" dos trabalhadores de várias categorias profissionais da área do porto de Santos até 1/4/64. Os réus são acusados de promoverem greves e entidades sindicais ilegais, distribuírem escritos e fazerem doutrinação comunistas, reuniões secretas, passeatas etc.

284

Processo contra 39 oficiais da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, acusados de atividades "subversivas" no período anterior ao Golpe Militar, que consistiam em ligações com o PTB e Brizola, formação de "Grupos de Onze" na Brigada, apoio às Reformas de Base etc. São acusados também de se apresentarem ao Comando do III Exército, que permanecera fiel a Goulart no dia do Golpe de Estado, a fim de integrarem uma resistência pela legalidade.

285

Processo contra um recruta do Exército no Quartel do Estabelecimento ' Central de Transportes, pelo porte do livro "Eu, Gregório Bezerra, Acuso" que chegou a recomendar a colegas de farda. É denunciada também a pessoa que teria emprestado tal livro ao soldado, a qual seria vinculada ' ao PCB. Esses fatos se passaram no Rio de Janeiro, sendo o inquérito aberto em abril de 1967.

286

Uma das 9 partes em que foi subdividido o processo (BNM nº 283) formado contra dirigentes e ativistas sindicais das várias categorias profissionais do porto de Santos, logo após o Golpe Militar de 1964, para apurar agitação "comunista e cripto-comunista", greves ilegais, criação de entidades sindicais ilegais, propaganda e doutrinação comunista etc .

287

O processo apura as responsabilidades de 3 réus na produção e impressão de panfletos e do jornal "Vanguarda", órgão do Comitê Estadual do PCB ' no Rio Grande do Sul. Um dos réus é o gráfico que fazia as impressões e os outros dois eram os responsáveis pelas publicações. A gráfica foi localizada pela polícia no Parque São Sebastião, em Porto Alegre, em agosto de 1966.

288

Os réus são o prefeito, o vice-prefeito, dois vereadores, agricultores' e cidadãos de Santa Bárbara do Sul, acusados de atividades subversivas na fase anterior ao Golpe de 1/4/64, por terem formado "Grupos de Onze", insuflado a subversão, planejado uma marcha sobre a cidade, contra a de posição de Goulart etc .

289

Os réus são especificamente acusados de terem tentado assaltar, na condição de integrantes do PRT, a agência Anchieta da Caixa Econômica Federal, no Rio de Janeiro, dia 10/4/70. O assalto já estava em curso, inclusive tendo sido furtado previamente um auto para tanto, quando a rea ção de um funcionário resultou na fuga dos réus sem nada expropriar.

290

O réu, coronel da reserva do Exército, ex-vereador em Santa Maria e ex-suplente de deputado pelo PSB no Rio Grande do Sul, é acusado de atividades subversivas e de ser comunista durante vários anos e, especialmente, pelo discurso proferido no Largo da Prefeitura, de Porto Alegre, durante comício no dia 1/4/64, no qual se manifest contra o Golpe Militar em curso.

291

Os 2 réus foram presos no dia 10/5/68 quando tentavam, na qualidade de dirigentes da UGES-União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas- entrar ' no recinto do Colégio Estadual Júlio de Castilhos para incentivar mobilização em prol da reabertura do Grêmio Estudantil daquela escola.

292

O processo resulta do chamado "IPM Zona Norte do Paraná" (uma de suas ' parcelas, e os 2 réus são acusados de agitação subversiva e comunista ' no município de Querência do Norte no período imediatamente anterior à derrubada de Goulart, tendo formado "Grupos de Onze", presidido o Sindicato de Trabalhadores Rurais, feito discursos em prol de reformas sociais etc.

293

Os réus, apontados como membros da ALN, VAR e PCBR, são acusados de atacarem a tiros uma patrulha do 7º Batalhão da PM, no Rio de Janeiro, dia 16/3/72. Dois dos réus teriam sido abordados em via pública pela patrulha e um deles, sem documento, apresentou-se como tenente da Marinha ' em missão de segurança, solicitando aos PMs que o acompanhassem até ' seus superiores. Estes acederam e se dirigiram juntos até um bar onde foram alvejados pelos demais réus, sendo que todos eles se evadiram.

294

Unificação de 3 processos apurando atividades da Ala em São Paulo, desde sua constituição em 67, até início de 71, abordando a composição das direções e organismos da Ala, linha política, reuniões e inúmeras ações armadas. Cada um dos processos resultou de um fluxo diferente de prisões. O 1º é do 1º semestre de 69 e aborda fundamentalmente as ações ' do GENR -braço armado da Ala - que era dissidente na época. O segundo processo decorre de prisões no 2º semestre de 69 e o 3º decorre de prisões no início de 71.

295

Apura a estruturação e composição dos organismos da Dissidência Comunista da Guanabara (mais tarde MR-8), abordando treinamentos militares, confecção de explosivos, guarda de material, montagem de aparelhos, reuniões etc, até setembro de 1969. Referem-se inúmeras ações armadas que são, entretanto, objeto de outros processos.

296

Os réus são acusados especificamente de assaltarem a agência Bonsucesso do Banco de Crédito Territorial, dia 24/3/69, ação que praticaram na condição de integrantes da Dissidência Estudantil do PCB na Guanabara ' (mais tarde MR-8).

297

Os 3 réus são acusados de liderarem a "agitação subversiva e comunizante" em Macaé (RJ) nos meses que precederam a derrubada de Goulart. Um dos réus, deputado estadual, é acusado de reunir operários das fábricas e ferroviários para pregar a subversão. O outro, vereador e ferroviário, é acusado de agitar seus colegas e os camponeses, enquanto o último réu é apontado como criador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

298

O processo teve início em abril de 64 e embora o IPM aborde amplamente "atividades subversivas" em inúmeros municípios da região de Porto União na fase anterior à derrubada de Goulart, formação de Grupos de Onze, ações do PTB, mobilização sindical etc, a denúncia termina por acusar apenas 3 pessoas, imputando-lhes vinculação ao PCB, reuniões desse partido e distribuição de textos e jornais comunistas. Os 3 são apontados como responsáveis maiores por toda a subversão na área.

299

Os réus, e entre eles Diógenes Arruda Câmara, conhecido dirigente comunista, são acusados de integrarem o PC do B em São Paulo, até 1969, e de guardarem escritos subversivos, fazerem reuniões, aliciamentos etc.

300

Os réus são acusados de integrarem a AP de Minas Gerais, entre 1970 e 1971, estando a maioria deles integrados ao "Setor Pequena Burguesia". São acusados de emprestar residências para reuniões e hospedagem de militantes, contribuição financeira, leitura e distribuição de textos da AP e do jornal "Libertação", várias reuniões, etc.

OBS.: O IPM é presidido por oficial da Artilharia do Exército, embora o local seja o DOPS.

301

O réu é acusado de integrar a AP desde meados de 1968, atuando no meio estudantil, e de ter divulgado o panfleto "Fora o Imperialista Rockefeller", com ofensas ao presidente da República, em meados de 1969, em Porto Alegre.

302

O inquérito foi iniciado em 1962 e a denúncia é de 1963. Os réus são acusados de liderarem várias ocupações de terras no município de Magé (RJ), através de mobilizações sindicais com vistas a desencadear na prática a Reforma Agrária. São acusados também de incitação à violência e ao desrespeito à ordem judicial de reintegração de posse para a Companhia América Fabril.

303

Processo contra os dirigentes do Sindicato dos Ferroviários do Rio de Janeiro e contra o interventor na Estrada de Ferro Leopoldina, acusados de liderarem agitação "comunizante" entre os ferroviários dessa empresa no período anterior à deposição de Goulart e a greve deflagrada no dia 1/4/64, contra o Golpe Militar, sob orientação do CGT.

304

Os réus são acusados de participarem, direta ou indiretamente, da panfletagem realizada a 12/8/70, em São Vicente (SP), próximo a uma garagem de ônibus, contendo críticas violentas ao regime militar e ao prefeito municipal da ARENA. São incriminados vários membros do MDB local, e inclusive vereadores.

305

Os réus, estudantes da Faculdade de Engenharia Industrial (FEI), em São Bernardo do Campo, são acusados de agitação subversiva através do Diretório Acadêmico e de chapa concorrente ao mesmo, divulgação de panfletos e jornais com ataques ao governo etc, nos anos de 1969 e 1970.

306

O réu foi reconhecido fotograficamente pela vítima como autor de seu sequestro, ferimento a bala (na mão) e ameaças, fato ocorrido na noite de 4/12/70, no Rio de Janeiro. A vítima é sargento da Aeronáutica e alegou ter sido ameaçado em termos que denotavam a condição de militantes subversivos dos seqüestradores.

307

Os réus, estudantes e professores, são acusados de liderarem os movimentos estudantis ocorridos em Feira de Santana em 1967 e 1968, através de aulas, reuniões, comícios, passeatas etc. Um dos réus é vereador pelo MDB, além de estudante.

308

O réu, 3º sargento no 12º R.I., de Belo Horizonte, recusou-se a acatar ordens superiores de se deslocar, no dia 31/3/64, nas mobilizações desencadeadas naquele quartel para a derrubada de Goulart. É acusado de ter desacatado o comandante do Regimento e, após ter sido preso, ter desenhado nas paredes da cela a foice e o martelo.

309

Os réus foram reconhecidos fotograficamente como autores do assalto à Radio Patrulha 8/228 estacionada na esquina das ruas Prado Júnior e Barata Ribeiro, Rio de Janeiro, em 31/7/71, quando foram tomadas as armas dos policiais, incendiada a viatura e distribuídos panfletos assinados pela ALN.

310

Os réus são acusados de dirigirem ou integrarem o Comando Regional da AP na Bahia, basicamente de 1969 a 1971, que se subdividia entre os Comandos Seccionais de Salvador, Itabuna/Camacan, Feira de Santana e Aracaju (SE). Apura-se a composição dos organismos da AP, reuniões, montagem de aparelhos, guarda de material, contatos com outros Estados etc .

311

Os réus são acusados de serem militantes ou apoio do MR-8 no Rio de Janeiro em 1970 e 1971, tendo hospedado membros da Organização, efetuado levantamentos, feito viagens, etc . Um réu, pai de uma militante do MR-8 morta pelas forças policiais (Marilene Vilas-Boas Pinto), é acusado de atender feridos do MR-8 a pedido da filha. Outro é acusado de desviar documentos da repartição do Exército onde trabalhava.

312

Processo integrante do chamado "IPM Zona Norte do Paraná" tem um só réu, o prefeito de Paranavaí, acusado de liderar toda a agitação "subversiva e comunizante" na cidade, no período anterior ao Golpe Militar, afinado que era com Brizola e Goulart. É acusado também de desmandos administrativos, apoio à agitação sindical etc .

313

Os réus são acusados de integrarem um "grupo subversivo" que se constituiu em Catalão (GO) entre 1966 e 1969 e que agiu em dois eixos básicos: doutrinação comunista durante aulas nos colégios da cidade e divulgação de inúmeros panfletos, boletins estudantis, jornais municipais e mesmo poemas com propaganda contra o regime e pró-comunista.

314

Os réus são responsabilizados por inúmeras atividades "subversivas", agitação sindical e ocupações de terras em Governador Valadares (MG) no período anterior ao Golpe de 1964 e, especialmente, por dirigirem, integrarem ou apoiarem o PCB na cidade, participando de reuniões, divulgando textos e jornais comunistas etc . Um dos réus, Francisco Raimundo da Paixão, era em 1964 liderança camponesa conhecida em todo o país.

315

Parte do chamado "IPM Zona Norte do Paraná", o processo apura a "agitação subversiva e comunizante" em Londrina no período anterior ao Golpe de 1964. Abordam-se reuniões sindicais de trabalhadores rurais, formação de "Grupos de Onze", viagem a Cuba e autoria de livro a seu favor, discursos subversivos pela rádio e na Câmara Municipal, apoio a Goulart e Brizola, conflitos armados na ação de Ligas Camponesas etc.

316

Os réus são acusados de integrarem o PORT, na Guanabara, atuando já desde antes de 1964, sendo alguns deles membros do Comitê Central do Partido. Apura-se a composição dos organismos do PORT, reuniões, linha política, lançamento de uma Frente Popular de Libertação, realização de um congresso nacional do Partido em 1964, elaboração e distribuição dos jornais "Frente Operária" e "Ação Revolucionária".

317

Os réus são acusados de integrarem o PCBR no Rio de Janeiro. Apuram-se reuniões, assistência médica a membros do PCBR, aliciamentos, contatos em "pontos" de rua, leitura e distribuição de documentos políticos do PCBR, panfletagem armada em trens etc. O inquérito foi aberto em março de 1972.

318

Os réus são acusados de participarem na distribuição de panfleto intitulado "Lutar por 40% sobre o que ganhamos", feita no dia 24/1/69 diante de uma indústria de calçados em Novo Hamburgo (RS). Apura-se superficialmente também a guarda de outros panfletos vinculados à JOC local (Juventude Operária Católica).

319

O réu, 3º sargento da Aeronáutica, é acusado de incitação à indisciplina por intermédio de discursos feitos na condição de presidente do Clube dos Taifeiros da Aeronáutica, em 1964, e por meio do boletim da referida entidade.

320

Os réus são acusados de integrarem a ALN no Rio de Janeiro, de fazerem reuniões e planejamento de ações e de terem assaltado 3 bancos em junho e julho de 1969, expropriando antes carros para esses assaltos.

321

Processo contra 2 funcionários do Departamento de Correios e Telégrafos de Fortaleza e contra 1 estudante de Direito que, segundo os autos, vinha mantendo contatos semi-clandestinos com os 2 primeiros para doutrinação e entrega de textos do PC do B, como o jornal "Classe Operária", embora o processo não se refira explicitamente a tal partido. O inquérito foi aberto em outubro de 1968.

322

Os réus são acusados de dirigirem a União Estadual dos Estudantes, de Goiás, em 1968, tendo composto uma chapa para eleger-se como sua direção, manterem conta bancária para a entidade, imprimirem cédulas estudantis e custearem várias viagens a outros Estados para reuniões e atividades da UNE.



323

Os réus, cabos e soldados da Marinha e do Corpo de Fuzileiros Navais, ligados à Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, são acusados de terem, na tarde de 19 de abril de 1964, quando o Comando do III Distrito Naval já havia se unido ao golpe para depor Goulart, confabulado para desfechar atos de rebeldia contra seus superiores e de apoio ao presidente deposto, planejando prender seus superiores e divulgando que os fuzileiros navais do Rio, rumavam para Recife fiéis a Goulart. Tudo isso ocorreu no Grupamento de Fuzileiros Navais do Recife.

324

Os réus são acusados de serem dirigentes de entidades estudantis em São Paulo e terem realizado uma reunião, em março de 1970, no Bloco de História, da USP, para elaboração de um plano de agitação a ser posto em prática por ocasião do 69 aniversário do regime militar.

325

O réu, proprietário do jornal "Diário da Manhã", de Passo Fundo, é processado por representação de vários prefeitos da região contra ele, acusado de inúmeras ofensas e ataques ao prefeito de Passo Fundo, a outros prefeitos da área, ao ministro Tarso Dutra etc, em várias edições do periódico em 1967.

326

Os réus são acusados de constituírem um "grupo de ação político-subversiva" em Juiz de Fora, em 1968, tendo alugado locais para reunião, impressão e guarda de panfletos etc. Apuram-se várias panfletagens, atuação no Movimento Estudantil etc. Um dos réus é apontado como membro do PCBR e outro como membro do Grupo Marighella.

327

Os réus são acusados de terem seqüestrado, na noite de 11 de outubro de 1963, em Barreiros (PE), juntamente com outros não identificados, o delegado de polícia local, tenente da PM, assim como seu motorista, retirando do oficial uma metralhadora. Em seguida o oficial evadiu-se e o motorista foi conduzido preso até o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, onde os réus sustentaram cerrado tiroteio com a polícia até serem presos. Os réus foram motivados pela prisão do líder camponês Julio Santana.

328

Os réus são acusados de terem assaltado, na qualidade de integrantes

da ALN, em junho de 1970, o Instituto de Química da Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza, de onde subtraíram uma copiadora Termofax e dois duplicadores a álcool.

**329**

Os réus foram presos em flagrante, segundo os autos, no dia 19/5/70, em Mossoró (RN), por distribuírem panfleto com a assinatura FREP, clamando à luta pela derrubada da ditadura. Em textos anexados a outros processos fica elucidado que FREP significa Frente Revolucionária Popular, organismo vinculado ao PCBR.

**330**

Os réus eram sargentos do 13º R.I., em Ponta Grossa, no dia 19/4/64 e são acusados de planejarem rebelar-se contra ordens superiores orientadas no sentido de apoio ao Golpe Militar e de manifestarem solidariedade com o Comandante do Regimento e com o Comandante de seu Batalhão, então presos por não aderirem ao golpe.

**331**

Processo contra um estudante mineiro, desmembramento do processo formado contra os estudantes presos em 12/10/68 quanto tentavam realizar em Ibiúna (SP) o 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes.

**332**

Os réus são acusados na denúncia de serem integrantes do PCB, por evidente equívoco, uma vez que o inquérito deixa claro tratar-se do PC do B. São acusados de formação de células na Faculdade de Filosofia da USP e Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, cursos e palestras sobre marxismo, reuniões, contribuição financeira, distribuição e recebimento do jornal "Classe Operária" etc. O inquérito se iniciou em maio de 1971.

**333**

O réu é acusado de filiação ao PCB em Jacareí e ser agitador na cidade, tendo sido apreendido em sua casa farto material escrito subversivo. O inquérito é dos primeiros dias de abril de 64 e os autos deixam explícito que o réu era de esquerda, membro do PSB e rompido com o PCB, no qual militara anteriormente.

**334**

Réus acusados de pertencerem ao PC do B em Goiás e no Distrito Federal, com ligações em outros Estados. Apura-se participação em reuniões, estruturação dos organismos do PC do B na área, realização da 6ª Conferência do PC do B, em junho de 1966, treinamento de guerrilhas na China em 1965, planos de preparação da luta armada etc.

335

Os réus são acusados de agitação subversiva e incitação à luta de classes no município de Barreiros (PE) agindo alguns deles no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e outros no Colégio Agrícola local, onde estavam. Os primeiros são acusados também de terem promovido greve, tudo isso no período imediatamente anterior ao Golpe de 1964.

336

Os réus foram presos em flagrante, segundo os autos, no dia 19 de maio de 1969, na Pça. Tiradentes, Rio de Janeiro, após reagirem, inclusive a tiros, ao agente do DOPS que efetuara a prisão de uma das réus, reconhecida na rua segundo o policial. Em poder dos quatro foi encontrado material subversivo, segundo os autos. Contra os mesmos réus foi aberto outro inquérito (BNM 253) no dia seguinte.

337

Os réus são acusados especificamente de assaltarem e expropriarem um auto-táxi para ser utilizado em assalto ao Supermercado Camponesa, no dia 6/6/70, em Belo Horizonte, sendo que este último assalto terminou não se concretizando. Agiram na condição de integrantes da ALN.

338

Os réus são dirigentes sindicais dos trabalhadores da Petrobrás de vários Estados e foram processados por terem participado do 59 Encontro Nacional dos Dirigentes Sindicais do Petróleo, em 4/7/68, por terem enviado vários telegramas a autoridades com objetivos de protesto, por efetuarem uma representação à OIT denunciando a repressão sindical no Brasil, por participarem em assembléia dos petroleiros de Duque de Caxias, atacarem o governo, incitarem à greve e constituírem a Federação Nacional dos Petroleiros.

339

Os réus são acusados de terem efetuado pichamentos com os dizeres "abaixo a ditadura" e "anule seu voto", na cidade de Ponta Grossa (PR) nas vésperas de eleição para escolher o prefeito da cidade, em novembro de 1968.

340

Os réus, estudantes piauienses são acusados de atuarem no movimento estudantil e na União Nacional (sic) dos Estudantes Piauienses e, especialmente, de terem planejado a elaboração um texto para panfletagem, o qual foi apreendido quando estava sendo impresso por um dos réus, no dia 10/8/68, em Teresina. O panfleto denuncia a política educacional do governo e conclama à derrubada da ditadura.

341

Os réus são acusados de serem membros do PCB em São Paulo, formando células do partido em Santo Amaro, Chácara Santo Antonio e outros bairros, fazendo aliciamento, panfletagens e distribuindo jornais do PCB, como "Novos Rumos" até 1964 e "Voz Operária" posteriormente. Um dos réus, velho dirigente gaúcho do PCB, chegara há pouco a São Paulo, segundo os autos, para estruturar o partido no ABC. O inquérito começou em julho de 1971.

342

Os réus são acusados especificamente pelo assalto praticado em 24/3/70 contra uma kombi do Banco Irmãos Guimarães S/A, no Rio, ação executada pelo MR-8 (antiga Dissidência da Guanabara).

343

Os réus são acusados especificamente de terem assaltado, na condição de membros da ALN, a garagem da empresa de ônibus CIALTRA, em Fortaleza, no fim de agosto de 1970, abordando um cobrador que levava arrecadação de alguns ônibus para a gerência e subtraindo-lhe tal dinheiro.

344

O réu, professor de 69 anos, é processado por incitação de seus alunos à subversão, durante aulas proferidas em 1968 e 1969, na cadeira de História da Educação, da Faculdade de Filosofia de São José dos Campos. É acusado de doutrinação marxista-leninista, ataques ao regime brasileiro etc .

345

Os réus são acusados especificamente por ações de pichamento de muros e panfletagem em favor do voto nulo, executadas no dia 15 de outubro de 1970, em Fortaleza, por decisão do Comitê Zonal do PCBR na área, do qual os réus eram integrantes.

346

Processo contra 2 réus: um integrante da VAR, Setor de Documentação, e um despachante que preparou vários passaportes fraudulentos que entregava para o 1º réu em troca de pagamento, durante o ano de 1970, no Rio de Janeiro.

347

Os réus são acusados de integrarem o PCB no Rio de Janeiro, atuando alguns na formação de bases em bairros operários e na empresa Ishikawagi-ma (estaleiro) e outros sendo componentes da base da Escola de Engenharia da UFRJ, onde estudavam. Apuram-se reuniões, contribuição financeira, recebimento de documentos políticos do PCB, contatos com o Comitê Estadual, composição de cada base etc. O inquérito é de junho de 1970.

348

Os réus são acusados por terem sido reconhecidos fotograficamente pelos policiais-vítimas, como autores do assalto executado no dia 19/10/71, na Praça Avahi, Meyer, Rio de Janeiro, contra a Rádio Patrulha 8-1032 do 3º Batalhão de Polícia Militar. O grupo subtraiu as armas dos policiais, incendiou a RP e distribuiu panfletos assinados pela ALN.

349

Processo contra dirigentes sindicais piauienses (quase todos os réus)-estivadores, ferroviários, bancários, transportes fluviais, servidores públicos, construção - por agitações grevistas, apoio à SUPRA, estruturação do CGT no Piauí etc, até 1/4/64. Alguns réus são acusados de ligação com o PCB e distribuição do jornal "Novos Rumos" e outros por atividades não-sindicais, como atuação parlamentar, movimento estudantil secundarista, apoio a Brizola etc .

350

Processo contra 2 estudantes pernambucanos. Um, presidente do DCE da Universidade Federal Rural de Pernambuco, por ter feito discurso e afixado cartazes no Dia da Bandeira (19/11/68), atacando o regime militar como opressor, vende Pátria etc . O outro, presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Veterinária da mesma Universidade, é acusado de incitação a greve estudantil e discursar ofensivamente aos membros do Conselho Universitário.

351

Processo contra 2 lavradores acusados de serem membros da VAR e terem vindo do Sul para se implantar em Imperatriz (MA) e Itaguatins (GO), adquirindo propriedade rural para a VAR, efetuando treinamentos de guerrilha na área, montagem de aparelho, contato com a VAR de outros Estados etc. O inquérito teve início em agosto de 1971.

352

Os réus são acusados especificamente pelo assalto realizado, na condição de membros da ALN, contra o escritório da Companhia de Transportes Urbanos, em Recife, dia 22/11/71, de onde levaram dinheiro.

353

Os réus são acusados de integrarem o POC em São Paulo e terem assaltado um cidadão português proprietário de cinema, subtraindo-lhe dinheiro e jóias para obtenção de fundos para o partido. Alguns são acusados de participação indireta, nessa ação, que se deu em 1970.

354

Os réus, estudantes em Brasília, são acusados basicamente por 2 fatos diferentes, relacionados com o Movimento Estudantil. O 1º foi a soltura de imensos balões com tarja preta, dia 7/9/68, em protesto contra a ditadura. O 2º fato foi a invasão de uma quermesse organizada pelas esposas de militares, dia 12/10/68, onde fizeram panfletagens e tomaram o microfone a força para protestar contra a prisão dos estudantes reunidos no 30º Congresso da UNE, em Ibiúna.

355

Os réus são processados pela edição do livro "Textos", de Che Guevara, pela Editora Saga, no Rio de Janeiro. São 4 réus, sendo 3 os diretores da Editora e o 4º diretor da Editora FonFon, que imprimiu a obra. O inquérito foi aberto em julho de 1969.

356

Os réus são acusados de pertencerem ao PCB, tendo estruturado uma base do Partido desde fins de 1965 em Vitória (ES), agindo especialmente no âmbito da Companhia Ferro e Aço. Um dos réus foi enviado à Itália pelo PCB para fazer um curso de Economia Política.

357

Os 3 réus são acusados de estarem ligados à VPR no Rio e estarem montando aparelhos para tal organização, entre eles uma firma de representações para venda de calçados e um sítio alugado na Estrada de Guerenquê.

358

Os réus são acusados de ligação com a AP, e atuarem no movimento estudantil secundarista, estruturando e mantendo a UBES-União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - em Recife. O inquérito foi aberto em julho de 1971.

359

O réu, jornalista, é processado por escrever editorial publicado no jornal "Luta Democrática" (Rio de Janeiro), no dia 6/8/71, acerca de acidente de trânsito que vitimou uma criança, no qual é acusado de truncar o fato, deturpar, para indispor o povo contra as autoridades.

360

Processo contra 3 réus, sendo 2 ligados à VPR e um ao MCR, em Porto Alegre. Apura-se a trajetória de cada um dos 3, historiando até mesmo o início de sua militância, passando por atividades em outros Estados, e culminando com a execução de várias ações armadas no Rio Grande de Sul, principalmente em 1970.

361

Os réus são acusados de estruturarem e manterem em funcionamento a VPR, no Rio de Janeiro, de fins de 1969 a meados de 1971. Apura-se a composição dos organismos da VPR e sua estrutura, linha política, reuniões, montagem de aparelhos e inúmeras ações armadas que se tornaram objeto de outros processos.

362

Os réus são acusados de agitação sindical subversiva em Também (PE) até 1/4/64, incitando à luta de classes, ocupação de terras, greves etc. Dois dos réus atuaram na direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e um deles como delegado de polícia local, apoiando e dando cobertura aos "agitadores comunistas".

363

O inquérito teve início com o furto de mimeógrafo, máquina de escrever e materias do Centro de Supervisão Escolar, em Jequié, na madrugada de 27/2/1970, e uma panfletagem com assinatura da UNE por toda a cidade no dia seguinte. O inquérito apura, de modo bastante confuso, a existência de um grupo do PCBR e um do PC do B na cidade, atribuindo-se a um deles, sem definição, a autoria daqueles atos.

364

Os 2 réus são acusados de estarem ligados à VAR, no Rio de Janeiro, desde fins de 1970 e início de 1971, atuando na hospedagem, apoio e como motorista do banido Aderval Alves Coqueiro, retornado recentemente ao Brasil na clandestinidade, quando foi morto.

365

Os réus (inicialmente só há uma ré) são acusados de estarem ligados à VPR e à REDE, em São Paulo, em 1970. Apuram-se vários contatos, montagem de aparelhos, ações armadas e participação no setor do cônsul japonês em São Paulo.

366

Processo contra o autor e o editor do livro "Brasil-Guerra Quente na América Latina", que teria ataques ao regime militar, incitação à violência entre classes sociais etc.. O inquérito foi aberto pelo DOPS do Rio de Janeiro, em julho de 1969.

367

Os réus são acusados de atuação no movimento estudantil baiano entre 68 e 71, sendo um deles dirigente do DCE da Universidade Federal local. Apura-se ligação superficial com a AP, não indo além de conversas sobre a situação da Universidade.

368

O réu é acusado de integrar a AP desde junho de 70 até sua prisão em abril de 72. É acusado de manter encontros secretos com membros da AP, montar aparelho onde se guardava fardo material subversivo, mimeógrafo e exemplares do jornal "Libertação", além de participar de inúmeras reuniões, tudo isso no Paraná.

369

O réu, vereador e líder do MDB na Câmara Municipal de Porto Velho, no então Território de Rondônia, é processado por várias matérias publicadas no jornal "O Combatente", do qual é proprietário e responsável, com ataques ao prefeito municipal e outras autoridades, em 1970.

370

Os réus são acusados de integrarem a VAR, em Recife, em 1971, tendo montado aparelho, planejado várias ações armadas para aquisição de armas e de terem efetivamente assaltado, em 10/4/71, um Posto Shell, no Bongi, após terem expropriado dois carros para tanto.

371

O réu é processado por proferir aulas de História na Universidade Federal da Bahia, em 1968, e palestras com doutrinação comunista, após ter sido punido pelo Ato Institucional nº 1, em 1964, com afastamento do Colégio Militar onde lecionava, pelos mesmos motivos. É Tenente-coronel reformado.

372

Os réus são acusados de integrarem a AP, agindo especialmente na Universidade Federal de Minas Gerais (Engenharia e Economia), dirigindo o Diretório Acadêmico, fazendo panfletagens, divulgando um jornal "Opinião", compondo célula da organização etc, especialmente no ano de 1971.

373

O réu é processado por ter recebido de uma pessoa não identificada, que usou referência de um amigo exilado em Londres, micro-filmes para revelar contendo artigos da revista "Debate", publicada na França pelo "Grupo Debate". Afirma que já tinha entregue as cópias a tal pessoa quando foi preso, tendo em seu poder os negativos. Já tinha sido preso 2 vezes, na 1a. vez ligado à ALN e na 2a. à VAR.

374

O réu é processado por ministrar aulas em 3 colégios de Goiânia, na área de Português, em 1970 e 1971, abordando temas sociais como "Mulher Proletária", "O Açúcar" etc. É acusado de simpatizar com Fidel Castro e



Guevara, emprestando livros sobre o tema a seus alunos, assim como de fazer ataques ao governo militar.

375

Os réus são acusados de estarem tentando rearticular o PC no Ceará (trata-se do PC do B, em virtude do uso do jornal "Classe Operária"), especialmente em municípios do interior que eram visitados por um dos réus, residente na capital, que era quem trazia jornais, publicações e assistência política. O inquérito foi aberto em novembro de 1969.

376

Os réus são acusados de integrarem o PC do B em Salvador e Alagoinhas (BA), em 1971 e 1972, agindo especialmente no âmbito do movimento estudantil. Apuram-se reuniões, composição das células do partido etc.

377

O réu, quintanista de Direito em Caruaru (PE), solicitador atuante nos meios forenses de vários municípios norte-riograndenses em 1970 e ex-preso político em Recife, em 64, é processado basicamente por alteração com juiz de Direito numa audiência trabalhista em Macau (RN). A esse fato a denúncia acrescenta a aquisição de uma arma de modo que teria sido irregular.

378

O réu, professor universitário, economista e no desempenho de várias funções no Executivo e Legislativo baianos em 1968, é processado por desenvolver "ação comunizante de alto gabarito" através de aulas, conferências etc. Apuram-se até mesmo as virtudes e qualidades do réu e os fatos que teriam gerado sua demissão, em 1964, do cargo de professor da Universidade de Brasília.

379

O réu é processado por uma série de desmandos cometidos como "chefe político" de Paulo Afonso (BA) e região, uso e acobertamento de pistoleiros, posse de arma privativa das Forças Armadas etc. É advogado, ex-prefeito de Paulo Afonso no período 63/66, pela UDN, fazendeiro, partidário do Golpe Militar de 1964 etc.

380

O réu é processado por ter proferido discurso, dia 15/8/70, atacando violentamente o Interventor Federal no município de Goiana (PE), no interior de um restaurante dessa cidade e na presença do governador do Estado, que ali jantava com sua comitiva.

381

O réu elegeu-se prefeito de Nova Londrina em novembro de 1968 e foi cassado em seguida pelo Ato Institucional nº 5. É processado pelos comi - cios que proferiu na campanha eleitoral, atacando a política de ensino do governo, prometendo divisão de terras, incitando ao não pagamento ' de impostos etc .

382

O processo apura as "agitações subversivas" ocorridas na fase anterior' ao Golpe de 1964 no município de Três Rios (RJ). Apura-se mobilização sindical rural através de camponeses e funcionários da SUPRA, mobiliza ção sindical entre os lavradores, ferroviários, bancários, rodoviários e funcionários públicos, com ocorrência de greves políticas e também a ação da União Trirriense dos Estudantes, da Frente de Mobilização Po pular, que utilizava a rádio local, e a participação nesses atos do pro motor público da Comarca.

383

Os réus são acusados de integrarem o PCB em São Paulo, até 1972, com - pondo a "base dos intelectuais" e 2 células, sendo uma na Escola de So ciologia e Política e outra no curso de História da USP. Apuram-se reu niões, divulgação dos jornais "Voz Operária" e "Resistência", contri - buição financeira etc .

384

Os réus são acusados de integrarem o POC no Rio Grande do Sul, entre ' 68 e 70. Apuram-se inúmeras reuniões, cursos de formação política, com posição dos organismos do partido, divulgação dos jornais "Política ' Operária", "Resistência Operária" e "Informe Nacional", contribuição ' financeira, panfletagens etc . Abordam-se também levantamentos e ações armadas efetuados em São Paulo.

385

O processo é uma das partes em que se desdobrou o chamado "IPM Zona ' Norte do Paraná", formado para apurar "agitação subversiva" na área, na fase anterior ao Golpe de 1964. Neste caso, o réu, único, era prefeito de Santo Antonio da Platina, brizolista, favorável a João Goulart, e é acusado de subversão, pressões contra o Legislativo municipal, propa - gandar o fechamento do Congresso Nacional etc .

386

O réu, deputado estadual pelo MDB, no Paraná, é acusado de ter proferi do discurso em Ponta Grossa, em julho de 1968, em jantar que reunia vâ rios emedebistas, atacando o presidente Costa e Silva, considerando o

regime uma ditadura e concitando os presentes à luta armada.

387

Os réus são processados por terem ministrado curso de alfabetização subversiva no município de Crato, Ceará, no carnaval de 1969, como parte de um plano de doutrinação política estabelecido por lideranças do Movimento Estudantil em Fortaleza.

388

Os 3 réus, sargentos da Aeronáutica, são processados por tumultuar a ordem de sua unidade, em rebeldia contra o Golpe de Estado da véspera, transmitindo de um avião estacionado na Base Aérea de Salvador, uma mensagem de caráter subversivo dirigida ao povo gaúcho e ao III Exército no dia 2/4/64.

389

O réu é acusado de integrar o Comitê Regional do Nordeste, do PCBR, tendo sido preso em flagrante em seu aparelho, em Nísia Floresta (RN), em 9/3/71. Participou de várias reuniões, foi preso armado e no seu aparelho foi apreendido grande quantidade de escritos subversivos.

390

O processo apura a "agitação subversiva" no meio estudantil curitibano, centrando-se especialmente nas atividades do CPC-Comitê Popular de Cultura- que é apresentado como reorganização disfarçada do PC, na fase anterior ao Golpe de 64. De um modo geral as atividades são apresentadas como dirigidas pelo PC, insistindo-se na ligação de vários réus com o jornal "Novos Rumos" e de alguns deles com o próprio Partido.

391

O processo apura uma ampla variedade de atividades consideradas subversivas no Paraná, na fase anterior ao Golpe de 64, abordando atividades clandestinas do PC, mobilização sindical e greves, atuação parlamentar esquerdista, autoria de Manifesto Contra o Golpe, artigos de jornal, discursos, manifestações etc. As atividades e a maioria dos réus são apresentadas na denúncia como ligadas ao PC.

392

Os réus são acusados de integrarem a ALN em São Paulo, em 1969 e 1970, participando de reuniões e contatos clandestinos, montagem de "aparelhos", guarda de material, levantamentos e ações armadas de expropriação.

393

O processo apura um leque de atividades apontadas como "subversivas"

no âmbito da Petrobrás, em Mataripe, Bahia, na fase anterior ao Golpe de 64. Os réus são funcionários ou diretores da Petrobrás local e acusados de promoverem greves, propaganda das Reformas de Base, de elaborarem jornais sindicais subversivos, organizarem a Frente Nacionalista etc. Muitos dos réus são acusados de ligação com o PC, o qual é apontado nos autos como responsável maior por todos os fatos apurados.

394

O processo resultou do chamado "IPM Área do Ensino", que apurou atividades apontadas como subversivas no meio estudantil baiano na fase anterior ao Golpe de 64, extrapolando para outras atividades como Ligas Camponesas, panfletagem na Petrobrás, etc. Vários réus são apontados como membros do PC, que é visto nos autos como o dirigente de todas as ações subversivas.

395

O réu, vereador pelo MDB em Manaus, em 1974, é processado por ter discursado na tribuna da Câmara Municipal concitando os moradores de um Conjunto Residencial a não pagarem o Imposto Predial, desacatando moralmente o prefeito.

396

O réu é processado por inúmeras atividades que desempenhou como político, antes e depois de 1964, seja como deputado federal, seja como vice-governador catarinense e presidente estadual do PTB. É apontado como vinculado ao PC e acusado de intensa participação brizolista e janguista em Santa Catarina, antes de 64, atuação na Frente de Mobilização Popular, discursos subversivos pelo rádio em Criciúma, apoio ao CGT, UNE, Frente Parlamentar Nacionalista etc.

397

Os réus são processados por terem fundado o Teatro de Fantoches, em Curitiba, após a extinção do Centro Popular de Cultura com o Golpe de 64, mantendo apresentações com o mesmo conteúdo político. São acusados também de manterem correspondência com países comunistas acerca de teatro e outras expressões culturais.

398

O processo tem início com a prisão em flagrante de um dos réus, que, juntamente com os demais, estaria distribuindo panfletos subversivos, em 20/11/65, na Escola de Engenharia de Recife, vinculados que estavam ao PORT, participando de sua reestruturação. Com eles foi apreendido farto material escrito do PORT.

399

O réu estava preso no Presídio Tiradentes, em São Paulo, em 24/5/72, acusado de pertencer à AP e é processado pelas afirmações feitas nesse dia, em juízo, quando era interrogado na mesma auditoria, considerando o regime militar brasileiro uma ditadura anti-popular e subserviente aos capitalistas e imperialistas.

400

Os réus são processados por atividades ligadas ao Movimento Estudantil que lideravam no âmbito da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual da Guanabara, em 1968 e 1969, sendo alguns deles diretores do Centro Acadêmico Sir Alexander Fleming (CASAF). São acusados de distribuir panfletos e afixar cartazes com ataques ao governo e de distribuírem questionários aos vestibulandos de 1969 com nítida conotação de pressão ideológica.

401

Os 2 réus foram presos em flagrante, dia 23/7/68, quando estariam distribuindo panfletos pelas ruas de Belo Horizonte, com texto referente à luta dos estudantes em todo o Brasil e especialmente em apoio à futura realização do 3º Congresso da União Nacional dos Estudantes.

402

Os 2 réus são acusados de integrarem uma Organização subversiva clandestina estruturada localmente em Cruz Alta (RS) desde 1968, e que mais recentemente (1970) vinha mantendo ligações com a VAR. São acusados de aquisição e guarda de armamentos e de terem efetuado uma panfletagem subversiva em 1º/5/69.

403

Os réus são acusados de integrarem a Ala Vermelha, após terem pertencido ao PC do B antes da cisão, atuando em Porto Alegre e interior do Estado entre 1968 e 1971. Apura-se a composição dos organismos da Ala, ligação com a Direção Nacional, elaboração e divulgação dos jornais do partido, panfletagens, contribuição financeira e, especialmente, a manutenção de um Curso de Madureza voltado para a doutrinação dos alunos.

404

Os réus são acusados de comporem um grupo clandestino que se estruturava em Salvador, em bases político-militares, pretendendo vincular-se ao COLINA e à Ala Marighella. Os réus estavam vinculados ao Movimento Estudantil baiano até tempos recentes e com alguns deles foram encontradas armas. O inquérito teve início em setembro de 1969.

405

Os réus eram deputado estadual, prefeita (esposa do deputado) e corre<sup>l</sup>igionários da ARENA em Manicoré (AM) e promoveram várias manifesta<sup>ç</sup>ões contra o juiz de Direito, nos dias 19, 2 e 3 de agosto de 1970, por este ter indeferido requerimento para abreviar inscrição de novos eleitores no local. As manifestações culminaram com ofensas morais, agressões físicas contra o juiz, no dia 3, que terminou sendo expulso da cidade e embarcado a força num vapor, por uma horda composta por vários dos réus.

406

Os réus são acusados de integrarem a Ala no Rio Grande do Sul, entre 1969 e 1970, estruturando o Setor Operário, Setor Cultural, Setor de Vila e Setor do Interior, mantendo um curso de Madureza para doutrinação de operários e distribuindo as publicações do partido: "Jornal de Debates", "Nova Cultura", "Reco-Reco" e "Liberdade".

407

O réu é acusado de pertencer a um pequeno grupo clandestino denominado TACAPE (pouco identificado nos autos), ao qual se ligou após militar na Ala por vários anos, e acusado de distribuir textos subversivos (em geral acerca de questões trabalhistas) entre seus colegas de trabalho nos estaleiros da Ishibrás, no Rio de Janeiro, de fevereiro de 1974.

408

O réu, 19 Secretário da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, foi preso no dia 7/9/68, em Goiânia, quando estaria participando de manifestações de protesto durante a parada militar e colegial em comemoração ao Dia da Pátria.

409

Os réus são acusados de pertencerem ao PCB, em São Paulo, agindo até 1973 nos meios sindicais, sendo que um dos réus presos era diretor do Sindicato dos Têxteis local. No fundamental são apuradas várias viagens ao exterior para participar em Congressos sindicais internacionais.

410

Os réus são acusados especificamente pela autoria do atentado a bomba realizado no escritório da Esso, em São Paulo, em 29/10/71, que teriam executado na qualidade de membros do MOLIPO.

411

Os réus, notoriamente vinculados à Dissidência Comunista da Guanabara

(depois MR-8) são especificamente acusados, neste processo, de terem assaltado, no dia 9/5/69, o soldado PM que vigiava uma repartição da Light, arrebatando-lhe uma metralhadora INA e deixando-o ferido após tiroteio que sucedeu com a reação da vítima e intervenção de um outro PM.

**412**

Os réus são acusados de estruturarem e dirigirem a VAR em Goiânia, em 1969 e 1970, organizando os setores que compunham a Organização, montando vários aparelhos, distribuindo e guardando textos clandestinos e também armamentos, e participando de várias reuniões, inclusive em outros Estados.

**413**

Os réus, alguns deles intelectuais de renome nacional, são acusados de militarem no PCB, no Rio de Janeiro, especialmente entre 1968 e 1970. Apura-se a constituição da Base dos Professores, do Comitê Cultural e do Comitê da Zona Sul, através de reuniões, atuação sindical, e divulgação de periódicos comunistas.

**414**

Os réus são acusados de estruturarem uma célula comunista (que a denúncia aponta equivocadamente como do PCB) no interior da Penitenciária Lemos de Brito, no Rio de Janeiro, desde o 2º semestre de 1968 até o dia 26/5/69 quando se evadiram com armas recebidas de fora (de um dos réus), matando um guarda e se escondendo na região de Angra dos Reis, onde foram perseguidos pela polícia e se utilizaram de táticas de guerrilha para fugir ("Guerrilha de Angra dos Reis). Nos autos consta que a fuga foi apoiada, de fora, pela organização M.A.R.

**415**

O réu foi preso na madrugada de 18/6/69, em São Paulo, por intervenção de um civil vinculado a grupo para-militar de direita (Cássio Scatena, do Comando de Caça aos Comunistas). Na oportunidade o réu portava vários números do jornal Frente Operária, do PORT, e nos interrogatórios declarou-se membro do Grupo Estudantil 1º de Maio. Portava também papel a respeito da visita de Rockefeller ao Brasil.

**416**

Os réus foram presos em 24/10/68, nas proximidades do Rio de Janeiro, transportando munições num automóvel. Em suas residências foram encontrados grande quantidade de material escrito clandestino e equipamentos para confecção de explosivos, inclusive dinamite. Nos depoimentos afirmam manter ligações com o PC do B, que é apresentado na denúncia como "linha chinesa" do PCB.

417

O réu é processado por matéria publicada em sua coluna no "Correio Brasiliense", no dia 5/3/72, relatando as torturas sofridas por uma presa política, grávida, em unidade militar de Brasília.

418

Os réus são acusados especificamente pelo assalto realizado, na qualidade de membros do PCR, à sentinela da Aeronáutica no Posto do Alto da Coruja, em Recife, dia 20/3/73, de quem expropriaram as armas

419

Os réus são acusados de integrarem o PCB, alguns há muitos anos, agindo especialmente na área de São Paulo. Parte dos réus teve atuação anterior na "base dos aeronautas" do PCB. Apuram-se reuniões, viagens ao exterior para trazer dólares do PCB para o Brasil, contribuição financeira dos militantes e distribuição do jornal "Voz Operária". Alguns estavam ligados ao trabalho de confecção de identidades falsas para o Partido. O inquérito foi iniciado em abril de 1975.

420

O réu é processado por ter proferido discurso na presença da esposa do governador, em 11/8/72, durante solenidade de entrega de uma "kombi" à Casa dos Estudantes, em Natal, com ataques ao regime brasileiro e afrontas às autoridades. O réu era presidente da Casa dos Estudantes e em seu quarto foram apreendidos livros de conteúdo marxista.

421

Os réus são acusados de integrarem o Comando Regional da AP em Minas Gerais e seu Comando Seccional de Belo Horizonte, agindo em 1970 e 1971 através de panfletagens na Cidade Industrial, aliciamento, formação de células, reuniões, divulgação de textos, contatos com outros Estados etc. OBS.: O IPM utilizou as instalações do DOPS mas é presidido por oficial do Exército.

422

Processo contra um publicitário que fez palestra sobre a questão dos tóxicos, dia 8/11/74, no Colégio Nossa Senhora do Calvário, em Catanduva (SP) sob os auspícios da Associação de Pais e Mestres, por ter acusado o Delegado Sergio Fleury de chefiar a "máquina" do tráfico de entorpecentes.

423

Os réus, exilados políticos no Uruguai desde 1964, são acusados de montarem um "esquema de fronteira" para ajudar a entrada e saída de mili-



tantes de organizações clandestinas no Brasil, assim como auxiliando suas atividades de correspondência por escrito. Os autos registram que teriam sido ajudados militantes da VAR, da AP, do PC do B e outros. O inquérito foi iniciado em janeiro de 1975.

424

Os réus são acusados de participarem com destaque nos atos de protesto contra o governador Abreu Sodré, apedrejado e impedido de falar em comício na Praça da Sé, em São Paulo, dia 1/5/68. O palanque foi incendiado após a expulsão do governador e comitiva, seguindo-se comício e passeata de protesto contra o regime e depredações no City Bank.

425

Os réus são processados especificamente por participação em assalto realizado no dia 16/1/72 contra a Empresa de Ônibus Viação Silvano, em Fortaleza, precedida de furto de um taxi para uso na operação, atos que teriam praticado na qualidade de membros de uma organização denominada Frente de Libertação Nacional ou Ação Libertadora do Nordeste.

426

A ré é processada por suas atividades no MDB de Volta Redonda (RJ), especialmente no Departamento Trabalhista desse partido e com grupos de mulheres. É acusada de proferir discursos subversivos junto aos metalúrgicos da CSN, imprimir e distribuir jornais como o "DT Informa", sendo que a ré foi presa quando buscava tais impressos numa gráfica em Niterói. A ré era suplente de deputada estadual.

427

O réu, menor de 21 anos, é processado por ter distribuído textos de inspiração marxista e pró-soviéticos para seus colegas de trabalho no Laboratório Anakol, em São Paulo, em 1975. Declara-se marxista mas não alude ligação com qualquer partido.

428

Os réus são acusados de comporem o "Esquema Médico" da VPR, no Rio de Janeiro, entre 1969 e 1970, tendo prestado vários serviços como cirurgia facial plástica em membro da cúpula da VPR, prestação de atendimento médico, elaboração de texto sobre primeiros socorros, etc.

429

Processo contra lideranças e ativistas do Movimento Estudantil de Minas Gerais em 1968. Apura-se a realização de passeatas após 28 de março (morte do estudante Edson Luís, no Rio), depredação de veículos oficiais, pichamentos panfletagens, propaganda da luta armada e ativida -

des da UNE, UEE, DCE etc. Refere-se de passagem, ligações de alguns dos réus com organizações clandestinas (AP, POLOP e PCB).

430

Um dos réus foi preso na Estação Rodoviária de São Paulo, dia 21/7/68, portando vários impressos do Movimento Estudantil, que teria vindo buscar em São Paulo junto ao outro réu, presidente da UEE paulista.

431

Processo contra 4 vereadores de Barra (BA), que teriam insistido em participar nas sessões da Câmara Municipal e assinar seu livro de atas após terem seus mandatos cassados pela própria Câmara por serem opositores do prefeito da cidade, um pertencendo ao MDB e os demais a outra sublegenda da própria ARENA. Tais fatos ocorreram em 1970.

432

Os réus são processados especificamente pelo assalto ao 10º Setor de Trânsito, em Ramos, Rio de Janeiro, expropriando a metralhadora do guarda e várias fardas da Guarda Civil, no dia 26/1/71. Os réus são acusados de pertencerem ao MR-8, embora na ação fosse distribuído panfleto e pintado na parede a sigla de várias organizações.

433

Processo contra 2 réus que recebiam o jornal "Classe Operária", do PC do B, em Cachoeiro do Itapemirim, entre 1969 e 1970, sendo que ambos declararam no IPM não estarem muito interessados no referido periódico.

434

Os réus são acusados de integrarem o PCR na Paraíba, entre 1972 e 1973, atuando através de panfletagens, propaganda do voto nulo nas eleições de 72, detonação de bomba num ponto de ônibus, distribuição do "Boletim Informativo" do PCR, contatos com o PCR de Pernambuco etc.

435

Os réus são acusados especificamente de terem assaltado, na condição de militantes políticos vinculados ao "Grupo de Jovens de Osvaldo Cruz", por sua vez ligado à VAR, uma rádio-patrolha estacionada numa rua do Meyer (Rio de Janeiro), em 31/10/71. Após subtração das armas dos policiais a viatura foi incendiada.

436

Os réus são acusados de integrarem um grupo subversivo que se estruturou em Guaratinguetã (SP), em 1968 e 1969, para estudar textos marxistas, fazer aliciamento, discutir as várias propostas das organizações de esquerda etc. O réu que dava assistência política ao grupo tinha liga -

ções com a ALA e trazia os jornais "Unidade Operária", desse partido, para leitura e distribuição.

437

O IPM apura uma série de atividades apontadas como subversivas no município de Gravataí (próximo a Porto Alegre), entre 1961 e o Golpe de 1964, sendo que um dos réus era vice-prefeito. Apura agitações grevistas, campanha pelas Reformas de Base, atividades do PTB, formação de Grupos de Onze, ligação com o PC etc.

438

Processo contra um pequeno grupo de militantes do MR-8, que agia no Rio de Janeiro, entre 1970 e 1972, estendendo suas atividades a outros municípios do Estado. Apuram-se várias reuniões, confecção e divulgação do jornal "Resistência", e referem-se várias ações armadas que foram objeto de outros processos.

439

Processo contra um grupo de estudantes universitários do Rio de Janeiro que ingressaram na União da Juventude Patriótica, entre 1969 e 1970, que existe como ala juvenil do PC do B. Apuram-se várias reuniões, leitura de documentos políticos, atuação nos movimentos estudantis através da UNE, comícios, panfletagens etc.

440

Processo contra estudantes de Medicina em Botucatu (SP), acusados de liderarem o Movimento Estudantil daquela cidade em 1968 e especialmente as passeatas e acampamentos de julho, com comícios e panfletagens reivindicando verbas junto ao governo estadual e criticando o regime militar.

441

Processo contra um vereador de Poços de Caldas que entrara em atrito com soldados PM, por problemas de trânsito, em 23/4/69, e nos dias seguintes apresentou requerimento na Câmara, que teria ofensas à PM e seu comandante.

442

O processo resulta de investigação sumária efetuada pela Marinha logo após o Golpe de 1964, para apurar "agitação sindical subversiva" entre os operários dos estaleiros da VEROLME, em Angra dos Reis (RJ) no período anterior ao golpe. Apura-se incitação à greve e à animosidade entre classes, doutrinação comunista etc.

443

Processo contra um funcionário da Prefeitura Municipal de Raul Soares (MG), que após ter sido exonerado pelo prefeito passou a injuriá-lo publicamente e ameaçá-lo de morte, chegando a ostentar arma na cintura. O prefeito alega que o réu poderia estar ligado a seus adversários da outra sub-legenda da ARENA. O inquérito teve início em janeiro de 1969.

444

O réu, jornalista da "Tribuna da Imprensa", Rio de Janeiro, é processado por ofensas ao ministro Delfim Neto, contidas em sua matéria de 24/9/69, que denunciava agressões físicas sofridas pelo jornalista, de um acompanhante do ministro, na presença do mesmo.

445

Processo contra militares da Aeronáutica, especialmente sargentos, acusados de agitação subversiva e indisciplina na área do Recife, no período anterior ao Golpe de 1964. Apuram-se atitudes de arregimentação para lutas nacionalistas e defesa das Reformas de Base, tentativa de insubordinação no dia 1/4/64, atividades da Casa dos Sargentos, etc .

446

Os réus são acusados de terem realizado panfletagem subversiva no Ginásio Estadual Prof. Eurico Figueiredo, em Jaçanã, São Paulo, no dia 12/6/69, e ter realizado pichamentos nos mesmos dias, ambos com protestos contra a visita de Rockefeller ao Brasil. Apuram-se, no inquérito, várias atividades relacionadas com o movimento estudantil secundarista.

447

Processo contra 2 vereadores do MDB de Cachoeirinha (RS). Um é acusado de discursar em sessão da Câmara Municipal de 1/6/70 atacando o regime militar, e outro de ter amarrotado uma foto do presidente Médici, enviada para ser afixada na Câmara.

448

Processo contra um agente do DOPS paulista e sua "amásia, jornalista Lenita Miranda de Figueiredo ("Tia Lenita")", acusados de transmitir informações sigilosas para amigos de esquerda, de Lenita, a respeito de operações para prisões de subversivos. A ré não identifica o amigo a quem transmitia as informações, nem seu partido político. O inquérito é de dezembro de 1972.

449

A ré, diretora-presidente do jornal "Correio da Manhã", foi presa por artigos publicados em 7/1/69 considerados atentatórios à Segurança Na

cional. A denúncia transcreve também trechos de vários editoriais publicados no decorrer de 1968 com ataques ao regime militar.

450

Os réus são acusados de integrarem o "Setor de Inteligência" da VPR, no Rio de Janeiro, entre 1969 e 1970, atuando na coleta de informações, transmissão de notícias em código etc.

451

Os réus são processados como responsáveis pela publicação de várias edições do jornal "O Inativo", da União Nacional dos Ex-Combatentes, com críticas ao governo, repartições federais e empresas estatais, nas questões relacionadas com os aposentados. O inquérito se iniciou em julho de 1971.

452

O réu, fazendeiro em Uberlândia (MG), é acusado de ter estacionado no Portão das Armas do 36º B.I., dia 4/1/69, e convidado alguns praças a irem em seu sítio chupar mangas, sendo que em todo o trajeto de ida e volta teria incitado à animosidade contra os superiores hierárquicos, difamando as Forças Armadas, etc.

453

Os réus são processados pela encenação de uma peça teatral, "O Patrão e o Operário", dia 19/5/69, no salão paroquial da Igreja São Paulo, em Canoas (RS), que conteria incitação à luta de classes.

454

Os réus são acusados de integrarem o POC, em São Paulo, entre 1968 e 1970. Apuram-se reuniões, panfletagens, recrutamento, composição dos organismos e linha política do POC, contatos com organizações de luta armada, formação de bases operárias em Osasco, atuação no Movimento Estudantil, distribuição de documentos políticos etc.

455

Os réus são acusados de integrarem o PCB em Duque de Caxias (RJ), atuando já desde antes de 1964 até o início de 1969. Apura-se a composição do Comitê Municipal do PCB, distribuição do "Voz Operária", várias reuniões clandestinas, atuação na área sindical, especialmente entre ferroviários e no movimento estudantil através da produção do jornal "Vetor".

456

O processo apura as atividades do Comitê Municipal do PCB em São João de Meriti (RJ), de 1964 a 1969. Aborda-se a composição dos organismos do PCB no local, reuniões, distribuição de "Voz Operária", "Resistên-

cia" e outros textos do PCB, contribuição financeira, atuação em movimentos reivindicatórios locais e partidos oficiais etc. Alguns dos réus já são apontados na denúncia como integrantes do PCBR, após a cisão que originou este grupo.

**457**

Os réus são processados especificamente pelo assalto ao "Posto e Garagem Pina", em Vila Isabel, Rio de Janeiro, dia 2/4/71, de onde foram levados 3 carros e vários pares de placa, além da arma de um guarda. Teriam executado essa ação na qualidade de membros do MR-8.

**458**

O réu é um armeiro, acusado de comercializar armas ilegalmente, inclusive, de calibre privativo das Forças Armadas, de vender arma receptada de "terroristas" e, especialmente de vender armas ao MOLIPO, o que ensejou sua prisão e o inquérito, em São Paulo, em 1972.

**459**

Os réus são processados pela tentativa de reorganização de partido político (não identificado nos autos), entre 1968 e 1969. Descrevem-se contatos em São Paulo e no Nordeste, envolvendo o poeta Tiago de Melo (réu) e vários militantes notoriamente ligados ao PCR. O inquérito foi aberto pelo DOPS paulista, em março de 1970.

**460**

Os réus são acusados de estruturarem e manterem em funcionamento a AP, no Rio de Janeiro, entre fins de 1965 e início de 1967, realizando várias reuniões clandestinas, elaborando e discutindo textos políticos e atuando no Movimento Estudantil.

**461**

Os réus são processados pela estruturação de uma ala dissidente da ALN, com o nome de Ação Libertadora do Nordeste, ou Frente de Libertação Nacional, que estava planejando um assalto ao Banco do Brasil de Crato (CE), após ter executado ações armadas no Ceará e Pernambuco, em 1971.

**462**

O réu é proprietário da "Rádio Jornal a Verdade", de Florianópolis, e é processado por difamar, injuriar e caluniar o Secretário dos Negócios Públicos de Santa Catarina, durante um programa de 29/1/69, ao afirmar que o secretário lhe determinara fazer um recibo em dobro para recebimento de um débito. O réu é também ex-deputado estadual.

**463**

Processo contra um cidadão que teria instalado um amplificador de som em sua residência e, pelo alto falante, teria atacado o prefeito local

e um deputado estadual, chamando-os de vigaristas e ladrões na localidade de pernambucana de Condado, em 1971.

464

O réu, lavrador em Uraí (PR), é processado por ter afirmado que um funcionário do Depto de Estradas e de Rodagem mandou colocar uma placa de parada de ônibus em frente a uma barraca de frutas, em troca de uma leiteira oferecida pela proprietária. O inquérito é de outubro de 1970.

465

O réu, secretário da União Nacional dos Servidores Civis do Ministério da Marinha, foi preso em flagrante, dia 12/11/63, na Diretoria de Intendência da Marinha, distribuindo boletins conclamando os funcionários civis da Marinha à greve.

466

A ré é processada por defender idéias comunistas, participar em manifestações inspiradas pelos comunistas desde 1946 e por ter-se filiado ao PCB, afirmando que os ideais comunistas um dia vencerão etc. O inquérito foi aberto em Recife, em junho de 1964.

467

Processo contra a educadora Maria Nilde Mascellani e dois colaboradores de seu escritório "RENOV-Revelações Educacionais e Industriais Ltda", de São Paulo, em 1974. O móvel do processo é o trabalho intitulado "Educação Moral e Cívica & Escalada Fascista no Brasil", que teria sido enviado ao Conselho Mundial das Igrejas e à Itália, para divulgação internacional.

468

O inquérito apura uma ampla gama de atividades apontadas como subversivas no município de Teresópolis, antes de 1964, incluindo atividades da própria prefeitura, sindical, imprensa, educação etc. O inquérito procura apontar o PC local como responsável pela "subversão" na área, mas a denúncia termina inculcando apenas 4 indiciados pela tentativa de criarem um Sindicato dos Lavradores.

469

O réu é processado por manter contatos e ajudar um seu parente militante do PC do B, de 1967 a 1974, tendo-lhe fornecido seus próprios documentos de identidade para uso na clandestinidade, fornecido dinheiro e hospedado em sua própria residência. O inquérito foi aberto no DOPS paulista, em setembro de 1974.

470

O réu é processado por ter redigido e mimeografado uma edição adaptada da encíclica "Propulorum Progressio", quando estudava no Colégio Cristo Rei, no Rio Grande do Sul, inserindo-lhe matéria de teor subversivo. O inquérito foi aberto em São Paulo, em novembro de 1969.

471

O réu, coronel reformado da Aeronáutica, é processado por suas atividades anteriores ao Golpe de 1964, acusado de defender idéias comunistas e de pertencer ao PC, de percorrer todo o Norte do país defendendo as Reformas de Base e a candidatura de Arraes à presidência da República etc, e atividades correlatas no Pará. O processo corre no Rio de Janeiro por ter sido impossível compor um Conselho com oficiais de hierarquia superior ao réu na 8a. e 7a. CJM.

472

O processo é iniciado, segundo os autos, com o suicídio de um sargento do Regimento Sampaio dia 4/4/64 que havia sido inquirido pouco antes pelo Cap. Zamith acerca de seu procedimento nos dias do Golpe Militar. Acaba sendo denunciado um outro sargento do mesmo Regimento, acusado de fazer propaganda marxista entre seus colegas de farda e incitação ao ódio entre as classes.

473

Os réus são acusados de integrarem o PCB no Rio de Janeiro, alguns há muitos anos, até 1968. Apura-se a formação de Organizações de Base do PCB, como a "O.B.Hanói", especialmente no meio universitário, leitura e divulgação do jornal "Voz Operária", viagens e cursos na URSS, apreensão de vasta biblioteca marxista e de textos do PCB etc.

474

O réu é acusado de fazer propaganda comunista e tentar reorganizar o PCB, colhendo lista de assinaturas em Salto (SP), no período anterior ao Golpe de 1964.

475

Os réus são acusados de liderarem uma manifestação, no município de Santa Rosa (RS), em 04/12/73, à porta de uma audiência trabalhista, com a finalidade de pressionar ou influenciar os componentes do Colégio Trabalhista para uma decisão favorável a um dos réus. Como a sentença foi desfavorável, houve ameaças ao juiz presidente da Junta e também de "quebra-quebra" na repartição.

476

Os réus são acusados de integrarem o PORT em São Paulo, desde 1964, até 1970, sendo que um deles seria o responsável pela impressão do jornal "Frente Operária". Apuram-se reuniões clandestinas, contribuição financeira etc.

477

Os réus são acusados de pertencerem ao PCB nos municípios de Nilópolis



e Nova Iguaçu (RJ), mantendo consigo grande quantidade de textos comunistas e documentos do Partido, em 1968.

**478**

O réu é processado por deserção, em abril de 64, da unidade do Exército em que servia como 2º Tenente, em Porto Alegre. Asilou-se no Uruguai por motivos políticos, visto ser vereador em Porto Alegre pelo PTB, e partidário do presidente deposto em 1964. Apresentou-se, voltando ao Brasil em 1971, e o processo teve curso.

**479**

O réu, capitão-médico do Exército, do 1º/6º Regimento de Obuses em São Leopoldo (RS) recebeu visita, em março de 1970, de um médico, velho amigo dos tempos de escola, agora ligado à VPR, com quem teria conversado fornecendo informações sobre como penetrar nos quartéis e se dispondo a manter novos contatos com a VPR, inclusive sendo apresentado a outras pessoas.

**480**

Processo contra um funcionário da Prefeitura Municipal de São Sebastião (SP) que, após ser demitido, passou a atacar o prefeito chamando-o de ladrão, caloteiro, corrupto etc, em novembro e dezembro de 1968.

**481**

O réu é processado porque, no dia 9/6/69, na Secretaria das Finanças do Estado do Rio de Janeiro, durante reunião mensal dos chefes de Inspetoria, teria afirmado que um general, presidente da sub-CGI do Rio de Janeiro, havia gestionado pelo seu afastamento como represália a uma autuação lavrada contra outro militar no interior do Estado.

**482**

Os réus são acusados de ligação com a VAR, em Minas Gerais, em 1970, e de terem cooperado num plano -não efetivado- de fuga de presos políticos de Juiz de Fora, quando estes fossem transferidos para o Rio a fim de prestarem depoimento.

**483**

Os réus são processados como responsáveis pelo assalto a 5 bancos no Rio de Janeiro, em 1969, para obtenção de fundos para atividades de um grupo não identificado nos autos, embora seja notório que se trata do M.A.R., liderado pelo réu Flávio Tavares.

**484**

Os réus foram presos em Ribeirão Preto, em 1/4/68, distribuindo o jor-

nal estudantil "O Berro" e afixando cartazes em vias públicas, alusivos à morte do estudante Edson Luís, no Rio de Janeiro.

485

Os réus são acusados de integrarem o PCB em Campina Grande (PB), em 1971, fazendo reuniões, aliciamento, propaganda comunista e distribuindo o jornal "Voz Operária". Um dos réus teria saído do PCB para integrar o PCBR.

486

O réu foi preso em flagrante numa passeata estudantil realizada em São Paulo, dia 28/8/69, quando estaria depredando viaturas oficiais e ajudando a tombá-las, portando na mão uma barra de ferro.

487

O réu é acusado de pertencer ao PCB, em Brasília, entre 67 e 69, tendo feito reuniões em sua casa, aliciamento de um estudante da UnB e participado, em abril de 67, na IV Conferência Metropolitana do PCB, em Brasília.

488

O processo apura as atividades da Frente Popular de Libertação (organismo lançado e coordenado pelo PORT) na área de Santos, no ano de 1965, e principalmente as mobilizações sindicais dos portuários, "operação tartaruga" etc, que a FPL impulsionava. Alguns réus tinham vínculos com o PCB e outros com o P.S.B.

489

Os réus são processados por terem pichado os muros da Universidade Mackenzie, dia 25/6/67, com dizeres do tipo: "29º Congresso UNE"; "Greve até Solução"; "Abaixo a Ditadura" etc .

490

Os réus são acusados de integrarem a ALN ou terem ligação com ela, no Rio de Janeiro, entre 68 e 70, ficando seu envolvimento mais ao nível de apoio, hospedagem de militantes, contatos, estando alguns ainda em fase de recrutamento.

491

O processo teve início quando um ex-integrante do "Setor de Operações" do VAR foi preso em janeiro de 78, após tentativa de assalto sem conotação política, em São Paulo. O pequeno grupo de réus é acusado, na denúncia, especificamente por um assalto e homicídio na Empresa de Ônibus TUSA, em São Paulo, em 8/5/71. Apuram-se também várias atividades e ações armadas do período 69/73, e o itinerário dos réus nos anos seguin

tes, sem militância política.

492

Os réus são acusados de integrarem o PCB no Rio de Janeiro, alguns há muitos anos, até 1969. Apuram-se várias reuniões, estruturação de uma base do PCB no Conjunto Residencial de Magalhães Bastos, aluguel de casas para "aparelho", guarda de textos escritos do PCB, compra de um veículo para servir ao partido etc .

493

O processo apura atividades subversivas na Associação dos Sub-oficiais e Sargentos da Marinha, no Clube Beneficente dos Sargentos e na Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, antes do Golpe de 64. Os réus, sargentos e sub-oficiais da Marinha, são especificamente acusados, na denúncia, de terem comparecido ao Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro para se solidarizarem com Marinheiros e Fuzileiros Navais ali amotinados por motivos políticos.

494

O IPM foi instaurado em maio de 64 para apurar a estruturação e atividades do PCB no município de Colatina (ES), antes do Golpe de 64, constantes na coleta de assinaturas para legalização do partido, reuniões e planos com atas lavradas, contribuição financeira etc. Por conexão são abordadas atividades do PTB na área, Frente de Mobilização, apoio às Reformas de Base etc.

495

O processo é uma das partes em que se desmembrou o chamado "IPM Zona Norte do Paraná", instaurado para investigar a "subversão" na área antes do Golpe de 64. Neste caso os quatros réus residem em Mandaguari e já tinham sido presos em 10/2/63, realizando uma reunião clandestina do Comitê Municipal do PCB naquela cidade, que aparentemente se constituia numa Conferência Municipal. Apuram-se também atividades sindicais, apoio a Brizola, doutrinação etc .

496

Os réus são 3 fazendeiros de Governador Valadares que tinham sido convocados pela polícia para ajudar a prender, dia 1/4/64, os líderes das atividades sindicais "subversivas" na área. Ao prender Wilson Soares Cunha assassinaram seu pai e seu irmão ferindo gravemente o próprio Wilson, à bala.

497

Os 2 réus são acusados de terem organizado um "Grupo dos Onze", em Volta Redonda (RJ), nos meses que antecederam o Golpe de 64.

498

Os réus são acusados de terem constituído um "Grupo dos Onze" em São Pedro da Aldeia (RJ), nos meses que antecederam o Golpe de 1964.

499

Os réus eram universitários em Belo Horizonte, um deles vice-presidente da UEE, e são processados por terem sido presos em manifestação estudantil realizada a 26/9/68, em solidariedade aos bancários em greve. São acusados de deflagrarem o apedrejamento da polícia na referida manifestação.

500

Os réus são processados por terem constituído um "Grupo dos Onze" em Muniz Freire (ES), nos meses anteriores ao Golpe de 1964.

O IPM foi presidido por oficial do Exército, de Vitória, que se deslocou até à cidade.

501

Os réus são processados porque estariam articulados num plano de contra-golpe liderado por Brizola, do exílio, em março de 1966, que deveria envolver principalmente militares da Brigada e do Exército adversários do novo regime, no Rio Grande do Sul.

502

O processo aborda variadas atividades políticas e sindicais ocorridas em Atibaia (SP) na fase anterior ao Golpe de 1964, que a denúncia aponta como dirigidas pelo PC. São réus o prefeito, um vereador, o presidente do Sindicato dos Têxteis, professores locais, todos acusados de apoiarem as Reformas de Base, fazerem propaganda comunista, promoverem palestras com líderes esquerdistas nacionais etc .

503

O réu é processado por discurso proferido, dia 27/3/66, na Sociedade de Desenvolvimento do Ibirapuitan, em Alegrete (RS), atacando o regime militar e autoridades, quando se pronunciava na qualidade de secretário da referida sociedade.

504

Os réus são processados por terem estruturado "Grupos de Onze" no município de Campos (RJ) nos meses anteriores ao Golpe de 1964, abrangendo as localidades de Tócos e Sapucaia, além da própria sede do município.

505

Os réus pertenciam ao PTB quando do Golpe de 1964 e são acusados de

terem formado "Grupos dos Onze" em vários distritos do município paranaense de Pitanga, segundo orientações de Brizola através da Rádio Mayrink Veiga.

**506**

Os réus eram praças do Contratorpedeiro "Pernambuco", no dia 27/3/64 e são processados por movimento de insubordinação coletiva, a bordo, nesse dia, como parte da agitação política que se observava no interior da Marinha às vésperas do Golpe de Estado.

**507**

Os réus são acusados de integrarem a AP em Pernambuco, atuando em 1968 e especialmente em 1969, através de panfletagens, montagem de vários "aparelhos" clandestinos na área do Recife, reuniões etc .

**508**

Os réus são acusados de participarem de atividades "subversivas" da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, entre 1963 e 1964, quer como diretores, membros do Conselho Deliberativo ou como sócios destacados, praticando e estimulando a indisciplina por motivos políticos. O inquérito foi instaurado no Rio de Janeiro.

**509**

O réu teria sido preso em flagrante, no dia 31/10/68, na Av Wenceslau Braz, Rio de Janeiro, distribuindo panfletos com o texto "Companheiros Secundaristas" e concluindo com a frase: "Só a Guerra Popular Derruba a Ditadura". O réu cursava o científico no Colégio Nilo Peçanha.

**510**

Os réus são acusados de estarem ligados à AP, recebendo dela instruções acerca de como atuar nas lutas estudantis e, no caso de um réu seminarista, usar as aulas de religião que dava no Colégio Claretiano de Guarulhos, para propaganda subversiva. Apuram-se reuniões clandestinas, palestra sobre cristianismo e marxismo na USP, grupos de estudo etc . O inquérito foi aberto em junho de 1969.

**511**

Processo contra 2 oficiais do 8º G.A.Cos.M. acusados de terem travado conversas informais e feito reuniões com seus subordinados, incutindo-lhes idéias subversivas e comunistas no período anterior ao Golpe de 1964. Um dos réus era comandante da unidade mas não chegou a permanecer 2 meses nela. Tais fatos se passaram no Rio de Janeiro.

**512**

Os réus são acusados de integrarem o Comitê Estadual paranaense do PCB, e os Comitês Municipais de Curitiba e outras cidades, agindo através

de reuniões clandestinas, cursos de marxismo, distribuição de textos comunistas, atuação no Movimento Estudantil etc., especialmente em 1967.

513

O relatório do IPM e a denúncia referem a existência de uma ampla rede comunista no Sul do país e o processo as apura, atribuindo ao PCB atividades que, na verdade, envolviam outros grupos políticos, ligados a Brizola, Cardim, PC do B etc., inclusive treinamentos de guerrilha. Aborda, portanto, a estruturação e atividades do PCB no Rio Grande do Sul e Santa Catarina durante vários anos, até 1965, incluindo reuniões, distribuição de textos comunistas, propaganda e atividades de preparação da luta armada.

514

Processo contra 3 deputados estaduais de Minas Gerais, cassados em 1964, acusados de liderarem o CGT estadual (CET), e um deles o nacional, organizando greves e agitações sindicais no período anterior ao Golpe de 1964, orientados pelo PC, segundo a denúncia. São acusados também de ordenarem uma Greve Geral dia 1/4/64 e o desencadeamento de um plano que incluiria o envenenamento da água de Belo Horizonte, a começar do 12º Reg. Infantaria.

515

Processo contra 5 sargentos e 1 tenente do Exército, acusados de se reunirem, tentarem aliciar e efetivarem doutrinação subversiva nas unidades em que serviam, em Belo Horizonte, nos anos de 1963 e 1964. Teriam elaborado planos de revolta e tomada dos quartéis, com prisão dos superiores, inspirados pela pregação subversiva de Brizola e do Sgto. Garcia.

516

Os réus são acusados de terem distribuído panfletos intitulados "Frente de Luta" na Escola Superior de Administração de Negócios, em São Paulo, dia 15/1/69, criticando a política educacional do governo e propondo que os estudantes formassem Grupos de Estudo. Foram apreendidos também panfletos e publicações no Centro Acadêmico Sabóia de Medeiros, localizado em casa em frente à Escola.

517

Os réus são acusados de integrarem o PCB em Minas Gerais, atuando especialmente de 61 a 64 na área intelectual, através de cursos, e também no meio sindical. Atribui-se a alguns réus a condição de dirigentes do PCB em Minas e Belo Horizonte, e a responsabilidade pelo comando de toda a "agitação subversiva" ocorrida nesses anos.

518

Processo contra 2 estudantes de Medicina de Recife, acusados de liderarem manifestações subversivas na escola, especialmente no início de 1969, fazendo discursos contra o regime, contra autoridades e contra a portaria que os afastou da escola, panfletagens, liderando manifestações etc .

519

Processo contra um vereador do MDB de Ijuí (RS), pelo discurso proferido na Câmara Municipal, dia 7/4/69, criticando o comandante do 7º G.Can. por fazer pronunciamentos chamando a oposição de comunista.

520

Processo contra 3 oficiais, 3 sargentos e 1 cabo do Exército, acusados de doutrinação subversiva, incitação à indisciplina por motivos políticos e ligações com elementos comunistas no período anterior ao Golpe de 1964, agindo junto aos seus colegas de fardas em várias unidades, especialmente no 4º G. CAN. 90 A. Aéreo. O inquérito foi aberto em Niterói.

521

Os réus são acusados de integrarem o PCB em Goiás, especialmente em Goiânia, entre 1967 e 1972, compondo organismos dirigentes e células de base, organizando cursos de capacitação política, cumprindo planos de recrutamento e atividades, distribuindo "Voz Operária" e outras publicações do PCB, contribuindo financeiramente etc . Apura-se especialmente a atuação junto ao meio estudantil de Goiânia.

522

Os 2 réus foram presos transportando fardo material impresso do PCB em Niterói, em 19/3/70.

523

Os réus são acusados especificamente, neste processo, pelo assalto à Casa de Câmbio ADAM, no Rio de Janeiro, dia 22/5/70, que teriam executado na condição de integrantes da VPR.

524

Os réus são acusados especificamente, neste processo, pelo assalto a uma garagem em Piedade, Rio de Janeiro, dia 4/9/70, de onde levaram 1 carro e vários pares de placas que seriam utilizadas em futuras ações da VPR, a que pertenceriam.

525

O réu é acusado de pertencer ao PCB em São Paulo, em 1971 e 1972, depois de ter-se afastado uma vez do partido. Teria montado um "aparelho"

e distribuído textos comunistas, especialmente o "Voz Operária".

526

Os réus são acusados de estarem ligados ao PC do B, através de um organismo para-partidário denominado União da Juventude Patriótica, entre 1969 e o início de 73, atuando, especialmente na área estudantil. Apuram-se reuniões clandestinas, divulgação de textos do PC do B, contribuição financeira, atuação em Diretórios Acadêmicos, coleta de medicamentos para a guerrilha etc, no Rio de Janeiro.

527

Processo contra o padre José Eduardo Augusti, de Botucatu (SP), preso em flagrante naquela cidade a 17/7/68, quando apoiava um acampamento dos estudantes de medicina. É acusado também de subversão através do jornal "Manifesto" e da programação que a rádio local reservava à Igreja.

528

Processo contra o padre Lage (Francisco Lage Pessoa), acusado de atividades subversivas desde 1948 até o Golpe de 1964, quando foi preso. Além de focalizar suas atividades em Belo Horizonte e outras cidades de Minas, no apoio aos favelados, movimentos grevistas etc. o inquérito se concentra especialmente em suas atividades pós-1962, quando se tornou 3º suplente do PTB a deputado federal e passou a dedicar-se à sindicalização rural como assessor da SUPRA e fixou-se em Brasília. O inquérito indiciou outros sacerdotes, que foram entretanto excluídos da denúncia.

529

Processo contra o padre Giulio Vicini e Yara Spadini, secretária do vigário episcopal da Região Sul, presos em flagrante no dia 27/1/71, em São Paulo, portando ele um "stêncil" para mimeografia, contendo texto de panfleto intitulado "Perseguição e Prisão em Massa de Operários em Mauá e Santo André", no qual era denunciada a morte de Raimundo Eduardo da Silva, na OBAN. Yara é acusada de estar portando um jornalzinho "Luta Metalúrgica".

530

Os réus são acusados de terem composto um grupo denominado "Frente Estudantil pela Luta Armada", ligado à ALN, atuando em 1969 especialmente na área da USP. Entre outras atividades, são responsabilizados pelo atentado a bomba contra a Reitoria da USP, dia 8/10/69, e tentativa de explosão do mesmo gênero no Conjunto das Químicas.



531

Os réus são acusados de comporem uma base do PCB no ITA-Instituto Tecnológico da Aeronáutica, em S. José dos Campos (SP), principalmente em 1974 e 1975, pregando animosidade contra os militares, afixando cartazes e encenando peças subversivas, contribuindo em dinheiro com o PCB, fazendo reuniões secretas etc .

532

Os réus são acusados de pertencerem ao Comitê Municipal do PCB, em Campos (RJ), até 1972, ligados ao Comitê Estadual do partido, do qual recebiam orientação. Apura-se distribuição de panfletos, reuniões clandestinas, venda de jornais do PCB, contribuição financeira etc .

533

Os réus são acusados especificamente, neste processo, pelo assalto que teriam realizado, na condição de membros da ALN, contra a agência Castelo do Banco Bordallo Brenha, Rio de Janeiro, dia 5/12/69.

534

Processo contra seminaristas de Viamão (RS), acusados, entre outras atividades descritas de passagem, de terem imprimido e distribuído um panfleto intitulado "Declaração Geral da 1ª Conferência Latino-Americana de Solidariedade", em 1970.

535

Os 2 réus são acusados de participarem de manifestações estudantis de rua, realizadas em Fortaleza, em 15/10/68, com passeatas, comícios-relâmpago e panfletagens, tendo sido presos carregando "coquetéis molotov" numa sacola.

536

Os réus são acusados de integrarem uma base do PCB em Vila Formosa (SP), especialmente em 1970, realizando reuniões clandestinas, distribuindo textos comunistas e o "Voz Operária", contribuindo financeiramente e trabalhando para candidatos do MDB indicados pelo PCB.

537

O processo, com 4 réus, apura os fatos "antecedentes e correlatos" ao seqüestro do Caravelle PP-PDX, no Rio de Janeiro, dia 1/7/69, visto que o seqüestro em si é objeto de outra ação penal. Neste caso apura-se a filiação dos réus à ALN, execução de assaltos para obtenção de recursos necessários ao seqüestro, porte de arma privativa por um parente de um dos seqüestradores etc .

538

O réu, comerciante em Agudos (SP), é acusado de ter caluniado o juiz eleitoral da Comarca, dia 16/11/68 ao afirmar, após as apurações das eleições municipais da véspera, que o prefeito havia "comprado" o juiz para que vencesse seu sucessor indicado.

539

Os réus são especificamente acusados, neste processo, de terem assaltado, como membros da VPR, a Garagem Todos os Santos, no Rio de Janeiro, dia 29/11/70, tendo levado 3 autos e mais um par de placas, mais tarde utilizados na operação de seqüestro do embaixador suíço.

540

Processo contra estudante cearense acusado de portar farto material escrito subversivo (do PC do B, embora a denúncia não refira) em Ibaratama, município de Quixadá (CE), onde também solicitou a seu hospedeiro que confeccionasse tubos metálicos para fabrico de petardos. É acusado também de distribuir aqueles impressos em Oiticica, no mesmo Distrito. O inquérito é de junho de 1969.

541

Processo que apura o seqüestro de um médico em São Paulo, dia 8/12/71, por membros da ALN, para que realizasse a amputação de uma das mãos de uma militante da ALN (também ré), ferida ao testar uma bomba de fabricação caseira.

542

Os réus são acusados especificamente, neste processo, pelo assalto que teriam realizado, como membros da FLNE (Nordeste), ao auto-taxi AZ 0354, em Fortaleza, dia 15/1/72, como preparativo de um assalto à Souza Cruz, que terminou não se concretizando.

543

Este processo é desmembramento do BNM 273, que apurou postalização de correspondência subversiva em Goiânia, a partir da prisão em flagrante de uma moça que, em depoimento, afirmou ter recebido as cartas em apreço de uma amiga que se tornou, por esse motivo, a ré do presente processo. O inquérito é de março de 1970 mas a denúncia judicial é de junho de 1972.

544

Os 3 réus são acusados de pertencerem à ALN no Rio de Janeiro, de terem praticado várias ações armadas e, especificamente, de terem reagido à prisão quando retidos por uma patrulha da Polícia Militar, dia 11/3/70, sendo que um dos réus se evadiu matando um soldado, enquanto os outros dois permaneceram presos.

545

Processo contra 2 jornalistas da Folha da Tarde, de Porto Alegre, e contra o delegado de Camaquã (RS), por matérias que aqueles 2 escreveram na edição de 21/6/72 e que o delegado escreveu para "O Camaquã", do dia 23, acerca de um preso daquela cidade que estaria detido há 18 anos "por ter dado um tapa na esposa". O processo teve início por representação do promotor público daquela cidade.

546

Os réus são processados por pertencerem ao PCR, em Pernambuco, tendo desenvolvido várias atividades referidas de passagem, e especificamente pelo assalto ao motorista de taxi Gentil Procópio de Melo, que terminou morto ao esboçar uma reação, dia 2/9/71, em Recife.

547

O réu é processado por ter incendiado uma bandeira norte-americana durante manifestação estudantil realizada a 2/7/71 no interior do Restaurante Universitário, em Fortaleza.

548

O réu, estudante de 20 anos, é acusado de assalto contra a Faculdade de Filosofia do Ceará, dia 12/6/70, em companhia de 2 pessoas não identificadas, quando imobilizaram os vigias de armas na mão, e roubaram 1 mimeógrafo e 1 máquina de escrever, deixando na parede a sigla "FREP" que em textos anexados a outros processos aparece como significando Frente Revolucionária Popular, organização vinculada ao PCB.

549

Os réus são acusados de integrarem a AP, na Bahia, em 1973, tendo hospedado 2 dirigentes mortos nesse mesmo ano (Gildo Macedo Lacerda e Matta Machado) e guardado farto material escrito.

550

Embora o inquérito seja de 1974, os 2 réus são acusados de terem integrado a AP entre 1965 e 1969. Apuram-se reuniões clandestinas, estrutura da AP naquela época, contribuição financeira etc. O interrogatório é de São Paulo.

551

Processo com 65 réus, acusados de integrarem o Comitê Estadual do PCB no Paraná, principalmente nos anos 70 até 1975. Apuram-se várias reuniões, formação de Comitês Municipais no interior, viagens, apoio a candidatos do MDB nas eleições de 1974 etc.

552

Processo contra 2 jovens presos dia 6/2/75 transportando um pacote

com jornais "Voz Operária", do PCB, em São Gonçalo (RJ), que teriam recebido de seu avô, que é o terceiro réu.

553

~~Processo~~ contra o jornalista e deputado federal pelo MDB da Guanabara, Hermano Alves, por vários artigos publicados no "Correio da Manhã" e discursos proferidos da tribuna da Câmara, durante o ano de 1968, contendo críticas ao regime militar e denúncias sobre conspirações da "Linha Dura" em defesa de um novo golpe.

O pedido de licença, para que o parlamentar fosse processado, foi apresentado na mesma época em que se tentava o mesmo contra Márcio M. Alves.

554

O réu é acusado de estar ligado ao PCB em São Paulo, em 1968 e 1969, recebendo os jornais "Voz Operária" e "Resistência", que passava a um amigo, contribuindo financeiramente e mantendo contatos com um membro do PCB de quem só conhecia o codinome.

555

O réu é processado por ter pichado paredes do bairro Aldeota, em Fortaleza, com os dizeres "Viva Cuba", "Viva Brizola", etc., dia 25/1/71, que declara ter feito embriagado, por nutrir antipatia pelos militares residentes na área.

556

O réu é acusado de ter realizado um comício-relâmpago com ataques às autoridades, no interior do Colégio Presidente Castello Branco, dia 27/8/70, juntamente com colegas não identificados, que balearam um militar que tentava interceptar o grupo, antes de encetarem fuga.

557

Os réus são acusados de integrarem a AP em Minas Gerais, entre 1972 e 1974, distribuindo panfletos, atuando junto à UNE, hospedando militantes de outros Estados e mantendo contatos clandestinos etc.

558

Os réus são acusados especificamente, neste processo, por terem assaltado, como membros do MR-8, no dia 30/6/71, uma residência no Leme, Rio de Janeiro, de onde levaram jóias.

559

Os réus, segundo os autos, pertencem à VAR, VPR e PCBR e são acusados especificamente, neste processo, de terem assaltado o Colégio FISH, no Rio de Janeiro dia 24/1/72, levando 2 mimeógrafos e 1 máquina de escrever, distribuindo panfletos com a assinatura dessas 3 organizações mais a da ALN.

560

O jornalista é processado por vários artigos publicados entre 1969 e 1970 em Guarapuava (PR), no jornal "Folha do Oeste", com ataques a autoridades locais, especialmente o prefeito.

561

Processo contra 2 estudantes de João Pessoa que teriam sido presos em flagrante no dia 12/11/70 distribuindo panfletos com propaganda do voto nulo e incitação à "derrubada da ditadura".

562

O processo apura uma ampla variedade de atividades apontadas como subversivas no município gaúcho de Cachoeira do Sul (RS) no período que antecedeu o Golpe de 1964. Apura-se a propaganda das Reformas de Base, formação de Grupos de Onze, reorganização do PCB, incitação à luta pela terra, tentativa de resistência armada ao Golpe, dia 2/4/64 etc .

563

Os réus são acusados de pertencerem à VAR, no Rio de Janeiro, em 1970, integrando seu Grupo de Ação Violenta e tendo realizado panfletagens em fábricas e num trem, além de levantamentos para futuras expropriações.

564

O réu é filho de um vereador e jornalista de Porto Velho (RO) que foi processado por matérias com ataques às autoridades, publicadas no jornal de sua propriedade, "O Combate", fechado com aquele processo. O réu deste processo é incriminado pelos mesmos motivos, como responsável pelo jornal "O Combatente", sucessor do editado por seu pai. É acusado por artigos contidos em várias edições, desde outubro de 1971.

565

Processo contra um estudante de física da USP, que teria redigido, impresso e distribuído panfletos, apreendidos em 24/10/69, atinentes à campanha eleitoral do Centro Acadêmico daquela escola.

566

Os réus são acusados especificamente, neste processo, de terem assaltado, como membros da ALN, o Banco Mercantil do Ceará, agência São Sebastião, em Fortaleza, dia 4/12/69.

567

A ré, tida nos autos como membro do MR-8, foi reconhecida fotograficamente e processada como responsável pelo ataque a 2 PM, no Rio de Janeiro.

ro, dia 27/11/70, dos quais foram levados o armamento, o uniforme e a identidade. Nos autos há depoimento policial de outro membro do MR-8 confessando participação no assalto e excluindo a ré.

568

Volumoso processo contra 76 réus acusados de estruturarem o PCB em S. Paulo até out/75 quando se iniciou um forte fluxo de prisões de pessoas acusadas de ligação com esse partido. Um dos presos, o jornalista Wladimir Herzog, foi morto sob torturas no DOI/CODI de S. Paulo, nessa seqüência de prisões. Apura-se a estruturação do PCB, divulgação do "Voz Operária", reuniões, participação no MDB etc.

569

Processo contra um soldado PM de Porto Alegre acusado de fazer panfletagem e pregação subversiva no interior de sua unidade, a partir de set/69, e contra um tenente que comandava o 1º réu, observou tais atitudes e não tomou medidas contra elas.

570

Os réus são especificamente acusados, neste processo, de terem assaltado, como membros da ALN, o Bco. Nacional Brasileiro, na Av. Guilherme Maxwell, Rio de Janeiro, dia 17/12/1970.

571

A ré foi presa em flagrante, em Belo Horizonte, dia 30/4/71, após instalar um artefato explosivo de distribuição de panfletos, referentes ao 1º de Maio, com a assinatura do PC do B.

572

Os réus são acusados de terem pertencido ao PCB até 1964, sendo que um deles se exilou e treinou guerrilha em Cuba, voltando posteriormente ao Brasil e passando a residir juntos no Rio de Janeiro, dedicando-se a atividades de propaganda e distribuição de textos comunistas.

573

Os réus são acusados de pertencerem ao PCB, no Ceará, entre 1967 e 1969, onde se estruturaram 8 Organizações de Base. Apuram-se reuniões clandestinas, divulgação de "Voz Operária" e outros textos comunistas, contribuição financeira, composição das OBs e identificação dos coordenadores etc.

574

Processo contra o intelectual Caio Prado Jr. e dois estudantes da Faculdade de Filosofia da USP. Os 2 últimos são acusados de serem responsáveis pela publicação da revista "Revisão", do grêmio daquela escola, que conteria ataques ao governo, especialmente nos nºs 4, 5 e 6. Caio Prado é processado por uma entrevista que concedeu a essa revista, publicada em seu nº 4. O processo foi sugerido pelo deputado Clóvis Stenzel, da ARENA, que pediu da Tribuna da Câmara providências contra a revista.

575

O réu é processado por manter em sua casa grande quantidade de textos comunistas, inclusive exemplares recentes (1970) do jornal "Voz Operária". em Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro.

576

Processo contra um professor e vários alunos da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O professor, que também é juiz, foi preterido numa promoção ao Tribunal de Alçada e escreveu ao presidente do Tribunal de Justiça, com várias cópias, firmando seu protesto. Os demais réus são acusados de terem "agitado" a escola distribuindo a carta, incitado à greve etc .

577

O réu é acusado de pertencer ao PC do B desde quando se tornou revel em outro processo de Juiz de Fora, dedicando-se a efetuar levantamentos sócio-econômicos de várias regiões de Minas, usando identidade falsa e sendo sustentado pelo PC do B. Em seu poder foram apreendidos documentos políticos do PC do B. O inquérito é de agosto de 1970.

578

Embora a denúncia seja de 1966 o IPM é de abril de 1963. O réu, padre Alípio, é processado por discurso proferido na Faculdade de Direito de João Pessoa, em 2/4/63, quando se comemorava o 1º aniversário da morte de um líder das Ligas Camponesas. É acusado de incitação à violência e à luta entre classes.

579

O réu foi preso em 14/11/67 e em seu poder foi encontrado, segundo os autos, abundante material escrito do PCB: jornais, resoluções, etc . É acusado de pertencer ao PCB, fazer distribuição de material comunista e aliciar estudantes para o partido, na área do Rio de Janeiro.

580

Os réus são acusados especificamente, neste processo, de terem assaltado, como membros do MR-8, um carro transportador de valores do Banco Português do Brasil, em Copacabana, no dia 4/8/69.

581

Os réus são acusados especificamente, neste processo, de terem assaltado, como membros da VPR, a firma "Transportes Aliança", dia 11/1/71, de onde retiraram um caminhão carregado de leite em pó e alimentos, a fim de distribuir imediatamente na favela de Braz de Pina, onde também distribuíram panfletos, tudo isso no Rio de Janeiro.

582

Os réus são acusados especificamente, neste processo, de terem assaltado, como membros da ALN, o destacamento da PM na rua Souza Barros, Rio de Janeiro, dia 19/7/70, rendendo os policiais, retirando suas armas, distribuindo panfletos e fazendo inscrições revolucionárias nas paredes.

583

Processo contra 2 padres de Torres (RS), um por sermões em que rechaçou a versão da morte de Marighella envolvendo os dominicanos de São Paulo, e o outro porque, atuando no movimento sindical rural, estaria pregando a subversão e a luta de classes, inclusive cercando-se de elementos brizolistas.

584

Os réus são acusados de ligação com a VAR em São Paulo, em 1969, sendo 2 deles militantes e o terceiro mero contato. São acusados de guardarem e distribuírem textos da VAR e referentes ao Movimento Estudantil, fazerem reuniões clandestinas, aliciarem etc.

585

Processo contra um padre de Novo Oriente, diocese de Crateús, no Ceará, que foi a Recife participar de um Encontro de Responsáveis pela Evangelização do Nordeste, num prédio dos Maristas, em 26, 27 e 28 de junho de 1971, onde recebeu vários exemplares do boletim "O Círculo". Ao ser revistado no aeroporto de Natal, quando pretendia embarcar para Fortaleza, teve seus boletins apreendidos, dando início ao inquérito.

586

O réu é processado apenas por ter participado numa passeata estudantil em São Paulo, dia 28/8/68, embora no inquérito fosse acusado também de ter depredado veículos entre a Praça da Sé e Largo São Francisco, durante a passeata.

587

Os réus são acusados especificamente, neste processo, de terem assaltado, como membros da VPR, o escritório de uma indústria de bebidas, na Av. Brasil, Rio de Janeiro, dia 12/3/71, de onde levaram numerário.

588

Os réus são acusados de pertencerem à AP, no Rio de Janeiro, em 1971, contribuindo financeiramente, lendo e discutindo documentos políticos da AP etc. A denúncia afirma que o inquérito teve início na investigação de agitação trabalhista nos jornais "Correio da Manhã" e "Última Hora", onde os réus trabalhavam.



589

Os réus são acusados de pertencerem à Ala, no Rio de Janeiro, em 1970, tendo conseguido do dono de uma gráfica autorização para imprimirem identidades falsas, o que efetivamente fizeram. Alguns réus fundaram um curso para obter fundos para a Ala, onde era impresso em mimeógrafo o jornal "Unidade Operária".

590

Processo contra 4 réus (3 apresentados apenas pelo codinome) acusados de integrarem o PCR no Rio Grande do Norte e de terem incendiado a "Casa do Maine", em Natal, dia 17/1/72, além de executarem várias panfletagens em 1971.

591

Os réus são acusados especificamente, neste processo, de terem assaltado, como membros da ALN, a agência Lido, do Banco do Estado de Minas Gerais, dia 9/1/70, no Rio de Janeiro.

592

O processo é uma das partes em que se desmembrou o chamado "Processo das Cadernetas de Prestes", que apura inúmeras atividades do PCB até abril de 64, quando, no dia 9, teriam sido apreendidas 19 cadernetas de próprio punho de Luís Carlos Prestes, secretário-geral do PCB, contendo anotações sobre reuniões, apontamentos, registro de centenas de nomes etc. Foi desmembrado em nove partes, de A a I, sendo esta a parte A.

593

Os réus são acusados especificamente, neste processo, de terem assaltado, como membros da "Corrente", dia 20/1/69, em Belo Horizonte, a firma "Itaminas", de onde levaram dinamite, espoletas, cordel etc. Apura também o roubo de uma camioneta utilizada na operação e a tentativa frustrada de assalto à Pedreira de Belo Horizonte.

594

Os réus são acusados especificamente, neste processo, de terem assaltado, como membros do PCBR, uma camioneta do Bank of London, em Fortaleza, dia 16/3/70, levando grande quantidade de dinheiro.

595

Processo contra religiosos, ex-padres, professores de teologia, etc, de Belo Horizonte, pela redação, assinatura, impressão e distribuição de uma "Declaração dos Padres", protestando contra a morte do estudante Edson Luís, ocorrida na véspera (28/3/68), no Rio. A denúncia acusa

tal declaração de incitação à luta de classes e à violência, como parte da ofensiva mundial do comunismo pelo domínio do "Ocidente".

596

Os réus são acusados de integrarem a AP em São Paulo, especialmente nos anos 68/70, na região do ABC e Mauá, organizando cursos de capacitação política, reuniões clandestinas, compondo organismos de base e de direção da AP, fazendo trabalho operário, ligando-se a atividades da Igreja, aliciando etc.,.

597

Os réus são acusados especificamente, neste processo, de terem assaltado, como membros da ALN, a agência Catete do Banco Novo Mundo, no Rio de Janeiro, dia 27/8/69.

598

As 2 réus são acusadas de ligação com a VPR, no Rio de Janeiro, em 1970, sendo uma dirigente e a outra, apoio. A primeira é acusada de receber dólares do exterior e repassar para as várias organizações revolucionárias. E a 2a., de ter solicitado a uma amiga para levar correspondência ao exterior e trazer os dólares.

599

Os réus são acusados de integrarem a ALA em Uberlândia, alguns vindos de Belo Horizonte, em 1969, fazendo reuniões clandestinas, distribuindo "Unidade Operária", montando "aparelhos", fazendo aliciamento e agindo especialmente no meio estudantil local.

600

Processo contra um padre de Bagé (RS), por vários sermões, palestras e programas radiofônicos, realizados de 66 até 70 contendo críticas ao governo e o que seria propaganda "subversiva" contra os militares e os ricos. A denúncia arrola atitudes que datam desde 64, mas o fato propiciador do IPM foi um sermão de 26/7/70, contra os slogans "Brasil: Ame-o ou Deixe-o". Refere também coisas como o costume do padre usar camiseta vermelha no lugar da batina.

601

Processo contra um membro do MR-8 que se dirigiu ao Paraná para implantação de guerrilhas, entre 1968 e 1969, e contra a pessoa que lhe vendeu um fuzil Mauser, por posse de arma privativa das Forças Armadas.

602

Os réus (casal) são acusados de pertencerem à Ala e terem residido tem

porariamente em Guarulhos (SP), mantendo contatos clandestinos e providenciando documentação falsa para a ré, de nacionalidade uruguaia. O inquérito foi aberto em abril de 1971.

**603**

Os réus são acusados especificamente, neste processo, de terem assaltado, como integrantes da "Frente de Trabalho Armado", da Dissidência Comunista da Guanabara (depois MR-8), a residência do deputado Edgard Magalhães de Almeida, dia 19/8/69, no Rio de Janeiro, de onde levaram grande quantidade de jóias e dólares.

**604**

Os réus teriam instalado um engenho explosivo num depósito da Good-Year em São Paulo, dia 31/12/66, que não chegou a explodir, motivados por razões políticas. Embora a denúncia acuse os réus de integrarem o PCB e terem posto a bomba por inspiração do mesmo, os autos trazem indícios de que os réus seriam, na verdade, dissidentes daquele partido.

**605**

Os réus são acusados de integrarem a AP em São Paulo, entre 1969 e 1971, atuando principalmente voltados para o meio operário. Apuram-se reuniões clandestinas, composição dos organismos da AP, panfletagens, impressão e distribuição do "Libertação", formação de células operárias, células estudantis etc. O processo é desmembramento de um outro, que tem número BNM 663.

**606**

O processo apura um amplo espectro de atividades "subversivas" em Santa Catarina antes de 1964, indo da atuação do PTB, do Departamento de Correios e do deputado Doutel de Andrade, até a estruturação do PCB. Aborda-se a ação do CGT na área, formação de "Grupos de Onze", movimento estudantil dirigidos pela UNE etc. Tudo é apresentado, na denúncia, como trabalho do PC.

**607**

Processo contra vereador do MDB em Santo Ângelo (RS) por discurso feito na Câmara, em 26/7/70, denunciando torturas que estariam sendo aplicadas em quartel da cidade, contra preso político.

**608**

Os réus são acusados especificamente, neste processo, pelo assalto praticado, como membros da ALN, contra a Coletoria de Bodocó, no interior de Pernambuco, em 4/8/71. O inquérito deixa claro que alguns dos participantes pertenciam à F.L. Nordeste.

609

Os réus são acusados de pertencerem ao PCB no Rio de Janeiro, atuando principalmente no aliciamento de estudantes e jovens católicos para formar bases do PCB, entre 1969 e 1970.

610

Os réus são processados pela redação de artigos e publicação de um jornalzinho "O Acadêmico", em fevereiro de 68, em Taquaritinga (SP), durante a III Semana Universitária, com críticas ao regime e exaltação de Che Guevara.

611

O casal de réus (ele major da FAB) é acusado de ligações com a VAR no Rio de Janeiro, em 1970, emprestando sua residência para reuniões, e chegando a elaborar lista com nomes de comandantes militares para a VAR.

612

Os réus são acusados especificamente, neste processo, pelo assalto que teriam realizado, como membros do PCBR, à agência Liberdade do Banco da Bahia, em Salvador, dia 25/5/70. No assalto houve cerrado tiroteio que resultou no ferimento de 2 policiais.

613

Processo contra irmãos de nacionalidade boliviana que teriam transportado, dia 7/8/66, para a casa de um cunhado residente em São Paulo, grande quantidade de textos comunistas posteriormente apreendidos. Só um dos três entrou regularmente no Brasil. Um dos réus residiu em Cuba sendo simpatizante de Fidel e, por esse motivo, teria agredido um jornalista de "O Estado de São Paulo" que atacara aquele estadista em artigo de jornal, o que deu origem ao inquérito.

614

Os réus são acusados de pertencerem ao PC do B, em 1971, atuando na FASE-Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional de Nova Iguaçu (RJ). Apuram-se vários contatos com elementos do PC do B e da União da Juventude Patriótica, leitura de textos marxistas e propaganda subversiva, além de terem feito treinamento de tiro em Cachoeiras de Macacú.

Um dos réus, Padre Gerson, foi processado pelos mesmos motivos como membro da VAR.

615

Processo contra o diretor e o secretário do jornal "A Notícia", de Ma-

naus, por artigo publicado em 18/3/71 contra decisão do TSE que anulou ato do TRE cassando, por corrupção, 5 políticos do Amazonas.

616

Processo contra o correspondente de "O Estado do Paraná" em Guaíra (PR), por notícia publicada em 10/2/71 acerca de um hipotético linchamento de um preso, na qual teria tentado indispor o povo com as autoridades, por meio de notícias falsas.

617

Os réus são acusados especificamente, neste processo, pelo assalto que teriam realizado, como membros da ALN, ao Instituto da Matemática da Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza, dia 23/8/70, de onde levaram 1 impressora off-set, uma máquina de escrever elétrica e uma prensa para litografia.

618

Os réus são acusados de terem formado uma base do PCB em São Vicente, entre 1969 e 1970. Apuram-se umas 10 reuniões clandestinas do grupo para comentar a leitura do jornal "Voz Operária".

619

Os réus são acusados de pertencer ao PCBR, no Rio de Janeiro, entre 1969 e 1970. Apura-se a composição de vários organismos do PCBR, panfletagens em fábricas, roubo de placas de autos, assalto a um banco, várias reuniões clandestinas, guarda de material, treinamento militar etc.,.

620

Os réus são acusados de pertencer à AP, tendo sido deslocados para se implantarem entre os camponeses de Camacã, na região cacauzeira da Bahia, nos anos de 1969 e 1970. Ali dedicaram-se ao trabalho de alfabetização, com doutrinação política e publicação de panfletos impressos em mimeógrafo rudimentar, além de se aproximarem do padre local, de quem um dos réus se fez sacristão.

621

Os réus são acusados de estarem estruturando uma Organização clandestina denominada Frente Armada Popular, em 1967, em Brasília, pretendendo fazer uma revolução armada. Planejavam localizar as armas do PC que estariam escondidas em Goiás e, não obstante a apreensão de textos marxistas com os réus, eles se confessam seguidores de uma filosofia original a que chamam "normalismo".

622

Os réus são acusados especificamente, neste processo, pelo assalto que teriam realizado, como membros da ALN, à garagem de um prédio no Rio de Janeiro, dia 13/2/70, de onde foram levados 2 autos posteriormente utilizados em assalto a banco.

623

Os réus são acusados de liderarem as manifestações estudantis de setembro de 1966, em Brasília, que tiveram seu clímax na depredação da Casa Thomas Jefferson, da Embaixada Norte-Americana. Tais manifestações, teriam sido impelidas pela UNE, consistindo de comícios, manifestações, panfletagens e se estenderam pelo mês de outubro.

624

O réu, que já teve outros processos do PCB, tanto em São Paulo quanto no Espírito Santo, é acusado, neste caso, de ter recebido material do Partido de uma pessoa não identificada e providenciado sua publicação para distribuição, no que concorreu para o funcionamento do PCB. O inquérito foi aberto em janeiro de 1971.

625

Os réus são acusados especificamente, neste processo, de terem assaltado, como membros do MR-8, o Bar Castelinho, no Rio de Janeiro, dia 23/2/70, de onde levaram dinheiro.

626

Os réus são acusados de estarem preparando (os estudantes) ou ajudando (os padres) a realização do 21º Congresso da UBES-União Brasileira dos Estudantes Secundaristas-, em outubro de 1969, em São Paulo.

627

Os réus são acusados de integrarem o PCB em Goiás, e especialmente em Goiânia, entre 1967 e 1972. Apura-se a formação de bases e organismos do Partido, estabelecimento de um planejamento para a atividade do PCB, atuação no movimento estudantil e nos bairros populares, distribuição de jornais comunistas etc.

628

O réu é processado por várias atividades "subversivas" anteriores a 1964 em Minas Gerais. É acusado de dirigir a Federação dos Favelados de Belo Horizonte, de fazer agitação no Departamento de Correios, de formar "Grupos de Onze" sob direção de Brizola etc. Finalmente é acusado de frequentar reuniões do PC, ler "Novos Rumos" etc.

629

Os réus são acusados de integrarem a Fração Bolchevique Trotskista em

Pernambuco, vindos muito deles de outros Estados, onde militaram no PORT antes da cisão que gerou a FBT. Apuram-se reuniões clandestinas, conferências, composição dos organismos da FBT, atuação no Movimento Estudantil, contatos com camponeses etc, até abril de 1970.

**630**

Processo contra estudantes presos em 29/7/68, em Osasco (SP), quando transportavam grande quantidade de panfletos de apoio à greve operária que ocorria naquela cidade. Relatam que a distribuição desses panfletos foi deliberada em assembléia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, presidida por um líder estudantil que também é denunciado.

**631**

Os réus são acusados especificamente, neste processo, de terem assaltado, como membros da ALN, a agência Meyer do Banco da Bahia, dia 16/12/69, no Rio de Janeiro. Um dos réus atuou apenas como receptor do dinheiro.

**632**

Os réus são acusados especificamente, neste processo, de terem tentado, como membros do PCBR, expropriar um carro de propriedade de um tenente da Aeronáutica, que se encontrava no volante e tentou reagir, sendo ferido a bala de forma que resultou em invalidez permanente, sendo baleada também a acompanhante do tenente. Isso ocorreu em Recife, dia 26/6/70, na entrada da "boite" Kancela.

**633**

Os réus são acusados de participação ativa no movimento estudantil de Vitória (ES), em 1968, liderando passeatas e entidades estudantis, fazendo panfletagens e jornais com críticas às autoridades constituídas etc. A maioria dos réus é composta de estudantes, embora se incluam também um professor e uma funcionária da Faculdade. A denúncia relaciona um dos réus com o PC do B.

**634**

O réu é acusado de pertencer à AP, sendo dirigente, em São Paulo, de 1970 até o início de 1974. Apuram-se numerosas reuniões clandestinas, reuniões ampliadas, composição dos organismos da AP, a fusão com o PC do B e a luta interna, uma panfletagem em maio de 1970 etc .

**635**

Os 2 réus são acusados neste processo de terem matado um sargento do CODI/Bahia que os conduzia presos e algemados, no dia 27/10/70, durante diligências efetuadas para desbaratar o PCBR, em Salvador.

636

Os réus são acusados de comporem um grupo clandestino em Osasco (SP) , em 1969, com a finalidade de deflagrar ações armadas, tendo inclusive planejado dinamitar a Central Elétrica de Osasco e instalar foco de guerrilha na Serra do Mar. A denúncia aponta o grupo como ligado ao PCB, mas nos autos fica claro que se trata de um grupo autônomo.

637

Processo contra o deputado federal pelo MDB de S. Paulo, Hélio Navarro, preso no dia da decretação do Ato Institucional nº 5 e acusado de atacar o regime militar, chamando o presidente Costa e Silva de ditador e injuriando o governador Abreu Sodré em programa de televisão reservado pelo Tribunal Eleitoral durante a campanha para as eleições municipais de 15 de novembro de 1968.

638

Os réus são acusados especificamente, neste processo, de terem assaltado, como membros do MR-8, a firma "Distribuidora Ideal", no Irajá, Rio de Janeiro, dia 1/2/71, levando dinheiro.

639

Processo contra marinheiros do cruzador Tamandaré, acusados de se manterem em estado de amotinação nos últimos dias de março de 1964, de atos de sabotagem contra o navio, de desobedecerem ordens de serviço e de tentarem impedir a movimentação da nau, atracada no Rio de Janeiro.

640

Os réus são acusados especificamente, neste processo, de terem assaltado, como membros da ALN, 2 policiais militares que faziam guarda na TV Excelsior, Rio de Janeiro, dia 9/10/69, arrebatando-lhes 2 metralhadoras INA.

641

Os réus são acusados de pertencerem ao PCBR no Rio Grande do Norte, atuando especialmente através de panfletagens e pichamentos, como o que estava sendo efetuado em 16/4/71, quando foram identificados dando origem ao inquérito. Os réus estariam também guardando material para confecção de bombas.

642

Os réus são acusados especificamente, neste processo, de terem incendiado, como membros do PCR, uma viatura policial, estacionada na residência de um delegado do 14º Distrito, em Recife, dia 14/12/71.

643

Os réus são acusados de pertencerem ao PCB há muitos anos (e décadas),



tendo atuado em São Paulo em anos recentes (até 1974), em tarefas de reestruturação do partido, montagem de esquema financeiro (empresas), orientando viagens de militantes do PCB, falsificando documentos etc.,

644

Os réus são acusados de pertencerem ao PCB em Pernambuco, agindo até o início de 1973 na montagem de aparelhos, reuniões clandestinas, distribuição de "Voz Operária", produção e distribuição do jornal "Avante", do Comitê Estadual do PCB, montando bases no interior, estruturando esquemas e empresas para sustentação financeira do partido, intervindo nas eleições municipais de 1972 etc.,

645

Processo contra os membros da ALN e MR-8 que teriam sequestrado o embaixador norte-americano no Brasil, dia 4/9/69, no Rio de Janeiro, mantendo-o cativo até que fosse publicada na imprensa uma mensagem revolucionária e enviados para o México 15 presos políticos.

646

Os réus são acusados especificamente, neste processo, de terem assaltado, como membros da ALN, a agência do Banco do Brasil em Maranguape, Estado do Ceará, dia 11/9/70.

647

Processo conexo a um outro que apurou as atividades de uma organização clandestina de esquerda, sem nome, que existiu em Cruz Alta (RS), em 1969 e 1970. Os réus deste processo são acusados de manter contato com aquela Organização e atuarem no movimento estudantil, promovendo panfletagens, apoiando a UNE, participando de reuniões, etc.,. Uma ré é apontada como ligada à AP.

648

Os réus são acusados de promoverem assembléia subversiva, panfletagens, comício, pichamento etc, no âmbito da Faculdade de Filosofia da USP, entre abril e maio de 1969, em protesto contra a cassação dos professores Florestan Fernandes, Jayme Tiomno e Artigas.

649

Os réus são acusados de pertencerem ao PCBR na Paraíba, entre 1968 e 1969, compondo seus organismos de base e de direção, atuando no Movimento Estudantil, promovendo panfletagens, montando aparelhos, etc.,. Apura-se também o roubo de um mimeógrafo na Escola de Agronomia do Nordeste, roubo de um carro e tentativa de assalto à Souza Cruz.

650

Os réus são acusados especificamente, neste processo, de terem assaltado, como membros do MR-8, um posto de gasolina Shell, no Flamengo, Rio de Janeiro, em 4/10/70.

651

Os réus são acusados especificamente, neste processo, de terem assaltado, como membros da ALN, o destacamento policial do Parque Proletário Nova Holanda, no Rio de Janeiro, dia 3/1/72, rendendo os policiais (um deles baleado), subtraindo-lhe as armas e afixando cartazes de propaganda revolucionária, ao mesmo tempo que fizeram os soldados vestirem macacão com homenagens a Marighella.

652

Os réus são acusados de integrarem a rede de apoio do MR-8 no Rio de Janeiro, entre 1969 e 1971, cooperando no levantamento de um supermercado, contribuindo financeiramente, hospedando e levando em viagem militante do MR-8 perseguido pela polícia, etc . Apura-se também o envolvivimento de alguns réus em agitações estudantis.

653

Os réus são acusados de integrar o Comitê Regional do PC do B no Rio Grande do Sul, estruturando um Setor de Imprensa, divulgando o jornal "Classe Operária" e produzindo "O Proletário", contribuindo financeiramente, montando uma célula estudantil e se implantando no interior etc. Alguns são acusados de pertencer ao PC do B há muitos anos, mas o grosso das atividades apuradas situa-se entre 1969 e 1970.

654

Os réus são apontados como membros da AP em Belo Horizonte, no ano de 1971, e acusados basicamente de guardar grande quantidade de livros e textos comunistas, recebidos de outros militantes da AP, assim como a guarda de um mimeógrafo.

655

Os réus são processados por transação de uma arma privativa das Forças Armadas que foi apreendida com um dirigente da VPR no Rio Grande do Sul, em 1970.

656

Processo contra um advogado que ministrou aulas sobre guerra psicológica e propaganda subliminar a um grupo de militantes da ALN no Ceará, em 1970, convidado por uma amiga que é co-ré no processo, foragida.

657

Os réus teriam sido presos em flagrante, em 30/4/68, nos portões da Siderúrgica Mannesman, em Belo Horizonte, incitando à greve e à luta de classes. Os panfletos são assinados pelo POC, segundo o Auto de Prisão em flagrante, mas a denúncia registra equivocadamente como PCB.

658

Os réus são acusados de pertencerem ao PCB, constituindo uma base em Sapucaia do Sul (RS) entre 1971 e 1972. Apuram-se reuniões clandestinas, leitura do jornal "Voz Operária" e uma panfletagem na Siderúrgica Rio-grandense.

659

Os réus, membros da VPR, são acusados especificamente, neste processo, de terem assaltado a Garagem Gratidão, na Tijuca, Rio de Janeiro, em 6/1/71, em conjunto com membros do PCBR, não identificados, de onde levaram 4 autos e vários pares de placas.

660

Os réus são acusados especificamente, neste processo, de terem pichado ônibus e distribuído panfletos com propaganda do voto nulo, dia 15/10/70, em Fortaleza, ação que teriam praticado na qualidade de integrantes do PCBR.

661

Os 2 réus são processados por pertencerem à ALN, em São Paulo, e terem assaltado o Colégio Fernão Dias, dia 14/1/72, quando se realizava o exame vestibular do CESCEM. O réu preso confessa autoria também de várias expropriações de autos e placas.

662

Os réus são acusados de terem assaltado a Cooperativa Central dos Produtores de Leite -CPPL-, no Rio de Janeiro, dia 7/11/71, ou de terem cooperado para tal operação na qualidade de funcionários da firma. Os que assaltaram e os que trabalhavam na CPPL são apontados como membros da ALN.

663

Processo contra réus acusados de pertencerem à AP em São Paulo, em 1970 e 1971, e de agirem através de panfletagens em fábricas, atuação no Movimento Estudantil, formação de bases, impressão e distribuição de documentos políticos etc. Parte do processo foi desmembrada, tendo o nº **BMM** 605. Apuram-se várias reuniões, montagem de aparelhos, contribuição financeira, guarda de material, etc.

664

Os réus são acusados especificamente, neste processo, de serem membros da ALN e terem assaltado uma sentinela da Fábrica do Exército em Andaraí, Rio de Janeiro, dia 25/10/70, levando-lhe a metralhadora, ao mesmo tempo em que malogrou plano de assalto contra a outra sentinela. Consta que, na fuga, um dos participantes disparou acidentalmente, matando um companheiro de operação.

665

Os réus são acusados de integrarem a AP no Rio de Janeiro e em Volta Redonda, no ano de 1968. Apuram-se várias reuniões clandestinas, formação de células e composição dos órgãos dirigentes da AP, sua linha política, panfletagens e pichamentos em Volta Redonda, guarda de material, distribuição do jornal "Libertação" etc.

666

Os réus são acusados de pertencerem à AP, no Ceará, agindo entre 1970 e 1971 no âmbito do Movimento Estudantil, realizando reuniões clandestinas, aliciando novos elementos etc .

667

O réu é acusado de pertencer à ALN em Fortaleza, tendo feito treinamentos de tiro, expropriação de placas de auto, encontros clandestinos etc . Dedicou-se ao aprendizado de como abrir cofres e dispôs-se a aliciar colegas em seu trabalho como professor na Universidade do Ceará.

668

Os réus são acusados de ligação com o MOLIPO, em São Paulo, em 1972 , atuando na distribuição do jornal "Imprensa Popular", escrevendo artigos para o mesmo, hospedando militantes foragidos, guardando material e efetuando panfletagens.

669

Os réus são acusados de terem tentando assaltar, como membros da ALN, o Cine Ópera, no Botafogo, Rio de Janeiro, dia 27/4/69, sendo impedidos pela reação de um guarda de presídio, que terminou sendo baleado.

670

Os réus são acusados de pertencerem à ALN em São Paulo, executando várias ações armadas (execução de um comerciante na Moóca, assalto à Tinken, Empresa UTIL, Banco Português do Brasil da Loja Sears etc.) e aliciando estudantes na área da USP sob liderança de 2 estudantes, mortos na fase de inquérito: Alexandre Vannucchi Leme e Ronaldo Mouth Queiroz. Apuram-se também a formação de grupos de estudo e distribuição dos jornais "Venceremos" e "Ação".

671

Os réus são acusados de estruturarem e manterem a AP em funcionamento, em Juiz de Fora (MG), entre 1969 e 1971, formando bases universitárias, fazendo grupos de estudo, reunindo-se clandestinamente, estruturando um Setor Operário e um Setor Pequena Burguesia, efetuando panfletagens etc .

672

Os réus são acusados de pertencerem à VPR no Rio de Janeiro, em 1969 e 1970, compondo sua estrutura e órgãos dirigentes, reunindo-se clandestinamente, guardando material escrito subversivo e explosivos, planejando e executando ações armadas, montando aparelhos etc .

673

Os réus são acusados de pertencerem à VAR, no Rio de Janeiro, em 1971, agindo através do "Grupo de Jovens de Oswaldo Cruz" -GRUJOC-, que se reunia numa igreja de Oswaldo Cruz. Apuram-se várias reuniões, panfletagem em várias igrejas por ocasião do 7 de setembro, montagem de um curso de madureza para fazer doutrinação e planejamento de ações armadas, inclusive a tentativa de trocar o nome de uma rua (de um militar morto) por Carlos Lamarca.

674

Os réus são acusados de pertencerem ao PC do B no Espírito Santo, atuando entre 1969 e 1972, na formação de bases na capital e no interior, e compondo uma direção estadual. Apuram-se várias reuniões clandestinas, panfletagens, contribuição financeira, distribuição e reimpressão do jornal "Classe Operária", atuação no Movimento Estudantil etc .

675

Os réus são acusados de estarem reestruturando o PCB em Natal e no interior do Rio Grande do Norte, entre 1970 e 1972. Apuram-se 3 reuniões clandestinas realizadas em 1972 e o esquema de distribuição do jornal "Voz Operária".

676

Os réus são acusados de tentarem reestruturar o PCB em Brasília, entre 1969 e 1972, compondo seu órgão dirigente (Comitê Metropolitano) e três bases (Universidade, Bancários e Câmara dos Deputados). Apuram-se várias reuniões, estruturação de um esquema de finanças, distribuição de "Voz Operária" etc .

677

Os réus são acusados de pertencerem ao PCB, tendo estruturado e mantido em funcionamento seu Comitê Municipal de Feira de Santana entre 1968 e

1973. Apuram-se várias reuniões clandestinas, distribuição de "Voz Operária" e "Forja", arrecadação financeira, aliciamento, atuação no movimento sindical, no MDB etc .

678

Os réus são acusados de pertencerem à ALN, atuando em São Paulo e Santos, entre 1972 e 1974, efetuando levantamentos, montando aparelhos, fazendo treinamentos de tiro, guardando material, distribuindo "O Guerrilheiro" e "Venceremos" etc .

679

Os réus são acusados de pertencerem à ALN, no Rio de Janeiro, entre 1969 e 1970, montando aparelho, guardando material, hospedando militantes perseguidos etc . Dois dos réus são acusados também de assalto à agência Leblon do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, em 24/7/70.

680

Os réus são acusados especificamente, neste processo, de terem assaltado, como membros do MR-8, a Distribuidora de Comestíveis Disco, em Copacabana, Rio de Janeiro, dia 29/8/71, de onde levaram dinheiro e uma arma.

681

Os réus são acusados de ligação com a VPR em São Paulo, em 1969 e 1970, uns como militantes, outros como apoio. Apura-se hospedagem de militantes perseguidos, empréstimo de residência para reunião clandestina, levantamentos para ações armadas, assalto ao carro pagador "Brink's" na rua Estados Unidos, assaltos a banco e treinamento de guerrilha no Vale do Ribeira.

682

Os réus são acusados de pertencerem a 4 organizações distintas (ALA-ALN-AP-PORT) que agiam na Universidade de Brasília entre 1968 e 1970, liderando manifestações estudantis, fazendo panfletagens, organizando bases e fazendo reuniões clandestinas de cada organização, distribuindo seus documentos políticos e jornais oficiais, efetuando treinamento de tiro etc .

683

Os réus são acusados de pertencerem ao PCB em São Paulo, compondo organismos de direção e várias bases, inclusive uma de advogados. Apuram-se várias reuniões clandestinas, arrecadação financeira, distribuição de "Voz Operária", apoio a candidatos do MDB em 1972 e 1974, etc . No decorrer do inquérito foi morto o operário Manoel Fiel Filho, por "suicídio", na versão dos autos.

684

Os réus são acusados de pertencerem à AP, integrando seus organismos de direção em São Paulo e várias bases, até 1973. Apuram-se várias reuniões clandestinas, composição dos organismos, linha política e a cisão de 1972 que levou uma parte da AP ao PC do B, trabalho entre operários no ABC, deslocamento de quadros para outros Estados, contribuição financeira e montagem de aparelhos. Com os réus foi apreendida enorme quantidade de documentos políticos.

685

Os réus foram reconhecidos fotograficamente como autores do assalto à agência Lucas do Banco Comercial de Minas Gerais, em Parada de Lucas, Rio de Janeiro, dia 5/4/71. Nenhum dos réus foi ouvido no inquérito, embora um deles estivesse preso.

686

Processo contra um padre de Altinópolis (SP) por sermão proferido em missa dominical de 7/setembro/69, em que afirmou que o Brasil nunca foi independente, que o governo era responsável pela miséria reinante etc.

687

Os réus são acusados especificamente, neste processo, de terem planejado, levantado e executado assalto, como membros da Corrente, contra o Armazem São Vicente, em Contagem (MG), dia 14/12/68, de onde levaram dinheiro.

688

Os réus são acusados de reestruturarem a AP no Rio de Janeiro, em 1970, constituindo uma direção provisória e uma Comissão Estudantil Nacional, agindo nas faculdades e no meio secundarista, fazendo proselitismo, reuniões clandestinas, panfletagem, propaganda do voto nulo, distribuindo documentos políticos da AP, pregando a luta armada etc.

689

Os réus foram presos no início de 1970 como membros do PCBR, no Rio de Janeiro. Suas atividades consistiam em tarefas de apoio, levantamentos para panfletagens, encontros de rua, guarda de material, atuando no movimento estudantil, leitura dos documentos do PCBR etc.

690

Processo contra um professor e um estudante de Fortaleza (CE), que, participando de uma passeata estudantil de protesto contra a morte de Edson Luís, no Rio de Janeiro, conduziram uma bandeira do Vietnã e lideraram a depredação e tentativa de incêndio da USIS - Serviço de Informações e Relações Culturais dos Estados Unidos, dia 1/4/68.

691

Os réus são acusados de terem pertencido ao PORT, do qual se encontravam em vias de desligamento ao final de 1966, em Fortaleza, quando se efetuaram as prisões. Apuram-se várias reuniões clandestinas, produção e distribuição de textos comunistas, referências à composição da direção do PORT etc . A denúncia batiza o grupo com o título Vanguarda Revolucionária e Proletária do Ceará e do Brasil, mas na verdade isso é apenas o destinatário a que se dirige um documento.

692

Processo contra dezenas de suboficiais, sargentos, cabos e soldados da Marinha, e um civil, acusados de participarem da chamada "Revolta dos Sargentos", em Brasília, entre 11 e 12 de setembro de 1963, que teve como estopim a questão da elegibilidade dos sargentos. Apura-se a ocupação do Corpo de Fuzileiros Navais e outras unidades, invasão de arsenais, prisão de superiores e vários choques militares, com troca de tiros, sendo que num deles, contra soldados do Exército, houve morte.

693

Os réus são acusados de pertencerem ao PC do B em São Paulo, até 1973, compondo seu Comitê Regional, bases e setores especializados como o de imprensa. Apura-se a produção e distribuição de "A Classe Operária", inúmeras reuniões clandestinas, atuação no Movimento Estudantil, formação de bases no interior do Estado, montagem de aparelhos, contribuição financeira etc .

694

Processo contra militares da Base Aérea do Galeão, inclusive seu coronel comandante, por atividades "subversivas" na fase anterior ao Golpe Militar e por atividade de rebeldia e tentativa de resistência quando este se consumou. Apuram-se reuniões e pronunciamentos em apoio a líderes esquerdistas, incitação à indisciplina, deslocamentos no dia 19 de abril com planos de resistência ao golpe etc .

695

Processo contra 2 réus responsabilizados pela distribuição do jornal estudantil de Belo Horizonte "Liberdade", na área da Usiminas, em Ipatinga (MG), dia 4/10/67. Um foi preso quando estaria distribuindo o jornal e o outro é apontado como responsável pela edição do mesmo.

696

Os réus são acusados de pertencerem ao PC do B, no Ceará, agindo de 1968 até início de 1973 e compondo um Comitê Regional, um Comitê universitário, a base bancária, a base da Faculdade de Filosofia, a base da Escola de Engenharia e a da Escola de Arquitetura. Apuram-se reuniões clan-



destinas, aliciamento, distribuição de documentos, panfletos, boletins etc.

**697**

Processo contra um funcionário da Câmara Municipal de São Sebastião (SP) acusado de disparar contra o delegado de polícia local que pretendia, do réu, ouvir uma fita com gravação de uma sessão da Câmara. O réu também conseguiu abrir processo, na Justiça Comum, contra o delegado, por invasão de domicílio, abuso de autoridade, etc .

**698**

Apura atividades de um grupo de estudantes e operários oriundos do meio estudantil, que estruturavam a Liga Operária em São Paulo, especialmente no ABC. O processo teve início com a prisão de alguns dos réus em 28/4/77 durante panfletagem realizada no ABC como preparativo do 1º de Maio. Alguns dos réus são apontados como membros do MEP, que estaria atuando em conexão com a Liga Operária.

**699**

Os réus são acusados de liderarem a "subversão" no Sindicato Nacional dos Aeroviários, como dirigentes e ativistas, de setembro de 1961 ao Golpe de 1964. São acusados de ligação com o CGT, adesão a greves ilegais, apoio às Reformas de Base, reuniões com doutrinação comunista etc., especialmente no Rio de Janeiro.

**700**

Os réus são acusados de terem estruturado e mantido em funcionamento o MEP, no Rio de Janeiro, de 1975 até 1977. Apuram-se reuniões clandestinas, composição dos organismos do MEP, linha política, atuação no meio estudantil, Sindicato dos Engenheiros etc, e a distribuição do jornal "Nova Luta", da revista "Teoria e Prática" e dos documentos políticos do MEP.

**701**

Processo contra uma organização de nome RAN-Resistência Armada Nacional, que atuava basicamente no Rio de Janeiro e em Minas Gerais desde o final de 1969, editando o jornal "Independência ou Morte". Além da estruturação interna do grupo e reuniões realizadas, apuram-se alguns treinamentos e pequenas ações armadas no início de 73.

**702**

Processo contra apenas 3 réus, acusa especificamente o assalto que teriam realizado, na qualidade de militantes do PCR, contra a Padaria Passarinho, em Recife, no dia 4/8/73.

**703**

Processo contra um estudante e um engenheiro presos em São Paulo, em 10 de dezembro de 1969, quando estariam em atitude suspeita numa via pública, sendo encontrados documentos subversivos em poder de ambos. São acusados de militância na AP de São Paulo, para onde vieram após terem atuado no Movimento Estudantil de Minas Gerais e de Pernambuco, nos anos anteriores.

**704**

Processo contra uma senhora de 54 anos, mãe de dois militantes da ALN, que teria mantido vários contatos com essa organização, no Brasil e no exterior, tendo se utilizado de identidade falsa, até ser presa em 1974. Refere-se que a ré morou dois anos em Havana, cursando Enfermagem. O inquérito foi formado no DOPS paulista.

**705**

Os réus são acusados de atuarem, especialmente no ano de 1969, em Teresina (PI) e Timon (MA), elaborando manifestos e panfletos, fazendo reuniões etc. A denúncia, equivocadamente, aponta-os como ligados ao PCBR, mas os depoimentos do inquérito deixam claro que os réus tinham ligações com a AP e com o PCdoB.

**706**

Aborda as atividades de um pequeno grupo de ex-militantes da ALN de São Paulo, alguns deles expulsos dessa organização, que se articularam como um grupo independente, efetuando algumas ações armadas em 1971 e 1972 e mantendo contatos com remanescentes do MOLIPO, até 1973. O processo refere a participação de três dos réus numa tentativa de furto de auto, na qual reagiu a bala seu proprietário, o agente do DOI-CODI capitão PM Francisco Antonio Coutinho e Silva.

**707**

Este processo aborda, especificamente, o seqüestro de um "caravelle" da Cruzeiro do Sul, no dia 19 de janeiro de 1970, efetuado por um grupo da VAR-Palmares. O avião fazia a rota Montevideu-Rio de Janeiro e foi obrigado a desviar seu percurso para Havana.

QUADRO 8  
CLASSIFICAÇÃO GERAL DOS PROCESSOS

BNM	LOCAL	DATA	CLASSIFICAÇÃO
1	PE	1969	AP
2	DF	1971	AP + PRT
3	DF	1966	PC do B
4	RJ	1963	setor religioso
5	DF	1968	setor estudantil
6	RJ	1964	IPM-S
7	SP	1969	ALN
8	SP	1964	PORT
9	SP	1969	ALN
10	SP	1969	setor estudantil
11	SP	1970	PCBR
12	GO	1972	ALN
13	SP	1965	AP
14	DF	1971	AP + PRT
15	GO	1967	AP
16	DF	1969	DI-DF
17	RJ	1964	IPM-S
18	DF	1971	AP
19	SP	1963	setor militar
20	SP	1971	propaganda
21	SP	1972	PCB
22	RJ	1970	ALN
23	RJ	1964	organização sem identificação
24	MG	1967	MNR
25	RJ	1964	setor militar
26	SP	1975	PCB
27	RJ	1969	ALN
28	RJ	1964	setor militar
29	RJ	1968	ALN + COLINA
30	RJ	1969	VAR
31	RJ	1964	setor sindical
32	RJ	1964	setor sindical
33	RJ	1970	PCBR
34	RJ	1964	POLOP
35	DF	1975	PCB
36	RJ	1971	MR-8
37	SP	1968	setor estudantil
38	SP	1974	AP
39	DF	1972	PCB
40	SP	1972	PORT

BNM	LOCAL	DATA	CLASSIFICAÇÃO
41	BA	1971	AP + PC do B
42	SP	1970	VPR
43	SP	1976	PC do B
44	RJ	1969	ALN
45	RJ	1964	setor militar
46	RN	1964	IPM-S
47	RJ	1971	VPR
48	RJ	1964	setor militar
49	BA	1968	setor estudantil
50	PE	1964	setor sindical
51	RN	1972	PCR
52	BA	1971	MR-8
53	MG	1969	COLINA
54	MG	1971	AP
55	SP	1971	POC
56	RJ	1969	ALN
57	RJ	1971	VAR
58	SP	1970	ALN
59	BA	1973	PCB
60	RN	1973	setor político
61	BA	1970	AP
62	SC	1964	IPM-S
63	SP	1974	setor estudantil
64	RS	1964	IPM-S
65	SP	1969	FALN
66	RS	1970	FBT + FLN + MR-26 + M3G + VAR + VPR
67	SP	1970	VPR
68	SP	1972	ALN + MOLIPO
69	PR	1964	IPM-S
70	SP	1971	ALN
71	BA	1969	setor estudantil
72	SP	1971	AP
73	DF	1967	MR-21
74	RJ	1970	MR-8
75	RJ	1973	DVP
76	RJ	1970	MR-8
77	PE	1969	PCR
78	DF	1970	setor político
79	SP	1971	POLOP
80	RJ	1971	MR-8 + VAR

BNM	LOCAL	DATA	CLASSIFICAÇÃO
81	RJ	1972	ALN + VAR
82	CE	1972	setor sindical
83	RJ	1970	ALN + FLN
84	SP	1971	MRM
85	RS	1964	Grupos de 11
86	SC	1964	setor militar
87	SP	1974	ALN
88	SP	1973	MOLIPO
89	RJ	1968	propaganda
90	GO	1975	propaganda
91	BA	1970	PCBR
92	CE	1972	PCBR
93	RJ	1969	MR-8
94	RS	1970	FLN + M3G + VAR + VPR
95	SP	1970	VAR
96	PR	1971	AP
97	SP	1969	ALN
98	SP	1970	PRT
99	PA	1970	ALN
100	SP	1969	ALN
101	MG	1976	PCB
102	SP	1970	ALN
103	RJ	1971	VPR
104	SP	1968	setor sindical
105	SP	1969	ALN
106	SP	1970	VPR
107	PA	1969	propaganda
108	PA	1971	setor político
109	SE	1969	setor estudantil
110	RJ	1969	propaganda
111	RS	1971	propaganda
112	RJ	1969	MR-8
113	PA	1964	setor sindical
114	PE	1964	PORT
115	MG	1969	COLINA
116	RJ	1964	PCB
117	MG	1971	ALN
118	PE	1971	PCBR
119	MG	1970	ALA
120	PE	1964	PORT

BNM	LOCAL	DATA	CLASSIFICAÇÃO
121	PE	1970	ALN
122	MG	1964	setor sindical
123	RS	1969	MR-26
124	PE	1971	VAR
125	PR	1970	VAR
126	RJ	1969	MAR
127	RS	1970	setor sindical
128	SP	1969	propaganda
129	PE	1964	setor sindical
130	SP	1969	REDE
131	RJ	1964	Grupos de 11
132	MS	1965	MRP
133	MG	1964	setor político
134	PE	1964	propaganda
135	RJ	1964	IPM-S
136	MG	1970	setor religioso
137	RJ	1969	MEL
138	RJ	1964	setor militar
139	PR	1964	IPM-S
140	RJ	1963	setor militar
141	PE	1964	setor sindical
142	SP	1964	setor sindical
143	MG	1969	CORRENTE
144	SP	1964	setor sindical
145	MG	1964	setor sindical
146	RS	1970	VPR
147	MG	1970	POC
148	RJ	1969	propaganda
149	RJ	1964	setor militar
150	MG	1970	VAR
151	SC	1964	Grupos de 11
152	CE	1964	Grupos de 11
153	PA	1970	ALN
154	RJ	1971	jornalistas
155	RJ	1970	ALN
156	PE	1972	PCBR
157	GO	1972	PCB
158	MG	1969	COLINA
159	SP	1964	organização sem identificação
160	PE	1966	organização sem identificação

<u>BNM</u>	<u>LOCAL</u>	<u>DATA</u>	<u>CLASSIFICAÇÃO</u>
161	PA	1964	IPM-S
162	SP	1970	REDE
163	PR	1967	setor estudantil
164	CE	1964	setor militar
165	SP	1968	setor estudantil
166	RJ	1972	MR-8
167	RS	1964	Grupos de 11
168	CE	1970	ALN
169	PR	1971	AP
170	RN	1972	PCR
171	SP	1972	ALN
172	RJ	1971	ALN
173	SP	1967	setor sindical
174	SP	1972	ALN
175	PR	1970	PCBR
176	CE	1970	ALN
177	MG	1969	AP
178	RS	1970	MCR + VPR
179	PE	1970	PCBR
180	SP	1971	ALN + MR-8 + MRM + MRT + POC + REDE + VPR
181	MG	1973	RAN
182	PR	1970	POC
183	RJ	1970	VAR
184	DF	1969	ALN
185	PI	1964	Grupos de 11 + PCB
186	RJ	1970	VAR
187	RJ	1969	organização sem identificação
188	BA	1972	POLOP
189	SP	1973	MR-8 + VAR
190	RJ	1971	MR-8
191	RJ	1972	POLOP
192	BA	1971	MR-8
193	DF	1969	VAR
194	CE	1970	ALN
195	RJ	1969	COLINA
196	CE	1972	VAR
197	SP	1971	PRT
198	MG	1971	PC do B
199	BA	1973	PC do B
200	CE	1970	ALN

BNM	LOCAL	DATA	CLASSIFICAÇÃO
201	RJ	1972	POLOP
202	SP	1969	organização sem identificação
203	SP	1973	ALN
204	SP	1973	organização sem identificação
205	RJ	1969	AP
206	RJ	1969	PCB
207	SP	1964	setor sindical
208	RJ	1970	PORT
209	SP	1973	ALN/MOLIPO
210	RJ	1963	setor militar
211	RJ	1964	IPM-S
212	BA	1971	PCBR
213	BA	1973	MOLIPO + PC do B
214	SP	1973	CSR
215	MA	1969	AP
216	RS	1964	setor militar
217	MG	1970	propaganda
218	RS	1970	VAR
219	RS	1970	FBT
220	SC	1964	PCB
221	SP	1968	organização sem identificação
222	MG	1964	IPM-S
223	RN	1971	PCBR
224	SP	1972	PC do B
225	MG	1964	IPM-S
226	PE	1964	PCB
227	RJ	1969	MR-8
228	PE	1970	ALN
229	SP	1969	VPR
230	PE	1970	VAR
231	PR	1969	MR-26 /PCBR/FLN
232	SP	1970	VAR
233	RJ	1969	COLINA
234	PA	1969	AP
235	RJ	1969	jornalistas
236	AM	1967	organização sem identificação
237	RN	1964	IPM-S
238	PR	1964	IPM-S
239	MG	1964	setor sindical
240	PR	1964	IPM-S



BNM	LOCAL	DATA	CLASSIFICAÇÃO
241	RJ	1968	propaganda
242	MG	1969	propaganda
243	PR	1969	jornalistas
244	SP	1970	VPR
245	SC	1970	propaganda
246	GO	1969	propaganda
247	MG	1969	desacato
248	MG	1971	ALN
249	PR	1968	setor estudantil
250	PE	1964	setor sindical
251	PE	1968	PCR
252	SP	1971	ALN
253	RJ	1969	MR-8
254	SP	1972	FBT
255	SP	1964	PCB
256	RJ	1974	setor militar
257	CE	1964	PCB
258	RJ	1971	desacato
259	SP	1964	setor sindical
260	PR	1971	AP
261	SP	1964	setor sindical
262	SP	1964	setor sindical
263	RJ	1964	setor militar
264	RJ	1967	AP
265	RJ	1964	IPM-S
266	PE	1964	IPM-S
267	RJ	1970	setor estudantil
268	BA	1970	setor estudantil
269	MG	1969	ALA
270	SC	1970	jornalistas
271	BA	1970	VAR
272	PE	1970	PCBR
273	GO	1970	propaganda
274	MG	1964	setor sindical
275	PB	1964	setor militar
276	RJ	1964	setor militar
277	DF	1969	setor político
278	PB	1970	setor sindical
279	RJ	1964	PCB
280	RJ	1964	Grupos de 11

<u>BMM</u>	<u>LOCAL</u>	<u>DATA</u>	<u>CLASSIFICAÇÃO</u>
281	RS	1969	setor político
282	PR	1970	PCBR
283	SP	1964	setor sindical
284	RS	1964	setor militar
285	RJ	1967	setor militar
286	SP	1964	setor sindical
287	RS	1966	PCB
288	RS	1964	IPM-S
289	RJ	1970	PRT
290	RS	1964	setor político
291	RS	1968	setor estudantil
292	PR	1964	IPM-S
293	RJ	1972	ALN + PCBR + VAR
294	SP	1969	ALA
295	RJ	1969	MR-8
296	RJ	1969	MR-8
297	RJ	1964	IPM-S
298	SC	1964	IPM-S
299	SP	1969	PC do B
300	MG	1971	AP
301	RS	1969	AP
302	RJ	1962	setor sindical
303	RJ	1964	setor sindical
304	SP	1970	propaganda
305	SP	1970	setor estudantil
306	RJ	1971	organização sem identificação
307	BA	1969	setor estudantil
308	MG	1964	setor militar
309	RJ	1971	ALN
310	BA	1971	AP
311	RJ	1971	MR-8
312	PR	1964	setor político
313	GO	1969	organização sem identificação
314	MG	1964	PCB
315	PR	1964	IPM-S (incompleto)
316	RS	1966	PORT
317	RJ	1972	PCBR
318	RS	1969	setor sindical
319	RJ	1965	setor militar
320	RJ	1969	ALN

BNM	LOCAL	DATA	CLASSIFICAÇÃO
321	CE	1968	PC do B
322	GO	1969	setor estudantil
323	PE	1964	setor militar
324	SP	1970	setor estudantil
325	RS	1967	jornalistas
326	MG	1968	organização sem identificação
327	PE	1963	setor sindical
328	CE	1970	ALN
329	RN	1970	PCBR
330	PR	1964	setor militar
331	SP	1968	setor estudantil
332	SP	1971	PC do B
333	SP	1964	PCB
334	RJ	1966	PC do B
335	PE	1964	IPM-S
336	RJ	1969	MR-8
337	MG	1971	ALN
338	RJ	1968	setor sindical
339	PR	1970	propaganda
340	PI	1968	setor estudantil
341	SP	1971	PCB
342	RJ	1970	MR-8
343	CE	1970	ALN
344	SP	1968	propaganda
345	CE	1971	PCBR
346	RJ	1971	VAR
347	RJ	1970	PCB
348	RJ	1971	ALN
349	PI	1964	IPM-S
350	PE	1969	setor estudantil
351	DF	1971	VAR
352	PE	1972	ALN
353	SP	1971	POC
354	DF	1968	setor estudantil
355	RJ	1969	propaganda
356	ES	1970	PCB
357	RJ	1971	VPR
358	PE	1971	AP
359	RJ	1971	jornalistas
360	RS	1970	MCR + VPR

<b>BNM</b>	<b>LOCAL</b>	<b>DATA</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
361	RJ	1971	VPR
362	PE	1964	setor sindical
363	BA	1970	PC do B + PCBR
364	RJ	1971	VAR
365	SP	1970	REDE + VPR
366	RJ	1969	propaganda
367	BA	1971	AP
368	PR	1972	AP
369	RO	1970	jornalistas
370	PE	1971	VAR
371	BA	1969	propaganda
372	MG	1972	AP
373	SP	1971	UC
374	GO	1971	propaganda
375	CE	1969	PC do B
376	BA	1972	PC do B
377	RN	1970	desacato
378	BA	1969	propaganda
379	BA	1972	desacato
380	PE	1970	desacato
381	PR	1970	setor político
382	RJ	1964	IPM-S
383	SP	1973	PCB
384	RS	1971	POC
385	PR	1964	setor político
386	PR	1970	setor político
387	CE	1969	propaganda
388	BA	1964	setor militar
389	RN	1971	PCBR
390	PR	1964	setor estudantil
391	PR	1964	IPM-S
392	SP	1970	ALN
393	BA	1964	IPM-S
394	BA	1964	IPM-S
395	AM	1974	setor político
396	SC	1964	setor político
397	PR	1965	propaganda
398	PE	1965	PORT
399	SP	1972	desacato
400	RJ	1969	setor estudantil

BNM	LOCAL	DATA	CLASSIFICAÇÃO
401	MG	1968	setor estudantil
402	RS	1970	organização sem identificação
403	RS	1971	ALA
404	BA	1969	organização sem identificação
405	AM	1970	desacato
406	RS	1970	ALA
407	RJ	1974	TACAPE
408	GO	1968	setor estudantil
409	SP	1973	PCB
410	SP	1972	MOLIPO
411	RJ	1969	MR-8
412	GO	1970	VAR
413	RJ	1971	PCB
414	RJ	1969	MAR
415	SP	1969	PORT
416	RJ	1968	PC do B
417	DF	1972	jornalistas
418	PE	1973	PCR
419	SP	1975	PCB
420	RN	1972	setor estudantil
421	MG	1972	AP
422	SP	1975	desacato
423	RS	1975	AP + PC do B + VAR
424	SP	1968	setor sindical
425	CE	1972	FL NE
426	RJ	1976	setor político
427	SP	1975	propaganda
428	RJ	1970	VPR
429	MG	1968	setor estudantil
430	SP	1968	setor estudantil
431	BA	1970	setor político
432	RJ	1971	MR-8
433	ES	1970	PC do B
434	PB	1973	PCR
435	RJ	1971	VAR
436	SP	1969	ALA
437	RS	1964	IPM-S
438	RJ	1972	MR-8
439	RJ	1970	PC do B
440	SP	1968	setor estudantil

BNM	LOCAL	DATA	CLASSIFICAÇÃO
441	MG	1969	setor político
442	RJ	1964	setor sindical
443	MG	1969	desacato
444	RJ	1969	jornalistas
445	PE	1964	setor militar
446	SP	1969	setor estudantil
447	RS	1970	setor político
448	SP	1972	organização sem identificação
449	RJ	1969	jornalistas
450	RJ	1970	VPR
451	RJ	1971	setor sindical
452	MG	1969	desacato
453	RS	1969	setor religioso
454	SP	1970	POC
455	RJ	1969	PCB
456	RJ	1969	PCB + PCBR
457	RJ	1972	MR-8
458	SP	1973	MOLIPO
459	SP	1970	organização sem identificação
460	RJ	1967	AP
461	CE	1972	FL NE
462	SC	1969	desacato
463	PE	1971	desacato
464	PR	1970	desacato
465	RJ	1963	setor sindical
466	PE	1964	PCB
467	SP	1974	propaganda
468	RJ	1964	IPM-S
469	SP	1974	PC do B
470	RS	1969	setor religioso
471	PA	1964	setor militar
472	RJ	1964	setor militar
473	RJ	1969	PCB
474	SP	1964	PCB
475	RS	1973	desacato
476	SP	1970	PORT
477	RJ	1968	PCB
478	RS	1964	setor militar
479	RS	1970	VPR
480	SP	1970	desacato

BNM	LOCAL	DATA	CLASSIFICAÇÃO
481	RJ	1969	desacato
482	MG	1970	VAR
483	RJ	1969	MAR
484	SP	1968	setor estudantil
485	PB	1971	PCB
486	SP	1968	setor estudantil
487	DF	1969	PCB
488	SP	1966	PORT
489	SP	1967	setor estudantil
490	RJ	1970	ALN
491	SP	1978	VAR
492	RJ	1969	PCB
493	RJ	1964	setor militar
494	ES	1964	PCB
495	PR	1964	PCB
496	MG	1964	setor sindical
497	RJ	1964	Grupos de 11
498	RJ	1964	Grupos de 11
499	MG	1968	setor estudantil
500	ES	1964	Grupos de 11
501	RS	1966	setor militar
502	SP	1964	IPM-S
503	RS	1966	propaganda
504	RJ	1964	Grupos de 11
505	PR	1964	Grupos de 11
506	RJ	1964	setor militar
507	PE	1969	AP
508	RJ	1964	setor militar
509	RJ	1968	setor estudantil
510	SP	1969	AP
511	RJ	1964	setor militar
512	PR	1967	PCB
513	RS	1965	PCB
514	MG	1964	setor político
515	MG	1964	setor militar
516	SP	1969	setor estudantil
517	MG	1965	PCB
518	PE	1969	setor estudantil
519	RS	1969	setor político
520	RJ	1964	setor militar

BNM	LOCAL	DATA	CLASSIFICAÇÃO
521	DF	1972	PCB
522	RJ	1970	PCB
523	RJ	1970	VPR
524	RJ	1971	VPR
525	SP	1972	PCB
526	RJ	1973	PC do B
527	SP	1968	setor religioso
528	MG	1964	setor religioso
529	SP	1971	setor religioso
530	SP	1970	ALN
531	SP	1975	PCB
532	RJ	1972	PCB
533	RJ	1969	ALN
534	RS	1971	setor religioso
535	CE	1968	setor estudantil
536	SP	1971	PCB
537	RJ	1970	ALN
538	SP	1968	desacato
539	RJ	1971	VPR
540	CE	1969	PC do B
541	SP	1972	ALN
542	CE	1972	FL NE
543	GO	1970	propaganda
544	RJ	1970	ALN
545	RS	1972	jornalistas
546	PE	1971	PCR
547	CE	1971	setor estudantil
548	CE	1970	PCBR
549	BA	1973	AP
550	SP	1974	AP
551	PR	1975	PCB
552	RJ	1975	PCB
553	RJ	1968	setor político
554	SP	1969	PCB
555	CE	1971	propaganda
556	CE	1970	setor estudantil
557	MG	1974	AP
558	RJ	1972	MR-8
559	RJ	1972	PCBR + VAR + VPR
560	PR	1970	jornalistas



BNM	LOCAL	DATA	CLASSIFICAÇÃO
561	PB	1970	setor estudantil
562	RS	1964	IPM-S
563	RJ	1971	VAR
564	RO	1971	jornalistas
565	SP	1969	setor estudantil
566	CE	1970	ALN
567	RJ	1970	MR-8
568	SP	1975	PCB
569	RS	1969	setor militar
570	RJ	1970	ALN
571	MG	1971	PC do B
572	RJ	1972	PCB
573	CE	1969	PCB
574	SP	1967	propaganda
575	RJ	1970	PCB
576	RJ	1969	setor estudantil
577	MG	1970	PC do B
578	PB	1963	setor religioso
579	RJ	1967	PCB
580	RJ	1969	MR-8
581	RJ	1971	VPR
582	RJ	1970	ALN
583	RS	1970	setor religioso
584	SP	1969	VAR
585	RN	1971	setor religioso
586	SP	1969	setor estudantil
587	RJ	1971	VPR
588	RJ	1972	AP
589	RJ	1970	ALA
590	RN	1972	PCR
591	RJ	1970	ALN
592	SP	1964	PCB
593	MG	1969	CORRENTE
594	CE	1971	PCBR
595	MG	1968	setor religioso
596	SP	1971	AP
597	RJ	1969	ALN
598	RJ	1971	VPR
599	MG	1969	ALA
600	RS	1970	setor religioso

<b>BNM</b>	<b>LOCAL</b>	<b>DATA</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
601	PR	1970	MR-8
602	SP	1971	ALA
603	RJ	1969	MR-8
604	SP	1966	PCB
605	SP	1971	AP
606	SC	1964	IPM-S
607	RS	1970	setor político
608	PE	1972	ALN + FLNE
609	RJ	1970	PCB
610	SP	1968	setor estudantil
611	RJ	1970	VAR
612	BA	1970	PCBR
613	SP	1967	propaganda
614	RJ	1971	PC do B
615	AM	1971	jornalistas
616	PR	1971	jornalistas
617	CE	1970	ALN
618	SP	1970	PCB
619	RJ	1971	PCBR
620	BA	1971	AP
621	DF	1967	FAP
622	RJ	1970	ALN
623	DF	1966	setor estudantil
624	SP	1971	PCB
625	RJ	1970	MR-8
626	SP	1969	setor estudantil
627	DF	1972	PCB
628	MG	1964	IPM-S
629	PE	1970	FBT
630	SP	1968	setor estudantil
631	RJ	1969	ALN
632	PE	1970	PCBR
633	ES	1969	setor estudantil
634	SP	1974	AP
635	BA	1970	PCBR
636	SP	1969	organização sem identificação
637	SP	1968	setor político
638	RJ	1971	MR-8
639	RJ	1964	setor militar
640	RJ	1969	ALN

BNM	LOCAL	DATA	CLASSIFICAÇÃO
641	RN	1971	PCBR
642	PE	1973	PCR
643	SP	1975	PCB
644	PE	1973	PCB
645	RJ	1969	ALN + MR-8
646	CE	1971	ALN
647	RS	1970	organização sem identificação
648	SP	1969	setor estudantil
649	PB	1969	PCBR
650	RJ	1970	MR-8
651	RJ	1972	ALN
652	RJ	1971	MR-8
653	RS	1971	PC do B
654	MG	1972	AP
655	RS	1970	VPR
656	CE	1972	ALN
657	MG	1968	POC
658	RS	1972	PCB
659	RJ	1971	PCBR + VPR
660	CE	1971	PCBR
661	SP	1972	ALN
662	RJ	1971	ALN
663	SP	1971	AP
664	RJ	1970	ALN
665	RJ	1968	AP
666	CE	1971	AP
667	CE	1972	ALN
668	SP	1972	MOLIPO
669	RJ	1972	ALN
670	SP	1973	ALN
671	MG	1972	AP
672	RJ	1970	VPR
673	RJ	1971	VAR
674	ES	1972	PC do B
675	RN	1973	PCB
676	DF	1972	PCB
677	BA	1973	PCB
678	SP	1974	ALN
679	RJ	1970	ALN
680	RJ	1972	MR-8

BNM	LOCAL	DATA	CLASSIFICAÇÃO
681	SP	1970	VPR
682	DF	1970	ALA + ALN + AP + PORT
683	SP	1975	PCB
684	SP	1973	AP
685	RJ	1973	organização sem identificação
686	SP	1969	setor religioso
687	MG	1969	CORRENTE
688	RJ	1970	AP
689	RJ	1970	PCBR
690	CE	1968	setor estudantil
691	CE	1966	PORT
692	DF	1963	setor militar
693	SP	1973	PC do B
694	RJ	1964	setor militar
695	MG	1967	setor estudantil
696	CE	1973	PC do B
697	SP	1968	desacato
698	SP	1977	LIGA OPERÁRIA/MEP
699	RJ	1964	setor sindical
700	RJ	1977	MEP
701	RJ	1973	RAN
702	PE	1973	PCR
703	SP	1970	AP
704	SP	1970	ALN
705	CE	1969	AP/PC do B
706	SP	1973	ALN/MOLIPO
707	DF	1970	VAR

QUADRO 9

PROCESSOS QUANTO À SUA NATUREZA

NATUREZA	TOTAL DE PROCESSOS
organizações / partidos	446
setores	177
atividades	84

NORTE

NORDESTE

UF	NATUREZA	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978
AM	organizações / partidos						1											
	setores										1			1				
	atividades									1								
PA	organizações / partidos								1	2								
	setores			2							1							
	atividades			1					1									
RO	organizações / partidos																	
	setores									1	1							
	atividades																	
CE	organizações / partidos			2		1		1	4	9	5	7	1					
	setores			1				2		1	1	1						
	atividades								1		1							
MA	organizações / partidos								1									
	setores																	
	atividades																	
PE	organizações / partidos			4	1	1		1	3	7	5	4	3					
	setores		2	6					2									
	atividades			3						1	1							

UF	NATUREZA	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978
PB	organizações / partidos								1		1		1					
	setores		1	1						2								
	atividades																	
PI	organizações / partidos			1														
	setores							1										
	atividades			1														
RN	organizações / partidos									1	3	3	1					
	setores										1	1	1					
	atividades			2						1								
SE	organizações / partidos																	
	setores								1									
	atividades																	
BA	organizações / partidos								1	6	7	2	5					
	setores			1				1	2	2								
	atividades			2					2			1						
ES	organizações / partidos			2						2		1						
	setores								1									
	atividades																	

SUDESTE

UF	NATUREZA	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978
MG	organizações / partidos			1	1		1	2	9	6	7	4	1	1		1		
	setores			10			1	4	1	1								
	atividades			3					4	1								
RJ	organizações / partidos			9		1	3	4	33	35	31	16	4	1	1		1	
	setores	1	4	21	1		1	2	5	1	3			1		1		
	atividades			8				2	5		1							
SP	organizações / partidos			6	1	2		1	17	21	19	13	13	5	7	2		1
	setores		1	8			2	13	8	2	1			1				
	atividades			1			2	3	1	2	1	1		1	2			
PR	organizações / partidos			2			1		1	5	3	1			1			
	setores			4			1	1	1	3	1							
	atividades			7	1					2								
RS	organizações / partidos			2	1	2			2	12	3	1			1			
	setores			4		1	1	1	7	4	1	1						
	atividades			4		1					1		1					
SC	organizações / partidos			2														
	setores			2						1								
	atividades			3					1	1								

SUL



UF	NATUREZA	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978
DF	organizações / partidos					1	2		4	2	4	4			1			
	setores		1					3	1	1		1						
	atividades																	
GO	organizações / partidos						1		1	1		1						
	setores							1	1									
	atividades								1	2	1				1			
MS	organizações / partidos				1													
	setores											1						
	atividades																	
	organizações / partidos																	
	setores																	
	atividades																	
	organizações / partidos																	
	setores																	
	atividades																	

CENTRO-OESTE

QUADRO 11  
DISTRIBUIÇÃO CROMOLÓGICA E GEOGRÁFICA  
DOS PROCESSOS DE ORGANIZAÇÕES E DE  
PARTIDOS; ÍNDICE REMISSIVO

ORGANIZAÇÕES E/OU PARTIDOS	ANO	LOCAL	Nº BNM	
ALA	1969	MG	269, 599	
		SP	294, 436	
	1970	MG	119	
		RJ	589	
		RS	406	
	1971	RS	403	
		SP	602	
	ALN	1969	DF	184
			RJ	27, 44, 56, 320, 533, 597, 631, 640
1970		SP	7, 9, 97, 100, 105, 704	
		CE	168, 176, 194, 200, 328, 343, 566, 617, 646	
		PA	99, 153	
		PE	121, 228	
		RJ	22, 155, 490, 537, 544, 570, 582, 591, 622, 664, 679	
		SP	58, 102, 392, 530	
		1971	MG	117, 248, 337
RJ			172, 309, 348, 662	
SP			70, 252	
1972		CE	656, 667	
		GO	12	
		PE	352	
		RJ	651, 669	
	SP	171, 174, 541, 661		
1973	SP	203, 670		
1974	SP	87, 678		
AP	1965	SP	13	
	1967	GO	15	
		RJ	264, 460	
	1968	RJ	665	
	1969	MA	215	
		MG	177	
		PA	234	
PE		1, 507		

ORGANIZAÇÕES E/OU PARTIDOS	ANO	LOCAL	Nº BNM
AP	1969	RJ	205
		RS	301
		SP	510
	1970	BA	61
		RJ	688
		SP	703
	1971	BA	310, 367, 620
		CE	666
		DF	18
		MG	54, 300
		PE	358
		PR	96, 169, 260
		SP	72, 596, 605, 663
	1972	MG	372, 421, 654, 671
		PR	368
RJ		588	
1973	BA	549	
	SP	684	
1974	MG	557	
	SP	38, 550, 634	
COLINA	1969	MG	53, 115, 158
		RJ	195, 233
CORRENTE	1969	MG	143, 593, 687
CSR	1973	SP	214
DI-DF	1969	DF	16
DVP	1973	RJ	75
FALN	1969	SP	65
FAP	1967	DF	621
FBT	1970	PE	629
		RS	219
	1972	SP	254

ORGANIZAÇÕES E/OU PARTIDOS	ANO	LOCAL	Nº BNM
FLNE	1972	CE	425, 461, 542
GRUPOS DE 11	1964	CE	152
		ES	500
		PR	505
		RJ	131, 280, 497, 498, 504
		RS	85, 167
		SC	151
MAR	1969	RJ	126, 414, 483
MEL	1969	RJ	137
MEP	1977	RJ	700
MNR	1967	MG	24
MOLIPO	1972	SP	410, 668
	1973	SP	88, 458
MRM	1971	SP	84
MR-8 / DI-GB	1969	RJ	93, 112, 227, 253, 295, 296, 336, 411, 580, 603
		PR	601
	1970	RJ	74, 76, 342, 567, 625, 650
		BA	52, 192
	1971	RJ	36, 190, 311, 432, 638, 652
		RJ	166, 438, 457, 558, 680
MRP	1965	MS	132
MR-26	1969	RS	123
MR-21	1967	DF	73
PCB	1964	CE	257
		ES	494
		MG	314
		PE	226, 466
		PI	185

ORGANIZAÇÕES E/OU PARTIDOS	ANO	LOCAL	Nº BNM	
PCB	1964	PR	495	
		RJ	116, 279	
		SC	220	
		SP	255, 333, 474, 592	
	1965	MG	517	
		RS	513	
	1966	RS	287	
		SP	604	
	1967	PR	512	
		RJ	579	
	1968	RJ	477	
	1969	CE	573	
		DF	487	
		RJ	206, 455, 473, 492	
		SP	554	
	1970	ES	356	
		RJ	347, 522, 575, 609	
		SP	618	
	1971	PB	485	
		RJ	413	
		SP	341, 536, 624	
	1972	DF	39, 521, 627, 676	
		GO	157	
		RJ	532, 572	
		RS	658	
		SP	21, 525	
		1973	BA	59, 677
			PE	644
			RN	675
	SP		383, 409	
	1975	DF	35	
PR		551		
RJ		552		
SP		26, 419, 531, 568, 643, 683		
1976	MG	101		
PC do B	1966	DF	3	
		RJ	334	
	1968	CE	321	
		RJ	416	

ORGANIZAÇÕES E/OU PARTIDOS	ANO	LOCAL	Nº BNM
PC do B	1969	CE	375, 540
		SP	299
	1970	ES	433
		MG	577
		RJ	439
	1971	MG	198, 571
		RJ	614
		RS	653
		SP	332
	1972	BA	376
		ES	674
		SP	224
	1973	BA	199
		CE	696
RJ		526	
SP		693	
1974	SP	469	
1976	SP	43	
PCBR	1969	PB	649
	1970	BA	91, 612, 635
		CE	548
		PE	179, 272, 632
		PR	175, 282
		RJ	33, 689
		RN	329
		SP	11
	1971	BA	212
		CE	345, 594, 660
		PE	118
		RJ	619
		RN	223, 389, 641
	1972	CE	92
PE		156	
RJ		317	
PCR	1968	PE	251
	1969	PE	77
	1971	PE	546
	1972	RN	51, 170, 590

ORGANIZAÇÕES E/OU PARTIDOS	ANO	LOCAL	Nº BNM
PCR	1973	PB	434
		PE	418, 642, 702
POC	1968	MG	657
	1970	MG	147
		PR	182
		SP	454
	1971	RS	384
		SP	55, 353
POLOP	1964	RJ	34
	1971	SP	79
	1972	BA	188
		RJ	191, 201
PORT	1964	PE	114, 120
		SP	8
	1965	PE	398
	1966	CE	691
		RS	316
		SP	488
	1969	SP	415
	1970	RJ	208
		SP	476
	1972	SP	40
PRT	1970	RJ	289
		SP	98
	1971	SP	197
RAN	1973	MG	181
		RJ	701
REDE	1969	SP	130
	1970	SP	162
TACAPE	1974	RJ	407
UC	1971	SP	373

ORGANIZAÇÕES E/OU PARTIDOS	ANO	LOCAL	Nº BNM	
VAR	1969	DF	193	
		RJ	30	
		SP	584	
	1970	BA	271	
		DF	707	
		GO	412	
		MG	150, 482	
		PE	230	
		PR	125	
		RJ	183, 186, 611	
		RS	218	
		SP	95, 232	
	1971	DF	351	
		PE	124, 370	
		RJ	57, 346, 364, 435, 563, 673	
	1972	CE	196	
	1978	SP	491	
	VPR	1969	SP	229
		1970	RJ	428, 450, 523, 672
			RS	146, 479, 655
		SP	42, 67, 106, 244, 681	
1971		RJ	47, 103, 357, 361, 524, 539, 581, 587, 598	
1964		RJ	23	
		SP	159	
1966		PE	160	
1967		AM	236	
1968		MG	326	
		SP	221	
1969		BA	404	
		GO	313	
		RJ	187	
		SP	202, 636	
1970	RS	402, 647		
	SP	459		
1971	RJ	306		
1972	SP	448		



ORGANIZAÇÕES E/OU PARTIDOS	ANO	LOCAL	Nº BNM
ORGANIZAÇÕES SEM IDENTIFICAÇÃO	1973	RJ	685
		SP	204
ORGANIZAÇÕES COMBINADAS			
ALA + ALN + AP + PORT	1970	DF	682
ALN + COLINA	1968	RJ	29
ALN + FLN	1970	RJ	83
ALN + FLNE	1972	PE	608
ALN + MOLIPO	1972	SP	68
	1973	SP	209, 706
ALN + MR-8	1969	RJ	645
ALN + MR-8 + MRM + MRT + POC + REDE + VPR	1971	SP	180
ALN + PCBR + VAR	1972	RJ	293
ALN + VAR	1972	RJ	81
AP + PC do B	1969	PI	705
	1971	BA	41
AP + PC do B + VAR	1975	RS	423
AP + PRT	1971	DF	2, 14
FBT + FLN + MR-26+ M3G + VAR + VPR	1970	RS	66
FLN + M3G + VAR + VPR	1970	RS	94
GRUPOS DE 11 + PCB	1964	PI	185
L.O + MEP	1977	SP	698
MCR + VPR	1970	RS	178, 360
MOLIPO + PC do B	1973	BA	213
MR-8 + VAR	1971	RJ	80
	1973	SP	189
MR-26 + PCBR + FLN	1969	PR	231
PCB + PCBR	1969	RJ	456
PC do B + PCBR	1970	BA	363
PCBR + VAR + VPR	1972	RJ	559
PCBR + VPR	1971	RJ	659
REDE + VPR	1970	SP	365

QUADRO 12

DISTRIBUIÇÃO CRONOLÓGICA E GEOGRÁFICA  
DOS PROCESSOS POR SETORES

SETORES	ANO	LOCAL	Nº BNM	
ESTUDANTES	1964	PR	390	
		MG	695	
	1967	PR	163	
		SP	489	
		1968	BA	49
			CE	535, 690
			DF	5, 354, 623
			GO	408
			MG	401, 429, 499
			PI	340
			PR	249
			RJ	509
			RS	291
			SP	37, 165, 331, 430, 440, 484, 486, 610, 630
		1969	BA	71, 307
			ES	633
	GO		322	
	PE		350, 518	
	RJ		400, 576	
	SE		109	
	SP		10, 446, 516, 565, 586, 626, 648	
	1970	BA	268	
		CE	556	
		DF	78	
		PB	561	
		RJ	267	
		SP	305, 324	

SETORES	ANO	LOCAL	Nº BNM
JORNALISTAS	1971	CE	547
	1972	RN	420
	1974	SP	63
	1967	RS	325
	1969	PR	243
		RJ	235, 444, 449
	1970	PR	560
		RO	369
		SC	270
	1971	AM	615
		PR	616
		RJ	154, 359
		RO	564
	MILITARES	1972	DF
		RS	545
1963		DF	692
		RJ	140, 210
		SP	19
1964		BA	388
		CE	164
		MG	308, 515
		PA	471
		PB	275
		PE	323, 445
		PR	330
		RJ	25, 28, 45, 48, 138, 149, 263, 276, 476, 493, 506, 508, 511, 520, 639, 694
		RS	216, 284, 478
	SC	86	

SETORES	ANO	LOCAL,	Nº BNM
POLÍTICOS	1965	RJ	319
	1966	RS	501
	1967	RJ	285
	1969	RS	569
	1974	RJ	256
	1964	MG	133, 514
		PR	312, 385
		RS	290
		SC	396
	1968	SP	637
	1969	DF	277
		MG	441
		RS	281, 519
	1970	BA	431
		PR	381, 386
		RS	447, 607
	RELIGIOSOS	1971	PA
1973		RN	60
1974		AM	395
1976		RJ	426
1963		PB	578
		RJ	4
1964		MG	528
1968		MG	595
		SP	527
1969		RS	453, 470
	SP	686	
1970	MG	136	
	RS	583, 600	

SETORES	ANO	LOCAL	Nº BNM
SINDICALISTAS	1971	RN	585
		RS	534
		SP	529
	1972	MS	553
	1962	RJ	302
	1963	PE	129, 324
		RJ	465
	1964	MG	122, 145, 239, 274, 496
		PA	113
		PE	50, 141, 250, 362
		RJ	31, 32, 303, 442, 699
		SP	142, 144, 207, 259, 261, 262, 283, 286
	1967	SP	173
	1968	RJ	338
		SP	104, 424
	1969	RS	318
	1970	PB	278
	RS	127	
1971	RJ	451	
1972	CE	82	

QUADRO 13

DISTRIBUIÇÃO CRONOLÓGICA E GEOGRÁFICA  
DOS PROCESSOS POR ATIVIDADES

ATIVIDADES	ANO	LOCAL	Nº BNM		
CRITICA A AUTORIDADE	1968	SP	538, 697		
	1969	MG	247, 443, 452		
		RJ	481		
		SC	462		
		1970	AM	405	
	1970	PE	380		
		PR	464		
		RN	377		
	1971	SP	480		
		PE	463		
	1972	RJ	258		
		BA	379		
	1973	SP	399		
		RS	475		
	1975	SP	422		
	IPM-S	1964	BA	393, 394	
MG			222, 225, 628		
PA			161		
PE			266, 335		
PI			349		
PR			69, 139, 238, 240, 292, 315, 391		
RJ			6, 17, 135, 211, 265, 297, 382, 468		
RN			46, 237		
RS			64, 288, 437, 562		
SC			62, 298, 606		
SP			502		
PROPAGANDA			1964	PE	134
			1965	PR	397

ATIVIDADES	ANO	LOCAL	Nº BNM
	1966	RS	503
	1967	SP	574, 613
	1968	RJ	89, 241
		SP	344
	1969	BA	371, 378
		CE	387
		GO	246
		MG	242
		PA	107
		RJ	110, 148, 355, 366
		SP	128
	1970	GO	273, 543
		MG	217
		PR	339
		SC	245
		SP	304
	1971	CE	555
		GO	374
		RS	111
		SP	20
	1974	SP	467
	1975	GO	90
		SP	427

QUADRO 14  
DEPENDÊNCIAS DE INQUÉRITO

AMAZONAS

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
MANAUS	CENTRO DE INSTRUÇÃO DE GUERRA NA SELVA	1967	236
MANAUS	DPF	1970	405
MANAUS	DPF	1971	615
MANAUS	DPF	1974	395



BAHIA

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
SALVADOR	BASE AÉREA DE SALVADOR	1964	388
SALVADOR	DPF	1969	404
SALVADOR	DPF	1970	061
SALVADOR	DPF	1970	091
SALVADOR	DPF	1970	268
SALVADOR	DPF	1970	271
SALVADOR	DPF	1970	612
SALVADOR	DPF	1970	635
SALVADOR	DPF	1971	041
SALVADOR	DPF	1971	052
SALVADOR	DPF	1971	192
SALVADOR	DPF	1971	212
SALVADOR	DPF	1971	310
SALVADOR	DPF	1971	367
SALVADOR	DPF	1972	188
SALVADOR	DPF	1972	376
SALVADOR	DPF	1972	379
SALVADOR	DPF	1973	059

BAHIA

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
SALVADOR	DPF	1973	199
SALVADOR	DPF	1973	213
SALVADOR	DPF	1973	549
SALVADOR	DPF	1973	677
SALVADOR	QUARTEL GENERAL DA 6ª R.M.	1964	393
SALVADOR	QUARTEL GENERAL DA 6ª R.M.	1964	394
SALVADOR	QUARTEL GENERAL DA 6ª R.M.	1969	071
SALVADOR	QUARTEL GENERAL DA 6ª R.M.	1969	371
SALVADOR	QUARTEL GENERAL DA 6ª R.M.	1969	378
SALVADOR	DIVISÃO POLICIAL DA CAPITAL - SSP	1968	049
N/C	N/C	N/C	431
FEIRA DE SANTANA	35ª BATALHÃO DE INFANTARIA	1969	307
ILHÉUS	DPF	1970	363
ILHÉUS	DPF	1971	620

CEARÁ

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
FORTALEZA	BASE AÉREA DE FORTALEZA	1964	164
FORTALEZA	DOPS	1964	257
FORTALEZA	DPF	1968	321
FORTALEZA	DPF	1968	535
FORTALEZA	DPF	1968	690
FORTALEZA	DPF	1969	375
FORTALEZA	DPF	1969	387
FORTALEZA	DPF	1969	540
FORTALEZA	DPF	1969	573
FORTALEZA	DPF	1970	168
FORTALEZA	DPF	1970	176
FORTALEZA	DPF	1970	194
FORTALEZA	DPF	1970	200
FORTALEZA	DPF	1970	328
FORTALEZA	DPF	1970	343
FORTALEZA	DPF	1970	566
FORTALEZA	DPF	1970	617
FORTALEZA	DPF	1970	646

CEARÁ

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
FORTALEZA	DPF	1971	547
FORTALEZA	DPF	1971	555
FORTALEZA	DPF	1971	594
FORTALEZA	DPF	1971	666
FORTALEZA	DPF	1972	082
FORTALEZA	DPF	1972	092
FORTALEZA	DPF	1972	196
FORTALEZA	DPF	1972	425
FORTALEZA	DPF	1972	461
FORTALEZA	DPF	1972	542
FORTALEZA	DPF	1972	667
FORTALEZA	DPF	1973	696
FORTALEZA	DPF	N/C	656
FORTALEZA	QUARTEL GENERAL DA 10ª R.M.	1970	556
FORTALEZA	QUARTEL GENERAL DA 10ª R.M.	1971	345
FORTALEZA	QUARTEL GENERAL DA 10ª R.M.	1971	660
FORTALEZA	10º GRUPO DE ABUSES 105 MM	1966	691
FORTALEZA	23º BATALHÃO DE CAÇADORES	1970	548
CRATEÚS	4º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO	1964	152

DISTRITO FEDERAL

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
BRASÍLIA	BATALHÃO DA GUARDA PRESIDENCIAL	1966	003
BRASÍLIA	BATALHÃO DA GUARDA PRESIDENCIAL	1971	351
BRASÍLIA	BATALHÃO DE POLÍCIA DO EXÉRCITO	1967	073
BRASÍLIA	QG DO COMANDO MILITAR DE BRASÍLIA	1966	623
BRASÍLIA	CODI (QG DO COMANDO MILITAR DO PLANALTO)	1971	018
BRASÍLIA	QG DO COMANDO MILITAR DO PLANALTO	1972	417
BRASÍLIA	QG DO COMANDO MILITAR DO PLANALTO	1972	521
BRASÍLIA	QG DO COMANDO MILITAR DO PLANALTO	1972	676
BRASÍLIA	COMANDO NAVAL DE BRASÍLIA	1963	692
BRASÍLIA	COMISSÃO DE INVESTIGAÇÃO SUMÁRIA QG DA 11ª R.M.	1970	078
BRASÍLIA	DPF	1967	621
BRASÍLIA	DPF	1968	354
BRASÍLIA	DPF	1969	487
BRASÍLIA	DPF	1970	682
BRASÍLIA	DPF	1975	035
BRASÍLIA	DELEGACIA GERAL DE INVESTIGAÇÃO-SSP	1968	005
BRASÍLIA	PELOTÃO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL (PIC)	1969	184

DISTRITO FEDERAL

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
BRASÍLIA	QG DA 3ª BRIGADA DE INFANTARIA	1972	039
BRASÍLIA	QG DO COMANDO DA 6ª ZONA AÉREA	1969	277
BRASÍLIA	QUARTEL DO BATALHÃO DA GUARDA PRESIDENCIAL	1969	016
BRASÍLIA	1º REGIMENTO DE CAVALARIA GUAR DAS DRAGÕES DA INDEPENDÊNCIA	1971	002
BRASÍLIA	3ª.BRIGADA DE INFANTARIA	1969	193
BRASÍLIA	3ª.BRIGADA DE INFANTARIA	1972	627
BRASÍLIA	8º GRUPO DE ARTILHARIA ANTI-AÉREA	1971	014

ESPIRITO SANTO

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
VITÓRIA	3ª.CIRCUNSCRIÇÃO DE RECRUTAMENTO	1964	494
VITÓRIA	GUARNIÇÃO MILITAR (3.G.R.)	1964	500
VILA VELHA	3ª BATALHÃO DE CAÇADORES	1969	633
VILA VELHA	3ª BATALHÃO DE CAÇADORES	1970	356
VILA VELHA	3ª BATALHÃO DE CAÇADORES	1970	433
VILA VELHA	3ª BATALHÃO DE CAÇADORES	1972	674

GOIÁS

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
GOIÂNIA	DPF	1968	408
GOIÂNIA	DPF	1969	246
GOIÂNIA	DPF	1969	322
GOIÂNIA	DPF	1970	273
GOIÂNIA	DPF	1970	412
GOIÂNIA	DPF	1970	543
GOIÂNIA	DPF	1971	374
GOIÂNIA	DPF	1975	090
GOIÂNIA	10º BATALHÃO DE CAÇADORES	1967	015
GOIÂNIA	10º BATALHÃO DE CAÇADORES	1972	012
GOIÂNIA	10º BATALHÃO DE CAÇADORES	1972	157
IPAMERI	6º BATALHÃO DE CAÇADORES	1969	313

\*



MARANHÃO

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
SÃO LUÍS	QUARTEL GENERAL 27.C. SERVIÇO MILITAR	1969	215

MATO GROSSO DO SUL

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
CAMPO GRANDE	10º GRUPO DE CANHÕES 75 AUTO REBIRADO	1965	132

MINAS GERAIS

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
BELO HORIZONTE	C.P.O.R.	1964	225
BELO HORIZONTE	C.P.O.R.	1964	314
BELO HORIZONTE	C.P.O.R.	1964	496
BELO HORIZONTE	C.P.O.R.	1964	515
BELO HORIZONTE	C.P.O.R.	1964	528
BELO HORIZONTE	C.P.O.R.	1965	517
BELO HORIZONTE	C.P.O.R.	1968	429
BELO HORIZONTE	C.P.O.R.	1969	053
BELO HORIZONTE	C.P.O.R.	1969	158
BELO HORIZONTE	COLÉGIO MILITAR DE BELO HORIZONTE	1968	595
BELO HORIZONTE	DOPS	1971	054
BELO HORIZONTE	DOPS	1971	198
BELO HORIZONTE	DOPS	1971	248
BELO HORIZONTE	DOPS	1971	300
BELO HORIZONTE	DOPS	1971	571
BELO HORIZONTE	DOPS	1972	654
BELO HORIZONTE	DPF	1976	101
BELO HORIZONTE	D.V.S.	1968	401
BELO HORIZONTE	D.V.S.	1968	499

MINAS GERAIS

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
BELO HORIZONTE	D.V.S.	1968	657
BELO HORIZONTE	D.V.S.	1969	115
BELO HORIZONTE	D.V.S.	1969	269
BELO HORIZONTE	ESCRITÓRIO CENTRAL DA ESTRADA DE FERRO BAHIA E MINAS	1964	274
BELO HORIZONTE	INFANTARIA DIVISIONÁRIA/4	1970	482
BELO HORIZONTE	QUARTEL DO COLÉGIO MILITAR	1970	147
BELO HORIZONTE	QUARTEL GENERAL 4/R.M. 4/DI	1964	628
BELO HORIZONTE	QUARTEL GENERAL DA ID/4	1970	119
BELO HORIZONTE	QUARTEL GENERAL DA ID/4	1970	136
BELO HORIZONTE	QUARTEL GENERAL DA ID/4	1971	117
BELO HORIZONTE	QUARTEL GENERAL DA ID/4	1971	337
BELO HORIZONTE	QUARTEL GENERAL DA POLÍCIA MILITAR	1964	145
BELO HORIZONTE	QUARTEL DO 12º REGIMENTO DE INFANTARIA	1964	308
BELO HORIZONTE	12º REGIMENTO DE INFANTARIA	1964	514
BELO HORIZONTE	12º REGIMENTO DE INFANTARIA	1969	143
BELO HORIZONTE	12º REGIMENTO DE INFANTARIA	1969	177

MINAS GERAIS

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
BELO HORIZONTE	12º REGIMENTO DE INFANTARIA	1969	593
BELO HORIZONTE	12º REGIMENTO DE INFANTARIA	1969	687
BELO HORIZONTE	12º REGIMENTO DE INFANTARIA	1970	150
BELO HORIZONTE	12º REGIMENTO DE INFANTARIA	1972	372
BELO HORIZONTE	12º REGIMENTO DE INFANTARIA	1974	557
BELO HORIZONTE	4ª. BRIGADA DE INFANTARIA	1972	421
BRASÍLIA DE MINAS	DELEGACIA DE POLÍCIA	1964	222
CANDEIAS	DELEGACIA ESPECIAL DE POLÍCIA	1964	133
INHAPIM	DELEGACIA ESPECIAL DE POLÍCIA	1969	242
IPATINGA	CONTINGENTE POLICIAL MILITAR	1967	695
JUIZ DE FORA	QG DA 4ª. RM e 4ª. DIV. INF.	1970	217
JUIZ DE FORA	QUARTEL GENERAL DA 4ª. RM e 4ª. D.I.	1968	326
JUIZ DE FORA	QUARTEL GENERAL DA 4ª. RM e 4ª. D.I.	1970	577
JUIZ DE FORA	QUARTEL DO COMANDO DA 4ª R.M/D.I.	1973	181
JUIZ DE FORA	QUARTEL GENERAL REGIONAL	1964	239
JUIZ DE FORA	QUARTEL GENERAL REGIONAL DA 4ª. R.M.	1964	122

MINAS GERAIS

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
JUIZ DE FORA	QUARTEL GENERAL DA 4ª. R.M.	1967	024
JUIZ DE FORA	QUARTEL GENERAL DA 4ª. R.M.	1972	671
POÇOS DE CALDAS	QUARTEL DO CONTINGENTE POLICIAL MILITAR	1969	441
RAUL SOARES	DELEGACIA DE POLÍCIA	1969	447
SILVINÓPOLIS	DELEGACIA DE POLÍCIA	1969	247
UBERLÂNDIA	36ª BATALHÃO DE INFANTARIA	1969	452
UBERLÂNDIA	36ª BATALHÃO DE INFANTARIA	1969	599

PARÁ

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
BELEM	COMANDO DO QUARTO DISTRITO NAVAL	1964	113
BELEM	DPF	1969	107
BELEM	DPF	1970	099
BELEM	DPF	1971	108
BELEM	QUARTEL GENERAL DA 1ª ZONA AÉREA	1969	234
BELEM	Q.G. DO COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA	1964	161
BELEM	2ª. SECÇÃO DO ESTADO MAIOR DA 2ª. ZONA AÉREA	1964	471
BELEM	2º BATALHÃO DE INFANTARIA DA SELVA	1970	153

PARAÍBA

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
JOÃO PESSOA	DOPS	1970	561
JOÃO PESSOA	DPF	1969	649
JOÃO PESSOA	DPF	1970	278
JOÃO PESSOA	DPF	1971	485
JOÃO PESSOA	DPF	1973	434
JOÃO PESSOA	QUARTEL DO 1º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA	1964	275
JOÃO PESSOA	1º.GRUPAMENTO DE ENGENHARIA	1963	578



PARANÁ

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
CURITIBA	C.P.O.R.	1964	390
CURITIBA	C.P.O.R.	1964	391
CURITIBA	C.P.O.R.	1967	512
CURITIBA	DOPS	1964	292
CURITIBA	DOPS	1975	551
CURITIBA	DPF	1967	163
CURITIBA	DPF	1968	249
CURITIBA	DPF	1969	231
CURITIBA	DPF	1969	243
CURITIBA	DPF	1970	386
CURITIBA	DPF	1970	560
CURITIBA	DPF	1970	601
CURITIBA	DPF	1971	096
CURITIBA	DPF	1971	169
CURITIBA	DPF	1971	260
CURITIBA	DPF	1972	368
CURITIBA	QUARTEL GENERAL DA 5ª.R.M.	1964	139
CURITIBA	QUARTEL GENERAL DA 5ª.R.M.	1964	495

PARANÁ

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
CURITIBA	QUARTEL GENERAL DA 5ª.R.M.	1965	397
CURITIBA	5ª.COMPANHIA DE POLÍCIA DO EXÉRCITO	1970	175
CURITIBA	5ª.COMPANHIA DE POLÍCIA DO EXÉRCITO	1970	182
ANDIRÁ	DELEGACIA DE POLÍCIA	1964	238
APUCARANA	4ª.COMPANHIA DE INFANTARIA	1970	282
FOZ DE IGUAÇU	1ª BATALHÃO DE FRONTEIRA	1970	125
JAGUAPITA	DELEGACIA DE POLÍCIA	1964	240
LONDRINA	DPF	1970	381
LONDRINA	QUARTEL GENERAL 5ª.R.M.	1964	315
MARINGÁ	DELEGACIA ESPECIAL DE POLÍCIA	1964	069
PARANAVAI	DELEGACIA DE POLÍCIA	1964	312
PITANGA	9ª,DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA	1964	505
PONTA GROSSA	QUARTEL 1/13 REGIMEN TO DE INFANTARIA	1970	339
PONTA GROSSA	13ª REGIMENTO DE INFANTARIA	1964	330
SANTO ANTONIO DA PLATINA	DELEGACIA DE POLÍCIA	1964	385
TOLEDO	11ª,DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA	1971	616
URAI	DELEGACIA DE POLÍCIA	1970	464

PERNAMBUCO

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
RECIFE	C.P.O.R.	1964	250
RECIFE	COMANDO DO 3º DISTRITO NAVAL	1964	323
RECIFE	DOPS	1969	001
RECIFE	DOPS	1971	118
RECIFE	DOPS	1973	702
RECIFE	DELEGACIA DE SEGURANÇA NACIONAL	1969	077
RECIFE	D.S.S.	1969	507
RECIFE	D.S.S.	1970	121
RECIFE	D.S.S.	1970	179
RECIFE	D.S.S.	1970	228
RECIFE	D.S.S.	1970	230
RECIFE	D.S.S.	1970	272
RECIFE	D.S.S.	1971	124
RECIFE	D.S.S.	1971	358
RECIFE	D.S.S.	1971	370
RECIFE	D.S.S.	1971	546
RECIFE	D.S.S.	1972	156
RECIFE	D.S.S.	1972	352
RECIFE	D.S.S.	1972	608

PERNAMBUCO

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
RECIFE	D.S.S.	1973	642
RECIFE	D.S.S.	1973	644
RECIFE	DELEGACIA AUXILIAR	1964	466
RECIFE	DELEGACIA AUXILIAR	1965	398
RECIFE	DELEGACIA DE COSTUMES	1970	632
RECIFE	DELEGACIA DE ORDEM ECONÔMICA	1970	629
RECIFE	DELEGACIA ESPECIAL	1969	518
RECIFE	DEPARTAMENTO DE INVESTIGAÇÃO-SSP	1968	251
RECIFE	ESTABELECIMENTO INTENDÊNCIA DA 2ª. ZONA AÉREA	1964	445
RECIFE	ESTABELECIMENTO REGIONAL MAT. INTENDÊNCIA	1969	350
RECIFE	PARQUE DA AERONÁUTICA DO RECIFE	1966	160
RECIFE	QUARTEL DA 2ª. COMPANHIA DE GUARDAS	1964	114
RECIFE	QUARTEL DO PARQUE DA AERONÁUTICA	1973	418
RECIFE	QUARTEL GENERAL DO IV EXÉRCITO	1964	266
ALIANÇA	COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO	1964	129
BARREIROS	DELEGACIA DE POLÍCIA	1963	327
BARREIROS	DELEGACIA DE POLÍCIA	1964	335
CONDADO	DELEGACIA DE POLÍCIA	1971	463

PERNAMBUCO

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
GARANHUNS	DELEGACIA DE POLÍCIA	1964	226
GOIÂNIA (MUNICÍPIO DE)	DELEGACIA DE POLÍCIA	1970	380
JABOATÃO	DELEGACIA DE POLÍCIA	1964	120
SIRINHAEM	DELEGACIA DE POLÍCIA	1964	050
TAMBÉ	DELEGACIA DE POLÍCIA	1964	362
TIMBAUBA	DELEGACIA DE POLÍCIA	1964	134
TIMBAUBA	DELEGACIA DE POLÍCIA	1964	141

PIAUI

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
TERESINA	DOPS	1968	340
TERESINA	DOPS	1969	705
TERESINA	GUARNIÇÃO FEDERAL DE TERESINA	1964	349
TERESINA	25ª BATALHÃO DE CAÇADORES	1964	185

RIO DE JANEIRO

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
RIO DE JANEIRO	ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO	1964	031
RIO DE JANEIRO	ARSENAL DA MARINHA	1964	045
RIO DE JANEIRO	BATALHÃO DE MANUTENÇÃO DA DIVISÃO BLINDADA	1968	665
RIO DE JANEIRO	BATALHÃO DE MANUTENÇÃO DA DIVISÃO BLINDADA	1971	652
RIO DE JANEIRO	BASE AÉREA DE SANTA CRUZ	1971	306
RIO DE JANEIRO	BASE AÉREA DO GALEÃO	1970	537
RIO DE JANEIRO	BORDO DO AVISO OCEÂNICO "BAURU"	1964	138
RIO DE JANEIRO	BORDO DO CONTRA-TORPE DEIRO PERNAMBUCO	1964	506
RIO DE JANEIRO	BORDO DO CRUZADOR TAMANDARÉ	1964	639
RIO DE JANEIRO	BORDO NAVIO-ESCOLA CUSTÓDIO DE MELO	1964	508
RIO DE JANEIRO	CENIMAR	1964	034
RIO DE JANEIRO	CISA	1970	183
RIO DE JANEIRO	COMANDO DA BASE AÉREA DO GALEÃO	1970	155
RIO DE JANEIRO	COMANDO DA FORÇA DA TRANSPORTES DA MARINHA	1963	210
RIO DE JANEIRO	COMANDO DA 2ª.BRIGADA DE INFANTARIA	1972	532

RIO DE JANEIRO

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
RIO DE JANEIRO	COMANDO DA 3ª.ZONA AÉREA	1970	611
RIO DE JANEIRO	COMANDO DA 3ª.ZONA AÉREA	1971	258
RIO DE JANEIRO	COMANDO DO I DISTRITO NAVAL	1969	206
RIO DE JANEIRO	COMANDO DO I DISTRITO NAVAL	1969	473
RIO DE JANEIRO	COMANDO DO I DISTRITO NAVAL	1969	492
RIO DE JANEIRO	COMANDO DO I DISTRITO NAVAL	1970	347
RIO DE JANEIRO	COMANDO DO I DISTRITO NAVAL	1970	609
RIO DE JANEIRO	COMANDO DO I DISTRITO NAVAL	1970	679
RIO DE JANEIRO	COMANDO DO I DISTRITO NAVAL	1970	688
RIO DE JANEIRO	COMANDO DO I DISTRITO NAVAL	1971	413
RIO DE JANEIRO	COMANDO DO I DISTRITO NAVAL	1974	407
RIO DE JANEIRO	COMPANHIA DE COMANDO DO I EXÉRCITO	1973	526
RIO DE JANEIRO	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO	1964	032
RIO DE JANEIRO	CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS ILHA DAS COBRAS	1970	589
RIO DE JANEIRO	DOPS	1967	579
RIO DE JANEIRO	DOPS	1968	241
RIO DE JANEIRO	DOPS	1968	336



RIO DE JANEIRO

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
RIO DE JANEIRO	DOPS	1968	416
RIO DE JANEIRO	DOPS	1968	509
RIO DE JANEIRO	DOPS	1969	110
RIO DE JANEIRO	DOPS	1969	112
RIO DE JANEIRO	DOPS	1969	253
RIO DE JANEIRO	DOPS	1969	355
RIO DE JANEIRO	DOPS	1969	366
RIO DE JANEIRO	DOPS	1969	640
RIO DE JANEIRO	DOPS	1970	074
RIO DE JANEIRO	DOPS	1970	076
RIO DE JANEIRO	DOPS	1970	208
RIO DE JANEIRO	DOPS	1970	428
RIO DE JANEIRO	DOPS	1970	523
RIO DE JANEIRO	DOPS	1970	625
RIO DE JANEIRO	DOPS	1970	650
RIO DE JANEIRO	DOPS	1970	672
RIO DE JANEIRO	DOPS	1970	689
RIO DE JANEIRO	DOPS	1971	036

RIO DE JANEIRO

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
RIO DE JANEIRO	DOPS	1971	080
RIO DE JANEIRO	DOPS	1971	103
RIO DE JANEIRO	DOPS	1971	309
RIO DE JANEIRO	DOPS	1971	346
RIO DE JANEIRO	DOPS	1971	359
RIO DE JANEIRO	DOPS	1971	432
RIO DE JANEIRO	DOPS	1971	524
RIO DE JANEIRO	DOPS	1971	539
RIO DE JANEIRO	DOPS	1971	581
RIO DE JANEIRO	DOPS	1971	587
RIO DE JANEIRO	DOPS	1971	614
RIO DE JANEIRO	DOPS	1971	638
RIO DE JANEIRO	DOPS	1971	659
RIO DE JANEIRO	DOPS	1971	662
RIO DE JANEIRO	DOPS	1971	673
RIO DE JANEIRO	DOPS	1972	166
RIO DE JANEIRO	DOPS	1972	293
RIO DE JANEIRO	DOPS	1972	457
RIO DE JANEIRO	DOPS	1972	558

RIO DE JANEIRO

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
RIO DE JANEIRO	DOPS	1972	559
RIO DE JANEIRO	DOPS	1972	588
RIO DE JANEIRO	DOPS	1972	669
RIO DE JANEIRO	DOPS	1972	680
RIO DE JANEIRO	DOPS	1973	685
RIO DE JANEIRO	DOPS	1976	426
RIO DE JANEIRO	DOPS	1977	700
RIO DE JANEIRO	DOPS	N/C	450
RIO DE JANEIRO	DPF	1967	264
RIO DE JANEIRO	DPF	1967	460
RIO DE JANEIRO	DPF	1968	029
RIO DE JANEIRO	DPF	1969	449
RIO DE JANEIRO	DPF	1970	267
RIO DE JANEIRO	DPF	1971	154
RIO DE JANEIRO	DPF	1971	451
RIO DE JANEIRO	CAMPO DE INSTRUÇÃO DE GERENCIAMENTO	1969	195
RIO DE JANEIRO	CAMPO DE INSTRUÇÃO DE GERENCIAMENTO	1969	233
RIO DE JANEIRO	DELEGACIA DE ROUBOS E FURTOS	1969	027

RIO DE JANEIRO

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
RIO DE JANEIRO	DELEGACIA DE ROUBOS E FURTOS	1969	044
RIO DE JANEIRO	DELEGACIA DE ROUBOS E FURTOS	1969	056
RIO DE JANEIRO	DELEGACIA DE ROUBOS E FURTOS	1969	126
RIO DE JANEIRO	DELEGACIA DE ROUBOS E FURTOS	1969	296
RIO DE JANEIRO	DELEGACIA DE ROUBOS E FURTOS	1969	320
RIO DE JANEIRO	DELEGACIA DE ROUBOS E FURTOS	1969	533
RIO DE JANEIRO	DELEGACIA DE ROUBOS E FURTOS	1969	580
RIO DE JANEIRO	DELEGACIA DE ROUBOS E FURTOS	1969	597
RIO DE JANEIRO	DELEGACIA DE ROUBOS E FURTOS	1969	603
RIO DE JANEIRO	DELEGACIA DE ROUBOS E FURTOS	1969	631
RIO DE JANEIRO	DELEGACIA DE ROUBOS E FURTOS	1970	083
RIO DE JANEIRO	DELEGACIA DE ROUBOS E FURTOS	1970	289
RIO DE JANEIRO	DELEGACIA DE ROUBOS E FURTOS	1970	342
RIO DE JANEIRO	DELEGACIA DE ROUBOS E FURTOS	1970	570
RIO DE JANEIRO	DELEGACIA DE ROUBOS E FURTOS	1970	591
RIO DE JANEIRO	DELEGACIA DE ROUBOS E FURTOS	1970	622
RIO DE JANEIRO	DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ROUBOS E FURTOS	1969	227
RIO DE JANEIRO	DEPARTAMENTO DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	1964	265

RIO DE JANEIRO

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
RIO DE JANEIRO	DESTACAMENTO ESPECIAL DE FUZILEIROS NAVAIS DA ILHA DAS FLORES	1969	295
RIO DE JANEIRO	DESTACAMENTO ESPECIAL DE FUZILEIROS NAVAIS DA ILHA DAS FLORES	1969	093
RIO DE JANEIRO	DESTACAMENTO ESPECIAL DE FUZILEIROS NAVAIS DA ILHA DAS FLORES	1969	205
RIO DE JANEIRO	DIRETORIA DE HIDROGRA FIA E NAVEGAÇÃO	1969	414
RIO DE JANEIRO	DIRETORIA DE INTENDÊN CIA DA MARINHA	1963	465
RIO DE JANEIRO	DIRETORIA DE ROTAS AÉREAS	1964	699
RIO DE JANEIRO	DIRETORIA-MATERIAL DE ENGENHARIA (E.B.)	1964	303
RIO DE JANEIRO	ESCOLA COMANDO-ESTADO MAIOR DA AERONÁUTICA	1969	400
RIO DE JANEIRO	ESCOLA DE COMANDO E ESTADO MAIOR DA AERONÁUTICA	1969	576
RIO DE JANEIRO	ESCOLA DE GUERRA NAVAL	1964	048
RIO DE JANEIRO	ESCOLA DE GUERRA NAVAL	1964	149
RIO DE JANEIRO	FABRICA DE ANDARAÍ (EXÉRCITO)	1970	664
RIO DE JANEIRO	FORTALEZA DE SÃO JOÃO E 2ª. G.A.COSTEIRO	1971	190
RIO DE JANEIRO	FORTALEZA DE SÃO JOÃO E 2ª. G.A. COSTEIRO	1971	357
RIO DE JANEIRO	FORTALEZA DE SÃO JOÃO E 2ª. G.A.COSTEIRA	1972	081

RIO DE JANEIRO

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
RIO DE JANEIRO	GABINETE DO MINISTRO DA AERONÁUTICA	1963	140
RIO DE JANEIRO	GABINETE DO MINISTRO DA AERONÁUTICA NÚCLEO DO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DA AERONÁUTICA (NSISA)	1970	707
RIO DE JANEIRO	GABINETE DO MINISTRO DA GUERRA	1963	004
RIO DE JANEIRO	GABINETE DO MINISTRO DA JUSTIÇA	1969	148
RIO DE JANEIRO	MINISTÉRIO DA MARINHA	1964	028
RIO DE JANEIRO	MINISTÉRIO DO EXÉRCITO	1969	483
RIO DE JANEIRO	QG ARTILHARIA COSTA DA 1ª.R.M.	1964	511
RIO DE JANEIRO	QG DO COMANDO DE TRANSPORTE AÉREO	1969	137
RIO DE JANEIRO	QG DO GRUPAMENTO DE UNIDADES - ESCOLA	1964	025
RIO DE JANEIRO	QUARTEL CENTRAL DO CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS	1964	263
RIO DE JANEIRO	QUARTEL DA BASE AÉREA DO GALEÃO	1964	694
RIO DE JANEIRO	QUARTEL DO COMANDO DO I EXÉRCITO	1972	438
RIO DE JANEIRO	QUARTEL DO GRUPO ESCOLA DE ARTILHARIA	1969	456
RIO DE JANEIRO	QUARTEL DO GRUPO ESCOLA DE ARTILHARIA	1970	439
RIO DE JANEIRO	QUARTEL DO REGIMENTO SAMPAIO	1964	472
RIO DE JANEIRO	QUARTEL DO REGIMENTO SAMPAIO	1971	311

RIO DE JANEIRO

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
RIO DE JANEIRO	QUARTEL DO 1º BATALHÃO DE GUARDAS	1972	201
RIO DE JANEIRO	QUARTEL DO 2º.G.A.COSTEIRA	1966	334
RIO DE JANEIRO	Q.2º GRUPO DE ARTILHARIA COSTEIRA E FORTALEZA DE SÃO JOÃO	1973	701
RIO DE JANEIRO	QUARTEL ESTABELECIMENTO CENTRAL DE TRANSPORTES	1967	285
RIO DE JANEIRO	QUARTEL GENERAL DA DIVISÃO BLINDADA	1969	645
RIO DE JANEIRO	QUARTEL GENERAL 1ª.DIVISÃO DE INFANTARIA	1971	598
RIO DE JANEIRO	QUARTEL GENERAL DA 1ª.R.M.	1969	235
RIO DE JANEIRO	QUARTEL GENERAL DO I EXÉRCITO	1969	444
RIO DE JANEIRO	QUARTEL GENERAL DO I EXÉRCITO	1970	022
RIO DE JANEIRO	QUARTEL GENERAL DO I EXÉRCITO	1970	364
RIO DE JANEIRO	QUARTEL GENERAL DO I EXÉRCITO	1971	057
RIO DE JANEIRO	QUARTEL GENERAL DO I EXÉRCITO	1971	172
RIO DE JANEIRO	QUARTEL GENERAL DO I EXÉRCITO	1972	191
RIO DE JANEIRO	REEMBOLSAVEL CENTRAL INTENDÊNCIA - FAB	1965	319
RIO DE JANEIRO	REGIMENTO ESCOLA DE CAVALARIA	1969	187
RIO DE JANEIRO	REGIMENRO ESCOLA DE INFANTARIA	1969	455
RIO DE JANEIRO	REGIMENTO FLORIANO (1.R.O.105)	1964	276

RIO DE JANEIRO

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
RIO DE JANEIRO	SECRETARIA GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL	1964	279
RIO DE JANEIRO	1ª. BRIGADA DE INFANTARIA	1971	047
RIO DE JANEIRO	1ª BATALHÃO DE ENGENHA RIA DE COMBATE	1964	256
RIO DE JANEIRO	1ª BATALHÃO DE GUARDAS	1972	572
RIO DE JANEIRO	1ª BATALHÃO DE POLÍCIA DO EXÉRCITO	1964	006
RIO DE JANEIRO	1ª BATALHÃO DE POLÍCIA DO EXÉRCITO	1964	023
RIO DE JANEIRO	1ª BATALHÃO DE POLÍCIA DO EXÉRCITO	1970	033
RIO DE JANEIRO	1ª BATALHÃO DE POLÍCIA DO EXÉRCITO	1970	186
RIO DE JANEIRO	1ª BATALHÃO DE POLÍCIA DO EXÉRCITO	1970	563
RIO DE JANEIRO	1ª. COMPANHIA DE POLÍCIA DO EXÉRCITO	1966	316
RIO DE JANEIRO	1ª. COMPANHIA DE POLÍCIA DO EXÉRCITO	1969	030
RIO DE JANEIRO	I DISTRITO NAVAL	1964	493
RIO DE JANEIRO	1ª GRUPO DE CANHÕES 90 ANTI-AÉREO	1971	361
RIO DE JANEIRO	1ª GRUPO DE CANHÕES AUTOMATIZ. ANTIAÉREOS	1972	317
RIO DE JANEIRO	2ª BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR	1969	411



RIO DE JANEIRO

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
RIO DE JANEIRO	2º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR	1970	544
RIO DE JANEIRO	2º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR	1970	567
RIO DE JANEIRO	2º BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADA	1970	490
RIO DE JANEIRO	2º BATALHÃO DE INFANTARIA MOTORIZADO	1973	075
RIO DE JANEIRO	3º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR	1970	592
RIO DE JANEIRO	3º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR	1971	348
RIO DE JANEIRO	3º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR	1971	435
RIO DE JANEIRO	8º GRUPO DE ARTILHARIA COSTEIRA MOTORIZADO	1971	619
RIO DE JANEIRO	10º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR	1972	651
ANGRA DOS REIS	COLÉGIO NAVAL	1964	442
BARRA MANSA	1º BATALHÃO DE INFANTARIA BLINDADA	1964	116
CACHOEIRA DE MACACU	DELEGACIA DE POLÍCIA	1964	017
CAMBUCI	DELEGACIA DE POLÍCIA	1964	280
CAMPOS	DELEGACIA DA 4ª REGIÃO POLICIAL	1964	504
CAMPOS	DELEGACIA DE POLÍCIA	1964	135
CARMO	DELEGACIA DE POLÍCIA	1964	131
DUQUE DE CAXIAS	1º GRUPO DE CANHÕES 90 ANTI- AÉREO	1968	338

RIO DE JANEIRO

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
MACAÉ	DELEGACIA DE POLÍCIA	1964	297
MAGÉ	DELEGACIA DE POLÍCIA	1962	302
MAGÉ	DELEGACIA DE POLÍCIA	1964	211
NILÓPOLIS	DELEGACIA DE POLÍCIA	1968	477
NITERÓI	DOPS	1964	468
NITERÓI	DOPS	1968	089
NITERÓI	DOPS	1970	522
NITERÓI	DOPS	1975	552
NITERÓI	GRUPAMENTO DE LESTE DA COSTEIRA 1ª.R.M.	1964	520
NITERÓI	SUB COMISSÃO DE INVESTIGAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1969	481
NOVA IGUAÇU	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA POLÍTICA	1970	575
SÃO PEDRO DA ALDEIA	DELEGACIA DE POLÍCIA	1964	498
TRÊS RIOS	DELEGACIA DE POLÍCIA	1964	382
VOLTA REDONDA	DELEGACIA DE POLÍCIA	1964	497

RIO GRANDE DO NORTE

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
NATAL	DPF	1971	389
NATAL	DPF	1971	585
NATAL	DPF	1972	051
NATAL	DPF	1972	170
NATAL	DPF	1972	420
NATAL	DPF	1972	590
NATAL	DPF	1973	060
NATAL	DPF	1973	675
NATAL	DOPS	1970	377
NATAL	DOPS	1971	223
NATAL	DOPS	1971	641
NATAL	QUARTEL DO 2/7 REGIMENTO DE OBUSES 105	1964	046
NATAL	QUARTEL DO 16º REGIMENTO DE INFANTARIA	1964	237
MOSSORÓ	COMANDO DO 2º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR	1970	329

RIO GRANDE DO SUL

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
CACHOEIRA DO SUL	3º GRUPO DE OBUSES 155 MM	1964	562
CACHOEIRINHA	DELEGACIA DE POLÍCIA	1970	447
CANOAS	QUARTEL GENERAL DA 5ª. ZONA AÉREA	1964	216
CRUZ ALTA	1/17 REGIMENTO DE INFANTARIA	1970	402
CRUZ ALTA	1/17 REGIMENTO DE INFANTARIA	1970	647
CRUZ ALTA	6º REGIMENTO DE OBUSES 105	1964	167
IJUI	7º GRUPO DE CANHÕES 75 AUTO REBOCADO	1964	085
IJUI	7º GRUPO DE CANHÕES 75 AUTO REBOCADO	1969	519
IJUI	7º GRUPO DE CANHÕES 75 AUTO REBOCADO	1970	146
SANTA BARBARA DO SUL	DELEGACIA DE POLÍCIA	1964	288
SANTA ROSA	DELEGACIA DE POLÍCIA	1973	475
SANTO ANGELO	2º BATALHÃO DE CARROS DE COMBATES LEVES	1969	281
SANTO ANGELO	2º BATALHÃO DE CARROS DE COMBATES LEVES	1970	607
SANTO ANGELO	2º BATALHÃO DE CARROS DE COMBATES LEVES	1970	655
SÃO LEOPOLDO	1/19 REGIMENTO DE INFANTARIA	1970	479

RIO GRANDE DO SUL

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
PORTO ALEGRE	QG DA 6ª.DIVISÃO DE INFANTARIA	1970	218
PORTO ALEGRE	QG DA 6ª.DIVISÃO DE INFANTARIA	1970	219
PORTO ALEGRE	QG DO 3º BATALHÃO POLICIAL	1964	284
PORTO ALEGRE	QUARTEL GENERAL DA 3ª.R.M.	1966	501
PORTO ALEGRE	QUARTEL GENERAL DO III EXÉRCITO	1964	478
PORTO ALEGRE	QUARTEL GENERAL DO III EXÉRCITO	1969	569
PORTO ALEGRE	QUARTEL GENERAL DO III EXÉRCITO	1970	127
PORTO ALEGRE	QUARTEL GENERAL DO III EXÉRCITO	1970	583
PORTO ALEGRE	1º BATALHÃO DO 18º REGI- MENTO DE INFANTARIA	1965	513
PORTO ALEGRE	2º REGIMENTO DE RECO- NHECIMENTO MECANIZADO	1969	123
PORTO ALEGRE	6º BATALHÃO DE EN- GENHARIA DE COMBATE	1964	437
N/C	N/C	N/C	325
N/C	N/C	N/C	545
ALEGRETE	6º REGIMENTO DE CAVALARIA	1966	503
BAGÉ	GRUPAMENTO LOGÍSTICO DA 3ª.BRI- GADA DE CAVALARIA MECANIZADA	1970	600
CACHOEIRA DO SUL	3º GRUPO DE OBUSES	1964	064

RIO GRANDE DO SUL

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
PORTO ALEGRE	COLÉGIO MILITAR DE PORTO ALEGRE	1964	290
PORTO ALEGRE	DOPS	1968	291
PORTO ALEGRE	DOPS	1969	318
PORTO ALEGRE	DOPS	1969	453
PORTO ALEGRE	DOPS	1970	066
PORTO ALEGRE	DOPS	1970	094
PORTO ALEGRE	DOPS	1970	178
PORTO ALEGRE	DOPS	1970	360
PORTO ALEGRE	DOPS	1970	406
PORTO ALEGRE	DOPS	1971	111
PORTO ALEGRE	DOPS	1971	384
PORTO ALEGRE	DOPS	1971	403
PORTO ALEGRE	DOPS	1971	534
PORTO ALEGRE	DOPS	1971	653
PORTO ALEGRE	DOPS	1972	658
PORTO ALEGRE	DOPS	1975	423
PORTO ALEGRE	DPF	1969	301
PORTO ALEGRE	QG DA BRIGADA MILITAR	1966	287

RONDÔNIA

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
PORTO VELHO	DPF	1970	369
PORTO VELHO	DPF	1971	564

SANTA CATARINA

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
FLORIANÓPOLIS	DPF		396
FLORIANÓPOLIS	DPF	1969	462
FLORIANÓPOLIS	4 <sup>a</sup> .COMPANHIA DE INFANTARIA	1970	270
FLORIANÓPOLIS	14 <sup>o</sup> BATALHÃO DE CAÇADORES	1964	151
FLORIANÓPOLIS	14 <sup>o</sup> BATALHÃO DE CAÇADORES	1964	606
BLUMENAU	23 <sup>o</sup> REGIMENTO DE INFANTARIA	1964	220
PORTO UNIÃO	5 <sup>o</sup> BATALHÃO DE ENGE NHARIA DE COMBATE	1964	298
PORTO UNIÃO	5 <sup>o</sup> BATALHÃO DE ENGE NHARIA DE COMBATE	1970	245
SÃO FRANCISCO DO SUL	DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS	1964	086
SÃO FRANCISCO DO SUL	1 <sup>a</sup> .BATERIA-5 GRUPO DE ARTI LHARIA COSTEIRA MOTORIZADA	1964	062



SÃO PAULO

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
SÃO PAULO	DOPS	1964	142
SÃO PAULO	DOPS	1964	144
SÃO PAULO	DOPS	1964	159
SÃO PAULO	DOPS	1964	255
SÃO PAULO	DOPS	1964	305
SÃO PAULO	DOPS	1964	592
SÃO PAULO	DOPS	1965	013
SÃO PAULO	DOPS	1966	604
SÃO PAULO	DOPS	1967	489
SÃO PAULO	DOPS	1967	574
SÃO PAULO	DOPS	1967	613
SÃO PAULO	DOPS	1968	037
SÃO PAULO	DOPS	1968	165
SÃO PAULO	DOPS	1968	221
SÃO PAULO	DOPS	1968	331
SÃO PAULO	DOPS	1968	486
SÃO PAULO	DOPS	1968	610
SÃO PAULO	DOPS	1969	007

SÃO PAULO

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
SÃO PAULO	DOPS	1969	009
SÃO PAULO	DOPS	1969	097
SÃO PAULO	DOPS	1969	100
SÃO PAULO	DOPS	1969	105
SÃO PAULO	DOPS	1969	128
SÃO PAULO	DOPS	1969	130
SÃO PAULO	DOPS	1969	202
SÃO PAULO	DOPS	1969	294
SÃO PAULO	DOPS	1969	299
SÃO PAULO	DOPS	1969	415
SÃO PAULO	DOPS	1969	436
SÃO PAULO	DOPS	1969	446
SÃO PAULO	DOPS	1969	470
SÃO PAULO	DOPS	1969	516
SÃO PAULO	DOPS	1969	554
SÃO PAULO	DOPS	1969	565
SÃO PAULO	DOPS	1969	584
SÃO PAULO	DOPS	1969	626

SÃO PAULO

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
SÃO PAULO	DOPS	1969	636
SÃO PAULO	DOPS	1969	637
SÃO PAULO	DOPS	1969	648
SÃO PAULO	DOPS	1969	703
SÃO PAULO	DOPS	1970	011
SÃO PAULO	DOPS	1970	042
SÃO PAULO	DOPS	1970	058
SÃO PAULO	DOPS	1970	095
SÃO PAULO	DOPS	1970	098
SÃO PAULO	DOPS	1970	102
SÃO PAULO	DOPS	1970	106
SÃO PAULO	DOPS	1970	162
SÃO PAULO	DOPS	1970	232
SÃO PAULO	DOPS	1970	324
SÃO PAULO	DOPS	1970	365
SÃO PAULO	DOPS	1970	392
SÃO PAULO	DOPS	1970	454
SÃO PAULO	DOPS	1970	459
SÃO PAULO	DOPS	1970	476

SÃO PAULO

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
SÃO PAULO	DOPS	1970	480
SÃO PAULO	DOPS	1970	530
SÃO PAULO	DOPS	1970	681
SÃO PAULO	DOPS	1971	020
SÃO PAULO	DOPS	1971	055
SÃO PAULO	DOPS	1971	070
SÃO PAULO	DOPS	1971	072
SÃO PAULO	DOPS	1971	079
SÃO PAULO	DOPS	1971	084
SÃO PAULO	DOPS	1971	180
SÃO PAULO	DOPS	1971	197
SÃO PAULO	DOPS	1971	252
SÃO PAULO	DOPS	1971	332
SÃO PAULO	DOPS	1971	341
SÃO PAULO	DOPS	1971	353
SÃO PAULO	DOPS	1971	373
SÃO PAULO	DOPS	1971	529
SÃO PAULO	DOPS	1971	536
SÃO PAULO	DOPS	1971	596

SÃO PAULO

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
SÃO PAULO	DOPS	1971	602
SÃO PAULO	DOPS	1971	605
SÃO PAULO	DOPS	1971	624
SÃO PAULO	DOPS	1971	663
SÃO PAULO	DOPS	1972	021
SÃO PAULO	DOPS	1972	040
SÃO PAULO	DOPS	1972	068
SÃO PAULO	DOPS	1972	171
SÃO PAULO	DOPS	1972	174
SÃO PAULO	DOPS	1972	224
SÃO PAULO	DOPS	1972	254
SÃO PAULO	DOPS	1972	410
SÃO PAULO	DOPS	1972	448
SÃO PAULO	DOPS	1972	525
SÃO PAULO	DOPS	1972	541
SÃO PAULO	DOPS	1972	661
SÃO PAULO	DOPS	1972	668
SÃO PAULO	DOPS	1973	088
SÃO PAULO	DOPS	1973	189

SÃO PAULO

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
SÃO PAULO	DOPS	1973	203
SÃO PAULO	DOPS	1973	204
SÃO PAULO	DOPS	1973	209
SÃO PAULO	DOPS	1973	383
SÃO PAULO	DOPS	1973	409
SÃO PAULO	DOPS	1973	670
SÃO PAULO	DOPS	1973	693
SÃO PAULO	DOPS	1973	706
SÃO PAULO	DOPS	1974	038
SÃO PAULO	DOPS	1974	063
SÃO PAULO	DOPS	1974	087
SÃO PAULO	DOPS	1974	467
SÃO PAULO	DOPS	1974	469
SÃO PAULO	DOPS	1974	550
SÃO PAULO	DOPS	1974	634
SÃO PAULO	DOPS	1974	678
SÃO PAULO	DOPS	1974	704
SÃO PAULO	DOPS	1975	026
SÃO PAULO	DOPS	1975	419

SÃO PAULO

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
SÃO PAULO	DOPS	1975	427
SÃO PAULO	DOPS	1975	568
SÃO PAULO	DOPS	1975	643
SÃO PAULO	DOPS	1975	683
SÃO PAULO	DOPS	1976	043
SÃO PAULO	DOPS	1977	698
SÃO PAULO	DOPS	1978	491
SÃO PAULO	DOPS	N/C	684
SÃO PAULO	DPF	1968	104
SÃO PAULO	DPF	1968	344
SÃO PAULO	DPF	1968	424
SÃO PAULO	DPF	1968	430
SÃO PAULO	DPF	1968	630
SÃO PAULO	DPF	1969	586
SÃO PAULO	AQUARTELAMENTO DA BARRA FUNDA	1973	458
SÃO PAULO	QG DA 2ª.DIVISÃO DE INFANTARIA	1963	019
SÃO PAULO	QUARTEL GENERAL DA II R.M.	1969	010
SÃO PAULO	QUARTEL GENERAL DO II EXÉRCITO	1970	244
SÃO PAULO	QUARTEL GENERAL DO II EXÉRCITO	1973	214

SÃO PAULO

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
SÃO PAULO	N/C	N/C	399
AGUDOS	DELEGACIA DE POLÍCIA	1968	538
BOTUCATU	DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA	1968	440
BOTUCATU	DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA	1968	537
CAÇAPAVA	1ª BATALHÃO DO 6º RE- GIMENTO DE INFANTARIA	1968	697
CATANDUVA	DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA	1975	422
GUARULHOS	BASE AÉREA DE SP (CUMBICA)	1969	510
GUARULHOS	BASE AÉREA DE SP (CUMBICA)	1975	531
JACAREI	DELEGACIA DE POLÍCIA	1964	333
JUNDIAÍ	QUARTEL GENERAL ARTI- LHARIA DIVISIONÁRIA/2	1964	502
OSASCO	2ª.G.CAN.90 A.AE-QUINTAUNA	1964	008
OSASCO	4ª REGIMENTO DE INFANTARIA	1969	229
PRESIDENTE EPITÁCIO	DELEGACIA DE POLÍCIA	1967	173
RIBEIRÃO PRETO	DOPS (DELEGACIA SEC CIONAL DE POLÍCIA)	1969	065
RIBEIRÃO PRETO	DOPS (DELEGACIA SEC CIONAL DE POLÍCIA)	1969	686
RIBEIRÃO PRETO	DELEGACIA DE POLÍCIA	1968	484
SALTO	DELEGACIA DE POLÍCIA	1964	474



SÃO PAULO

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
SANTA ROSA DO VITERBO	DELEGACIA DE POLÍCIA	1964	261
SANTOS	CAPITANIA DOS PORTOS	1964	207
SANTOS	CAPITANIA DOS PORTOS	1964	283
SANTOS	CAPITANIA DOS PORTOS	1964	286
SANTOS	CAPITANIA DOS PORTOS	1966	488
SANTOS	CAPITANIA DOS PORTOS	N/C	259
SANTOS	DOPS	1970	304
SANTOS	DOPS / DEREK	1970	618
SANTOS	DELEGACIA DE POLÍCIA	1964	262
SETE BARRAS	DESTACAMENTO DE SETE BARRAS	1970	067

SERGIPE

CIDADE	DEPENDÊNCIA	INÍCIO DO INQUÉRITO	BNM Nº
ARACAJÚ	28ª BATALHÃO DE CAÇADORES	1969	109

QUADRO 15

DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS POR ARMA:  
EXÉRCITO, MARINHA E AERONÁUTICA

ARMA	Nº DE PROCESSOS
Exército	474
Marinha	86
Aeronáutica	132
Outros (*)	3
Total	695

(\*) Um dos processos, instaurado contra oficiais da Marinha, não foi julgado por Auditoria Militar, indo direto para o STM. Os outros dois, por estarem incompletos no acervo organizado, não foi possível identificar quais os Conselhos de Justiça que os julgaram.

QUADRO 16  
DURAÇÃO DOS PROCESSOS COMO UM TODO

TEMPO	Nº
< 30	-
< 60	-
< 90	1
< 120	-
< 180	-
< 365	21
< 730	119
< 1095	161
< 1825	201
< 2920	132
> 2920	50
n/c	10
TOTAL	695

QUADRO 17  
DURAÇÃO DOS INQUÉRITOS

TEMPO	Nº
< 30	97
< 50	122~
< 60	108
< 90	97
< 120	52
< 180	71
< 365	73
< 730	41
< 1095	9
< 1825	2
< 2920	-
> 2920	3
n/c	20
TOTAL	695

QUADRO 18

DURAÇÃO DOS INTERVALOS ENTRE FIM DO  
INQUÉRITO E DENÚNCIA

TEMPO	Nº
< 30	197
< 60	136
< 90	90
< 120	52
< 180	49
< 365	67
< 730	57
< 1095	14
< 1825	9
< 2920	2
> 2920	-
n/c	22
TOTAL	695

QUADRO 19

DURAÇÃO DOS INTERVALOS ENTRE  
DENÚNCIA E JULGAMENTO

TEMPO	Nº
< 30	-
< 60	11
< 90	14
< 120	24
< 180	64
< 365	187
< 730	224
< 1095	95
< 1825	51
< 2920	17
> 2920	-
n/c	8
TOTAL	695

QUADRO 20

DURAÇÃO DOS INTERVALOS ENTRE JULGAMENTO  
E LEITURA DA SENTENÇA NA AUDITORIA

TEMPO	Nº
< 30	517
< 60	78
< 90	22
< 120	10
< 180	10
< 365	8
< 730	5
< 1095	1
< 1825	-
< 2920	-
> 2920	-
n/c	44
TOTAL	695



QUADRO 21

DURAÇÃO DOS INTERVALOS ENTRE LEITURA  
DA SENTENÇA NA AUDITORIA E JULGAMENTO  
NO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (STM)

TEMPO	Nº
< 30	1
< 60	8
< 90	24
< 120	50
< 180	94
< 365	257
< 730	167
< 1095	20
< 1825	19
< 2920	16
> 2920	2
n/c	37
TOTAL	695

QUADRO 22

DURAÇÃO DOS INTERVALOS ENTRE JULGAMENTO  
NO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (STM) E  
APRESENTAÇÃO DE RECURSO ORDINÁRIO

TEMPO	Nº
< 30	5
< 60	9
< 90	14
< 120	11
< 180	21
< 365	54
< 730	26
< 1095	8
< 1825	3
< 2920	4
> 2920	1
n/c	539
TOTAL	695

QUADRO 23

DURAÇÃO DOS INTERVALOS ENTRE  
APRESENTAÇÃO DE RECURSO ORDINÁRIO  
E JULGAMENTO NO SUPREMO TRIBUNAL  
FEDERAL (STF)

TEMPO	Nº
< 30	-
< 60	1
< 90	1
< 120	4
< 180	12
< 365	46
< 730	39
< 1095	17
< 1825	9
< 2920	6
> 2920	-
n/c	560
TOTAL	695

-324- QUADRO 24  
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ATINGIDA POR PROCESSO

BNM	Dn	I	T	Dc	BNM	Dn	I	T	Dc
1	4	-	-	4	27	8	4	-	1
2	3	17	7	3	28	13	10	-	22
3	29	8	18	-	29	8	5	3	10
4	1	6	-	-	30	19	3	1	-
5	12	-	1	7	31	34	-	266	-
6	18	-	7	11	32	6	-	11	-
7	10	-	2	1	33	23	13	2	-
8	37	26	31	2	34	35	3	2	-
9	19	9	-	27	35	7	8	-	3
10	6	7	13	-	36	8	3	-	-
11	8	6	-	-	37	4	-	3	-
12	11	8	9	-	38	12	-	13	8
13	8	7	2	12	39	12	3	3	1
14	17	-	11	4	40	25	1	-	1
15	29	21	7	1	41	20	7	-	13
16	34	4	7	2	42	57	32	1	11
17	29	23	10	-	43	18	-	-	-
18	28	13	4	-	44	11	3	-	-
19	14	3	6	-	45	20	138	-	-
20	2	11	-	4	46	62	79	7	17
21	11	-	-	-	47	7	14	3	-
22	30	1	-	3	48	10	15	12	-
23	32	19	9	25	49	1	3	-	-
24	18	8	1	-	50	48	-	-	-
25	28	7	7	2	51	4	-	-	-
26	41	38	21	2	52	1	1	2	-

Dn= nº de denunciados; I = nº de indiciados; T = nº de testemunhas; Dc = nº de declarantes.

BNM	Dn	I	T	Dc	BNM	Dn	I	T	Dc
53	4	3	3	-	79	26	-	1	5
54	15	16	12	3	80	9	1	-	-
55	67	13	9	3	81	2	1	-	-
56	13	-	-	-	82	3	3	3	21
57	5	-	1	-	83	6	1	-	-
58	10	2	4	-	84	7	-	-	-
59	3	-	-	1	85	6	14	9	1
60	1	-	-	1	86	4	-	-	-
61	8	-	-	1	87	7	4	5	-
62	7	44	4	-	88	1	2	-	-
63	1	5	-	2	89	2	1	-	5
64	9	61	2	-	90	1	-	-	4
65	49	87	22	29	91	13	14	2	4
66	102	19	2	3	92	5	3	-	-
67	4	4	1	-	93	33	21	5	-
68	32	35	5	1	94	26	2	-	-
69	5	-	-	-	95	72	9	1	-
70	21	2	1	10	96	20	4	3	2
71	18	85	2	3	97	34	7	-	1
72	67	4	-	8	98	10	-	-	-
73	22	5	3	-	99	9	2	-	-
74	11	-	-	-	100	138	23	2	23
75	40	20	1	-	101	17	2	4	8
76	28	16	-	7	102	40	25	-	18
77	8	-	5	-	103	7	-	-	-
78	1	-	-	-	104	22	8	-	3

Dn= nº de denunciados; I = nº de indiciados; T = nº de testemunhas; Dc = nº de declarantes.

BNM	Dn	I	T	Dc	BNM	Dn	I	T	Dc
105	12	1	-	2	131	3	10	1	-
106	6	2	-	-	132	21	1	1	-
107	1	-	-	9	133	1	-	8	1
108	2	-	-	11	134	1	-	-	-
109	17	-	-	-	135	15	-	14	55
110	5	-	-	2	136	8	1	1	1
111	2	1	3	-	137	16	5	-	-
112	6	7	-	3	138	19	11	15	-
113	13	2	19	-	139	4	1	-	-
114	34	32	-	-	140	54	269	1	1
115	12	-	-	-	141	2	-	-	-
116	60	9	-	-	142	5	-	4	-
117	4	-	-	-	143	71	24	5	-
118	8	1	-	-	144	3	14	21	27
119	19	1	1	-	145	5	12	-	2
120	14	-	-	6	146	9	10	1	-
121	13	14	2	-	147	17	-	7	-
122	11	7	2	-	148	1	-	-	14
123	15	3	-	-	149	284	839	1	-
124	14	3	-	1	150	17	2	3	1
125	8	1	-	-	151	32	21	-	-
126	7	-	-	-	152	19	3	11	-
127	1	1	-	-	153	12	4	8	-
128	1	1	-	4	154	1	-	-	-
129	1	-	-	-	155	3	1	-	-
130	1	-	-	-	156	21	11	1	1

Dn= nº de denunciados; I = nº de indiciados; T = nº de testemunhas; Dc = nº de declarantes.

BNM	Dn	I	T	Dc	BNM	Dn	I	T	Dc
157	10	4	-	-	183	6	2	5	-
158	28	26	4	10	184	23	2	-	-
159	14	-	5	4	185	32	31	4	-
160	1	9	-	-	186	24	1	1	-
161	12	11	5	-	187	8	-	3	-
162	23	5	-	-	188	8	-	-	14
163	17	-	-	9	189	11	5	-	-
164	19	10	6	-	190	6	10	1	-
165	6	-	-	-	191	3	14	-	1
166	6	12	-	-	192	28	10	-	1
167	4	17	1	-	193	23	2	-	3
168	5	-	-	-	194	6	-	-	5
169	1	-	-	-	195	20	4	-	-
170	3	-	-	-	196	12	-	-	-
171	1	-	-	-	197	17	7	-	-
172	5	2	1	-	198	11	2	1	-
173	21	-	1	9	199	16	31	-	6
174	3	3	-	-	200	9	1	-	13
175	10	2	1	-	201	16	13	20	-
176	15	7	-	5	202	7	5	-	-
177	37	7	7	3	203	7	1	-	3
178	21	-	-	20	204	6	3	3	1
179	10	-	-	5	205	65	2	8	-
180	39	5	1	1	206	3	35	10	-
181	2	1	13	-	207	12	-	-	1
182	18	2	2	-	208	7	2	-	3

Dn= nº de denunciados; I = nº de indiciados; T = nº de testemunhas; Dc = nº de declarantes.

BNM	Dn	I	T	Dc	BNM	Dn	I	T	Dc
209	10	1	2	1	235	1	-	1	-
210	15	11	3	-	236	9	-	1	-
211	13	1	-	3	237	6	-	-	-
212	11	3	1	6	238	3	2	-	-
213	5	-	-	-	239	9	-	-	-
214	6	1	2	-	240	2	-	-	11
215	18	13	-	1	241	3	-	-	-
216	1	3	-	-	242	1	1	4	1
217	5	-	3	1	243	1	-	2	7
218	13	47	12	-	244	1	-	3	1
219	20	25	5	-	245	4	-	-	-
220	9	5	-	-	246	2	-	-	-
221	15	9	-	11	247	1	-	-	-
222	3	-	-	-	248	2	1	-	-
223	4	-	-	-	249	15	18	-	-
224	10	-	-	9	250	6	17	-	-
225	15	3	18	-	251	3	-	-	-
226	10	3	2	-	252	9	6	-	3
227	9	-	-	-	253	7	-	-	11
228	3	3	-	-	254	8	-	1	-
229	7	33	26	-	255	64	3	-	13
230	6	-	-	-	256	13	-	-	-
231	4	-	-	-	257	1	2	-	-
232	37	15	1	1	258	2	-	-	-
233	13	8	1	1	259	12	-	-	-
234	5	-	-	-	260	16	5	-	1

Dn= nº de denunciados; I = nº de indiciados; T = nº de testemunhas; Dc = nº de declarantes.



BNM	Dn	I	T	Dc	BNM	Dn	I	T	Dc
261	4	-	3	-	287	3	-	6	-
262	14	8	-	-	288	10	1	1	27
263	2	4	19	-	289	6	-	-	-
264	9	20	-	25	290	1	-	8	-
265	47	17	6	-	291	2	-	-	-
266	39	389	17	33	292	2	-	-	14
267	1	-	-	-	293	5	-	-	-
268	1	-	-	-	294	59	9	1	21
269	7	-	2	-	295	12	45	8	-
270	1	-	-	-	296	5	5	1	9
271	3	-	-	-	297	3	5	-	-
272	4	-	-	-	298	3	81	18	-
273	1	-	-	1	299	5	2	7	-
274	2	-	2	3	300	16	7	6	-
275	1	-	6	-	301	1	1	-	4
276	1	1	4	-	302	12	13	-	6
277	1	-	-	-	303	16	19	1	34
278	1	-	-	-	304	5	1	2	2
279	16	889	50	13	305	13	3	4	11
280	7	6	9	3	306	1	-	2	-
281	2	1	-	-	307	12	8	-	-
282	30	6	1	-	308	1	-	2	-
283	125	1	191	-	309	4	4	-	-
284	38	4	-	-	310	5	6	-	4
285	2	-	1	-	311	13	-	12	-
286	16	-	-	-	312	1	-	-	-

Dn = nº de denunciados; I = nº de indiciados; T = nº de testemunhas; Dc = nº de declarantes.

BNM	Dn	I	T	Dc	BNM	Dn	I	T	Dc
313	5	6	-	-	339	2	2	1	-
314	13	15	-	5	340	4	2	1	-
315	-	-	-	-	341	7	-	-	-
316	22	16	1	-	342	5	1	-	-
317	9	10	-	-	343	5	-	-	5
318	2	-	-	-	344	1	-	-	-
319	1	1	7	5	345	3	1	-	-
320	7	2	22	4	346	3	2	3	5
321	4	-	2	-	347	17	35	-	8
322	5	4	-	-	348	4	-	-	-
323	5	2	1	-	349	21	13	-	7
324	4	-	-	2	350	2	-	-	-
325	1	-	-	-	351	2	2	-	-
326	11	4	3	-	352	5	-	-	-
327	2	-	-	1	353	7	-	-	-
328	7	-	-	4	354	9	1	-	8
329	5	-	-	1	355	4	1	-	-
330	2	-	2	-	356	6	2	-	1
331	1	-	-	-	357	3	1	1	-
332	12	-	-	3	358	5	-	-	6
333	1	-	-	-	359	1	-	-	-
334	7	13	10	-	360	3	-	-	-
335	9	-	-	-	361	13	3	12	-
336	4	9	-	2	362	3	-	-	-
337	4	2	-	-	363	5	5	-	4
338	6	4	8	-	364	2	1	-	-

Dn= nº de denunciados; I = nº de indiciados; T = nº de testemunhas; Dc = nº de declarantes.

BNM	Dn	I	T	Dc	BNM	Dn	I	T	Dc
365	7	-	-	-	391	29	37	3	-
366	2	1	-	-	392	27	24	-	1
367	3	1	1	-	393	27	42	28	-
368	1	3	-	-	394	9	77	5	-
369	1	-	-	-	395	1	-	-	1
370	6	-	-	-	396	1	-	-	-
371	1	-	-	-	397	6	7	8	-
372	5	4	1	-	398	3	-	-	-
373	1	-	5	-	399	1	-	-	-
374	1	-	1	1	400	10	2	7	-
375	5	-	-	6	401	2	-	-	-
376	10	2	-	-	402	2	4	1	-
377	1	-	-	-	403	14	1	-	-
378	1	-	2	-	404	7	1	-	4
379	1	-	-	-	405	17	1	-	-
380	1	-	-	-	406	11	5	-	2
381	1	-	-	2	407	1	2	-	-
382	27	3	8	10	408	1	-	-	-
383	14	-	-	1	409	6	1	-	1
384	25	55	-	2	410	2	-	-	-
385	1	2	-	-	411	4	1	-	-
386	1	1	-	-	412	3	3	22	2
387	2	-	-	4	413	25	4	1	1
388	3	17	-	-	414	14	23	-	-
389	1	-	-	-	415	1	1	-	2
390	12	28	6	-	416	3	-	-	3

Dn= nº de denunciados; I = nº de indiciados; T = nº de testemunhas; Dc = nº de declarantes.

BNM	Dn	I	T	Dc	BNM	Dn	I	T	Dc
417	1	-	-	-	443	1	-	-	-
418	4	-	-	-	444	1	-	-	-
419	9	5	-	-	445	12	12	-	-
420	1	-	-	-	446	7	-	-	3
421	4	4	3	-	447	2	-	-	-
422	1	-	-	-	448	2	-	-	-
423	2	-	-	1	449	1	1	-	9
424	6	-	-	27	450	2	37	-	-
425	5	-	-	-	451	3	3	-	3
426	1	1	-	16	452	1	-	-	-
427	1	-	9	-	453	7	1	-	-
428	6	33	2	6	454	8	4	-	-
429	31	12	7	28	455	6			
430	2	-	-	1	456	16	2	2	-
431	4	-	-	-	457	7	4	-	-
432	6	-	-	-	458	1	-	4	-
433	2	-	-	-	459	4	-	-	-
434	3	1	-	5	460	8	22	-	5
435	2	-	2	-	461	10	-	-	16
436	3	4	-	1	462	1	-	-	-
437	3	1	-	-	463	1	-	-	-
438	3	2	2	-	464	1	-	-	-
439	6	-	-	-	465	1	-	-	-
440	7	2	-	6	466	1	-	-	-
441	1	-	-	-	467	-	-	-	-
442	16	1	-	-	468	4	2	-	-

Dn= nº de denunciados; I = nº de indiciados; T = nº de testemunhas; Dc = nº de declarantes.

BNM	Dn	I	T	Dc	BNM	Dn	I	T	Dc
469	1	-	-	-	495	4	18	-	-
470	1	-	2	-	496	3	1	1	-
471	1	6	3	-	497	2	-	-	3
472	1	2	2	-	498	4	7	-	-
473	5	2	26	-	499	2	-	-	-
474	1	-	-	-	500	9	3	-	-
475	2	-	-	-	501	15	7	6	-
476	5	-	-	1	502	10	11	-	-
477	2	-	1	2	503	1	4	1	-
478	1	-	-	-	504	4	11	6	1
479	1	3	-	-	505	5	-	-	11
480	1	-	-	-	506	27	9	-	-
481	1	-	-	-	507	12	2	1	2
482	2	1	-	-	508	22	48	-	-
483	10	9	1	1	509	1	-	-	-
484	2	-	-	-	510	7	5	-	1
485	6	-	-	-	511	2	-	-	-
486	1	2	-	4	512	29	21	-	-
487	1	6	-	4	513	9	26	5	-
488	15	2	67	-	514	3	16	8	-
489	2	-	-	-	515	2	4	-	-
490	3	-	9	-	516	2	1	1	4
491	7	2	-	-	517	5	5	1	-
492	11	5	9	-	518	2	-	-	10
493	28	11	2	-	519	1	-	-	-
494	39	2	-	-	520	7	-	12	-

Dn= nº de denunciados; I = nº de indiciados; T = nº de testemunhas; Dc = nº de declarantes.

BNM	Dn	I	T	Dc	BNM	Dn	I	T	Dc
521	9	21	20	-	547	1	2	2	3
522	2	-	-	-	548	2	-	15	-
523	7	-	-	-	549	2	4	4	2
524	5	-	-	-	550	2	1	-	-
525	1	-	-	2	551	65	4	1	1
526	12	6	13	-	552	3	-	-	-
527	1	-	-	4	553	-	-	-	-
528	1	5	7	-	554	1	-	1	-
529	2	-	-	2	555	1	-	1	-
530	7	1	-	-	556	1	1	5	-
531	5	-	4	-	557	3	-	8	3
532	4	7	-	-	558	6	-	-	-
533	9	7	1	1	559	5	1	-	-
534	4	-	-	-	560	1	1	-	-
535	2	-	-	-	561	2	-	-	-
536	11	-	-	-	562	26	45	4	-
537	4	13	-	-	563	3	4	1	-
538	1	-	-	-	564	1	1	-	2
539	5	-	-	-	565	1	-	-	5
540	1	-	-	1	566	9	1	-	-
541	3	4	-	-	567	1	-	-	-
542	5	-	-	-	568	-	-	-	-
543	1	-	-	-	569	2	-	-	-
544	3	-	-	-	570	7	4	-	1
545	3	-	-	-	571	1	-	-	-
546	3	-	-	-	572	2	1	-	-

Dn = nº de denunciados; I = nº de indiciados; T = nº de testemunhas; Dc = nº de declarantes.

BNM	Dn	I	T	Dc	BNM	Dn	I	T	Dc
573	8	1	-	2	599	14	-	28	-
574	-	-	-	-	600	1	-	-	-
575	1	-	-	1	601	2	1	-	-
576	7	2	16	-	602	2	-	-	5
577	1	-	-	-	603	9	-	1	-
578	1	-	-	-	604	10	3	-	1
579	1	-	-	-	605	2	-	-	-
580	4	5	-	-	606	26	2	1	-
581	8	-	-	-	607	1	-	1	-
582	4	7	-	-	608	5	12	-	-
583	2	-	-	-	609	5	5	3	3
584	3	5	-	-	610	3	-	-	1
585	1	-	-	1	611	2	1	-	14
586	1	-	-	-	612	4	-	-	-
587	4	2	-	-	613	2	-	-	1
588	3	1	10	-	614	5	-	-	7
589	7	-	-	-	615	2	-	-	5
590	4	-	-	-	616	1	-	-	8
591	9	2	-	1	617	8	-	-	4
592	9	-	-	-	618	4	11	-	3
593	15	1	2	-	619	23	7	-	-
594	9	2	-	3	620	3	4	-	20
595	34	4	5	-	621	8	9	23	-
596	3	-	-	-	622	10	-	-	2
597	9	4	-	-	623	6	-	29	4
598	2	3	4	-	624	1	8	-	-

Dn= nº de denunciados; I = nº de indiciados; T = nº de testemunhas; Dc = nº de declarantes.

BNM	Dn	I	T	Dc	BNM	Dn	I	T	Dc
625	5	2	-	-	651	4	2	-	1
626	13	33	7	15	652	7	2	4	-
627	9	-	-	-	653	12	4	-	3
628	1	23	-	-	654	5	1	5	-
629	12	-	2	2	655	2	1	8	-
630	5	-	-	-	656	2	1	2	-
631	9	5	-	-	657	3	-	-	-
632	6	1	5	4	658	4	-	2	1
633	12	-	14	3	659	2	-	1	-
634	1	-	-	-	660	4	1	-	-
635	2	-	-	-	661	2	3	-	-
636	6	-	-	3	662	11	9	-	-
637	-	-	-	-	663	22	12	-	4
638	11	1	-	4	664	13	-	8	-
639	17	43	2	-	665	24	5	10	1
640	5	1	11	3	666	11	4	3	8
641	7	11	-	5	667	1	2	-	5
642	4	1	-	-	668	6	-	9	-
643	3	7	-	-	669	5	1	-	1
644	8	11	-	2	670	7	17	4	5
645	14	5	5	3	671	18	23	3	-
646	8	4	-	4	672	14	31	-	1
647	4	7	1	4	673	12	4	4	3
648	4	2	-	6	674	29	5	-	-
649	18	2	-	7	675	4	-	3	1
650	8	-	-	-	676	20	9	8	-

Dn= nº de denunciados; I = nº de indiciados; T = nº de testemunhas; Dc = nº de declarantes.



BNM	Dn	I	T	Dc	BNM	Dn	I	T	Dc
677	9	1	-	-	703	-	-	-	-
678	10	5	1	-	704	-	-	-	-
679	4	1	-	-	705	-	-	-	-
680	14	-	-	-	706	-	-	-	-
681	22	15	2	18	707	-	-	-	-
682	22	11	-	-					
683	24	13	9	1					
684	26	-	7	-					
685	4	-	-	-					
686	1	-	-	-					
687	7	2	-	-					
688	18	10	3	-					
689	13	18	-	1					
690	2	27	11	-					
691	5	6	1	-					
692	53	196	101	-					
693	40	4	-	5					
694	7	-	2	-					
695	2	1	-	2					
696	37	1	-	19					
697	1	4	-	-					
698	-	-	-	-					
699	26	-	22	-					
700	17	11	-	10					
701	36	9	-	-					
702	3	9	-	-					

Dn= nº de denunciados; I = nº de indiciados; T = nº de testemunhas; Dc = nº de declarantes.

QUADRO 25

VOLUME DA POPULAÇÃO ATINGIDA

SITUAÇÃO	Nº
Denunciados	7.367
Indiciados	6.385
Testemunhas	2.183
Declarantes	1.485
TOTAL	17.420

QUADRO 26

CARACTERIZAÇÃO GERAL DA POPULAÇÃO  
ATINGIDA POR SEXO (denunciados +  
indiciados + testemunhas + declarantes)

SEXO	Nº
Masculino	15.454
Feminino	1.966
TOTAL	17.420

QUADRO 27

CARACTERIZAÇÃO GERAL DA POPULAÇÃO  
ATINGIDA POR FAIXA ETÁRIA (denunciados +  
indiciados + testemunhas + declarantes)

FAIXA ETÁRIA	Nº
— 18	347
19 — 21	1.918
22 — 25	3.728
26 — 30	2.881
31 — 35	1.658
36 — 40	1.454
41 — 45	1.144
46 — 50	855
51 — 60	975
— 61	282
n/c	2.178
TOTAL	17.420

## CARACTERIZAÇÃO GERAL DA POPULAÇÃO ATINGIDA POR NATURALIDADE (denunciados)

UF	Nº		TOTAL
	CAPITAL	INTERIOR	
AC	2	5	7
AL	19	55	74
AM	29	15	44
AP	3	-	3
BA	110	250	360
CE	76	195	271
DF	-	-	-
ES	29	81	110
GO	26	120	146
MA	11	42	53
MG	154	724	878
MS	-	-	-
MT	6	34	40
PA	50	31	81
PB	39	75	114
PE	119	184	303
PI	28	63	91
PR	54	92	146
RJ	549	219	768
RN	41	92	133
RO	-	2	2
RR	-	-	-
RS	98	388	486
SC	17	131	148
SE	27	45	72
SP	345	729	1.074
EXTERIOR	-	-	181
N/C	-	-	1.782
TOTAL	1.832	3.572	7.367

QUADRO 29  
CARACTERIZAÇÃO GERAL DA POPULAÇÃO ATINGIDA  
POR NATURALIDADE (indiciados + testemunhas  
+ declarantes)

UF	Nº
AC	5
AL	208
AM	48
AP	1
BA	706
CE	437
DF	6
ES	127
GO	173
MA	106
MG	902
MS	7
MT	68
PA	153
PB	223
PE	699
PI	101
PR	149
RJ	1.257
RN	296
RO	3
RR	2
RS	579
SC	210
SE	102
SP	1.152
EXTERIOR	195
N/C	2.138
TOTAL	10.053

## CARACTERIZAÇÃO GERAL DA POPULAÇÃO ATINGIDA POR RESIDÊNCIA (denunciados)

UF	Nº		TOTAL
	CAPITAL	INTERIOR	
AC	-	-	-
AL	4	2	6
AM	14	17	31
AP	-	-	-
BA	169	68	237
CE	154	38	192
DF	196	8	204
ES	38	53	91
GO	74	44	118
MA	2	19	21
MG	402	171	573
MS	-	-	-
MT	-	21	21
PA	42	2	44
PB	20	15	35
PE	201	116	317
PI	34	19	53
PR	175	118	293
RJ	1.210	364	1.574
RN	74	25	99
RO	2	-	2
RR	-	-	-
RS	258	150	408
SC	23	64	87
SE	18	-	18
SP	967	535	1.502
EXTERIOR	-	-	18
N/C	-	-	1.423
TOTAL	4.077	1.849	7.367

-344- QUADRO 31  
 CARACTERIZAÇÃO GERAL DA POPULAÇÃO ATINGIDA  
 POR RESIDÊNCIA (indiciados + testemunhas +  
 declarantes)

UF	Nº
AC	1
AL	11
AM	10
AP	-
BA	424
CE	253
DF	698
ES	40
GO	187
MA	26
MG	547
MS	7
MT	7
PA	82
PB	35
PE	524
PI	44
PR	284
RJ	3.050
RN	125
RO	3
RR	-
RS	478
SC	178
SE	2
SP	1.543
EXTERIOR	3
N/C	1.491
TOTAL	10.053



QUADRO 32

CARACTERIZAÇÃO GERAL DA POPULAÇÃO  
ATINGIDA POR GRAU DE INSTRUÇÃO  
(denunciados + indiciados + testemunhas  
+ declarantes)

GRAU DE INSTRUÇÃO	Nº
analfabeto	201
primário incompleto	301
primário	854
secundário	864
colegial	453
universitário	2.286
universitário incompleto	2.333
escola profissionalizante	76
escolas militares	503
n/c	9.549
TOTAL	17.420

QUADRO 33

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO À PRISÃO  
(denunciados + indiciados +  
testemunhas + declarantes)

SITUAÇÃO	Nº
com prisão	9.542
sem prisão	786
n/c	7.092
TOTAL	17.420

QUADRO 34

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO À PRISÃO  
(denunciados)

SITUAÇÃO	Nº
com prisão	5.104
sem prisão	342
n/c	1.921
TOTAL	7.367

QUADRO 35

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO À PRISÃO  
(indiciados)

SITUAÇÃO	Nº
com prisão	3.573
sem prisão	149
n/c	2.663
TOTAL	6.385

QUADRO 36

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO À PRISÃO  
(testemunhas)

SITUAÇÃO	Nº
com prisão	449
sem prisão	146
n/c	1.588
TOTAL	2.183

QUADRO 37

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO À PRISÃO  
(declarantes)

SITUAÇÃO	Nº
com prisão	416
sem prisão	149
n/c	920
TOTAL	1.485

QUADRO 38

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO AO ÓRGÃO  
RESPONSÁVEL PELA PRISÃO (denunciados)

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	Nº
Aeronáutica	78
Exército	1.043
Marinha	91
DOI/CODI	884
CENIMAR	48
CISA	5
Polícia civil estadual	184
Polícia Federal	247
Polícia Política Estadual	821
Polícia Militar	173
ação conjunta(+ de um órgão)	39
n/c	1.491
TOTAL	5.104

QUADRO 39

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO AO ÓRGÃO  
RESPONSÁVEL PELA PRISÃO (indiciados)

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	Nº
Aeronáutica	96
Exército	1.466
Marinha	117
DOI/CODI	239
CENIMAR	6
CISA	-
Polícia Civil Estadual	59
Polícia Federal	85
Polícia Política Estadual	363
Polícia Militar	116
ação conjunta (+ de um órgão)	-
n/c	1.026
TOTAL	3.573



QUADRO 40

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO AO ÓRGÃO  
RESPONSÁVEL PELA PRISÃO (testemunhas)

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	Nº
Aeronáutica	10
Exército	94
Marinha	67
DOI/CODI	29
CENIMAR	11
CISA	-
Polícia Civil Estadual	6
Polícia Militar	7
ação conjunta (+ de um órgão)	-
Polícia Federal	33
Polícia Política Estadual	44
n/c	148
TOTAL	449

QUADRO 41

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO AO ÓRGÃO  
RESPONSÁVEL PELA PRISÃO (declarantes)

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	Nº
Aeronáutica	1
Exército	12
Marinha	16
DOI/CODI	48
CENIMAR	6
CISA	-
Polícia Civil Estadual	14
Polícia Federal	56
Polícia Política Estadual	84
Polícia Militar	23
ação conjunta(+ de um órgão)	-
n/c	156
TOTAL	416

QUADRO 42

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO AO MOMENTO  
DA PRISÃO (denunciados)

MOMENTO DA PRISÃO	Nº
antes da abertura do IPM	1.997
depois da abertura do IPM	1.978
n/c	1.129
TOTAL	5.104

QUADRO 43  
POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO AO MOMENTO  
DA PRISÃO (indiciados)

MOMENTO DA PRISÃO	Nº
antes da abertura do IPM	1.828
depois da abertura do IPM	907
n/c	838
TOTAL	3.573

QUADRO 44

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO AO MOMENTO  
DA PRISÃO (testemunhas)

MOMENTO DA PRISÃO	Nº
antes da abertura do IPM	117
depois da abertura do IPM	193
n/c	139
TOTAL	449

QUADRO 45

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO AO MOMENTO  
DA PRISÃO (declarantes)

MOMENTO DA PRISÃO	Nº
antes da abertura do IPM	110
depois da abertura do IPM	171
n/c	135
TOTAL	416

QUADRO 46

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO ÀS  
CIRCUNSTÂNCIAS DA PRISÃO (denunciados)

CIRCUNSTÂNCIAS DA PRISÃO	Nº
em atividade política	743
por informações	1.646
já se encontrava preso	219
apresentação espontânea	223
n/c	2.273
TOTAL	5.104

QUADRO 47

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO ÀS  
CIRCUNSTÂNCIAS DA PRISÃO (indiciados  
+ testemunhas + declarantes)

CIRCUNSTÂNCIAS DA PRISÃO	Nº
em atividade política	1.310
por informações	835
já se encontrava preso	98
apresentação espontânea	268
n/c	1.927
TOTAL	4.438



QUADRO 48

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO AO  
TEMPO DE PRISÃO (denunciados)

TEMPO	Nº
— 30	403
31 — 60	285
61 — 90	125
91 — 120	53
121 — 180	105
181 — 365	339
366 — 730	232
731 — 1095	46
1096 — 1825	13
1826 — 2920	5
— 2921	2
n/c	3.496
TOTAL	5.104

QUADRO 49

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO AO TEMPO  
DE PRISÃO (indiciados + testemunhas  
+ declarantes)

TEMPO	Nº
—  15	317
16  —  30	336
31  —  45	87
46  —  60	98
61  —  75	38
76  —  90	8
91  —  180	28
181  —  365	27
366  —  730	4
—  730	-
n/c	3.495
TOTAL	4.438

QUADRO 50

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO AO  
MANDADO DE PRISÃO (denunciados)

MANDADO DE PRISÃO	Nº
com mandado legal	489
com mandado ilegal	551
n/c	4.064
TOTAL	5.104

QUADRO 51

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO AO  
MANDADO DE PRISÃO (indiciados)

MANDADO DE PRISÃO	Nº
com mandado legal	192
com mandado ilegal	135
n/c	3.246
TOTAL	3.573

QUADRO 52

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO AO  
MANDADO DE PRISÃO (testemunhas)

MANDADO DE PRISÃO	Nº
com mandado legal	38
com mandado ilegal	12
n/c	399
TOTAL	449

QUADRO 53

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO AO  
MANDADO DE PRISÃO (declarantes)

MANDADO DE PRISÃO	Nº
com mandado legal	8
com mandado ilegal	31
n/c	377
TOTAL	416

QUADRO 54

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO À COMUNICAÇÃO  
DA PRISÃO À AUTORIDADE JUDICIÁRIA  
(denunciados)

COMUNICAÇÃO DA PRISÃO	Nº
imediate (legal)	295
ilegal	816
n/c	3.993
TOTAL	5.104

QUADRO 55

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO À COMUNICAÇÃO  
DA PRISÃO À AUTORIDADE JUDICIÁRIA  
(indiciados)

COMUNICAÇÃO DA PRISÃO	Nº
imediate (legal)	89
ilegal	243
n/c	3.241
TOTAL	3.573



QUADRO 56

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO À COMUNICAÇÃO  
DA PRISÃO À AUTORIDADE JUDICIÁRIA  
(testemunhas)

COMUNICAÇÃO DA PRISÃO	Nº
imediate (legal)	3
ilegal	20
n/c	426
TOTAL	449

QUADRO 57

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO À COMUNICAÇÃO  
DA PRISÃO À AUTORIDADE JUDICIÁRIA  
(declarantes)

COMUNICAÇÃO DA PRISÃO	Nº
imediate (legal)	21
ilegal	38
n/c	357
TOTAL	416

QUADRO 58

RAZÕES DA EXCLUSÃO DO IPM  
(indiciados + testemunhas + declarantes)

RAZÕES	Nº
sem indícios	3.157
deslocado	667
menoridade	54
morte	134
atitudes de cooperação/retratação	47
n/c	5.994
TOTAL	10.053

QUADRO 59

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO À ACUSAÇÃO  
(denunciados)

ACUSAÇÃO:	Nº
militante de organização	4.935
simpatizante de organização	172
qualquer outra ligação com organização	173
qualquer atividade em partido legal	86
participação em entidade ou movimento de massa	1.370
porte de material	695
ação violenta ou armada	1.464
manifestação de idéias (meios regulares)	145
manifestação de idéias (meios não regulares)	1.324
manifestação de idéias (meios artísticos)	18
críticas e ofensas a autoridades	155
afinidade com o regime deposto	484
transgressões a regulamentos militares	729

QUADRO 60

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO A ANTECEDENTES  
(denunciados)

ANTECEDENTES	nº
sem antecedentes	5.082
com antecedentes policiais	781
com antecedentes judiciais	1.498
n/c	6
TOTAL	7.367

QUADRO 61

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO À REVELIA  
(denunciados)

REVELIA	Nº
não revel	4.393
revel	1.707
revel temporário	1.264
n/c	3
TOTAL	7.367

QUADRO 62

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO AO  
COMPORTAMENTO NO DEPOIMENTO  
POLICIAL (denunciados)

COMPORTAMENTO	Nº
assume acusação	2.731
assume parcialmente	1.680
não assume	1.078
não depôs	1.873
n/c	5
TOTAL	7.367

QUADRO 63

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO AO  
COMPORTAMENTO NO DEPOIMENTO  
JUDICIAL (denunciados)

COMPORTAMENTO	Nº
assume acusação	230
assume parcialmente	772
não assume	3.599
não depôs	2.761
n/c	5
TOTAL	7.367



QUADRO 64

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO À DENÚNCIA  
DE TORTURA (denunciados + indiciados  
+ testemunhas + declarantes)

SITUAÇÃO	EXISTE DENÚNCIA	NADA CONSTA	TOTAL
denunciados	1.918	5.449	7.367
indiciados	100	6.285	6.385
testemunhas	58	2.125	2.183
declarantes	29	1.456	1.485
TOTAL	2.105	15.315	17.420

QUADRO 65

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO À  
DECRETAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA  
(denunciados)

DECRETAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA	Nº
na fase policial	1.683
na fase judicial	1.819
decretada mais de uma vez	204
sem decretação	3.661
TOTAL	7.367

QUADRO 66

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO À REVOGAÇÃO  
DA PRISÃO PREVENTIVA (denunciados)

REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA	Nº
na fase policial	269
na fase judicial	1.117
mais de uma revogação	92
sem revogação	5.882
n/c	7
TOTAL	7.367

QUADRO 67

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO AO  
ENQUADRAMENTO INICIAL: LEIS  
(denunciados)

ENQUADRAMENTO INICIAL	Nº
lei 1.802	4.320
decreto-lei 314	3.236
decreto-lei 510	530
decreto-lei 898	6.933
CPM	2.866
outras leis	655

QUADRO 68

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO AO  
ENQUADRAMENTO INICIAL: LEI 1.802  
DE 5 DE JANEIRO DE 1953 (denunciados)

lei 1802 ARTIGOS	Nº
1	1
2	910
3	29
4	67
5	152
6	50
7	297
8	42
9	512
10	452
11	461
12	191
13	277
14	93
15	61
16	31
17	88
18	29
19	4
21	1
22	3
24	235
25	19
28	1
29	1
30	6

lei 1802 ARTIGOS	Nº
31	55
33	4
34	81
40	90
41	54
42	14
outros	9

QUADRO 69

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO AO  
ENQUADRAMENTO INICIAL: DECRETO-LEI  
314 DE 13 DE MARÇO DE 1967 (denunciados)

lei 314 ARTIGOS	Nº
3	3
5	29
11	12
12	98
14	15
21	390
22	56
23	465
25	300
27	5
28	37
29	27
30	1
31	17
33	387
35	1
36	426
37	79
38	433
39	111
41	177
42	29
43	127
48	1
49	1
50	1
outros	8

QUADRO 70

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO AO  
ENQUADRAMENTO INICIAL: DECRETO-LEI  
510 DE 20 DE MARÇO DE 1969 (denunciados)

lei 510 ARTIGOS	Nº
3	1
11	1
12	40
13	1
14	7
16	14
21	8
22	2
23	53
25	123
29	1
31	1
33	40
36	53
37	47
38	2
39	68
40	44
41	5
42	9
43	3
outros	7

QUADRO 71

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO AO  
ENQUADRAMENTO INICIAL: DECRETO-LEI  
898 DE 29 DE SETEMBRO DE 1969  
(denunciados)

lei 898 ARTIGOS	Nº
2	2
3	1
5	2
12	2
13	19
14	1.100
15	20
16	24
17	3
18	2
19	1
20	1
21	3
23	677
24	42
25	767
27	190
28	511
29	32
30	1
31	3
32	1

lei 898 ARTIGOS	Nº
33	30
34	26
35	1
36	8
37	1
38	6
39	399
40	12
41	8
42	392
43	1464
45	947
46	116
47	24
48	1
49	67
50	1
53	6
74	15
outros	5



QUADRO 72

POPULAÇÃO ATINGIDA QUANTO AO  
ENQUADRAMENTO INICIAL: DECRETO-LEI  
1001, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969  
(CÓDIGO PENAL MILITAR) [denunciados]

CPM ARTIGOS	Nº
6	3
10	7
12	1
13	28
14	13
18	1
19	8
20	9
21	1
25	41
28	1
30	12
33	150
49	1
51	33
53	440
55	3
outros	2.114

## QUADRO 73

RAZÕES PRELIMINARES OU DE MÉRITO  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RAZÕES	INSTÂNCIAS		
	AUDITORIA	STM	STF
incompetência	108	25	-
coisa julgada	11	7	-
litispendência	9	-	-
nulidade (ausência de formalidade)	1	18	-
nulidade (coação)	-	1	-
inepcia da denúncia	52	-	-
enquadramento inadequado	876	400	11
procedência da ação	5.268	3.585	243
improcedência da ação	1.242	1.190	3
inexistência de fato	26	13	-
fato não constitui infração	95	49	-
insuficiência de provas	430	218	-
inexistência de provas	152	108	-
causa excludente de criminalidade	6	-	-
extinção de punibilidade	37	48	8

## QUADRO 74

RAZÕES PRELIMINARES OU DE MÉRITO  
DA DEFESA

RAZÕES	INSTÂNCIAS		
	AUDITORIA	STM	STF
incompetência	208	48	5
coisa julgada	128	63	16
litispendência	152	48	7
nulidade (ausência de formalidade)	344	294	52
nulidade (coação)	86	66	4
inépcia da denúncia	711	359	35
enquadramento inadequado	700	411	38
procedência da ação	32	34	11
improcedência da ação	5.884	4.126	206
inexistência de fato	558	367	21
fato não constitui infração	1.438	1.000	48
insuficiência de provas	1.541	1.009	75
inexistência de provas	2.906	2.084	123
causa excludente de criminalidade	48	27	6
extinção da punibilidade	-	-	-

QUADRO 75  
SENTENÇAS ABSOLUTÓRIAS E  
CONDENATÓRIAS

INSTÂNCIAS	ABS.	COND.	EXCLUSÃO OU AUS. RECURSO	TOTAL
auditoria	3.555	2.847	965	7.367
STM	3.327	1.436	2.604	7.367
STF	32	225	7.110	7.367

QUADRO 76

SENTENÇAS CONDENATÓRIAS A NÍVEL  
DE AUDITORIA: LEIS

LEIS	Nº
1.802	710
314	810
510	257
898	1.325
CPM	514
outras	28

QUADRO 77

SENTENÇAS CONDENATÓRIAS A NÍVEL  
DE AUDITORIA: LEI 1.802 DE 5 DE  
JANEIRO DE 1953

LEI 1.802 ARTIGOS	Nº
2	50
4	12
5	7
6	8
7	104
8	1
9	133
10	57
11	129
12	59
13	28
14	3
15	4
16	8
17	3
19	3
24	70
34	6
40	9
outros	6

QUADRO 78

SENTENÇAS CONDENATÓRIAS A NÍVEL  
DE AUDITORIA: DECRETO-LEI 314  
DE 13 DE MARÇO DE 1967

LEI 314 ARTIGOS	Nº
12	20
13	1
14	1
16	7
21	64
22	5
23	83
25	103
28	6
29	6
31	2
33	82
34	1
36	235
37	22
38	100
39	22
40	2
41	14
42	12
43	16
50	4
outros	3

QUADRO 79

SENTENÇAS CONDENATÓRIAS A NÍVEL  
DE AUDITORIA: DECRETO-LEI 510  
DE 20 DE MARÇO DE 1969

LEI 510 ARTIGOS	Nº
4	1
12	50
14	2
21	7
23	2
25	56
28	6
33	9
36	34
37	47
38	1
39	22
40	8
42	3
43	5
62	2
outros	2



QUADRO 80

SENTENÇAS CONDENATÓRIAS A NÍVEL  
DE AUDITORIA: DECRETO-LEI 898  
DE 29 DE SETEMBRO DE 1969

LEI 898 ARTIGOS	NO
2	1
7	10
12	1
14	585
16	3
17	2
23	20
25	36
27	32
28	150
33	8
34	1
36	1
39	6
41	1
42	55
43	210
45	124
46	20
49	12
50	14
51	4
74	26
outros	4

QUADRO 81

SENTENÇAS CONDENATÓRIAS A NÍVEL  
DE AUDITORIA: DECRETO-LEI 1.001  
DE 21 DE OUTUBRO DE 1969 (CPM)

CPM ARTIGOS	Nº
20	1
22	1
24	1
25	2
30	7
33	12
51	5
53	23
outros	462

QUADRO 82

SENTENÇAS CONDENATÓRIAS A NÍVEL  
DE AUDITORIA: VOLUME DAS PENAS  
AO LONGO DO TEMPO

PENAS (em meses)	Nº
————— 12	447
13 ————— 24	540
25 ————— 36	514
37 ————— 48	276
49 ————— 60	171
61 ————— 82	425
83 ————— 120	102
121 ————— 180	220
181 ————— 240	64
241 ————— 360	33
360 —————	36
n/c	19
TOTAL	2.847

QUADRO 83

SENTENÇAS CONDENATÓRIAS A NÍVEL  
DE AUDITORIA: PENAS ACESSÓRIAS

PENAS ACESSÓRIAS	Nº
suspensão de direitos políticos	592
cassação	7
outras	5
n/c	2.243
TOTAL	2.847

QUADRO 84

SENTENÇAS CONDENATÓRIAS A NÍVEL  
DE STM: LEIS

LEIS	Nº
1802	79
314	467
510	106
898	743
CPM	244
outras	12

QUADRO 85

SENTENÇAS CONDENATÓRIAS A NÍVEL  
DE STM: LEI 1.802 DE 5 DE JANEIRO  
DE 1953

LEI 1802 ARTIGOS	Nº
4	2
7	4
9	13
10	4
11	9
12	6
13	2
15	2
16	2
17	1
24	28
33	1
34	5

QUADRO 86

SENTENÇAS CONDENATÓRIAS A NÍVEL  
DE STM: DECRETO-LEI 314 DE  
13 DE MARÇO DE 1967

LEI 314 ARTIGOS	Nº
9	1
12	8
14	1
16	4
21	23
23	65
25	55
28	5
33	23
36	178
37	14
38	42
39	20
40	1
41	7
43	16
50	4

QUADRO 87

SENTENÇAS CONDENATÓRIAS A NÍVEL  
DE STM: DECRETO-LEI 510 DE  
20 DE MARÇO DE 1969

LEI 510 ARTIGOS	Nº
12	13
14	2
23	2
25	25
27	1
28	4
33	5
36	6
37	29
39	16
40	1
62	1
outro	1



QUADRO 88

SENTENÇAS CONDENATÓRIAS A NÍVEL  
DE STM: DECRETO-LEI 898 DE  
29 DE SETEMBRO DE 1969

LEI 898 ARTIGOS	Nº
1	1
14	343
16	2
21	2
23	1
25	12
27	21
28	111
33	3
36	1
38	1
39	2
42	19
43	147
45	36
46	7
49	7
50	10
51	6
78	8
outros	4

QUADRO 89

SENTENÇAS CONDENATÓRIAS A NÍVEL  
DE STM: DECRETO-LEI 1.001 DE  
21 DE OUTUBRO DE 1969 (CPM)

CPM ARTIGOS	Nº
14	1
19	3
20	4
25	1
30	2
33	5
49	1
53	2
outros	227

QUADRO 90

SENTENÇAS CONDENATÓRIAS A NÍVEL  
DE STM: VOLUME DAS PENAS

PENAS (em meses)	Nº
————— 12	255
13      ————— 24	334
25      ————— 36	344
37      ————— 48	106
49      ————— 60	120
61      ————— 82	85
83      ————— 120	24
121     ————— 180	104
181     ————— 240	17
241     ————— 360	9
360     —————	28
n/c	10
TOTAL	1.436

QUADRO 91

SENTENÇAS CONDENATÓRIAS A NÍVEL  
DE STM: PENAS ACESSÓRIAS

PENAS ACESSÓRIAS	Nº
suspensão de direitos políticos	292
cassação	-
outras	4
n/c	1.140
TOTAL	1.436

QUADRO 92

SENTENÇAS CONDENATÓRIAS A NÍVEL  
DE STF: LEIS

LEIS	Nº
1.802	1
314	85
510	33
898	139
CPM	2
outras	4

QUADRO 93

SENTENÇAS CONDENATÓRIAS A NÍVEL  
DE STF: LEI 1.802

LEI 1.802 ARTIGOS	Nº
4	1

QUADRO 94

SENTENÇAS CONDENATÓRIAS A NÍVEL  
DE STF: DECRETO-LEI 314

LEI 314 ARTIGOS	Nº
12	1
14	1
21	12
23	9
25	13
28	5
33	1
36	30
37	7
38	2
39	2
41	1
43	1

QUADRO 95

SENTENÇAS CONDENATÓRIAS A NÍVEL  
DE STF: DECRETO-LEI 510

LEI 510 ARTIGOS	Nº
12	4
23	1
25	12
27	1
28	1
33	2
36	1
37	10
39	1



QUADRO 96

SENTENÇAS CONDENATÓRIAS A NÍVEL  
DE STF: DECRETO-LEI 898

LEI 898 ARTIGOS	Nº
2	1
14	66
21	2
26	1
27	4
28	27
36	1
42	2
43	15
45	7
46	2
49	2
50	4
51	3
74	2

QUADRO 97  
SENTENÇAS CONDENATÓRIAS A NÍVEL  
DE STF: VOLUME DAS PENAS

PENAS (em meses)	Nº
————— 12	25
13    ┆————┆ 24	59
25    ┆————┆ 36	52
37    ┆————┆ 48	17
49    ┆————┆ 60	18
61    ┆————┆ 82	14
83    ┆————┆ 120	8
121   ┆————┆ 180	23
181   ┆————┆ 240	6
241   ┆————┆ 360	-
360   ┆————┆	3
TOTAL	225

QUADRO 98

SENTENÇAS CONDENATÓRIAS A NÍVEL  
DE STF: PENAS ACESSÓRIAS

PENAS ACESSÓRIAS	Nº
suspensão direitos políticos	65
cassação	-
outras	1
n/c	219
TOTAL	225

ÍNDICE DOS OUTROS QUADROS

A. TOMO II, Volume 2

Quadro 99 - relação alfabética dos denunciados .....	1
Quadro 100 - relação alfabética dos indiciados .....	141
Quadro 101 - relação alfabética das testemunhas .....	265
Quadro 102 - relação alfabética dos declarantes .....	309

B. TOMO II, Volume 3

Quadro 103 - relação alfabética dos elementos envolvidos em torturas ...	1
Quadro 104 - relação alfabética dos elementos envolvidos em prisões e cercos (04) e dos elementos com participação em repressão a movimentos de massa (07) .....	61
Quadro 105 - relação alfabética dos elementos com participação em diligências e investigações (05) e dos membros de escolta (06) .....	81
Quadro 106 - relação alfabética dos elementos que atuaram como médicos legistas (06) e declarantes de óbitos (07) .....	121
Quadro 107 - relação alfabética dos elementos que atuaram como encarregados de IPMs ("Fun" 02) .....	131
Quadro 108 - relação alfabética dos elementos que atuaram como escrivão de IPM ("Fun" 03) .....	151
Quadro 109 - relação alfabética de colaboradores e informantes ("Fun"14)	173
Quadro 110 - relação alfabética de membros dos órgãos de repressão ("Fun" 13) .....	185
Quadro 111 - relação alfabética dos membros dos Conselhos de Justiça ...	253

C. TOMO III

Organograma das organizações de esquerda .....	134
--	-----

D. TOMO V, Volume 1

Quadro 112 - relação alfabética das pessoas que denunciaram torturas à Justiça Militar .....	18
Quadro 113 - modalidades de denúncia de tortura nos processos .....	62
Quadro 64 - população atingida quanto à denúncia de tortura .....	63
Quadro 114 - número de denúncias de tortura por ano .....	64
Quadro 115 - caracterização dos torturados por sexo e faixa etária .....	65
Quadro 116 - tipos de tortura (código extensivo) e total de denúncias ..	66
Quadro 117 - tipos de tortura (código compacto) .....	72
Quadro 118 - tipo de tortura utilizada por sexo (código compacto) .....	74
Quadro 119 - tipo de tortura utilizada por idade (código compacto) .....	75
Quadro 120 - dependências onde ocorreram torturas (código) e total de denúncias .....	76
Quadro 121 - dependências de maior incidência de tortura e tipos de tortura ao longo do tempo .....	84

Quadro 122 - número de denúncias de tortura por Estado .....	95
Quadro 123 - distribuição geográfica e cronológica dos tipos de tortura.	96
Quadro 103 - relação alfabética dos elementos envolvidos em torturas [ver TOMO II, volume 3, página 1]	

QUADRO Nº 70

População atingida (denunciados) quanto ao  
enquadramento inicial: decreto-lei 510 de  
20 de março de 1969